



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 169 - TERÇA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Silhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

<p>Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16)</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14)</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p>
<p>PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p> <p>PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p> <p>PV - 1 Líder Marina Silva - PV</p> <p>PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma</p>

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança da Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE

<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 166ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 822, de 2010, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar no período de 17 a 19 do corrente. **Deferido.** 47315

Nº 823, de 2010, de autoria do Senador Neuto de Conto, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar nos dias 18 e 19 do corrente. **Deferido.** 47315

Nº 824, de 2010, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar no período de 17 a 20 do corrente. **Deferido.** 47315

Nº 825, de 2010, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando licença para desempenho de missão parlamentar no período de 31 do corrente a 6 de novembro próximo. 47315

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Adoção pelo Senhor Presidente da República, em 13 de outubro de 2010 e publicação no dia 14 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 509, de 2010, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal. Constituição de Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 47315

1.2.3 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.773, de 2010, na origem, informando recomendações e determinações no âmbito do processo nº TC 009.841/2010-5..... 47316

1.2.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 138, de 2010-CN (nº 576/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 61, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.456.132.820,00 (um bilhão, quatrocentos e

cinquenta e seis milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e vinte reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 47341

Nº 139, de 2010-CN (nº 598/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 62, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 46.181.996,00 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47390

Nº 140, de 2010-CN (nº 599/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 63, de 2010-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para os fins que especifica. 47402

Nº 141, de 2010-CN (nº 600/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 64, de 2010-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010 crédito suplementar no valor total de R\$ 16.573.487.000,00 (dezesseis bilhões, quinhentos e setenta e três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil reais), em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$ 12.920.097.000,00 (doze bilhões, novecentos e vinte milhões, noventa e sete mil reais), para os fins que especifica. 47413

Nº 142, de 2010-CN (nº 601/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 65, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 89.374.809,00 (oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 47643

Nº 143, de 2010-CN (nº 602/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 66, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 530.721.000,00 (qui-

nhentos e trinta milhões, setecentos e vinte e um mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47478

Nº 144, de 2010-CN (nº 603/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 67, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para o fim que especifica..... 47488

Nº 145, de 2010-CN (nº 604/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 68, de 2010-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$ 113.992.079,00 (cento e treze milhões, novecentos e noventa e dois mil, setenta e nove reais), para os fins que especifica..... 47502

Nº 146, de 2010-CN (nº 605/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 69, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 165.697.394,00 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47521

Nº 147, de 2010-CN (nº 606/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 70, de 2010-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010 crédito suplementar no valor total de R\$ 127.576.215,00 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e quinze reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 1.007.069.875,00 (um bilhão, sete milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica.... 47544

Nº 148, de 2010-CN (nº 607/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 71, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 26.960.531,00 (vinte e seis milhões, novecentos e sessenta mil, quinhentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47586

Nº 149, de 2010-CN (nº 608/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 72, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.357.229,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47605

Nº 150, de 2010-CN (nº 609/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 73, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor

do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica. 47619

Nº 151, de 2010-CN (nº 610/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 74, de 2010-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 475.312.697,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.... 47625

Nº 152, de 2010-CN (nº 611/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 75, de 2010-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor da empresa Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV, crédito especial no valor total de R\$ 2.755.143.136,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e cinco milhões, cento e quarenta e três mil, cento e trinta e seis reais), para os fins que especifica. 47641

Nº 153, de 2010-CN (nº 612/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 76, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 94.740.690,00 (noventa e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e noventa reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47648

Nº 154, de 2010-CN (nº 613/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 77, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 208.909.000,00 (duzentos e oito milhões, novecentos e nove mil reais), para os fins que especifica..... 47669

Nº 155, de 2010-CN (nº 614/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 78, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 81.152.113,00 (oitenta e um milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e treze reais), para os fins que especifica, e dá outras providências..... 47676

Nº 156, de 2010-CN (nº 615/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 79, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 31.483.000,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e três mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências..... 47694

Nº 157, de 2010-CN (nº 616/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 80, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de

Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 835.800.252,00 (oitocentos e trinta e cinco milhões, oitocentos mil, duzentos e cinquenta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47708

Nº 158, de 2010-CN (nº 617/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 81, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 12.939.802,00 (doze milhões, novecentos e trinta e nove mil, oitocentos e dois reais), para os fins que especifica..... 47730

Nº 159, de 2010-CN (nº 618/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 82, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 382.982.132,00 (trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e dois reais), para os fins que especifica... 47741

Nº 160, de 2010-CN (nº 619/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 83, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 660.998.853,00 (seiscentos e sessenta milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47757

Nº 161, de 2010-CN (nº 620/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 84, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 278.710.340,00 (duzentos e setenta e oito milhões, setecentos e dez mil, trezentos e quarenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 47785

Nº 162, de 2010-CN (nº 621/2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 85, de 2010-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 160.510.878,00 (cento e sessenta milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e setenta e oito reais), para os fins que especifica, e dá outras providências..... 47848

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação dos Projetos de Lei nºs 61 a 85, de 2010-CN, que vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 47893

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro das dificuldades pelas quais passam os médicos no Brasil no exercício de sua profissão e congratulações a estes profissionais, por ocasião da passagem, hoje, dia 18 de outubro, do Dia do Médico. 47893

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Saudação a todos os médicos pelo transcurso do Dia do Médico, especialmente, aos profissionais do Mato Grosso. Cumprimentos aos professores, pelo Dia dos Professores, com o registro dos avanços alcançados no Governo Lula no tocante à educação. Alerta ao povo brasileiro quanto às diferenças existentes nas propostas dos candidatos Dilma e Serra, no que se refere às privatizações. 47894

SENADOR VALDIR RAUPP – Homenagem pelo transcurso do Dia do Médico e do Dia dos Professores. Reconhecimento de que o Brasil precisa de avanços nas áreas de saúde e segurança públicas. Considerações sobre o desenvolvimento do Estado de Rondônia, destacando investimentos do Governo Federal na construção de usinas hidrelétricas, infraestrutura em transportes e saneamento básico..... 47898

SENADOR PEDRO SIMON – Expectativa de que o Supremo Tribunal Federal delibere, ainda nesta semana, acerca da aplicabilidade, nas eleições deste ano, da lei conhecida como “Ficha Limpa”. 47903

1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Sigilo fiscal da filha de Serra foi violado com procuração falsa”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 2 de setembro último. 47908

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Emendas à Receita e de Renúncia da Receita ao Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN..... 47910

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 166ª Sessão, Não Deliberativa em 18 de outubro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Papaléo Paes.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 16 horas e 3 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os Senadores Inácio Arruda, Neuto De Conto e Efraim Moraes apresentaram requerimentos solicitando licenças para se ausentarem dos trabalhos da Casa a fim de participarem da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Nos termos do art. 41 do Regimento Interno, a Presidência defere os presentes requerimentos.

São os seguintes os requerimentos deferidos:

REQUERIMENTO Nº 822, DE 2010

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação no período de 18 a 19 de outubro deste, por ocasião da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunica ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 17 a 19 de outubro deste, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2010. – Senador **Inácio Arruda**.

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2010

Senhor Presidente,

Como membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e indicado que fui para participar da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, que se realizará nos dias 18 e 19 de outubro de 2010, na cidade de Montevidéu, Uruguai, venho solicitar, nos termos do inciso II, a do artigo 40 do Regimento In-

terno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Esclareço, por oportuno que estarei, dessa forma, ausente dos trabalhos da Casa no período citado.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2010. – Senador **Neuto de Conto**.

REQUERIMENTO Nº 824, DE 2010

Senhora Secretária Geral,

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença entre os dias 17 a 20 de outubro para participar da XXVI Sessão Plenária do Mercosul, 18 e 19 de outubro na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Sala das Sessões, de outubro de 2010. – Senador **Efraim Moraes**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 825, DE 2010

Tendo sido designado para participar dos trabalhos da 65ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de Observador Parlamentar, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias 1º, 3, 4 e 5 de novembro de 2010, a fim de atender honrosa missão.

Nos termos do art. 39, comunico que estarei ausente do País no período de 31 de outubro a 6 de novembro de 2010. – Senador **Francisco Dornelles**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento lido vai à publicação e será votado oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senhor Presidente da República adotou, em 13 de outubro de 2010, e publicou no dia 14 do mês e ano, a **Medida Provisória nº 509, de 2010**, que “Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Arthur Virgílio (PSDB)	Lúcia Vânia (PSDB)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	Rosalba Ciarlini (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	Cícero Lucena (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	Efraim Moraes (DEM)

Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	Valter Pereira (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	Regis Fichtner (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB)

Aloizio Mercadante (PT)	Marcelo Crivella (PRB)
João Ribeiro (PR)	Inácio Arruda (PCdoB)
Antonio C. Valadares (PSB)	Renato Casagrande (PSB)

PTB

Gim Argello	Sérgio Zambiasi
-------------	-----------------

PDT

Osmar Dias	Acir Gurgacz
------------	--------------

*PSOL

José Nery	1.
-----------	----

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves (PMDB)	1. Carlos Willian (PTC)
Fernando Ferro (PT)	2. Vinícius Carvalho (PTdoB)
João Pizzolatti (PP)	3. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)
Sandro Mabel (PR)	4. Anselmo de Jesus (PT)
Jovair Arantes (PTB)	5. Celso Russomanno (PP)
Hugo Leal (PSC)	6. Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

João Almeida (PSDB)	1. Vic Pires Franco (DEM)
Paulo Bornhausen (DEM)	2. Arnaldo Jardim (PPS)
Fernando Coruja (PPS)	3. Bruno Araújo (PSDB)
Antonio C. Pannunzio (PSDB)	4. Felipe Maia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Brizola Neto (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Fábio Faria (PMN)

*PV

Edson Duarte	1.
--------------	----

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 14–10–2010
 - Designação Prevista da Comissão: 18–10–2010(SF)
 - Instalação Prevista da Comissão: 19–10–2010
 - Emendas: até 20–10–2010 (6 dias após a publicação)
 - Prazo na Comissão: 14–10–2010 a 27–10–2010 (14º dia)
 - Remessa do processo à CD: 27–10–2010
 - Prazo na CD: de 28–10–2010 a 10–11–2010 (15º ao 28º dia)
 - Recebimento previsto no SF: 10–11–2010
 - Prazo no SF: de 11–11–2010 a 24–11–2010 (42º dia)
 - Se modificado, devolução à CD: 24–11–2010
 - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25–11–2010 a 27–11–2010 (43º ao 45º dia)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28–11–2010 (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: 12–12–2010
- A matéria será publicada em avulsos.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 1.773–Seses–TCU–Plenário**, na origem, informando recomendações e determinações no âmbito do processo nº TC 009.841/2010–5.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 19 de outubro do corrente.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1.773-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 6 de outubro de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 009.841/2010-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 6-10-2010, acompanhado do Relatório e da proposta de Deliberação que o fundamentam.

Respeitosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 2708/2010 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 009.841/2010-5.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V – Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Congresso Nacional.
 - 3.2. Responsáveis: Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04); David Almeida Schmidt (CPF 408.746.487-34); Antônio Carlos Alvarez Justi (CPF 268.866.777-72); Rogério Tadeu Liguori (CPF 004.212.378-05) e Tenace Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 16.047.680/0003-09).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Fiscalização de Obras (3ª Secob).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada na Petrobras, pela 3ª Secob, no âmbito do Fiscobras 2010, conforme determinado pelo Acórdão n. 442/2010 – Plenário (TC 027.472/2009-4), no período de 28/06 a 23/07/2010, referente aos recursos alocados ao PT 25.753.0288.125M.0024/2010 – “Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão No Estado do Rio Grande do Norte”.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras que negocie com a empresa Tenace Engenharia e Consultoria Ltda. – permitindo a ela o contraditório – aditivo contratual visando à repactuação dos preços considerados excessivos por ocasião da Auditoria realizada no Contrato n. 0801.0052492.09.4, e apresente os resultados, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação;

9.2. determinar a oitiva da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e da empresa Tenace Engenharia e Consultoria Ltda. para que se pronunciem, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, sobre o excesso de preço apontado pela Unidade Técnica no Contrato n. 0801.0052492.09.4, no valor de R\$ 19.320.468,38 (dezenove milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), o qual, caso não justificado, poderá resultar na conversão do processo em TCE e adoção de medida cautelar para retenção dos valores questionados até que o Tribunal decida sobre o mérito da referida Tomada de Contas Especial;

9.3. determinar à 3ª Secob que:

9.3.1. altere o registro relativo à obra em tela de IG-P (irregularidade grave com recomendação de paralisação) para IG-C (irregularidade grave com recomendação de continuidade);

9.3.2. promova a audiência dos responsáveis abaixo, nos termos do art. 43, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, para apresentarem razões de justificativa acerca dos fatos indicados (Achado 3.1);

9.3.2.1. Sr. Sérgio dos Santos Arantes – Gerente de Custo e Estimativas de Prazos de Serviços e Logística da Engenharia: ter elaborado orçamento estimativo de obra pública que ensejou, no Contrato n. 0801.0052492.09.4, indício de sobrepreço no valor de R\$ 19.320.468,38 (dezenove milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), resultando em indício de superfaturamento com a medição e pagamento dos serviços no valor de R\$ 8.964.697,33 (oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) até o momento da Auditoria, em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008, no art. 16, inciso III, alínea c, da Lei n. 8.443/1992 e no art. 37, caput, da Constituição Federal;

9.3.2.2. Sr. David Almeida Schmidt – Gerente de Implementação de Empreendimento para o Norte e Nordeste: ter contratado a execução de obra pública com indício de sobrepreço no Contrato n. 0801.0052492.09.4 no valor de R\$ 19.320.468,38 (dezenove milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), resultando em indício de superfaturamento com a medição e pagamento dos serviços no valor de R\$ 8.964.697,33 (oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) até o momento da Auditoria, em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008, no art. 16, inciso III, alínea c, da Lei n. 8.443/1992 e no art. 37, **caput**, da Constituição Federal;

9.3.2.3. Sr. Antônio Carlos Alvarez Justi – Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos para E&P e Transporte Marítimo: ter autorizado a contratação para a execução de obra pública (Contrato n. 0801.0052492.09.4) com indício de sobrepreço no valor de R\$ 19.320.468,38 (dezenove milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), resultando em indício de superfaturamento com a medição e pagamento dos serviços no valor de R\$ 8.964.697,33 (oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) até o momento da Auditoria, em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008, no art. 16, inciso III, alínea c, da Lei n. 8.443/1992 e no art. 37, **caput**, da Constituição Federal;

9.3.2.4. Sr. Rogério Tadeu Liguori – Gerente Setorial de Planejamento e Controle para o RNCE e Coordenador da Comissão de Licitações: ter selecionado proposta para execução da obra com indício de sobrepreço no valor de R\$ 19.320.468,38 (dezenove milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), a qual serviu de base para a assinatura do Contrato n. 0801.0052492.09.4, e autorizado o pagamento dos serviços resultando em indício de superfaturamento no valor de R\$ 8.964.697,33 (oito milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) até o momento da Auditoria, em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008, no art. 16, inciso III, alínea c, da Lei n. 8.443/1992 e no art. 37, **caput**, da Constituição Federal;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e à empresa Tenace Engenharia e Consultoria Ltda., bem como aos responsáveis mencionados no subitem 9.3.2, para subsidiar suas respostas, assim como das cópias do Relatório de Auditoria e seus apêndices – Anexo 6 e os quadros e planilhas elaborados pela Equipe de Auditoria que fundamentam as conclusões do trabalho;

9.5. enviar cópia do Acórdão a ser proferido, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentarem, às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF, comunicando que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), na obra de ampliação da Refinaria Potiguar Clara Camarão, vinculada ao Contrato n. 0801.0052492.09.4 firmado com a Petrobras e PT 25.753.0288.125M.0024/2010 – “Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão no Estado do Rio Grande do Norte”.

10. Ata nº 36/2010 – Plenário.

11. Data da Sessão: 6/10/2010 – Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: não há.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
UBIRATAN AGUIAR
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral, em exercício.

GRUPO II – CLASSE V – Plenário**TC 009.841/2010-5**

Natureza: Relatório de Auditoria.

Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Interessado: Congresso Nacional.

SUMÁRIO: FISCOBRAS 2010 (ACÓRDÃO N. 442/2010 – PLENÁRIO). IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA POTIGUAR CLARA CAMARÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. OITIVAS, AUDIÊNCIAS E DETERMINAÇÃO PARA NEGOCIAÇÃO DE REPACTUAÇÃO. COMUNICAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL.

Com vistas ao atendimento do interesse público, o Tribunal pode determinar à unidade jurisdicionada que, observado o contraditório, negocie a repactuação de contrato com o objetivo de eliminar sobrepreço, para, só em caso de insucesso da negociação, converter o processo em TCE e determinar a retenção de valores.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do Relatório de Auditoria realizada na Petrobras, pela 3ª Secob, no âmbito do Fiscobras 2010, conforme determinado pelo Acórdão n. 442/2010 – Plenário (TC 027.472/2009-4), no período de 28/06 a 23/07/2010, referente aos recursos alocados ao PT 25.753.0288.125M.0024/2010 – “Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão no Estado do Rio Grande do Norte”.

2. Trata-se das obras de ampliação da Refinaria Potiguar Clara Camarão, com a construção, montagem, condicionamento e operação das instalações terrestres da Unidade de Gasolina e instalações de recebimento e expedição de diesel.

3. Para atingir o objetivo perseguido, a Petrobras firmou o Contrato n. 0801.0052492.09.4 com a empresa Tenace Engenharia e Consultoria Ltda., no valor de R\$ 160.800.025,70, dos quais 46,4% já foram pagos (fl. 126-v).

4. Com relação à execução física, as etapas a seguir relacionadas estavam com os percentuais indicados realizados na data da fiscalização, resultando em um percentual executado, como um todo, de 46% (fl. 126):

- 4.1. Projeto executivo: 86,77%;
- 4.2. Produção – Etapa I: 68,89%;
- 4.3. Duto terrestre: 82,70%;
- 4.4. Produção – Etapa II: 68,88%;
- 4.5. Fornecimento de bens: 95,37%;
- 4.6. Terminal – Etapa I: 46,57%;
- 4.7. Terminal – Etapa II: 23,38%.

5. São os seguintes os achados de auditoria apontados pela Unidade Técnica Especializada, o primeiro deles com indicação de paralisação da obra (fls. 106/122):

“3.1 – Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

3.1.1 – Tipificação do achado:

Classificação – grave com recomendação de paralisação.

Justificativa de enquadramento (ou não) no conceito de irregularidade grave da LDO – O Contrato n. 0801.0052492.09.4 conta com elevado sobrepreço (12,02%), percentual de execução

de 46,40%, podendo ocorrer superfaturamento ainda em parcela relevante do contrato (53,60%), além disso o contrato possui grande materialidade (R\$ 160.800.025,70). Tais fatos enquadram-se na definição de irregularidade grave com recomendação de paralisação contida no art. 96, § 1º, inciso IV, da Lei n. 11.768 (LDO 2009), alínea a – potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário –, e alínea c – grave desvio relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública, especificamente ao princípio da economicidade. Dessa forma, recomenda-se a paralisação do contrato.

3.1.2 – Situação encontrada:

Da análise do Contrato n. 0801.0052492.09.4 de fornecimento, construção e montagem, condicionamento e operação assistida da Unidade de Gasolina e instalações de recebimento e expedição de Diesel de Guamaré para AB/LO firmado com a empresa Tenace Engenharia e Consultoria Ltda. foi constatado um sobrepreço de R\$ 19.320.468,38. Do sobrepreço total, R\$ 8.964.697,33 já resultou em superfaturamento.

Verificou-se no contrato analisado a existência de preços superiores aos preços considerados de mercado sendo que parte deste sobrepreço já se consubstanciou em superfaturamento devido aos pagamentos efetuados à contratada. Além do superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado, que será tratado aqui como consequência, foram constatados outros indícios de irregularidades que serão tratados separadamente (projeto básico deficiente, restrição à competitividade, critérios inadequados de julgamento e classificação, ausência de CAPU) os quais levaram a obtenção de uma proposta não tão vantajosa como poderia ser caso a Petrobras não incorresse nesses indícios de irregularidades. A essa altura inviabiliza-se a quantificação do quão vantajosa ou desvantajosa é a proposta selecionada em função dessas outras ocorrências, a não ser se fosse feito todo o projeto e empreendida uma nova licitação. No entanto, em relação ao superfaturamento frente aos preços de mercado foi possível se quantificar.

A metodologia utilizada pela equipe de auditoria na quantificação baseou-se na análise do Demonstrativo de Formação de Preços – DFP, apresentado pela empresa contratada durante a licitação e o qual serviu de subsídio para elaboração do respectivo contrato, dele fazendo parte integrante, conforme será melhor descrito mais adiante, e da análise do próprio contrato.

Não se analisou diretamente a estimativa de custo elaborada pela Petrobras pelo fato de que, no presente caso, ela não se mostrou adequada. A equipe de auditoria, durante a fase de planejamento, realizou uma análise de sensibilidade da estimativa em relação ao insumo mais relevante financeiramente no contrato, no caso a mão de obra. Verificou-se que a diferença percentual entre a quantidade homens-hora do DFP e da estimativa é da ordem de 16% a menos no DFP. Isso significa que a contratada realizará a obra com 16% menos mão de obra do que aquela estimada pela Petrobras. A precisão adotada pela Petrobras em seus projetos aptos à licitação é de -15% a +20%, conforme normativo PG-12-SL/ECP-001 Revisão M da Petrobras. Mesmo que a estimativa estivesse com seus preços compatíveis com os de mercado, não poderíamos estender essa conclusão ao contrato, pois poderia ocorrer sobrepreço/subpreço simplesmente em função da quantidade desse insumo estar fora da faixa de precisão do projeto.

Outro ponto que corroborou para a dispensa da análise direta da estimativa foi o nível de detalhamento apresentado. Identificou-se apenas cerca de 30% da estimativa (R\$ 49.191.981,38 dos R\$ 162.690.252,38 estimados para toda a obra) com informações e nível de detalhamento suficientes para a análise da compatibilidade dos preços com os de mercado. Já no DFP foi possível atingir uma amostra analisada de 68,79%.

Por fim, a escolha do DFP foi a mais adequada também em função da própria vinculação contratual, não sendo necessária nenhuma inferência, como no caso da estimativa, em relação ao contrato. Como o próprio nome diz, o DFP demonstra a maneira pela qual o preço proposto pela licitante se forma. De acordo com as informações contidas no (...) preenchimento do DFP, item 1: 'O Demonstrativo deverá conter o detalhamento de todos os insumos que concorram para a

formação do preço.’, de onde se conclui que o preço ofertado pela licitante é formado pelo detalhamento, isto é, quantitativos e preços de insumos listados. Independentemente dos fins a que a Petrobras julga ter o DFP, o fato é que se trata de um documento anexo integrante do contrato, ao qual está vinculada a contratada, conforme item 25.2, letra b do contrato:

‘25.2 – Os seguintes documentos ficam fazendo parte integrante deste, em tudo aquilo que não contrarie o disposto neste CONTRATO e seus Anexos, de forma a complementarem-se:

a) Convite ENGENHARIA/IEEPT/IENN/PCRC – 0650726098, de 22/05/2008, com todos os seus Adendos e Anexos;

b) Proposta da CONTRATADA, datada de 06/07/2009 com todos os seus Anexos.’

Por sua vez, o PG-04-SL/CONT-003, normativo da Petrobras que versa sobre o processo licitatório na modalidade de Convite, dispõe no item 7.8.1, letra d, que ‘deverá ser exigido, na minuta do Convite, a apresentação do Demonstrativo de Formação de Preços devidamente preenchido pelos licitantes. Para serviços de construção e montagem industrial e construção civil deverão ser utilizados os padrões desenvolvidos pela ENGENHARIA/SL/ECP, que servirão de base para análise de consistência do preço ofertado pelo licitante melhor classificado, devendo tal demonstrativo ser encaminhado posteriormente, em meio magnético, para a ENGENHARIA/SL/ECP para análise e incorporação ao Banco de dados da Engenharia.’

Portanto, além de o DFP expressar como se forma o preço ofertado pela licitante, e ser o instrumento hábil para análise de sua adequabilidade em relação aos preços de mercado, o normativo determina que o DFP será objeto de análise e incorporação ao banco de dados da Petrobras. Extrai-se outra informação deste normativo, a de que o parâmetro para que a Comissão de Licitação decida sobre a adequabilidade de preço da proposta deverão ser os padrões (estimativa) desenvolvidos pela ENGENHARIA/SL/ECP, que servirão de base para análise de consistência do preço ofertado. Conclusão, se o DFP não apresenta boa adequação aos preços de mercado poderá contaminar a base de dados da Petrobras, a ser utilizada em outras contratações.

Basicamente, os DFPs da Petrobras são divididos em (03) três grupos, quais sejam Projeto e Fornecimento, Construção Civil e Montagem Eletromecânica. No caso do contrato em análise a divisão foi Projeto e Fornecimento de Equipamentos e Materiais, Construção Civil, Montagem Eletromecânica e Montagem de Dutos Terrestres. Não é exigida das empresas licitantes a apresentação das composições de custo dos serviços, apenas se solicitado pela Petrobras, sendo que nos DFPs constam apenas os preços e as quantidades dos diversos insumos utilizados na obra sem correlação direta a um determinado serviço a ser executado. Além disso, diversos itens apresentados nos DFPs e no contrato não possuem detalhamento suficiente ou apresentam-se como unidade genérica ‘verba’ ou ‘UMA’, o que dificulta, mas não impede, que seja feita a análise da compatibilidade de seu preço com os referenciais de mercado.

Não obstante a forma como a obra está discriminada no contrato em seus diversos elementos – se serviço ou insumos ou ambos – a compatibilidade dos preços contratados com os de mercado deve ser observada, conforme determina o artigo 109 da Lei n. 11.768/2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o ano em que foi contratada a obra em questão:

‘Art. 109. O custo global de obras e serviços executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.’

Cabe ainda esclarecer que, conforme § 2º do mesmo artigo, os custos unitário que em condições especiais excederem o limite fixado no caput do artigo devem ser justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pela autoridade competente.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CUSTOS

Para os itens que possuem detalhamento adequado, a equipe de auditoria comparou os custos dos insumos do DFP e do contrato com os referenciais considerados preços de mercado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelo Tribunal na seguinte ordem de prioridade: SINAPI, Sicro2, Cadterc/SP, SINTRACOMP/RN, DataFolha e ABEMI, tomando-se, em regra, o valor mediano ou o valor médio. Os referenciais SINAPI, Sicro2, SINTRACOMP/RN e ABEMI também foram utilizados pela Petrobras em sua estimativa, sendo ainda mais rigorosa que a equipe de auditoria, pois adotou invariavelmente o menor preço. Os dois primeiros são referenciais de uso obrigatório, seja qual for o tipo de empreendimento conforme a LDO de 2010, Lei 12.017/2009, art. 112, caput e § 2º.

Segundo a forma de orçamentação desses referenciais, independentemente do tipo da obra ou do local de sua execução, o preço de determinado serviço típico ou comum deve ser o mesmo e o que irá mudar são outros serviços correlatos que servirão de subsídio para sua execução. Exemplificando, 1 m² de determinado piso cerâmico deverá custar o mesmo valor seja em um edifício residencial, em uma usina nuclear, em uma plataforma ou em uma refinaria. O que poderá mudar será, por exemplo, a distância de transporte dos materiais, a qual deverá constar da planilha orçamentária em um item específico tipo Transporte de piso cerâmico – quantidade – R\$/m², e assim por diante. Portanto, é descabida qualquer argumentação quanto à inaplicabilidade desses referenciais em obras da Petrobras face às LDOs referentes à estimativa e contratação da obra. No entanto, as particularidades dos empreendimentos referentes a aspectos logísticos ou operacionais podem, e devem, ser incorporadas nos preços e serem devidamente justificadas na forma prevista no art. 109 da LDO 2009 e § 3º do art. 112 da LDO de 2010. Ressalte-se que tais acréscimos de valores são considerados pelo TCU quando apresentados na forma prevista nas LDOs.

ADICIONAIS SOBRE A MÃO DE OBRA

Devido à ausência do detalhamento dos adicionais sobre a mão de obra, a equipe de auditoria, a favor da contratada, manteve os percentuais de adicionais de periculosidade (30%) informados no DFP. Da mesma forma, em virtude do não detalhamento, tomou-se o maior percentual entre o previsto no SINAPI e os informados no DFP para os encargos sociais, de modo a [segundo o princípio do conservadorismo] aumentar o preço referencial e reduzir o valor de um possível sobrepreço.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE – SMS

Encontra-se em separado no DFP, não estando diluído nos demais itens.

BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS – BDI

Para identificação do BDI da contratada tomou-se o percentual resultante da divisão da diferença do preço final e do somatório dos custos diretos (base de cálculo), pelo somatório dos custos diretos (base de cálculo).

BDI de Serviços: Como BDI paradigma, a equipe de auditoria adotou o percentual de 28,41%, conforme avaliação descrita na planilha em anexo ao relatório e de acordo com o Acórdão n. 325/2007 – Plenário que, apesar de não possuir aplicabilidade erga omnes sobre todos os administrados, traz a fórmula matemática de cálculo amplamente aplicada e tida como adequada. Para cada item, adotou-se o menor percentual entre o da empresa e o máximo do Acórdão n. 325/2007 – Plenário.

BDI de Fornecimento: a jurisprudência do Tribunal tem apontado BDI em torno de 10%, chegando em alguns casos a 13% como adequados para tal finalidade, como pode ser observado em diversos julgados desta Corte de Contas, conforme os Acórdãos n. 1.020/2007, 325/2007, 818/2007, 2649/2007, 1607/2008, 1599/2008, 1803/2008, 1988/2008, 1947/2008, 157/2009, 2875/2008, todos do Plenário do TCU.

No entanto, para o caso concreto a equipe de auditoria avaliou os percentuais apresentados na composição do BDI da empresa contratada e chegou a um BDI paradigma de 17,96%, conforme

planilha em anexo ao relatório. Este percentual é devido principalmente à elevada alíquota de ICMS praticado no Estado do Rio Grande do Norte e mantida no BDI paradigma. A fórmula de cálculo é a mesma do Acórdão n. 325/2007 – Plenário adotando-se para cada item o menor percentual entre o da empresa e o máximo do Acórdão n. 1.020/2007 – Plenário. Não é exigida garantia e não há contingências/riscos para o fornecimento dos bens e materiais pois serão depositados diretamente no almoxarifado da Petrobras. Além disso, não há despesas financeiras pois se prevê no contrato o adiantamento de parte do pagamento com a simples ordem de compra por parte da Petrobras no percentual de 25%, conforme anexo do contrato CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO. O procedimento não caracteriza antecipação de despesas, vedada por lei, pois a garantia contratual (R\$ 16.000.000,00), prestada na forma de seguro garantia no anexo XV do contrato, supera o valor adiantado (R\$ 8.203.291,67), nos termos do artigo 38 do Decreto n. 93.872/1986.

QUANTIFICAÇÃO DO SUPERFATURAMENTO

O montante de recursos alocados para o objeto do Contrato n. 0801.0052492.09.4 (Fornecimento, construção e montagem, condicionamento e operação assistida da Unidade de Gasolina e instalações de recebimento e expedição de Diesel de Guamaré) totaliza R\$ 160.800.025,70.

Foi avaliada uma amostra de 68,79% do contrato, a qual não pôde ser ampliada pela falta de detalhamento de diversos itens ou pela falta de referencial considerado preço de mercado. O BDI contratual para serviços é de 35,48% e de fornecimento 26,63%. Após a análise do detalhamento do BDI da contratada, foi adotado um BDI paradigma de 28,41% e de 17,96%, respectivamente, conforme tabelas de análise ao final do achado. A análise de preços deu-se mediante a comparação de preço contratado com o preço paradigma de mercado, da seguinte forma:

$\text{Custo contratado} + \text{BDI contratual} \leq \text{Custo paradigma} + \text{BDI paradigma}$.

Assim, comparando-se os preços dos insumos com aqueles previstos nos referenciais (paradigma) considerados preços de mercado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelo Tribunal chegou-se a um sobrepreço de R\$ 19.320.468,38, que equivale a 17,47% na amostra analisada e 12,02% no valor total do contrato. Do sobrepreço total, R\$ 8.964.697,33 já resultaram em superfaturamento em função do percentual de execução financeira da obra encontrar-se em 46,40%, conforme planilhas a seguir intituladas ANÁLISE DE SOBREPREÇO DO CONTRATO – TENACE e PLANILHAS ANEXAS À ANÁLISE DE SOBREPREÇO. Se o contrato apresenta sobrepreço de 12,02% em relação aos preços de mercado e se a estimativa foi inferior ao contratado em apenas 1,16% então é possível concluir que a estimativa também apresenta sobrepreço em relação aos preços considerados de mercado. Tendo em vista que a estimativa de custo foi utilizada como baliza, sendo eliminadas do processo aquelas propostas que ficaram fora da faixa -15% + 20% em relação à estimativa, então os responsáveis pela estimativa também devem ser ouvidos para apresentarem as razões de justificativa para os preços adotados.

É cediço que a comprovação do regular emprego dos recursos públicos cabe ao gestor, sobre quem pesa o ônus da prova (...).

Não se observaram nos autos do processo licitatório documentos que comprovassem a adequação dos preços unitários contratados e pagos, no âmbito do Contrato n. 0801.0052492.09.4, nos termos do artigo 109 da Lei n. 11.768/2008, art. 93 do Decreto-Lei 200/1967 e parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

A equipe de auditoria entende que essa análise e comprovação da adequação dos preços unitários e global deve ser feita em dois momentos, quais sejam, na estimativa de custo e na proposta da empresa vencedora do certame comparando-se custo a custo cada um dos itens, independentemente da contratação ser por preço global ou unitário porque a LDO não faz essa distinção.

(...)

3.1.8 – Esclarecimentos dos responsáveis:

A Petrobras apresentou sua manifestação preliminar sobre o presente indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação do contrato em item separado na página 21 (numeração da própria manifestação), no entanto, inicialmente destacaremos algumas passagens de sua manifestação que também dizem respeito à esse indício de irregularidade. A manifestação da Petrobras está entre aspas como se encontra, não havendo nenhum comentário da equipe de auditoria neste tópico do relatório. Todos os comentários em relação à manifestação encontram-se no item do relatório intitulado ‘Conclusão da Equipe’.

Na página 12 da manifestação, consta: ‘Posteriormente, estes mesmos insumos são analisados em sede de Demonstrativo de Formação de Preço (DFP) de forma pormenorizada e individual, a fim de aferir a sua compatibilidade com a estimativa elaborada e, principalmente, com o objetivo de evitar distorções.’

Na página 13, consta: ‘O Demonstrativo de Formação de Preço possui como finalidade analisar o preço praticado pela contratada para a perfeita e fiel execução do escopo dos serviços estabelecidos no contrato. Já a planilha de preços (PP) é utilizada para acompanhar a execução, medição e pagamentos dos serviços gradativamente realizados e, ainda, sua ‘itemização’ está relacionada à legislação tributária e fiscal.’

Na página 14, consta: ‘Portanto, resta concluído que o DFP possui como utilidade ser o parâmetro de análise de preço proposto, em razão da metodologia adotada pela Petrobras, que para realizar seus pagamentos utiliza critérios de medição específico os quais são aplicados a uma planilha de preços que visualiza o preço da obra de maneira diferenciada daquela utilizada no DFP, exatamente porque são documentos com funções diversas.’

Ainda na página 14, consta: ‘É fundamental reafirmar que a escolha da contratada pela discriminação em ‘verba’ no DFP não atribui ao contrato um caráter indeterminado, vez que o escopo é definido objetivamente no Memorial Descritivo e nos demais Anexos que acompanham o instrumento convocatório.’

Na página 15, destaca-se: ‘Neste sentido, a obrigatoriedade do preenchimento do DFP, conforme esclarecido anteriormente, serve para verificar se houve total entendimento do objeto licitado e se estão sendo contemplados pela contratada todos os elementos necessários à execução da obra, bem como se estão sendo adotados parâmetros pertinentes de preços de mão de obra direta – MOD, mão de obra indireta – MOI, equipamentos de construção e montagem, taxas de encargos, custo financeiro, contingências, lucro e de impostos.’

Extraí-se também da manifestação na página 16 o seguinte: ‘Ademais, o DFP apresentado pela empresa contratada serve apenas como parâmetro para verificar se (...) reflete o escopo do serviço pretendido e para verificar também a existência de distorções nos valores apresentados para cada um dos seguimentos do contrato (materiais, equipamentos, mão de obra direta e indireta), mas jamais para verificar a consistência de preços considerados unitariamente.’ (...) ‘Desta forma, não há que se falar sequer na possibilidade de jogo de planilha, tendo em vista que o DFP é referencial e em caso de futuros e hipotéticos aditivos contratuais os preços serão necessariamente renegociados à luz das referências e preços de mercado.’

Em relação ao BDI a Petrobras manifesta-se da seguinte forma na página 29:

‘iv) BDI contratual – BDI de Fornecimentos X BDI de Serviços

Em primeira análise, deve-se conceituar o que é intermediação de materiais e equipamentos à luz de obras de grande porte de montagem e construção industrial e, posteriormente, a sua compatibilidade com os acórdãos selecionados pela SECOB e cotados no relatório.

Para que possa haver uma perfeita compreensão do tema, transcrevemos preliminarmente um importante trecho decisório do Acórdão 2.875/2008, citado pela SECOB em seu relatório preliminar:

(...)

Os percentuais variáveis dos elementos que compõe o LDI, com exceção dos tributos, cujas alíquotas são definidas em lei, guardam estreita relação com características particulares de cada empresa, em especial, aquelas consideradas no momento em que se realiza a orçamentação, tais como porte e situação financeira da empresa, número de obras em execução, representatividade do porte e natureza da obra para a empresa, logística necessária, necessidades operacionais, atividade estratégica do contrato, dentre outros aspectos. Assim, o orçamento proposto por uma empresa vai poder variar conforme seu perfil e interesse na obra.

Logo, não restam dúvidas de que a análise que deve ser empreendida pela equipe de auditoria deve necessariamente levar em consideração todas as especificidades e peculiaridades atinentes ao BDI de fornecimento de obras do porte e da magnitude das obras realizadas pela Petrobras.

Por outro lado, a equipe de auditoria na página 23 afirmou que as simulações realizadas para a verificação do sobrepreço levaram em consideração o BDI indicado pela SECOB, com base no Acórdão 325/2007 – Plenário.

Este entendimento não encontra sede nem mesmo no próprio Acórdão n. 325/2007 – Plenário, pois como demonstrado acima seu conteúdo é referencial para o setor elétrico, pois foi elaborado com base em um estudo sobre linhas de transmissão de energia elétrica. Nesta perspectiva, o BDI utilizado para realizar as simulações sobre uma suposta ocorrência de sobrepreço deve ser o BDI contratual, entendimento este que o próprio Plenário do Tribunal já vem adotando em diversos julgados.

Para ilustrar este ponto, citamos trecho do voto e do Acórdão n. 3.044/2008, que proporciona um entendimento muito correto da controvérsia existente sobre esta questão.

Acórdão n. 3.044/2008 – TCU – Plenário – Ministro Relator: Valmir Campelo:

‘Relatório do Ministro Relator – Transcrição da análise da SECOB:

59. A faixa percentual para lucro não está abusiva frente ao mercado. Como exemplo, tem-se a faixa do Acórdão 325-2008-PL, sendo 3.83% à 9.96%. Dessa forma, excepcionalmente, acata-se na formação do BDI de referência o percentual de 10,00% adotado no contrato relativo ao lucro bruto.’

Voto

‘30. Em primeiro lugar, ressalto que foram acatadas as argumentações acerca do BDI a ser considerado, sendo que o analista-informante, com a concordância do corpo dirigente da Secob, avaliou como aceitáveis as alegações no sentido de que a taxa de 33,87% se mostra coerente com os limites admitidos pela jurisprudência do Tribunal.’

Em relação à jurisprudência acima transcrita, resta demonstrado que o próprio Tribunal já se inclina a aceitar o BDI contratual como paradigma correto para a análise da ocorrência ou não de sobrepreço e, não com base em percentuais de BDI simulados desconectados da realidade e, mais importante ainda, que não refletem as especificidades e peculiaridades do contrato.’

Por fim, a Petrobras traz em sua manifestação preliminar suas considerações sobre a LDO à página 32:

‘v) Sistemática e interpretação finalística da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Em primeira análise, devem ser analisados os comentários realizados pelo Auditor [Federal de Controle Externo] sobre a forma correta de aplicação da LDO e, mais importante ainda, qual seria a forma mais apropriada à sua aplicação e, além disso, quais seriam as defesas cabíveis que supostamente poderiam ser utilizadas pela Petrobras em seu processo de esclarecimento após análise da auditoria.

Dessa forma, argumenta a equipe de auditoria que 'Portanto, é descabida qualquer argumentação quanto à inaplicabilidade desses referenciais [SICRO e SINAPI] em obras da Petrobras' (Pág. 22), adiantando de antemão que não serão acatados, ao menos em sede de análise da equipe técnica, argumentos nesse sentido formulados pela Companhia.

Deve ser esclarecido, então, que a Petrobras utiliza como referência para elaboração das suas estimativas de custos os referenciais estabelecidos na LDO, no entanto devem ser levadas em consideração algumas peculiaridades no processo como passamos a descrever a seguir.

Como se sabe, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI diz respeito aos índices e preços da construção civil, utilizados pela Caixa Econômica Federal, para averiguação da conformidade dos valores dos imóveis prediais / comerciais e obras de saneamento financiados pela instituição financeira.

Quando confrontadas as informações deste banco de dados público com aquelas utilizadas pela Petrobras para a composição das estimativas de custo dos contratos da indústria do petróleo, mesmo se tratando de construção civil, se observa que o SINAPI adota metodologia diferenciada. Os custos médios, para cada unidade da federação, são calculados a partir de ponderação dos custos de projetos residenciais no padrão normal de acabamento; o que não pode ser comparado com o padrão de qualidade exigido na construção de edificações em uma refinaria (laboratórios, centro integrado de controle, etc).

São obras promovidas com material e mão de obra ordinários e repetitivos, enquanto que as construções realizadas em fábricas, usinas ou refinarias demandam técnicas específicas, muito mais rebuscadas do que aquelas empregadas para a mera edificação residencial ou comercial.

Ademais, consoante esclarecido na própria página do SINAPI na internet, não estão incluídas, nos preços divulgados nesta base de dados, as despesas com projetos em geral, licenças, seguros, administração, financiamentos, equipamentos mecânicos (elevadores, compactadores, exaustores de ar condicionado e outros). Também não estão incluídos os benefícios e despesas indiretas – BDI. Portanto, para a realização de qualquer espécie de comparação entre os preços de determinados serviços e materiais do contrato com os preços do SINAPI são obrigatórias adaptações.

Além disso, na formação de qualquer produto ou serviço devem ser consideradas três parcelas:

- I. Os custos diretos, compostos pelos materiais, equipamentos e mão de obra diretamente envolvida na execução do produto ou serviço;
- II. Os custos indiretos que suportam a produção do produto ou realização do serviço, tais como projeto de engenharia associado, mão de obra de supervisão e gerência de obra (administração local), construção de canteiro de obras, utilidades (rede energia, água, esgoto, comunicações, consumíveis, material de escritório, etc.), alimentação da mão de obra, planos de saúde, serviços subcontratados, veículos de apoio, passagens, hospedagens, seguros e outros custos dependendo do produto ou serviço;
- III. E o BDI – Benefícios e Despesas Indiretas ou LDI – Lucro e Despesas Indiretas, compostos da ACL – Administração Central (despesas de sede da empresa e remuneração da diretoria), contingências, lucro e tributos sobre o faturamento – PIS, COFINS, ISS (serviço) ou ICMS e IPI (bens ou produtos).

A estimativa de custos apresentada pela Petrobras traz com clareza a previsão para cada um destes valores. Porém, a adequação dos números apresentados não foi apreciada no Relatório de Auditoria, vez que este se limitou a testar os preços informados pelas licitantes em face dos valores constantes do SINAPI e de outros referenciais de mercado, e sobre estes aplicar o BDI que considerou pertinente em detrimento do BDI contratual. Esta

metodologia, no entanto, deixa de considerar as fundamentais diferenças entre as obras em comento.

Portanto, entendemos ser inaplicável a comparação realizada pela Equipe de Auditoria entre os preços do DFP e os valores adotados como referência – os do banco de dados do SINAPI e outros referenciais – tanto por não serem os primeiros de responsabilidade da Petrobras, como também porque os valores utilizados como parâmetro não se aplicam aos tipos de contratos analisados.

Por outro lado, como é de conhecimento público a nova LDO excepciona as obras de construção e montagem da aplicação automática da mediana do SICRO e do SINAPI. A nova LDO já foi aprovada pelo Congresso Nacional e está somente à espera de sanção presidencial. Logo, em arrepio da nova LDO o Auditor [Federal de Controle Externo] afirma que não poderão sequer ser trazidos para a análise da SECOB argumentos quanto ‘à inaplicabilidade desses referenciais em obras da Petrobras. Ora, se a própria LDO nova já está excepcionando algumas situações em relação aos referenciais SICRO e SINAPI é porque a sua utilização não reflete em todos os casos os preços e parâmetros de mercado’. Ademais, a LDO é uma lei de vigência anual e a mudança brusca de paradigma poderá trazer intensa insegurança jurídica às relações contratuais que possuem efeitos contínuos e diferidos no tempo, sobretudo em função desta alteração mudar drasticamente o paradigma das auditorias.

Em uma conceituação habitual dos órgãos de controle, o sobrepreço é a diferença a maior, obtida do confronto entre os valores que compõe um orçamento final e os valores das referências adotadas pelo TCU como razoáveis de mercado. Já o superfaturamento é o valor pago a maior, isto é, a diferença decorrente dos valores pagos e os valores que deveriam ser pagos de acordo com o preço de mercado.

Logo, o sobrepreço deve ser interpretado como um vício de origem, quando um contrato hipoteticamente é ‘sobre-orçado’ e este orçamento é qualificado dessa forma a partir da comparação com supostos referenciais considerados como ‘de mercado’, usualmente os parâmetros estabelecidos pela LDO.

Nesta perspectiva, com a mudança de paradigma poderá haver contratos que apresentarão sobrepreço com base em uma auditoria realizada sob a égide de determinada LDO e, em via inversa, não apresentará mais este sobrepreço quando analisado sob a perspectiva da LDO mais recente.

Esta situação ganha contornos exóticos e inusitados quando esta análise passa a ser realizada tendo como premissa o conceito de superfaturamento, pois contratos executados com sobrepreço estão supostamente sendo superfaturados à medida da sua execução, no entanto, quando o paradigma da LDO mudar estes contratos deixarão de ser superfaturados, como se na prática um mesmo contrato pudesse estar no ano anterior com vício de superfaturamento em decorrência de sobrepreço (supostos preços excessivos frente ao mercado) e no ano seguinte não haver mais este vício, sem que qualquer medida saneadora seja adotada.

Em termos preliminares, deixamos assentada a premissa de que a LDO deve sofrer uma interpretação finalística para estabelecer quais são os parâmetros de mercado para cada segmento econômico e, mais importante ainda, que as suas modificações, acaso implementadas, não venham a trazer um cenário de instabilidade jurídica para as relações contratuais estabelecidas no Brasil.’ (folhas 57/96 do Volume Principal)

3.1.9 – Medidas corretivas:

Efetuar termo aditivo ao Contrato n. 0801.0052492.09.4 repactuando os valores contratados, contemplando a redução correspondente ao sobrepreço apurado no valor de R\$ 19.320.468,38.

3.1.10 – Conclusão da equipe:

A Petrobras apresentou manifestação sobre o Relatório Preliminar de auditoria, trazendo elementos que não foram suficientes para elidir o sobrepreço e o consequente superfaturamento apurado ou que alterasse o entendimento da equipe de auditoria sobre a situação encontrada, ao contrário disso, veio a reforçar ainda mais o posicionamento da equipe.

Em sua manifestação a Petrobras confirma, na página 12, que o DFP reflete o preço proposto e é utilizado por ela própria para aferir 'DE FORMA PORMENORIZADA E INDIVIDUAL' a compatibilidade de preços em relação à estimativa. Na página 13, reafirma que o DFP possui como finalidade 'ANALISAR O PREÇO PRATICADO PELA CONTRATADA' para a perfeita e fiel execução do escopo dos serviços estabelecidos no contrato. Na página 14, a Petrobras afirma que o DFP possui como utilidade ser o PARÂMETRO DE ANÁLISE DE PREÇO PROPOSTO. Por fim, na página 15, a Petrobras conclui o assunto reafirmando que a obrigatoriedade do preenchimento do DFP serve para VERIFICAR SE HOUVE TOTAL ENTENDIMENTO DO OBJETO E SE ESTÃO SENDO CONTEMPLADOS TODOS OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA OBRA, bem como SE ESTÃO SENDO ADOTADOS PARÂMETROS PERTINENTES DE PREÇOS de mão de obra, equipamentos e BDI.

Já na página 16, a Petrobras afirma que o DFP serve também para verificar a existência de distorções nos valores apresentados para cada um dos seguimentos do contrato (materiais, equipamentos, mão de obra direta e indireta), mas, de forma contraditória ao que vinha afirmando, diz que jamais seria para verificar a consistência de preços considerados UNITARIAMENTE. A equipe de auditoria não vê possibilidade de verificar distorção de valores em relação aos preços de mercado sem verificar a sua consistência que não seja de forma unitariamente. As LDOs referentes ao período de estimativa e contratação da obra em questão, Leis n. 11.768/2008, art. 109, e Lei n. 12.017/2009, art. 112, determinam que o custo global de obras e serviços executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes no Sistema SINAPI, ou SICRO ou nos casos em que o SINAPI e o SICRO não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI e do SICRO. Logo, a análise deve ser feita de forma unitária custo a custo, item a item, para se atingir o custo global da obra. Esse procedimento é feito pela Petrobras, conforme afirmado nos destaques das páginas 12, 13, 14 e 15 e, contraditoriamente, negado na página 16.

Portanto, conclui-se que o procedimento de análise de sobrepreço e consequente superfaturamento feito pela equipe de auditoria com base na análise do DFP mostra-se adequado pois, como confirma a auditada, o DFP demonstra como o preço é formado e é utilizado por ela própria para verificar a sua adequação, destaca-se, de forma pormenorizada e individual item a item.

Com relação à utilização de unidades de medida genéricas do tipo 'verba' e 'UNA', as quais dificultam a análise de compatibilidade do preço (se há ou não sobrepreço) e a formalização de algum aditivo que vier a ser necessário (evitando jogo de planilha), a Petrobras, na página 14, diz que a escolha da contratada pela discriminação em 'verba' no DFP não atribui ao contrato um caráter indeterminado, vez que O ESCOPO É DEFINIDO OBJETIVAMENTE NO MEMORIAL DESCRITIVO e nos demais Anexos que acompanham o instrumento convocatório. No entanto, como está apontado no achado referente ao Projeto Básico (achados 3.3 e 3.4), o memorial descritivo não apresenta a objetividade requerida:

Memorial Descritivo – Anexo I – Revisão A

Apêndice B – Requisitos básicos para instalação de canteiro de obras

(...)

Será atribuição da CONTRATADA determinar quais edificações deverão ser construídas nos canteiros e elaborar os projetos para sua construção (...), com definições das áreas edificadas, do sistema construtivo a ser adotado e dos materiais a serem empregados. Estas definições deverão obedecer às normas e leis pertinentes. A CONTRATADA poderá optar pelo sistema construtivo mais apropriado (ex: alvenaria armada, placas cimentícias com estrutura metálica, pré-fabricado em concreto celular, painéis de OSB com estrutura de madeira, contêineres, etc.). Contudo, na escolha do sistema construtivo todos os aspectos de SMS deverão ser considerados (segurança das instalações, salubridade, ergonomia, conforto térmico, acústico e visual, etc.).

Assim, o memorial descritivo para os serviços de execução do canteiro de obras não descreve OBJETIVAMENTE o que e como fazer, não evitando que o contrato tenha um caráter 'indeterminado', conforme expressão usada pela auditada. Estão indefinidos quais áreas serão edificadas, o sistema construtivo a ser adotado e os materiais a serem empregados. Estes serviços estão estimados pela Petrobras em R\$ 1.997.465,59. Não é possível fazer um paralelo desses serviços com a proposta de preços da contratada, em formato DFP porque, como dito antes, nesta, só consta os diversos insumos para toda a obra sem correlação a determinado serviço.

No que diz respeito à manifestação da Petrobras sobre a relação entre DFP x renegociação de preço x jogo de planilha, a Petrobras afirma que não há que se falar sequer na possibilidade de jogo de planilha, tendo em vista que o DFP é referencial e, em caso de futuros e hipotéticos aditivos contratuais, os preços serão necessariamente RENEGOCIADOS à luz das referências e preços de mercado. Ora, se a licitação serve justamente para escolher a melhor proposta então a melhor condição já está definida na licitação e no contrato consequente. Os preços já estão definidos de forma a contemplar o conjunto e formar essa melhor proposta. Os critérios de reajuste dos preços também já estão, ou pelo menos, devem estar fixados no edital e no contrato. Portanto, os preços não devem ser renegociados em futuros aditivos, pois o preço já está definido para os itens contratados. A exceção é para um aditivo que altere o projeto e conste serviços não contratados, aí sim uma negociação e não renegociação deverá ser feita, mas sempre atentando-se para o que determina a LDO em relação à obrigatoriedade desses preços refletirem o mercado naquele momento.

Em relação ao BDI, a Petrobras manifesta-se dizendo à página 30 que 'nesta ordem preliminar de ideias o que deve ficar assentado é a necessidade da adoção de um percentual diferenciado para o BDI de fornecimento da Petrobras, pois o suprimento de um contrato de EPC para grandes obras e empreendimentos possui natureza própria, completamente distinta da simples aquisição de materiais ou equipamentos. Nesta perspectiva, dentro da análise preliminar fica demonstrado de forma clara que o BDI tabelado constante na jurisprudência do TCU não deve ser aplicado no caso concreto sem os devidos ajustes e correções.' A equipe de auditoria concorda plenamente com os argumentos, tanto que não adotou percentual tabelado de BDI, seja para serviços ou para fornecimento de materiais. A equipe analisou cada item do BDI levando-se em conta as especificidades do contrato, conforme metodologia descrita em CONSIDERAÇÕES SOBRE CUSTOS, chegando aos percentuais de 28,41% para serviços e 17,96% para fornecimento. As análises dos BDIs de serviço e fornecimento encontram-se nas tabelas ao final do item do relatório situação encontrada referente ao achado Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

Por fim, a Petrobras traz em sua manifestação preliminar as considerações sobre a LDO e os referenciais de preço citados na lei. A auditada afirma na página 33 que nos preços do SINAPI não estariam as despesas com projetos em geral, licenças, seguros, administração, financiamentos, equipamentos mecânicos (elevadores, compactadores, exaustores de ar condicionado e outros). Também não estariam incluídos os benefícios e despesas indiretas – BDI. Conclui afirmando que para a realização de qualquer espécie de comparação entre os

preços de determinados serviços e materiais do contrato com os preços do SINAPI são obrigatórias adaptações.

Esse entendimento em relação ao SINAPI é falho quando cita a ausência de equipamentos e falha na conclusão sobre a necessidade de adaptações para incorporar esses itens às composições. De fato na planilha de custo do SINAPI não constam os itens projetos em geral, licenças, seguros, administração e financiamentos. No entanto, esses itens devem constar na planilha de custo direto ou no BDI discriminadamente e são itens que não compõem um outro serviço, isto é, não fazem parte da composição de custo de nenhum serviço e portanto não é necessária nenhuma adaptação. O SINAPI também não leva em conta BDI, mesmo porque é um item que diz respeito às características de cada empresa, do local da obra dentre outros, mas isso não significa que as composições de serviços em si careçam de adaptações em função disso. Com relação aos equipamentos o SINAPI traz diversas máquinas e equipamentos como elevadores de obra (sinapi i 3355), compactadores (sinapi c 5957), furadeira (sinapi i 3291), gerador (sinapi i 3331) dentre uma série de outros e, da mesma forma, a ausência de um ou outro equipamento não significa que as composições de serviço devam ser adaptadas. No caso de não haver o equipamento no SINAPI a equipe de auditoria, no caso concreto da presente análise, recorreu ao SICRO ou então à tabela ABEMI sem ter havido necessidade de adaptar nenhuma composição.

A Petrobras manifesta sua discordância em relação à metodologia utilizada (análise do contrato e do DFP comparando-se os preços dos insumos e serviços com os referenciais e mercado) sob a justificativa dos referenciais não serem de sua responsabilidade e ainda porque os valores utilizados como parâmetro não se aplicariam aos tipos de contratos analisados. No entanto, de forma contraditória quanto a sua discordância sobre a metodologia utilizada (a qual já demonstramos ser a mais adequada), a Petrobras diz que 'o sobrepreço deve ser interpretado como vício de origem, quando um contrato hipoteticamente é sobreorçado e este orçamento é qualificado dessa forma a partir da comparação com os referenciais considerados de mercado, usualmente os parâmetros estabelecidos pela LDO.' Logo, os argumentos da Petrobras convergem para o mesmo entendimento da equipe de que a análise do contrato e seus anexos (DFP), face os referenciais de preço determinados na LDO para apurar o sobrepreço está correta.

Por fim, a Petrobras traz à baila a mudança anual da LDO levantando a hipótese de que uma auditoria realizada sob a égide de determinada LDO poderia apresentar sobrepreço e sob os ditames de outra LDO poderia não apresentar sobrepreço.

É necessário esclarecer que a estimativa, as propostas de preço e os contratos devem ser analisados à luz da legislação em vigor à época de sua elaboração para identificação de sobrepreço. É razoável exigir do gestor que siga as leis do momento da elaboração da estimativa e da contratação. Os preços de mercado também devem ser aqueles praticados à época e não no momento atual para identificação de sobrepreço. Então, uma mudança da LDO irá afetar os contratos de sua vigência em diante, não retroagindo aos contratos já firmados e não interferindo na existência de divergência em relação aos preços de mercado à época.

Ante todo o exposto, conclui-se que os esclarecimentos e considerações trazidos pela Petrobras, em sede de manifestação preliminar, não elidem o sobrepreço e o consequente superfaturamento apontado no contrato cujos preços foram analisados na presente auditoria. Portanto, propõe-se a audiência dos responsáveis para apresentarem as razões de justificativa, a oitiva da Petrobras e da empresa contratada, na pessoa de seus representantes legais, para que, se assim o quiser, se pronunciarem acerca do sobrepreço e superfaturamento apurados.

(...)

3.2 – Estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira deficiente.

(...)

3.2.2 – Situação encontrada:

A equipe de auditoria, com o intuito de verificar a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, requisitou à Petrobras os documentos que subsidiaram a tomada de decisão dos seus dirigentes quanto à aprovação da sua execução, os chamados Pacotes de Suporte à Decisão – PSD para FEL1, FEL2 e FEL3 e os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE. Destacam-se do PSD os seguintes trechos:

‘O custo do empreendimento, estimado na Fase 1 em US\$ 32,12 milhões, passou para US\$ 190,77 milhões na Fase 2 devido a acréscimos no escopo, inclusive para atender à necessidade de especificação do teor de enxofre do diesel produzido, atualização de valores estimados alteração da taxa cambial (de US\$ 1,00 = R\$ 2,32 para US\$ 1,80), conforme indicado no Capítulo 3 – Histórico do Empreendimento. Ao final da Fase 3, o custo estimado do empreendimento passou para US\$ 214,73 MM utilizando a taxa cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,10, cujo acréscimo está dentro do limite de variação da estimativa da Fase 2.

(...)

PARECER DA ESTRATÉGIA E DESEMPENHO EMPRESARIAL

(...)

Caso os investimentos previstos ultrapassem o patamar de US\$ 300 MM, recomenda-se realizar Pós-EVTE e Acompanhamento Físico e Financeiro Corporativo; seja conduzida uma Análise de Riscos Quantitativa referente à viabilidade econômica do Projeto; o Projeto seja incluído na base do Sistema PLANINV, de forma a representar seu impacto nos demais projetos do Sistema Petrobras;

(...)

O Parecer indica, ainda, que, no PSD do Projeto, não foi mencionado se haverá impactos na Refinaria Landulpho Alves Mataripe – RLAM, positivos ou negativos, por conta da remoção de nafta da carga. Se for constatada a existência de impacto econômico significativo, positivo ou negativo, este deverá ser quantificado e incorporado ao EVTE deste Projeto. Finalmente, o Parecer menciona que o mercado local de Diesel impacta significativamente o VPL [Valor Presente Líquido] do Projeto. Com a entrada em operação da Refinaria Premium II, localizada no Ceará, pode haver uma alteração no abastecimento da região, com fortes impactos sobre o Projeto.

(...)

PARECER DO PLAFIN

Na análise de sensibilidade, o Projeto apresentou influência relevante dos investimentos, visto que uma variação de 13% é suficiente para tornar o VPL diferencial igual a zero. Além disso, foi observado que a postergação do Projeto em um ano ou em dois anos acarreta incremento do VPL diferencial.

(...) foi observada uma forte influência da demanda de diesel sobre o VPL diferencial do projeto. No Caso-Base, foi valorado considerando uma demanda 150% acima da contida no PLANINV. Se for considerada uma variação positiva de 100% na curva contida no PLANINV, o projeto apresentará um VPL diferencial negativo em US\$ 0,5 milhão, e, caso a variação seja positiva em 50%, o VPL diferencial passa a ser negativo em US\$ 7,09 milhões. Portanto, entende-se que a previsão adotada pode ser muito otimista e que um pequeno desvio será suficiente para consumir toda a geração de valor do projeto.

(...)

Pelo fato de o Projeto não ter sido calculado no PLANINV, deve-se ter muita atenção quanto à possível concorrência que (...) sofrerá após a instalação da Refinaria Premium no Ceará, o que poderá implicar em redução drástica da demanda de diesel da RPCC e consequente redução de VPL. Por isso, sugerimos que seja realizada a análise do projeto dentro da estrutura do PLANINV.

(...) recomendamos que seja elaborada análise de risco econômico-financeiro do Projeto para que sejam fornecidos mais dados aos decisores.

(...) o Parecer indica que o Projeto conta com a participação da Refinaria Abreu Lima – RNEST em sua estrutura logística de transporte e especificação do diesel. Entretanto, essa Refinaria não estará concluída quando da entrada em operação deste projeto, podendo implicar em ampliação dos custos de transporte para unidades mais distantes e custos de processamento diferentes, podendo por em risco o VPL diferencial do Projeto.¹

ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Dos pareceres dos setores de estratégia e de planejamento financeiro verifica-se a preocupação quanto aos gastos com o empreendimento. Em uma parte do estudo, estima-se um gasto total limite de 300 milhões de dólares com o empreendimento; em outra parte, cita-se como limite 214,73 milhões de dólares. O estudo não deixa claro qual o custo total limite para o empreendimento, além de alertar para o fato de que uma variação de 13% a maior nos gastos poderá tornar o Valor Presente Líquido – VPL diferencial zero, em outras palavras, poderá tornar o empreendimento inviável. Outro ponto do parecer alerta para a influência da demanda de diesel do projeto e para o fato de que a previsão adotada pode ser muito otimista e que um pequeno desvio no plano de investimento será suficiente para consumir toda a geração de valor do projeto.

Questionados pela equipe de auditoria durante a reunião de encerramento os gestores do empreendimento informaram que até o momento não foi elaborada a análise de risco econômico-financeira do Projeto. Assim, não há um parecer conclusivo quanto à viabilidade do empreendimento em virtude da possibilidade de que outras variáveis utilizadas no EVTE interna ao empreendimento não estejam suficientemente definidas (limitação de gastos em 13% acima do estimado) e externas (influência da refinaria Premium e dependência da Refinaria Abreu e Lima) poderem afetar negativamente o empreendimento. A equipe de auditoria foi informada de que existem outras alternativas para contornar a dependência em relação à Refinaria Abreu e Lima, mas não foi observada no EVTE a consideração dessas alternativas.

O presente contrato objeto de análise pela equipe trata apenas das instalações terrestres e, conforme informações contidas no documento intitulado apresentação TCU versão 4, ainda está em fase de contratação a execução das instalações submarinas do empreendimento. O edital de licitação das instalações submarinas não foi objeto de fiscalização da equipe. De qualquer forma, é imperativo que se conheça o valor total estimado atualizado para o empreendimento (se ainda está estimado em US\$ 214.73 MM em vista das mudanças em projeto, da variação cambial ocorrida no período e da contratação das instalações terrestres em execução) e que se realize a análise de risco econômico-financeira do Projeto antes da contratação da segunda fase (instalações submarinas) tendo em mente que os custos totais não poderão ultrapassar em 13% o valor estimado e que a taxa cambial à época do estudo era US\$ 1,00 = R\$ 2,10, hoje a taxa cambial é de US\$ 1,00 = R\$ 1,77.

Desta forma, a equipe de auditoria considera que o estudo de viabilidade técnica e econômica da obra é deficiente, pois não opina conclusivamente sobre a viabilidade da obra e não fornece suporte adequado à tomada de decisão segura dos dirigentes quanto ao prosseguimento do empreendimento. Visando evitar que a obra cause maiores danos ao erário, uma vez que foram observados indícios de superfaturamento no contrato das obras de instalações terrestres, deve ser feita a análise de risco econômico-financeira sugerida no EVTE e refeita a estimativa de custo, levando-se em conta a variação cambial, as variáveis positivas e negativas que podem afetar o empreendimento (influência da Refinaria Premium II e possível dependência da Refinaria Abreu e Lima ou demais alternativas) e os gastos efetuados até o momento, antes que se passe para a segunda etapa (instalações marítimas).

Além disso, deve-se determinar à Petrobras que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 dias da ciência da decisão que for proferida, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira (EVTE) do empreendimento 'Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão no

Estado do Rio Grande do Norte', conforme preconizado no Manual de Apresentação de Estudos de Viabilidade de Projetos de Grande Vulto, documento aprovado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 (CMA), bem como no normativo interno da Petrobras – PG-12-SL/ECP-001 e no Manual de Investimentos Petrobras 2006, que contenham as seguintes informações, entre outras que julgue necessárias:

- i) pacote de suporte à decisão em todos os níveis (FEL-1, FEL-2 e FEL-3), adotado pela Petrobras, ou Laudos de Avaliação econômico-financeira ou, ainda, documentos que contenham as informações sobre o EVTE;
- ii) planilhas eletrônicas desenvolvidas para avaliação econômico-financeira do empreendimento, em meio magnético, com fórmulas discriminadas, sem a exigência de senhas de acesso ou qualquer forma de bloqueio aos cálculos, e, quando for o caso, descrição do inter-relacionamento das planilhas apresentadas, de acordo com o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD);
- iii) estudo de demanda ou volume de venda desenvolvido a partir das características do empreendimento, incluindo todas as receitas operacionais ou outras que venham a compor o total de receitas, e, ainda, especificando a área de influência do projeto;
- iv) custos e despesas estimados para a prestação dos serviços ou para a produção;
- v) projeção das receitas, dos custos e das despesas operacionais devidamente fundamentada em premissas econômicas e financeiras;
- vi) premissas econômicas e financeiras (ex: preço do produto ou do insumo, taxa de câmbio, taxa de inflação, taxa de crescimento do PIB etc) utilizadas para projeção dos componentes do fluxo de caixa fundamentadas em fontes oficiais ou, caso adote fontes não oficiais, apresentar justificativas para tal medida;
- vii) investimentos a serem realizados, com data de referência e discriminados com quantitativos e preços utilizados na orçamentação;
- viii) parâmetros a serem utilizados na definição da taxa de desconto ou da taxa mínima de atratividade, acompanhados dos respectivos cálculos, critérios de definição e justificativas, consistentes com a metodologia do WACC;
- ix) data-base e horizonte de projeção, conforme estabilização do fluxo de caixa;
- x) cálculo e valor da perpetuidade, quando for o caso;
- xi) análise de sensibilidade das principais premissas que influenciam o fluxo de caixa;
- xii) parâmetros técnicos operacionais visando otimizar a capacidade de produção e de ociosidade, para o mercado interno e o externo, que possibilite verificar as alternativas de investimentos, comprovando-as sob o ponto de vista econômico-financeiro.

(...)

3.2.8 – Esclarecimentos dos responsáveis:

A Petrobras apresentou seus esclarecimentos preliminares (...):

'A Petrobras, em atendimento à requisição do TCU, apresentou os Pacotes de Suporte à Decisão – PSD e os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o EVTE é um importante documento onde resta consignada a motivação dos atos praticados pela Companhia, mas não é o único.

Assim, o Projeto da Refinaria Clara Camarão não pode ser avaliado única e exclusivamente pela ótica da sua Análise Econômica. Outros motivos, ainda que de ordem estritamente econômica, tais como questões com foco em segurança, saúde e meio ambiente (desmobilização do Terminal Aquaviário de Natal, redução de trânsito rodoviário e mudanças determinadas pela Agência Reguladora – ANP para redução de enxofre nos produtos diesel e gasolina), podem embasar a decisão da Companhia.

Ressalte-se que a Petrobras conta com o Pólo Industrial de Guamaré desde 1999, sendo este responsável pelo atendimento da demanda local de óleo diesel. Considerando o aumento de mercado deste derivado e, sobretudo, atendimento da determinação da ANP

para redução do teor de enxofre dos produtos diesel e gasolina, foi necessário investir na adequação de seu parque, garantindo sua continuidade operacional.

Portanto, a aprovação do projeto pela continuidade de uma operação industrial em Guamaré levou em consideração, além do resultado econômico favorável, os ganhos sócio-ambientais, em alinhamento com a missão da Companhia.

Pois bem. Estabelecida essa premissa, passemos à análise de mérito da questão.

Afirma o Relatório Preliminar da Auditoria que a contratação em questão deu-se com base em Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica Deficiente.

É importante enfatizar que a avaliação econômica do projeto foi elaborada de acordo com a sistemática de aprovação de projetos da Companhia, utilizando critérios e premissas corporativas vigentes.

Adicionalmente, é preciso ter em mente que a avaliação quanto à viabilidade do projeto está inserida na gestão do negócio, que é inerente à atividade empresarial desempenhada pela Petrobras, enquanto Sociedade de Economia Mista exploradora de atividade econômica.

Nesse contexto, esclarecemos que a elaboração do EVTE tem como objetivo subsidiar a tomada de decisão dos gestores, tendo em vista que toda decisão tomada pelos representantes ou pelo corpo gerencial da Companhia deve ser animada por uma motivação.

Assim, temos que a tomada de decisão deve ser analisada, não só à luz das informações disponíveis no momento da elaboração da EVTE, como também sob o enfoque da natureza da atividade desempenhada pela Companhia.

Feita essa ressalva, discordamos da alegação dos analistas da SECOB no sentido de que o EVTE não forneceu suporte técnico para tomada de decisão dos gestores, pelas razões a seguir expostas.

Diferentemente ao alegado pelo Relatório de Auditoria, a análise de risco econômico-financeira quantitativa do projeto não se fez necessária, devido ao custo do investimento ser inferior a US\$ 300 milhões, conforme parecer da Estratégia, e dos outros fatores, já elencados acima, que levaram à aprovação do projeto.

Isso porque o valor limite de US\$ 300 milhões citado no parecer da Estratégia refere-se ao limite corporativo acima do qual exige a realização de análise de risco pós-EVTE, não tendo relação direta com o limite de custo de investimentos para o projeto em questão.

O estudo deixa claro que o valor estimado do empreendimento de US\$ 214,73 milhões refere-se à estimativa de custo mais atualizada do projeto não podendo ser considerado como o limite de custo de investimentos. Este valor na prática está se mostrando adequado, tendo em vista que 70% do montante já se referem a valores gastos, contratos firmados e licitações concluídas, aumentando o grau de certeza de que o montante dos investimentos não ultrapassará a estimativa inicial.

A estimativa orçamentária para o empreendimento se mantém no valor de US\$ 214,73 MM com maior nível de certeza, considerando que as obras terrestres já foram contratadas abaixo do valor estimado e os valores gastos no gerenciamento e fiscalização de todo empreendimento estão sendo devidamente controlados, cujo resultado até o presente momento demonstra que a tendência será de realização inferior ao da estimativa.

Ressalte-se, ainda, que algumas das premissas adotadas pelo EVTE, quanto às expectativas de mercado já se confirmam e foram, até, superadas.

Como exemplo, podemos citar que, no âmbito do projeto, foi considerado um mercado de diesel superior ao indicado pelo PLANINV, tendo em vista a atuação prevista da nova refinaria RPCC no sentido de ampliar raio de influência para atingir mercados ao seu entorno, incluindo áreas ao sul do Ceará e ao norte da Paraíba.

De fato, com a entrada em operação desta unidade de refino, desde agosto de 2009, esta tendência se concretizou trazendo mais economia no custo logístico para suprimento destas regiões. Ou seja, as premissas de mercado adotadas estão se confirmando na prática, de tal forma que o mercado atual de diesel já se iguala a estimativa para 2016.

Ademais, é salutar esclarecer que a Refinaria Premium II, cuja partida está prevista para 2017, não irá impactar o mercado de diesel para o projeto em questão, uma vez que está sendo projetada exclusivamente para atendimento ao mercado externo de diesel.

Por outro lado, o EVTE considerou como fonte de suprimento a refinaria Abreu e Lima gerando um ganho pela diferença de custos entre os modais logísticos: marítimo e rodoviário, com vantagem para o primeiro. Caso seja necessário suprimento alternativo tal ganho será ampliado, considerando o incremento de distância para as demais refinarias.

O Relatório aponta, ainda, que se houver uma variação de 13% no valor estimado do projeto, o resultado poderá tornar o Valor Presente Líquido – VPL diferencial zero.

Ora, qualquer projeto de investimento embute um risco de variação de VPL, variação essa que é inerente à gestão do negócio.

Isso não significa dizer que o projeto é inviável, mas, tão somente, que é necessário atentar para algumas variáveis que podem interferir negativamente sobre o projeto.

Nesse ponto, esclarecemos que o projeto é acompanhado sistematicamente e as premissas que nortearam sua aprovação, como custo de investimento (US\$ 214,73 milhões) e demanda de diesel na região permanecerem vigentes.

Dessa forma, a elaboração de um novo EVTE somente será pertinente mediante a constatação de alteração significativa nas premissas adotadas, o que não se configura até o momento.

Diante do exposto, considerando que o cenário atual revelou-se aderente ao que se apresentava no momento da tomada de decisão, bem como o resultado demonstra que a tendência será de realização inferior ao da estimativa, temos que irregularidade em comento não merece subsistir, ante a inexistência de risco de lesão à Petrobras. (folhas 57/96 do Volume Principal)

3.2.9 – Medidas corretivas:

Comprovar a viabilidade do empreendimento por meio da apresentação do EVTE com suas premissas, além da análise de risco apontada no Pacote de Suporte à Decisão-PSD.

3.2.10 – Conclusão da equipe:

A Petrobras apresentou manifestação sobre o Relatório Preliminar de auditoria, trazendo elementos que não foram suficientes para elidir a irregularidade apontada ou que alterasse o entendimento da equipe de auditoria. A seguir será feita análise sobre os principais argumentos trazidos pela auditada.

A Petrobras afirma que a análise de risco econômico-financeira quantitativa do projeto não se fez necessária, devido ao custo do investimento ser inferior a US\$ 300 milhões. Porém, a recomendação da realização dessa análise de risco parte do próprio setor de Estratégia e do setor de Planejamento Financeiro e não de conclusões da equipe de auditoria à respeito do EVTE.

Consta do parecer da Estratégia e Desempenho Empresarial as seguintes recomendações:

- 1 – Caso os investimentos previstos ultrapassem o patamar de US\$ 300 MM, recomenda-se realizar Pós-EVTE e Acompanhamento Físico e Financeiro Corporativo;
- 2 – seja conduzida uma Análise de Riscos Quantitativa referente à viabilidade econômica do Projeto;
- 3 – o Projeto seja incluído na base do Sistema PLANINV, de forma a representar seu impacto nos demais projetos do Sistema Petrobras.

E consta do parecer do Planejamento Financeiro ‘recomendamos que seja elaborada análise de risco econômico-financeiro do Projeto para que sejam fornecidos mais dados aos decisores.’

Assim, os Pacotes de Suporte à Decisão – PSDs concluem que a análise de risco econômico-financeiro do projeto deve ser elaborada para que sejam fornecidos mais dados para os decisores, diferentemente do pós-EVTE que, também segundo os PSDs, deve ser realizado caso os investimentos previstos ultrapassem o limite de US\$ 300 milhões. Portanto, o Pós-EVTE é que deve ser realizado caso os investimentos passem de US\$ 300 MM, mas a análise de risco é recomendada para garantir a viabilidade do projeto em função da Refinaria Premium e da Refinaria Abreu e Lima.

A Petrobras cita que a Refinaria Premium II, cuja partida está prevista para 2017, não irá impactar o mercado de diesel para o projeto em questão, uma vez que está sendo projetada exclusivamente para atendimento ao mercado externo de diesel.

Essa informação contradiz o que consta do parecer da área de Estratégia e Desempenho Empresarial a qual destacamos ‘Finalmente, o Parecer menciona que o mercado local de Diesel impacta significativamente o VPL do Projeto. Com a entrada em operação da Refinaria PremiumII, localizada no Ceará, pode haver uma alteração no abastecimento da região, com fortes impactos sobre o Projeto.’ Ou a área de Estratégia desconhece o negócio da Petrobras ou a informação de que a Refinaria Premium não impactará o mercado. Assim, deixamos para que a Petrobras responda à essa questão em suas razões de justificativa.

Outro ponto que merece destaque na manifestação da Petrobras é que ‘o EVTE considerou como fonte de suprimento a refinaria Abreu e Lima gerando um ganho pela diferença de custos entre os modais logísticos: marítimo e rodoviário com vantagem para o primeiro. Caso seja necessário suprimento alternativo tal ganho será ampliado, considerando o incremento de distância para as demais refinarias.’

Se houver necessidade de suprimento alternativo (não entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima no tempo esperado) como poderá haver ganho com o incremento (aumento) de distância de transporte de outras refinarias? É outra questão que merece esclarecimentos da Petrobras em suas razões de justificativa.

Ante todo o exposto, conclui-se que os esclarecimentos e considerações trazidos pela Petrobras, em sede de manifestação preliminar, não elidem a deficiência do EVTE quanto à demonstração da viabilidade do empreendimento. Portanto, propõe-se, a audiência dos responsáveis para apresentarem as razões de justificativa e determinar à Petrobras que envie a este Tribunal a análise de risco apontada no EVTE.”

6. A Equipe de Auditoria, com o endosso do Supervisor e Secretário da 3ª Secob (fls. 122/125), apresenta a seguinte proposta de encaminhamento:

6.1. seja realizada audiência, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, para que os responsáveis abaixo, no prazo de quinze dias, a contar da ciência, encaminhem a este Tribunal de Contas razões de justificativa em decorrência dos respectivos atos:

6.1.1. Sr. Sérgio dos Santos Arantes, na condição de Gerente de Custo e Estimativas de Prazos de Serviços e Logística da Engenharia – Gerente da SL/ECP: ter elaborado orçamento estimativo de obra pública que ensejou, no Contrato n. 0801.0052492.09.4, indício de sobrepreço no valor de R\$ 19.320.468,38 em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008 e no art. 37, caput, da Constituição Federal (Achado 3.1);

6.1.2. Sr. David Almeida Schmidt, na condição de Gerente de Implementação de Empreendimento para o Norte e Nordeste: ter contratado a execução de obra pública com indício de sobrepreço no Contrato n. 0801.0052492.09.4 no valor de R\$ 19.320.468,38, resultando em indício de superfaturamento com a medição e pagamento dos serviços no valor de R\$ 8.964.697,33, em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008 e no art. 37, caput, da Constituição Federal (Achado 3.1);

6.1.3. Sr. Antônio Carlos Alvarez Justi, na condição de Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos para E&P e Transporte Marítimo: ter autorizado a contratação para a

execução de obra pública (Contrato n. 0801.0052492.09.4) com indício de sobrepreço no valor de R\$ 19.320.468,38, resultando em indício de superfaturamento com a medição e pagamento dos serviços no valor de R\$ 8.964.697,33, em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008 e no art. 37, caput, da Constituição Federal (Achado 3.1);

6.1.4. Sr. Rogério Tadeu Liguori, na condição de Gerente Setorial de Planejamento e Controle para o RNCE e Coordenador da Comissão de Licitações: ter selecionado proposta para execução da obra com indício de sobrepreço no valor de R\$ 19.320.468,38, a qual serviu de base para a assinatura do Contrato n. 0801.0052492.09.4, e autorizado o pagamento dos serviços resultando em indício de superfaturamento no valor de R\$ 8.964.697,33, em desacordo com o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008 e no art. 37 caput da Constituição Federal (Achado 3.1);

6.2. seja determinado à Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que (Achado 3.2):

6.2.1. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 dias da ciência da decisão que for proferida, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômico-financeira (EVTE) do empreendimento “Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão no Estado do Rio Grande do Norte”, conforme preconizado no Manual de Apresentação de Estudos de Viabilidade de Projetos de Grande Vulto, documento aprovado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 (CMA), bem como no normativo interno da Petrobras – PG-12-SL/ECP-001 e no Manual de Investimentos Petrobras 2006, que contenham as seguintes informações, entre outras que julgue necessárias:

6.2.1.1. pacote de suporte à decisão em todos os níveis (FEL-1, FEL-2 e FEL-3), adotado pela Petrobras, ou Laudos de Avaliação econômico-financeira ou, ainda, documentos que contenham as informações sobre o EVTE;

6.2.1.2. planilhas eletrônicas desenvolvidas para avaliação econômico-financeira do empreendimento, em meio magnético, com fórmulas discriminadas, sem a exigência de senhas de acesso ou qualquer forma de bloqueio aos cálculos, e, quando for o caso, descrição do inter-relacionamento das planilhas apresentadas, de acordo com o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD);

6.2.1.3. estudo de demanda ou volume de venda desenvolvido a partir das características do empreendimento, incluindo todas as receitas operacionais ou outras que venham a compor o total de receitas, e, ainda, especificando a área de influência do projeto;

6.2.1.4. custos e despesas estimados para a prestação dos serviços ou para a produção;

6.2.1.5. projeção das receitas, dos custos e das despesas operacionais devidamente fundamentada em premissas econômicas e financeiras;

6.2.1.6. premissas econômicas e financeiras (ex: preço do produto ou do insumo, taxa de câmbio, taxa de inflação, taxa de crescimento do PIB etc) utilizadas para projeção dos componentes do fluxo de caixa fundamentadas em fontes oficiais ou, caso adote fontes não oficiais, apresentar justificativas para tal medida;

6.2.1.7. investimentos a serem realizados, com data de referência e discriminados com quantitativos e preços utilizados na orçamentação;

6.2.1.8. parâmetros a serem utilizados na definição da taxa de desconto ou da taxa mínima de atratividade, acompanhados dos respectivos cálculos, critérios de definição e justificativas, consistentes com a metodologia do WACC;

6.2.1.9. data-base e horizonte de projeção, conforme estabilização do fluxo de caixa;

6.2.1.10. cálculo e valor da perpetuidade, quando for o caso;

6.2.1.11. análise de sensibilidade das principais premissas que influenciam o fluxo de caixa;

6.2.1.12. parâmetros técnicos operacionais visando otimizar a capacidade de produção e de ociosidade, para o mercado interno e o externo, que possibilite verificar as alternativas de investimentos, comprovando-as sob o ponto de vista econômico-financeiro;

6.2.2. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 dias consecutivos, a Análise de Riscos Quantitativa referente à viabilidade econômico-financeira do empreendimento “Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão no Estado do Rio Grande do Norte” apontada no Pacote de Suporte à Decisão do EVTE;

6.3. seja realizada a oitiva da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras e da empresa Tenace Engenharia e Consultoria Ltda. para que se manifestem acerca do indício de irregularidade apontado que resultou no sobrepreço de R\$ 19.320.468,38 e no superfaturamento no valor de R\$ 8.964.697,33, esclarecendo-lhes que a não apresentação de elementos ou, ainda, o não acolhimento das argumentações, por parte deste Tribunal, pode ensejar a fixação de prazo para adoção das medidas legais cabíveis com vistas à repactuação do Contrato n. 0801.0052492.09.4 (Achado 3.1);

6.4. seja comunicado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n.º 12.017/2009 (LDO/2010), nas obras de implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão em Guamaré, no Estado do Rio Grande do Norte, PT 25.753.0288.125M.0024/2010 – “Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão no Estado do Rio Grande do Norte”, Contrato n.º 0801.0052492.09.4, tendo sido estimado potencial dano ao erário de R\$ 19.320.468,38;

6.5. seja enviada ao Ministério de Minas e Energia cópia da Deliberação que vier a ser proferida, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam;

6.6. seja enviada ao Ministério Público Federal e ao Departamento da Polícia Federal, com fulcro na Cláusula Quarta, I, do Protocolo de Intenções, de 25/03/2009, publicado no D.O.U. em 06/04/2009, a documentação mencionada no subitem 6.5 retro, bem como cópia do relatório de fiscalização, para conhecimento acerca dos indícios de irregularidades apontados no Contrato n.º 0801.0052492.09.4;

É o Relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Trata-se do Relatório de Auditoria realizada na Petrobras, pela 3ª Secob, no âmbito do Fiscobras 2010, conforme determinado pelo Acórdão n.º 442/2010 – Plenário (TC 027.472/2009-4), no período de 28/06 a 23/07/2010, referente aos recursos alocados ao PT 25.753.0288.125M.0024/2010 – “Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão no Estado do Rio Grande do Norte”.

2. O empreendimento diz respeito às obras de ampliação da Refinaria Potiguar Clara Camarão, com a construção, montagem, condicionamento e operação das instalações terrestres da Unidade de Gasolina e instalações de recebimento e expedição de diesel.

3. Para atingir o objetivo perseguido, a Petrobras firmou o Contrato n.º 0801.0052492.09.4 com a empresa Tenace Engenharia e Consultoria Ltda., no valor de R\$ 160.800.025,70, dos quais 46,4% já foram pagos (fl. 126-v).

4. Segundo a Unidade Técnica, tanto a execução física quanto a financeira alcançam 46% do valor contratado.

5. A 3ª Secob detectou sobrepreço e superfaturamento na obra em questão (Achado 3.1), recomendando a sua paralisação, tendo em vista a potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário e a existência de desvio relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública, em especial ao da economicidade – duas das premissas constantes da Lei n.º 11.768 (LDO 2009) para a aplicação do conceito de irregularidade grave aos contratos passíveis de exame pelo Tribunal e, consequentemente, a suspensão cautelar das execuções física, orçamentária e financeira dos ditos ajustes.

6. Além disso, considerou deficiente o estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira que motivou a aprovação do empreendimento (Achado 3.2).

7. Início o exame das irregularidades pelo segundo Achado de Auditoria.

8. Ao prestar os esclarecimentos à Equipe de Fiscalização, a Petrobras apresentou as seguintes justificativas, cujas partes mais elucidativas transcrevo abaixo (folhas 57/96):

“Inicialmente, cumpre esclarecer que o EVTE [Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica] é um importante documento onde resta consignada a motivação dos atos praticados pela Companhia, mas não é o único.

Assim, o Projeto da Refinaria Clara Camarão não pode ser avaliado única e exclusivamente pela ótica da sua Análise Econômica. Outros motivos, ainda que de ordem estritamente econômica, tais como questões com foco em segurança, saúde e meio ambiente (desmobilização do Terminal Aquaviário de Natal, redução de trânsito rodoviário e mudanças determinadas pela Agência Reguladora – ANP para redução de enxofre nos produtos diesel e gasolina), podem embasar a decisão da Companhia.

Ressalte-se que a Petrobras conta com o Pólo Industrial de Guamaré desde 1999, sendo este responsável pelo atendimento da demanda local de óleo diesel. Considerando o aumento de mercado deste derivado e, sobretudo, atendimento da determinação da ANP para redução do teor de enxofre dos produtos diesel e gasolina, foi necessário investir na adequação de seu parque, garantindo sua continuidade operacional.

Portanto, a aprovação do projeto pela continuidade de uma operação industrial em Guamaré levou em consideração, além do resultado econômico favorável, os ganhos sócio-ambientais, em alinhamento com a missão da companhia.

Pois bem. Estabelecida essa premissa, passemos à análise de mérito da questão.

Afirma o Relatório Preliminar Auditoria que a contratação em questão deu-se com base em Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica Deficiente.

É importante enfatizar que a avaliação econômica do projeto foi elaborada de acordo com a sistemática de aprovação de projetos da Companhia, utilizando critérios e premissas corporativas vigentes.

Adicionalmente, é preciso ter em mente que a avaliação quanto à viabilidade do projeto está inserida na gestão do negócio, que é inerente à atividade empresarial desempenhada pela Petrobras, enquanto Sociedade de Economia Mista exploradora de atividade econômica.

Nesse contexto, esclarecemos que a elaboração do EVTE tem como objetivo subsidiar a tomada de decisão dos gestores, tendo em vista que toda decisão tomada pelos representantes ou pelo corpo gerencial da Companhia deve ser animada por uma motivação.

Assim, temos que a tomada de decisão deve ser analisada, não só à luz das informações disponíveis no momento da elaboração da EVTE, como também sob o enfoque da natureza da atividade desempenhada pela Companhia.

Falta essa ressalva, discordamos da alegação dos analistas da SECOP no sentido de que o EVTE não forneceu suporte técnico para tomada de decisão dos gestores, pelas razões a seguir expostas.

Diferentemente ao alegado pelo Relatório de Auditoria, a análise de risco econômico-financeira quantitativa do projeto não se fez necessária, devido ao custo do investimento ser inferior a US\$ 300 milhões, conforme parecer da Estratégia, e dos outros fatores, já elencados acima, que levarão à aprovação do projeto.

Isso porque o valor limite de US\$ 300 milhões, citado no parecer da Estratégia, refere-se ao limite corporativo acima do qual exige a realização de análise de risco pós-EVTE, não tendo relação direta com o limite de custo de investimentos para o projeto em questão.

(...)"

9. Assiste razão à Petrobras quanto aos seguintes aspectos:

9.1. avaliação do Projeto por outras óticas que não a econômica, principalmente a ambiental – desmobilização do Terminal Aquaviário de Natal, redução do trânsito rodoviário e mudanças determinadas pela ANP para redução de enxofre diesel e gasolina;

9.2. avaliação econômica do Projeto de acordo com a sistemática da Companhia;

9.3. inserção da referida análise na gestão de negócio, inerente à atividade empresarial desempenhada pela Petrobras;

9.4. não-extrapolação do limite de US\$ 300 milhões acima do qual se exige a realização de análise de risco pós-EVTE.

10. A análise da resposta da empresa deixa claro que não houve descon sideração, por parte da empresa, da obrigação de promover a necessária avaliação econômica do Projeto. As questões sublinhadas pela Equipe de Auditoria foram, inclusive, destacadas de pareceres fornecidos pela própria empresa. Considero, desta forma, sanada a questão.

11. No que tange aos indícios de sobrepreço e superfaturamento, há que se comentar sobre dois tipos de questões: as processuais e as de mérito.

12. No que tange às questões de mérito, observo, a partir dos totais parciais constantes da tabela de fl. 109, que, do percentual de 12,02% apurado pela Equipe de Auditoria, aproximadamente 6,29% refere-se ao excesso de preço do custo dos insumos, enquanto 5,72% resulta da discussão acerca dos limites aceitáveis para o BDI aplicável aos bens e serviços que compõem a planilha de preços.

13. No tocante ao BDI, o percentual aplicado para os serviços é de 35,48%, enquanto a 3ª Secop entende que o limite é de 28,41%. Para fornecimento de bens, utiliza-se 26,63%, acima do máximo permitido, 17,96%, segundo a Unidade Técnica (fl. 108).

14. Como não se trata de percentual substancial de sobrepreço (12,02%), penso que é possível se promover a oportunidade à Petrobras e à empresa contratada para que repactuem, voluntariamente, o Contrato.

15. Nesse interregno, o empreendimento não deverá ficar registrado no Tribunal como objeto de recomendação de paralisação, tendo em vista a possibilidade de saneamento da irregularidade antes do envio do Relatório consolidado do Fiscobras 2010 ao Congresso Nacional, em 09/11/2010, nos termos do art. 97 da Lei n. 12.309/2010 (LDO 2011).

16. No que concerne às questões processuais, elas estão vinculadas à hipótese de insucesso da

alternativa *supra* (repactuação). Em se confirmando tal circunstância, entendo que deva ser seguida a mesma linha de raciocínio por mim utilizada ao relatar os processos TC 000.338/2010-9 e TC 000.332/2010-0, que resultaram, respectivamente, nos Acórdão ns. 1.337/2010 e 1.834/2010, ambos do Plenário. Segundo a referida diretriz, cabe a transformação do feito em TCE quando a Equipe de Auditoria constata indícios de superfaturamento na obra fiscalizada, não sendo necessária a recomendação de paralisação da obra.

17. As tabelas de fls. 109/111 demonstram indícios de sobrepreço, e, consequentemente, pagamento de medições de serviços que continham o referido excesso, tendo em vista o percentual realizado de 46,40%. Assim, com a eventual conversão do processo em TCE, os responsáveis poderão exercer o contraditório em suas alegações de defesa.

18. Ainda no caso de ausência de êxito na negociação acima mencionada (itens 14 e 15, retro), far-se-á necessária a adoção da medida cautelar prevista no art. 276 do Regimento Interno do TCU, com a retenção de 12,02% das faturas vincendas, com vistas a preservar a Petrobras de eventual prejuízo decorrente do sobrepreço indicado por ocasião dos pagamentos futuros, sem que a obra fique estagnada até a decisão de mérito referente ao sobrepreço.

19. Com relação às medidas imediatas a serem adotadas pelo Tribunal, além de oportunizar a possibilidade de repactuação contratual antes do envio do Relatório consolidado do Fiscobras 2010 ao Congresso Nacional, faz-se mister realizarem-se as audiências dos responsáveis, nos termos propostos pela Unidade Técnica, e as oitivas das empresas contratante e executora para que se pronunciem sobre o excesso de preço apontado pela Unidade Técnica, na Curva ABC de fls. 109/110 e tabelas anexas (fls. 110, verso, e 111), o qual, caso não justificado, poderá resultar na conversão do processo em TCE, e adoção de medida cautelar para retenção dos valores questionados até que o Tribunal decida sobre o mérito da referida Tomada de Contas Especial.

20. Com referência às comunicações sobre a decisão, entendo que deva ser enviada cópia do Acórdão a ser proferido, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentarem, às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF, informando que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010), no contrato fiscalizado por meio desta auditoria.

21. Por fim, considero importante enviar aos responsáveis a serem chamados em oitiva ou audiência, além dos mesmos documentos mencionados acima, cópias do Relatório de Auditoria e seus anexos (Anexo 6 e outros quadros e planilhas elaborados pela Equipe de Auditoria que fundamentam as conclusões do trabalho), em reverência aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Ante todo o exposto, manifesto-me por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Plenário.

T.C.U., Sala das Sessões, em 6 de outubro de 2010.

MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu do Senhor Presidente da República as **Mensagens nºs 138, de 2010–CN** (576, de 2010, na origem), **139, de 2010–CN** (nº 598, de 2010, na origem), **140, de 2010–CN** (nº 599, de 2010, na origem), **141, de 2010–CN** (nº 600, de 2010, na origem), **142, de 2010–CN** (nº 601, de 2010, na origem), **143, de 2010–CN** (nº 602, de 2010, na origem), **144, de 2010–CN** (nº 603, de 2010, na origem), **145, de 2010–CN** (nº 604, de 2010, na origem), **146, de 2010–CN** (nº 605, de 2010, na origem), **147, de**

2010–CN (606, de 2010, na origem), **148, de 2010–CN** (607, de 2010, na origem), **149, de 2010–CN** (608, de 2010, na origem), **150, de 2010–CN** (609, de 2010, na origem), **151, de 2010–CN**, (610, de 2010, na origem), **152, de 2010–CN**, (611, de 2010, na origem), **153, de 2010–CN** (612, de 2010, na origem), **154, de 2010–CN** (613, de 2010, na origem), **155, de 2010–CN** (614, de 2010, na origem), **156, de 2010–CN** (615, de 2010, na origem), **157, de 2010–CN** (616, de 2010, na origem), **158, de 2010–CN** (617, de 2010, na origem), **159, de 2010–CN** (618, de 2010, na origem), **160, de 2010–CN** (619, de 2010, na origem), **161, de 2010–CN** (620, de 2010, na origem) e **162, de 2010–CN** (621, de 2010, na origem), encaminhando, respectivamente, os seguintes projetos de lei do Congresso Nacional:

PROJETO DE LEI Nº 61, DE 2010-CN MENSAGEM Nº 138, DE 2010-CN (nº 576/2010, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.456.132.820,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.456.132.820,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e seis milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem									133.757.895
		OPERACOES ESPECIAIS							
14 366	8034 0A26	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO							28.117.492
14 366	8034 0A26 0001	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	28.117.492
		ATIVIDADES							
14 366	8034 2A95	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJovem URBANO E CAMPO							96.686.893
14 366	8034 2A95 0001	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJovem URBANO E CAMPO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	96.686.893
14 128	8034 86AD	FORMACAO DE PROFISSIONAIS							8.953.510
14 128	8034 86AD 0001	FORMACAO DE PROFISSIONAIS - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	8.953.510
TOTAL - FISCAL									133.757.895
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									133.757.895

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20225 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0797 PROSPECCAO E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS									10.000.000
		ATIVIDADES							
04 571	0797 2217	COORDENACAO NACIONAL DA PESQUISA ECONOMICA							723.000
04 571	0797 2217 0001	COORDENACAO NACIONAL DA PESQUISA ECONOMICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	723.000
04 122	0797 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							7.727.000
04 122	0797 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	7.727.000
			F	4	2	90	0	100	725.000
04 131	0797 2663	DISSEMINACAO DE INFORMACOES ECONOMICO-SOCIAIS E DE POLITICAS PUBLICAS							1.550.000
04 131	0797 2663 0001	DISSEMINACAO DE INFORMACOES ECONOMICO-SOCIAIS E DE POLITICAS PUBLICAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.550.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									140.000.000
		ATIVIDADES							
12 366	1060 8823	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							140.000.000
12 366	1060 8823 0001	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	140.000.000
									90.000.000
1448 QUALIDADE NA ESCOLA									90.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 847	1448 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA							90.000.000
12 847	1448 0509 0031	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	40	0	100	45.000.000
			F	4	2	40	0	100	45.000.000
TOTAL - FISCAL									230.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									230.000.000

ORGÃO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DA JUSTICA

ANEXO 5

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MO	LU	FE	VALOR
1453 NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI									100.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
06 128	1453 00CA	CONCESSAO DE BOLSA-FORMACAO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIARIOS, GUARDAS-MUNICIPAIS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA, PERTENCENTES AOS ESTADOS-MEMBROS							100.000.000
06 128	1453 00CA 0001	CONCESSAO DE BOLSA-FORMACAO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIARIOS, GUARDAS-MUNICIPAIS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA, PERTENCENTES AOS ESTADOS-MEMBROS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	100.000.000
TOTAL - FISCAL									100.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000.000

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0087 GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL									907.820
		ATIVIDADES							
09 122	0087 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							907.820
09 122	0087 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	907.820
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									9.592.180
		ATIVIDADES							
09 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							9.592.180
09 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	9.592.180
			S	4	2	90	0	100	4.092.180
									5.500.000
1009 REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL									11.500.000
		ATIVIDADES							
09 272	1009 2274	ASSISTENCIA TECNICA AS REFORMAS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA							11.500.000
09 272	1009 2274 0001	ASSISTENCIA TECNICA AS REFORMAS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA - NACIONAL	S	3	2	90	0	100	11.500.000
			S	3	2	90	1	100	2.550.000
									8.950.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.000.000
TOTAL - GERAL									22.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1220 ASSISTENCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA									200.000.000
		ATIVIDADES							
10 302	1220 20G8	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRESTADOS PELOS HOSPITAIS UNIVERSITARIOS							200.000.000
10 302	1220 20G8 0001	ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRESTADOS PELOS HOSPITAIS UNIVERSITARIOS - NACIONAL							200.000.000
			S	3	2	91	0	100	200.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000.000
TOTAL - GERAL									200.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M Q D	I U	F E	VALOR
8034 NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM									13.000.000
		ATIVIDADES							
11 366	8034 2A95	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO							13.000.000
11 366	8034 2A95 0001	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO - NACIONAL							13.000.000
			F	3	2	40	0	100	13.000.000
TOTAL - FISCAL									13.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.000.000

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MOD	U	FE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									14.200.000
		ATIVIDADES							
26 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							14.200.000
26 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							14.200.000
			1	3	2	96	0	100	14.200.000
TOTAL - FISCAL									14.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.200.000

UNIDADE : \$2101 - MINISTERIO DA DEFESA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M O D	I U	F T E	VALOR
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEAO								40.000.000
		PROJETOS						
05 811	0181 11ZF	CONSTRUCAO E ADEQUACAO DAS INSTALACOES ESPORTIVAS PARA OS V JOGOS MUNDIAIS MILITARES						40.000.000
05 811	0181 11ZF 0001	CONSTRUCAO E ADEQUACAO DAS INSTALACOES ESPORTIVAS PARA OS V JOGOS MUNDIAIS MILITARES - NACIONAL						40.000.000
			F	4	2	96	0	100
TOTAL - FISCAL								40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								40.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXÉRCITO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	S	F	G	N	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR	
0620 PREPARO E EMPREGO DA FORCA TERRESTRE																	35.828.174	
			ATIVIDADES															
05 153	0620 8967	LOGISTICA DE MATERIAL DE INTENDENCIA E SAUDE															35.828.174	
05 153	0620 8967 0001	LOGISTICA DE MATERIAL DE INTENDENCIA E SAUDE - NACIONAL	F	4	2	90	0	100									35.828.174	
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO																	159.915.940	
			PROJETOS															
05 153	0628 5375	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO															90.965.940	
05 153	0628 5375 0001	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO - NACIONAL	F	4	2	90	0	100									90.965.940	
			ATIVIDADES															
05 153	0628 8981	AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES															68.950.000	
05 153	0628 8981 0001	AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES - NACIONAL	F	4	2	90	0	100									68.950.000	
TOTAL - FISCAL																	195.744.114	
TOTAL - SEGURIDADE																	0	
TOTAL - GERAL																	195.744.114	

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

AND:O I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			EX	SN	PR	MOD	U	TE		
0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL										24.918.001
		ATIVIDADES								
05 306	0622 2864	ALIMENTACAO DE PESSOAL								24.918.001
05 306	0622 2864 0001	ALIMENTACAO DE PESSOAL - NACIONAL								24.918.001
			E	S	G	R	M	I	F	
			3	2	90	0	100			21.036.921
			3	2	90	0	142			3.881.080
TOTAL - FISCAL										24.918.001
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										24.918.001

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
			S	F	N	P	O	U	T	
0637 SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS										9.378.050
		ATIVIDADES								
05 302	0637 2528	MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS								9.378.050
05 302	0637 2528 0001	MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - NACIONAL								9.378.050
			S	4	2	90	U	100		9.378.050
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										9.378.050
TOTAL - GERAL										9.378.050

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R M D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									10.000.000
		ATIVIDADES							
15 122	0310 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC							10.000.000
15 122	0310 8785 0001	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL							10.000.000
			1	3	3	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I D	F T E	VALOR
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO									8.670.507
		PROJETOS							
20 572	1156 116Z	APOIO A AMPLIAÇÃO, A REVITALIZAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS DE PESQUISAS AGRÍCOLAS - OEPAS							8.670.507
20 572	1156 116Z.0001	APOIO A AMPLIAÇÃO, A REVITALIZAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS DE PESQUISAS AGRÍCOLAS - OEPAS - NACIONAL							8.670.507
			F	4	2	90	0	100	8.670.507
TOTAL - FISCAL									8.670.507
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.670.507

ORGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24101 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I D	F T E	VALOR
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL									17.042.263
		ATIVIDADES							
19 572	0471 8976	APOIO A PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL							13.811.269
19 572	0471 8976 0021	APOIO A PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NO ESTADO DO MARANHÃO							6.186.709
19 572	0471 8976 0232	APOIO A PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	2	90	0	100	6.186.709
			F	3	2	90	0	100	7.624.560
			F	4	2	90	0	100	2.287.368
			F	4	2	90	0	100	5.337.192
19 571	0471 8977	APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS							3.230.994
19 571	0471 8977 0001	APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - NACIONAL							3.230.994
			F	3	2	90	0	100	1.615.497
			F	4	2	90	0	100	1.615.497
1008 INCLUSÃO DIGITAL									15.315.099
		ATIVIDADES							
19 126	1008 6492	FOMENTO A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL							15.315.099
19 126	1008 6492 0025	FOMENTO A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - NO ESTADO DA PARAIBA							4.497.192
19 126	1008 6492 0278	FOMENTO A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FLORESTA DIGITAL - NO ESTADO DO ACRE	F	4	2	90	0	100	4.497.192
			F	4	2	90	0	100	5.350.446
19 126	1008 6492 0408	FOMENTO A ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	30	0	100	2.140.178
			F	4	2	30	0	100	3.210.268
			F	4	2	30	0	100	5.467.461

1122 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS									7.754.388
		ATIVIDADES							
19 571	1122 8978	APOIO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS TEMATICAS DA BIODIVERSIDADE							7.754.388
19 571	1122 8978 0031	APOIO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS TEMATICAS DA BIODIVERSIDADE - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	30	0	100	7.754.388
1388 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)									16.154.974
		ATIVIDADES							
19 572	1388 2B41	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO EM ENERGIAS DO FUTURO							16.154.974
19 572	1388 2B41 0001	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVACAO EM ENERGIAS DO FUTURO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	16.154.974
			F	4	2	90	0	100	8.077.487
			F	4	2	90	0	100	8.077.487
1421 METEOROLOGIA E MUDANCAS CLIMATICAS									2.584.795
		PROJETOS							
19 571	1421 10H2	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS MUDANCAS CLIMATICAS GLOBAIS							2.584.795
19 571	1421 10H2 0001	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS MUDANCAS CLIMATICAS GLOBAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	2.584.795
			F	3	2	90	0	100	387.719
			F	4	2	90	0	100	2.197.076
TOTAL - FISCAL									58.851.519
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									58.851.519

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	U	F T E	VALOR
1388 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)								7.431.288
		PROJETOS						
19 572	1388 7N34	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTRATEGICAS						7.431.288
19 572	1388 7N34 0056	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AREAS BASICAS E ESTRATEGICAS - NACIONAL						7.431.288
TOTAL - FISCAL								7.431.288
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								7.431.288

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 BRASIL UNIVERSITARIO									3.272.696
		ATIVIDADES							
12 364	1073 8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - REUNI							3.272.696
12 364	1073 8282 0056	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - REUNI - EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PARANA							3.272.696
			F	4	2	90	0	100	3.272.696
TOTAL - FISCAL									3.272.696
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.272.696

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1073 BRASIL UNIVERSITARIO									8.188.596
		ATIVIDADES							
12.364	1073.2E14	REFORMA E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							8.188.596
12.364	1073.2E14.0414	REFORMA E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							8.188.596
			F	3	2	90	0	100	1.945.493
			F	4	2	90	0	100	6.243.103
TOTAL - FISCAL									8.188.596
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.188.596

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES SF	GR ND	RP	MO OD	LU	FE	VALOR
1073 BRASIL UNIVERSITARIO									6.293.646
		PROJETOS							
12 364	1073 1100	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA (UTFPR)							6.293.646
12 364	1073 1100 0056	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA (UTFPR) - EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PARANA							6.293.646
			15	4	2	90	0	100	6.293.646
TOTAL - FISCAL									6.293.646
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.293.646

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	R	MOD	U	FE	VALOR
1073 BRASIL UNIVERSITARIO									2.140.178
		PROJETOS							
12 364	1073 7L83	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							2.140.178
12 364	1073 7L83 0160	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - PAU DOS FERROS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							2.140.178
TOTAL - FISCAL									2.140.178
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.140.178

UNIDADE : 26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
		1073 BRASIL UNIVERSITARIO							6.019.643
		ATIVIDADES							
12 364	1073 2E14	REFORMA E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							6.019.643
12 364	1073 2E14 0412	REFORMA E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - SAO LUIS - NO ESTADO DO MARANHAO							6.019.643
			P	3	2	90	0	100	6.019.643
		TOTAL - FISCAL							6.019.643
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							6.019.643

UNIDADE : 26285 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M Q D	I U	F T E	VALOR
1073 BRASIL UNIVERSITARIO									1.850.147
		ATIVIDADES							
12 364	1073 4009	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							1.850.147
12 364	1073 4009 0031	FUNIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.850.147
			F	3	2	90	0	100	635.173
			F	4	2	90	0	100	1.214.974
TOTAL - FISCAL									1.850.147
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.850.147

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA									4.784.172
		ATIVIDADES							
12 363	1062 2E13	REFORMA E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLÓGICA							4.784.172
12 363	1062 2E13 0246	REFORMA E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLÓGICA - PORTO VELHO - NO ESTADO RONDONIA							4.784.172
			1	4	2	90	0	100	4.784.172
TOTAL - FISCAL									4.784.172
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.784.172

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. DU

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA									6.138.890
		PROJETOS							
12 363	1061 7190	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							6.138.890
12 363	1062 7190 0088	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - LAGARTO - NO ESTADO DO SERGIPE							6.138.890
TOTAL - FISCAL									6.138.890
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.138.890

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	P T E	VALOR
		0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MEDIO PORTE							6.357.611
		ATIVIDADES							
22.661	0419.2374	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE MICRO. PEQUENAS E EMPRESAS DE MEDIO PORTE.							6.357.611
22.661	0419.2374.0064	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E EMPRESAS DE MEDIO PORTE - AMPLIACAO DO NUCLEO INDUSTRIAL E DE SERVICOS - ITABAIANA - SE							1.473.333
22.661	0419.2374.0086	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E EMPRESAS DE MEDIO PORTE - GOIANIA - NO ESTADO DE GOIAS	R	4	2	30	0	100	1.473.333
			R	4	2	30	0	100	4.884.278
		TOTAL - FISCAL							6.357.611
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							6.357.611

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FE	VALOR
1020 INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AREA DE ATUACAO DA SUFRAMA									11.561.897
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 846	1020 0506	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP							11.561.897
22 846	1020 0506 0128	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA APOIO AO ESCOAMENTO DA PRODUCAO - NO ESTADO DO ACRE							5.350.447
22 846	1020 0506 0144	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - REVITALIZACAO E EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA	F	4	2	30	0	100	5.350.447 6.211.450
TOTAL - FISCAL									11.561.897
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.561.897

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	O R P D	M Q D	I U	F T E	VALOR
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL								1.731.714
		ATIVIDADES						
14 421	0661 8916	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAI						1.731.714
14 421	0661 8916 0032	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAI - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO						1.731.714
			P	4	2	30	0	100
TOTAL - FISCAL								1.731.714
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.731.714

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP									26.284.375
		ATIVIDADES							
06 181	1127 8988	APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA							26.284.375
06 181	1127 8988 0013	APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	F	3	2	30	0	100	3.306.497
06 181	1127 8988 0053	APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	2	30	0	100	15.935.913
06 181	1127 8988 0196	APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA - NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	30	0	100	7.041.965
TOTAL - FISCAL									26.284.375
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.284.375

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO									23.483.334
		PROJETOS							
10 512	0122 10GE	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)							10.452.794
10 512	0122 10GE 0254	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - FREI PAULO - SE	S	4	2	40	0	100	4.053.114
10 512	0122 10GE 0256	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - SANTA LUZIA - PR	S	4	2	40	0	151	2.114.517
			S	4	2	40	0	151	1.938.597
			S	4	2	40	0	100	6.429.680
10 512	0122 7652	IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS							13.000.540
10 512	0122 7652 0160	IMPLANTACAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES PARA PREVENCAO E CONTROLE DE AGRAVOS - REGIAO METROPOLITANA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	4	2	30	0	100	2.815.637
			S	4	2	30	0	151	6.461.990
			S	4	2	30	0	151	3.722.913

0007 RESIDUOS SOLIDOS URBANOS							5.497.648
		PROJETOS					
10 512	0007 10GG	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE)					5.497.648
10 512	0007 10GG 0130	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SISTEMAS PUBLICOS DE MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS EM MUNICIPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE DE REGIOES METROPOLITANAS OU REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA APOIO AO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS - NO ESTADO DO ACRE	5	4	2	30	0 100 5.497.648
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							28.980.982
TOTAL - GERAL							28.980.982

		METROPOLITANO DO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	30	0	100	1.531.907
			S	4	2	30	0	100	5.106.359
10 302	1220 8535 2306	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - CONSTRUCAO DO HOSPITAL DO ALTO SOLIMOEIS - TABATINGA - AM	S	4	2	40	0	100	6.518.209
10 302	1220 8535 2312	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	4	2	30	0	100	8.385.990
			S	4	2	30	0	153	6.124.294
10 302	1220 8535 2320	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - CONSTRUCAO DO CENTRO DE REFERENCIA MEDICA - PICOS - PI	S	4	2	30	0	153	2.261.696
			S	4	2	30	0	153	4.214.122
10 302	1220 8535 2322	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - RIO VERDE - GO	S	4	2	30	0	100	2.617.332
			S	4	2	30	0	153	1.596.790
10 302	1220 8535 2326	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE HOSPITAL - SAO LUIS - MA	S	4	2	40	0	100	6.296.563
			S	4	2	40	0	100	7.784.759
10 302	1220 8535 2330	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - APARELIAMENTO E REFORMA DE HOSPITAIS DA REDE PUBLICA ESTADUAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	2	40	0	100	7.754.388
			S	3	2	30	0	151	3.230.995
10 302	1220 8535 2334	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DO PARA	S	4	2	30	0	151	4.523.393
			S	4	2	30	0	153	6.291.478
10 302	1220 8535 2336	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - REFORMA DO HOSPITAL SANTA CLARA (IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICORDIA) - PORTO ALEGRE - RS	S	4	2	30	0	153	6.291.478
			S	4	2	30	0	153	6.697.206
10 302	1220 8535 2344	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - MARINGA - PR	S	3	2	50	0	100	6.697.206
			S	4	2	40	0	100	6.022.791
10 302	1220 8535 2348	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - AMPLIACAO, MODERNIZACAO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL DOM MALAM - PETROLINA - PE	S	4	2	40	0	151	2.468.697
			S	4	2	40	0	151	3.554.094
10 302	1220 8535 2350	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	153	6.226.756
			S	4	2	40	0	100	1.837.791
			S	4	2	40	0	151	2.127.269
			S	4	2	40	0	151	2.261.696
			S	4	2	30	0	100	21.462.389
			S	4	2	30	0	153	2.692.247
			S	4	2	30	0	153	18.770.142

TOTAL - FISCAL

0

TOTAL - SEGURIDADE

174.009.508

TOTAL - GERAL

174.009.508

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBITEM/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0101 - QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL							5.306.700
		ATIVIDADES							
11 333	0101 4725	QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENCAO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL (PLANSEOS)							5.306.700
11 333	0101 4725 0053	QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENCAO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL (PLANSEOS) - NO DISTRITO FEDERAL							5.306.700
			S	3	2	30	0	100	5.306.700
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							5.306.700
		TOTAL - GERAL							5.306.700

		ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	90	0	100	11.286.621
26 782	1458 7P73	CONSTRUCAO DE PONTE LIGANDO SAO JOAO DA BARRA A SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - NA BR-356 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							25.201.761
26 782	1458 7P73 0033	CONSTRUCAO DE PONTE LIGANDO SAO JOAO DA BARRA A SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - NA BR-356 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	90	0	100	25.201.761
26 782	1458 7P82	ADEQUACAO DE VIADUTO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DE MERITI - NA BR-116 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.873.977
26 782	1458 7P82 0033	ADEQUACAO DE VIADUTO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DE MERITI - NA BR-116 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	90	0	100	1.873.977

1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL**79.740.012**

		PROJETOS							
26 782	1459 1B99	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA BA/PI - SAO RAIMUNDO NONATO - NA BR-020 - NO ESTADO DO PIAUI							11.340.146
26 782	1459 1B99 0022	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA BA/PI - SAO RAIMUNDO NONATO - NA BR-020 - NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI	F	4	2	90	0	100	11.340.146
26 782	1459 113X	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE CAICO - NA BR-427 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							1.744.737
26 782	1459 113X 0024	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE CAICO - NA BR-427 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	F	4	2	90	0	100	1.744.737
26 782	1459 7F56	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PE/AL - ENTRONCAMENTO BR-423 - NA BR-316 - NO ESTADO DE ALAGOAS							1.409.689
26 782	1459 7F56 0027	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA PE/AL - ENTRONCAMENTO BR-423 - NA BR-316 - NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	4	2	90	0	100	1.409.689
26 782	1459 7G66	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - CAMPINA GRANDE - DIVISA PB/PE - NA BR-104 - NO ESTADO DA PARAIBA							48.356.364
26 782	1459 7G66 0025	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - CAMPINA GRANDE - DIVISA PB/PE - NA BR-104 - NO ESTADO DA PARAIBA - NO ESTADO DA PARAIBA	F	4	2	90	0	100	48.356.364
26 782	1459 7I08	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - MOSSORO-CAMPO GRANDE - NA BR-110 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							1.182.335
26 782	1459 7I08 0024	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - MOSSORO-CAMPO GRANDE - NA BR-110 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	F	4	2	90	0	100	1.182.335
26 782	1459 7J11	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - PIRIPIRI - MATIAS OLIMPIO (DIV. PUMA) NA BR-222/PI - NO ESTADO DO PIAUI							10.951.134
26 782	1459 7J11 0022	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - PIRIPIRI - MATIAS OLIMPIO (DIV. PUMA) NA BR-222/PI - NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI	F	4	2	90	0	100	10.951.134
26 782	1459 7F74	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE MOSSORO (AV. FRANCISCO MOTTA - COMPLEXO VIARIO DA RESISTENCIA) - NA BR-110 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							2.390.936
26 782	1459 7F74 0024	CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO - NO MUNICIPIO DE MOSSORO (AV. FRANCISCO MOTTA - COMPLEXO VIARIO DA RESISTENCIA) - NA BR-110 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	F	4	2	90	0	100	2.390.936
26 782	1459 7F77	CONSTRUCAO DE ACESSO RODOVIARIO A AV. CRUZ DAS ARMAS - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - NA BR-230 - NO ESTADO DA PARAIBA							2.364.671
26 782	1459 7F77 0025	CONSTRUCAO DE ACESSO RODOVIARIO A AV. CRUZ DAS ARMAS - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - NA BR-230 - NO ESTADO DA PARAIBA - NO ESTADO DA PARAIBA	F	4	2	90	0	100	2.364.671

1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL**3.447.649**

		PROJETOS							
26 782	1460 107Q	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - EUCLIDES DA CUNHA - IBO - NA BR-116 - NO ESTADO DA BAHIA							1.615.497
26 782	1460 107Q 0029	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - EUCLIDES DA CUNHA - IBO - NA BR-116 - NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA							1.615.497

26 782	1460 7F49	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO DE CAMPINHO - MUNICÍPIO DE COCOS - NA BR-030 - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	2	90	0	100	1.615.497
26 782	1460 7F49 0029	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO DE CAMPINHO - MUNICÍPIO DE COCOS - NA BR-030 - NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	2	90	0	100	1.832.152

1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE**42.280.799**

		PROJETOS							
26 782	1461 7171	CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - NO MUNICÍPIO DE JATAÍ - NA BR-060 - NO ESTADO DE GOIÁS							6.074.270
26 782	1461 7171 0052	CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO - NO MUNICÍPIO DE JATAÍ - NA BR-060 - NO ESTADO DE GOIÁS - NO ESTADO DE GOIÁS	F	4	2	90	0	100	6.074.270
26 783	1461 7N83	CONSTRUÇÃO E PROJETO DE VIADUTOS SOBRE A LINHA FERREA - NO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES - NO ESTADO DE SÃO PAULO							12.923.980
26 783	1461 7N83 0035	CONSTRUÇÃO E PROJETO DE VIADUTOS SOBRE A LINHA FERREA - NO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES - NO ESTADO DE SÃO PAULO - NO ESTADO DE SÃO PAULO	F	4	2	90	0	100	12.923.980
26 782	1461 7P70	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - KM 0 - KM 4,5 - NA BR-476 - NO ESTADO DO PARANÁ							12.148.541
26 782	1461 7P70 0041	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - KM 0 - KM 4,5 - NA BR-476 - NO ESTADO DO PARANÁ - NO ESTADO DO PARANÁ	F	4	2	90	0	100	12.148.541
26 782	1461 7P72	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - IBIPORA - CAMBE - NA BR-369 - NO ESTADO DO PARANÁ							11.134.008
26 782	1461 7P72 0041	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - IBIPORA - CAMBE - NA BR-369 - NO ESTADO DO PARANÁ - NO ESTADO DO PARANÁ	F	4	2	90	0	100	11.134.008

1462 VETOR LOGÍSTICO SUL**16.036.236**

		PROJETOS							
26 782	1462 7N86	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO SC-416(B) (JARAGUA DO SUL) - DIVISA SC/PR (PORTO UNIAU/UNIAO DA VITORIA) - NA BR-280 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							3.954.255
26 782	1462 7N86 0042	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO SC-416(B) (JARAGUA DO SUL) - DIVISA SC/PR (PORTO UNIAU/UNIAO DA VITORIA) - NA BR-280 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	4	2	90	0	100	3.954.255
26 782	1462 7P71	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TREVO CARIMA/AEROPORTO - ENTRADA PARQUE NACIONAL (FOZ DO IGUAÇU) - NA BR-469 - NO ESTADO DO PARANÁ							9.739.511
26 782	1462 7P71 0041	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TREVO CARIMA/AEROPORTO - ENTRADA PARQUE NACIONAL (FOZ DO IGUAÇU) - NA BR-469 - NO ESTADO DO PARANÁ - NO ESTADO DO PARANÁ	F	4	2	90	0	100	9.739.511
26 782	1462 7P83	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SANTA MARIA - IRAI (BR-386/158) - NA BR-386 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							1.615.497
26 782	1462 7P83 0043	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SANTA MARIA - IRAI (BR-386/158) - NA BR-386 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	90	0	100	1.615.497
26 782	1462 7P84	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SAO BORJA - SAO JOSE DOS AUSENTES - NA BR-285 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							726.973
26 782	1462 7P84 0043	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SAO BORJA - SAO JOSE DOS AUSENTES - NA BR-285 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	90	0	100	726.973

TOTAL - FISCAL**221.747.806****TOTAL - SEGURIDADE****0****TOTAL - GERAL****221.747.806**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									67.009.780
		PROJETOS							
27.812	1250.5450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							59.967.815
27.812	1250.5450.1540	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - REFORMA DO ESTADIO PRESIDENTE VARGAS - FORTALEZA - CE							4.212.149
27.812	1250.5450.1544	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - REGIAO METROPOLITANA DE SAO LUIS - NO ESTADO DO MARANHAO	F	4	2	40	0	100	4.212.149
									7.307.864
27.812	1250.5450.1948	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - COMPLEXO ESPORTIVO CANARINHO - BOA VISTA - RR	F	4	2	30	0	100	7.307.864
									19.385.970
27.812	1250.5450.1952	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - CONSTRUCAO DE VILAS OLIMPICAS - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	2	30	0	100	19.385.970
									6.374.753
27.812	1250.5450.1956	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NA REGIAO METROPOLITANA DE CUIABA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	F	4	2	30	0	100	6.374.753
									14.383.097
27.812	1250.5450.1960	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	F	4	2	30	0	100	14.383.097
									8.303.982
			F	3	2	90	0	100	2.574.234
			F	4	2	90	0	100	5.729.748
		ATIVIDADES							
27.812	1250.8473	PROMOCAO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER							7.041.965
27.812	1250.8473.0074	PROMOCAO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER - OSCIP EDUCACAO EM FOCO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							7.041.965
			F	3	2	50	0	100	7.041.965
TOTAL - FISCAL									67.009.780
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									67.009.780

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	F	R	M	I	F	VALOR
			F	F	R	M	I	F	
0643 CALHA NORTE									11.371.642
		PROJETOS							
05 244	0643 1211	IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REGIAO DO CALHA NORTE							11.371.642
05 244	0643 1211 0120	IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REGIAO DO CALHA NORTE - NO MUNICIPIO DE SANTANA - AP							6.461.990
05 244	0643 1211 0470	IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REGIAO DO CALHA NORTE - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA - RR	F	4	2	40	0	100	6.461.990
			F	4	2	40	0	100	4.909.652
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									12.184.260
		OPERACOES ESPECIAIS							
05 781	0909 0E45	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA							12.184.260
05 781	0909 0E45 0056	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - AMPLIACAO E REFORMA DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE ABACAJU - SE	F	5	2	90	0	100	3.623.544
05 781	0909 0E45 0060	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - ADEQUACAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE	F	5	2	90	0	100	3.623.544
			F	5	2	90	0	100	8.560.716
TOTAL - FISCAL									23.555.902
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.555.902

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

PUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	SN	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO									8.498.307
		PROJETOS							
05 153	0628 5375	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO							8.498.307
05 153	0628 5375 0060	MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO - 28ª CSM DE BELEM - PA							8.498.307
			1	8	2	90	0	100	8.498.307
TOTAL - FISCAL									8.498.307
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.498.307

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S E N C I A L	G R A T U I T O	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL									1.366.952
		ATIVIDADES							
05 391	0167 2630	PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS							1.366.952
05 391	0167 2630 0001	PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	1.366.952
0625 GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL									1.807.167
		ATIVIDADES							
05 131	0625 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA							1.807.167
05 131	0625 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.807.167
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL									3.831.080
		ATIVIDADES							
05 152	0626 8940	AQUISICAO DE MEIOS AERONAVAIS							2.817.703
05 152	0626 8940 0001	AQUISICAO DE MEIOS AERONAVAIS - NACIONAL	F	4	2	90	0	142	2.817.703
05 152	0626 8941	AQUISICAO DE EMBARCACOES DE APOIO							1.063.377
05 152	0626 8941 0001	AQUISICAO DE EMBARCACOES DE APOIO - NACIONAL	F	4	2	90	0	142	1.063.377
TOTAL - FISCAL									7.055.199
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.055.199

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FT	VALOR
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA									14.492.357
		PROJETOS							
05 781	0631 12CE	CONSTRUCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL							11.966.342
01 781	0631 12CE 0056	CONSTRUCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL - NO MUNICIPIO DE VITORIA DA CONQUISTA - BA	F	4	2	30	0	100	11.966.342
05 781	0631 7H36	CONSTRUCAO DO AEROPORTO DA REGIAO DA SERRA GAUCHA - RS							2.526.015
05 781	0631 7H36 0056	CONSTRUCAO DO AEROPORTO DA REGIAO DA SERRA GAUCHA - RS - NO MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL - RS	F	4	2	30	0	100	2.526.015
TOTAL - FISCAL									14.492.357
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.492.357

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	V A L O R
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA									20.787.472
		ATIVIDADES							
15 244	0120 6553	APOIO A IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR, SOCIAL E PRODUTIVA NA FAIXA DE FRONTEIRA							20.787.472
15 244	0120 6553 0072	APOIO A IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR, SOCIAL E PRODUTIVA NA FAIXA DE FRONTEIRA - CRUZEIRO DO SUL - AC							5.350.447
15 244	0120 6553 0144	APOIO A IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR, SOCIAL E PRODUTIVA NA FAIXA DE FRONTEIRA - RIO BRANCO - AC	F	4	2	40	0	100	5.350.447 5.350.447
15 244	0120 6553 0214	APOIO A IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR, SOCIAL E PRODUTIVA NA FAIXA DE FRONTEIRA - RORAINOPOLIS - RR	F	4	2	40	0	100	5.350.447 5.271.176
15 244	0120 6553 0216	APOIO A IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR, SOCIAL E PRODUTIVA NA FAIXA DE FRONTEIRA - CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO IACO - SENA MADUREIRA - NO ESTADO DO ACRE	F	4	2	40	0	100	5.271.176 4.815.402
			F	4	2	30	0	100	4.815.402
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									6.300.440
		PROJETOS							
20 607	0379 10BC	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO							6.300.440
20 607	0379 10BC 0080	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO - CONSTRUCAO DO CANAL DE IRRIGACAO A BARRAGEM DIZ TAQUIAREMPO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.							6.300.440
			F	4	2	30	0	100	6.300.440
0515 INFRA-ESTRUTURA HIDRICA									2.907.895
		PROJETOS							
18 544	0515 109J	CONSTRUCAO DE ADUTORAS							2.907.895
18 544	0515 109J 0068	CONSTRUCAO DE ADUTORAS - CAMPO ALEGRE DE LOURDES - BA							2.907.895
			F	4	2	30	0	100	2.907.895
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									40.190.493
		PROJETOS							
15 244	1025 7K66	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							40.190.493
15 244	1025 7K66 0230	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - SORRISO - MT	F	4	2	40	0	100	5.332.858
15 244	1025 7K66 0232	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - MIRACEMA DO TOCANTINS - TO	F	4	2	30	0	100	5.332.858 18.222.812
15 244	1025 7K66 0234	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - ARAGUAÏNA - TO	F	4	2	30	0	100	18.222.812 11.286.510
15 244	1025 7K66 0242	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - CHÁ PRETA - AL	F	4	2	40	0	100	5.643.255 5.643.255 5.348.313
			F	4	2	40	0	100	5.348.313
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES									17.508.115
		ATIVIDADES							
06 182	1027 8348	APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES							17.508.115
06 182	1027 8348 0226	APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES - JABOTÃO DOS GUARARAPES - PE							17.508.115
			F	4	2	40	0	100	17.508.115
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSAO MARITIMA E FLUVIAL									7.041.965

		ATIVIDADES							
15 451	1138 8084	OBRAS DE PEQUENO VULTO DE MACRODRENAGEM							7.041.965
15 451	1138 8084 0128	OBRAS DE PEQUENO VULTO DE MACRODRENAGEM - NOVA FRIBURGO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							7.041.965
			F	4	2	30	0	100	7.041.965

1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTAVEL**23.259.932**

		ATIVIDADES							
19 691	1430 8902	PROMOCAO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA							23.259.932
19 691	1430 8902 0158	PROMOCAO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA - NA RIDE GOVDF - NO ESTADO DE GOIAS							10.481.347
19 691	1430 8902 0174	PROMOCAO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA - PRESERVACAO DO LADO DA SERRA DA MESA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL SERRA DA MESA - NO ESTADO DE GOIAS							10.481.347
			F	4	2	40	0	100	6.296.563
19 691	1430 8902 0178	PROMOCAO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA - NA REGIAO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABA - NO ESTADO DO MATO GROSSO							6.296.561
			F	4	2	71	0	100	6.482.022
			F	4	2	30	0	100	6.482.022

TOTAL - FISCAL

117.996.312

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

117.996.312

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53203 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1025 PROMOCAO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPACOS SUB-REGIONAIS - PROMESO									5.136.429
		PROJETOS							
15 244	1025 7K66	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO							5.136.429
15 244	1025 7K66 0236	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO - NA REGIAO METROPOLITANA DE NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							5.136.429
			F	4	2	40	0	100	5.136.429
TOTAL - FISCAL									5.136.429
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.136.429

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO II**CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									2.953.591
		PROJETOS							
20 607	0379 10BC	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO							2.953.591
20 607	0379 10BC 0084	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E DE MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DO CEARA							2.953.591
			F	3	2	90	0	100	2.953.591

0515 INFRA-ESTRUTURA HIDRICA										15.638.662
		PROJETOS								
18.544	0515 3735	CONSTRUCAO DA BARRAGEM CONGONHAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS								15.638.662
18.544	0515 3735 0031	CONSTRUCAO DA BARRAGEM CONGONHAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								15.638.662
			1	4	2	90	0	100		15.638.662
TOTAL - FISCAL										18.592.253
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										18.592.253

ORGÃO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSAO									104.404.540
		PROJETOS							
23 695	1166 10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA							104.404.540
23 695	1166 10V0 0690	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - CARUARU - PE							8.006.470
23 695	1166 10V0 0834	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - EM BOA VISTA - RR	F	4	2	40	0	100	8.006.470
23 695	1166 10V0 0910	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - PAVIMENTACAO DE ROTAS TURISTICAS - TRECHO BROCHIER/ENCANTADO/DERRUBADAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	40	0	100	13.405.256
23 695	1166 10V0 1362	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - ROTA TURISTICA TRECHO CAMBARA DO SUL - SAO JOSE DOS AUSENTES - DIVISA COM SANTA CATARINA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	90	0	100	13.405.256
23 695	1166 10V0 1370	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - CONSTRUCAO DA INTERLIGACAO RODOVIARIA - TRECHO PORTO DE PEDRAS/PORTO CALVO - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	4	2	30	0	100	5.985.214
23 695	1166 10V0 1754	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - MAUES - AM	F	4	2	40	0	100	5.985.214
23 695	1166 10V0 1758	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - ORLA FLUVIAL DO MUNICIPIO DE MAZAGAO - MAZAGAO - AP	F	4	2	40	0	100	5.469.130
23 695	1166 10V0 1778	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - CACERES - MT	F	4	2	40	0	100	5.469.130
23 695	1166 10V0 1784	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - JOAO PESSOA - PB	F	4	2	40	0	100	5.300.829
23 695	1166 10V0 1792	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - CONSTRUCAO DO COMPLEXO CAMINHO NIEMEYER - NITEROI - RJ	F	4	2	30	0	100	5.300.829
23 695	1166 10V0 1796	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - REVITALIZACAO DA ORLA DO GUAIBA - PORTO ALEGRE - RS	F	4	2	40	0	100	6.420.593
23 695	1166 10V0 1810	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NA REGIAO METROPOLITANA DO CARIRI - NO ESTADO DO CEARA	F	4	2	40	0	100	6.420.593
23 695	1166 10V0 1816	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - VILA VELHA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	4	2	90	0	100	6.458.759
TOTAL - FISCAL									18.019.276
TOTAL - SEGURIDADE									7.041.965
TOTAL - GERAL									7.041.965
									7.780.778
									7.371.261
									9.159.795
									9.159.795
									104.404.540

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0122 SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO									19.353.659
PROJETOS									
17 512	0122 1N08	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES							19.353.659
17 512	0122 1N08 0112	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - SISTEMAS DE ESGOTOS SANITARIOS - ARIQUEMES - BO							4.297.223
17 512	0122 1N08 0114	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - SISTEMAS DE ESGOTOS SANITARIOS - JI-PARANA - RO	S	4	2	40	0	100	4.297.223
17 512	0122 1N08 0126	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - SISTEMAS DE ESGOTOS SANITARIOS - PICOS - PI	S	4	2	40	0	100	6.461.990
17 512	0122 1N08 0128	APOIO A SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS DE REGIOES METROPOLITANAS, DE REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MUNICIPIOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE CONSORCIOS PUBLICOS COM MAIS DE 150 MIL HABITANTES - SISTEMAS DE ESGOTOS SANITARIOS - CACOAL - RO	S	4	2	40	0	100	4.297.223
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									64.701.966
PROJETOS									
15 451	0310 1D73	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							64.701.966
15 451	0310 1D73 0186	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRAESTRUTURA URBANA - FEIRA DE SANTANA - BA	F	4	2	30	0	100	7.247.768
15 451	0310 1D73 2496	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS E ACOES DE INFRAESTRUTURA URBANA NA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	30	0	100	17.974.671
15 451	0310 1D73 2498	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - OBRAS E ACOES DE INFRAESTRUTURA URBANA NA REGIAO METROPOLITANA DE BELEM - ESTADO DO PARA	F	4	2	30	0	100	17.974.671
15 451	0310 1D73 2506	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - DUPLICACAO DA AVENIDA PROTASIO ALVES NA REGIAO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	90	0	100	13.349.179
15 451	0310 1D73 2508	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ACOES DE INFRAESTRUTURA URBANA - JI-PARANA - RO	F	4	2	30	0	100	12.148.541
15 451	0310 1D73 2518	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EXECUCAO DE ANEL VIARIO DE INTERESSE URBANO - CRICIUMA - SC	F	4	2	40	0	100	6.461.990
1137 REABILITACAO DE AREAS URBANAS CENTRAIS									5.883.145
PROJETOS									
15 451	1137 7K82	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E							5.883.145

15 451	1137 7K82 0058	REQUALIFICACAO DE ESPACOS DE USO PUBLICO EM AREAS CENTRAIS DE MACEIO - AL APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E REQUALIFICACAO DE ESPACOS DE USO PUBLICO EM AREAS CENTRAIS DE MACEIO - AL - INFRA-ESTRUTURA E REQUALIFICACAO DE ESPACOS DE USO PUBLICO EM AREAS CENTRAIS - MACEIO - AL	F	4	2	40	0	100	5.883.145
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL									31.677.966
17 512	1138 10SG	PROJETOS							31.677.966
17 512	1138 10SG 0110	APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS - SISTEMAS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO PLANO PILOTO E EM TAGUATINGA - DISTRITO FEDERAL	S	4	2	30	0	100	8.164.078
17 512	1138 10SG 0112	APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS - SISTEMAS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA LOCALIDADE POR DO SOL - CEARÁ - DF	S	4	2	30	0	100	11.924.956
17 512	1138 10SG 0114	APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS - SISTEMAS DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	4	2	30	0	100	11.924.956
17 512	1138 10SG 0120	APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEIS E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS - SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS - NATAL - RN	S	4	2	90	0	100	9.262.616
			S	4	2	40	0	100	2.326.316
9989 MOBILIDADE URBANA									47.595.241
15 453	9989 10SS	PROJETOS							37.683.740
15 453	9989 10SS 0132	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - ADEQUACAO DA LIGACAO ENTRE A AVENIDA LUIZ VIANA FILHO E O COMPLEXO ESPORTIVO MANOEL BARRADAS - SALVADOR - BA	F	4	2	40	0	100	4.038.743
15 453	9989 10SS 0134	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - ADEQUACAO DE VIAS URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	90	0	100	15.876.463
15 453	9989 10SS 0138	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - IMPLANTACAO DA LINHA CEILSO GARCIA-AMADOR BUENO-IMPERADOR NA REGIÃO LESTE DA CIDADE DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO	F	4	2	40	0	100	17.768.534
15 451	9989 10ST	APOIO A PROJETOS DE SISTEMAS DE CIRCULACAO NAO- MOTORIZADOS							9.911.501
15 451	9989 10ST 0092	APOIO A PROJETOS DE SISTEMAS DE CIRCULACAO NAO- MOTORIZADOS - IMPLANTACAO DE REDE DE CICLOVIAS - DISTRITO FEDERAL	F	4	2	30	0	100	3.449.511
15 451	9989 10ST 0094	APOIO A PROJETOS DE SISTEMAS DE CIRCULACAO NAO- MOTORIZADOS - IMPLANTACAO DE REDE DE CICLOVIAS - BOA VISTA - RR	F	4	2	40	0	100	6.461.990
TOTAL - FISCAL									118.180.352
TOTAL - SEGURIDADE									51.031.625
TOTAL - GERAL									169.211.977

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	MO	LI	FE	VALOR
			S	P	D	U	T	
1295 - DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS								21.243.145
		PROJETOS						
15 453	1295 10G5	CORRECAO E VEDACAO DA FAIXA DE DOMINIO DO TRECHO BARREIRO - CALAFATE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG						10.174.403
15 453	1295 10G5 0058	CORRECAO E VEDACAO DA FAIXA DE DOMINIO DO TRECHO BARREIRO - CALAFATE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG - ETAPAS PRELIMINARES DA LINHA CALAFATE - BARREIRO DO METRO DE BELO HORIZONTE - ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	90	0 100	10.174.403
15 453	1295 11JD	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO - AL						11.068.742
15 453	1295 11JD 0027	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO - AL - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	4	2	90	0 100	11.068.742
TOTAL - FISCAL								21.243.145
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								21.243.145

ORGÃO : 58000 - MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
UNIDADE : 58101 - MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	P R O	M O D	I U	F T E	VALOR
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA									39.464.538
		PROJETOS							
20 602	1342 10B5	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA							29.921.472
20 602	1342 10B5 0142	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA - AQUISICAO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	4	2	90	0	100	4.579.897
20 602	1342 10B5 0148	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE RONDONIA	F	4	2	90	0	100	4.579.897
20 602	1342 10B5 0150	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	4	2	90	0	100	6.189.294
20 602	1342 10B5 0152	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS EOU MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	3	2	90	0	100	6.189.294
20 602	1342 10B5 0154	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA - AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO SERGIPE	F	4	2	90	0	100	10.559.773
		ATIVIDADES							
20 602	1342 6948	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE UNIDADES INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PESQUEIRA	F	4	2	90	0	100	1.498.125
20 602	1342 6948 0088	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE UNIDADES INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PESQUEIRA - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS - NO ESTADO DO PARA	F	4	2	90	0	100	9.061.648
									6.770.227
									6.770.227
									1.822.281
									1.822.281
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA									5.992.501
		PROJETOS							
20 602	1343 1862	IMPLANTACAO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE AQUICULTURA							5.992.501
20 602	1343 1862 0070	IMPLANTACAO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE AQUICULTURA - AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM PROJETOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	F	4	2	90	0	100	5.992.501
TOTAL - FISCAL									45.457.039
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.457.039

ORGÃO : 73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	U	S	G	R	M	I	F	VALOR
			F	N	P	O	U	T	E	
0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS										115.844.406
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28.845	0904 0175	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS								115.844.406
28.845	0904 0175 0017	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS - NO ESTADO DE TOCANTINS	F	3	2	30	0	100		115.844.406
TOTAL - FISCAL										115.844.406
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										115.844.406

EM nº 00248/2010/MP

Brasília, 2 de setembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 1.456.132.820,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e seis milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e vinte reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo.

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Aplicação	Recursos	Origem dos
Presidência da República	143.757.895	0	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	38.724.800	57.307.403	
Ministério da Ciência e Tecnologia	0	66.282.807	
Ministério da Educação	230.000.000	103.090.195	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0	17.919.508	
Ministério da Justiça	100.000.000	33.051.006	

Social	Ministério da Previdência	377.000.000	0
	Ministério da Saúde	200.000.000	202.990.490
Emprego	Ministério do Trabalho e	22.400.000	5.306.700
	Ministério dos Transportes	14.200.000	221.747.806
	Ministério da Cultura	0	13.855.152
	Ministério do	0	8.413.511
Desenvolvimento Agrário			
	Ministério do Esporte	20.000.000	67.009.780
	Ministério da Defesa	270.040.165	53.601.765
	Ministério da Integração	0	141.724.994
Nacional	Ministério do Turismo	0	104.404.540
	Ministério das Cidades	10.000.000	198.125.718
Aquicultura	Ministério da Pesca e	0	45.457.039
	Encargos Financeiros da	30.009.960	0
União	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	0	115.844.406
Total		1.456.132.820	1.456.132.820

3. Na Presidência da República, o crédito permitirá, no âmbito do Gabinete da Presidência da República, a inclusão de 130 mil novos beneficiários no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, em decorrência do aumento das matrículas em localidades onde o Programa está implantado e da adesão de novos Municípios, o que contribuirá para a oferta de oportunidades de inserção de jovens brasileiros na educação formal e no mercado de trabalho e para a diminuição das desigualdades sociais existentes no País. Os recursos serão aplicados na concessão de auxílio-financeiro a cada jovem que atende às condicionalidades do ProJovem Urbano, na qualificação e no pagamento dos profissionais envolvidos nas ações de elevação da escolaridade, na alimentação dos alunos, nas atividades práticas de qualificação profissional, na compra de material

didático a ser doado a alunos e professores e na formação de profissionais que atuam no Programa. Será possível também, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, o cumprimento de contratos necessários à continuidade de suas atividades finalísticas, a realização de estudos e pesquisas sociais e econômicas e a disseminação do conhecimento adquirido para a solução de problemas e de desafios relacionados ao desenvolvimento brasileiro.

4. Os recursos em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão utilizados para dar maior celeridade à ampliação e à revitalização da infraestrutura física das unidades de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa que mantêm atividades relacionadas à cultura da palma, com o intuito de atender as demandas de fornecimento de sementes e de mudas geneticamente adaptadas às condições brasileiras para expansão da produção brasileira de óleo de palma.

5. Para o Ministério da Educação, a suplementação custeará despesas com o Programa Nacional do Livro Didático, voltado à educação de jovens e de adultos, e com o apoio ao desenvolvimento da educação básica no Estado de Minas Gerais.

6. No Ministério da Justiça, o crédito possibilitará o pagamento de auxílio financeiro a policiais civis e militares, agentes penitenciários, guardas municipais, bombeiros e peritos criminais, de baixa renda, participantes dos cursos de capacitação e qualificação de profissionais de segurança pública no âmbito do Bolsa-Formação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.

7. Os recursos ao Ministério da Previdência Social proporcionarão a melhoria da infraestrutura de seu edifício-sede, o apoio aos regimes próprios de Previdência Social, o pagamento de despesas relativas ao processamento de dados de benefícios previdenciários, bem como a realização de reformas, adaptações e instalação de unidades de funcionamento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Além disso, possibilitarão à Superintendência Nacional de Previdência Complementar arcar com seus custos de funcionamento.

8. No âmbito do Ministério da Saúde, o crédito viabilizará a oferta de ações e serviços de saúde nos Hospitais Públicos Universitários Federais e a promoção de ações de ensino e pesquisa, com o aporte de recursos no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, mediante contratualização de metas qualitativas e quantitativas.

9. No Ministério do Trabalho e Emprego, os recursos permitirão a qualificação de jovens, no âmbito do ProJovem Trabalhador, e de trabalhadores do setor sucroalcooleiro, cuja demanda advém do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

10. No que tange ao Ministério dos Transportes, o crédito possibilitará ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit o atendimento de despesas do edifício-sede relativas à realização de serviços de impermeabilização do prédio, tendo em vista que o seu atual estado tem causado sérios transtornos aos usuários, à recuperação do ambiente do centro de informática localizado no subsolo do edifício, atualmente sem condição de uso em razão da precariedade das instalações e à execução de pequenos reparos e adaptações nas superintendências da referida Autarquia.

11. Os recursos destinados ao Ministério do Esporte serão utilizados na concessão de bolsa para atletas selecionados em 2009, os quais ainda não foram atendidos devido à ampliação do número de beneficiários.

12. No Ministério da Defesa, o crédito permitirá a Administração direta antecipar a execução de obras de infraestrutura destinadas à competição e treinamento de equipes, voltadas aos 20 esportes e 37 modalidades esportivas que serão disputadas nos V Jogos Mundiais Militares, a serem realizados no Rio de Janeiro, em julho de 2011, com expectativa de participação de 6 mil atletas e 2 mil dirigentes e treinadores de 110 países. A antecipação justifica-se pela proximidade do evento e o curto espaço de tempo para a realização de eventuais ajustes.

13. Ainda no âmbito do Ministério da Defesa, possibilitará ao Comando do Exército dispor dos recursos necessários para o preparo adequado de 70 mil recrutas a serem incorporados ao serviço militar, conforme meta estabelecida para 2010, e honrar as obrigações decorrentes do contrato de aquisição de viaturas blindadas "Leopard", firmado com a República Federal da Alemanha, o que permitirá o cumprimento do cronograma de revitalização das citadas viaturas e o atendimento dos objetivos da Estratégia Nacional de Defesa; ao Comando da Marinha, o pagamento de despesas com a alimentação de pessoal; e, no Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas – HFA, ampliar, modernizar e revitalizar as instalações do HFA para atendimento do aumento do nível dos serviços médico-hospitalares prestados, em decorrência, principalmente, da contratação de novos profissionais.

14. O crédito em favor do Ministério das Cidades viabilizará a adequada gestão do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, por meio da realização de despesas inerentes à gestão e ao acompanhamento do Programa.

15. No âmbito de Encargos Financeiros da União, o crédito suplementar possibilitará o pagamento da contribuição brasileira à Organização das Nações Unidas, evitando, assim, a geração de passivos e a aplicação de sanções políticas e outros constrangimentos aos representantes brasileiros junto a essa entidade.

16. Salienta-se que a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízos na sua execução e que o pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

17. Ressalta-se, a propósito do que determina o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das dotações suplementadas, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, uma vez que o § 2º do art. 1º desse Decreto condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos referidos limites.

18. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do citado crédito suplementar.

Respeitosamente,

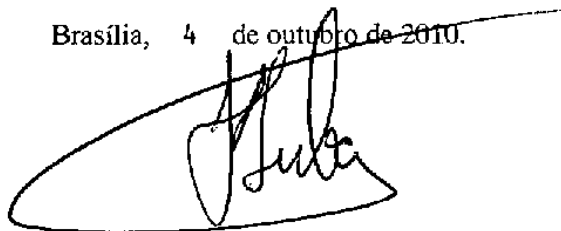
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 576

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.456.132.820,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 4 de outubro de 2010.

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to be "Dilma", is written over the date. The signature is enclosed within a large, horizontal oval loop.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no

art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

.....

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 2010-CN

**MENSAGEM Nº 139, DE 2010-CN
(nº 598/2010, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 46.181.996,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 46.181.996,00 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e

II - anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 16.181.996,00 (dezesseis milhões, cento e oitenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EM nº 00208/2010/MP

Brasília, 5 de agosto de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ R\$ 46.181.996,00 (quarenta e seis milhões, cento e oitenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais), conforme discriminado a seguir:

		R\$ 1,00	
Discriminação	o	Suplementação dos Recursos	Origem
MINISTÉRIO DA DEFESA		46.181.996	16.181.996
Fundo do Exército		30.000.000	
Fundo Naval		16.181.996	16.181.996
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros		0	30.000.000
Total		46.181.996	46.181.996

2. Segundo o Ministério da Defesa, o crédito permitirá, no âmbito do Fundo do Exército, atender às despesas com a manutenção administrativa; a manutenção e conservação de bens imóveis sob a responsabilidade do Exército Brasileiro, incluindo os Próprios Nacionais Residenciais, cuja precariedade das estruturas vem comprometendo a segurança de seus usuários; bem como a manutenção de máquinas e equipamentos em condições adequadas, os quais são empregados, principalmente, no adestramento das tropas e pelas Organizações Militares de Engenharia, envolvidas em importantes projetos do Governo Federal. No caso do Fundo Naval, os recursos

serão aplicados na manutenção da capacidade de apoio logístico e em ações necessárias ao adequado estado de prontidão operativa dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

3. A abertura do presente crédito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério da Defesa e viabilizar-se-á à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, e de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Segundo informação do órgão, o remanejamento proposto não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

4. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, conforme dispõe o § 2º do art. 1º do referido Decreto, sendo que:

a) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) suplementam despesas primárias à conta de recursos de origem financeira; e

b) R\$ 16.181.996,00 (dezesseis milhões, cento e oitenta e um mil, novecentos e noventa e seis reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada.

5. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no § 10 do art. 56 da LDO-2010, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, utilizado parcialmente neste crédito.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 52921 - Fundo do Exército

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros R\$ 1,00

(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	74.066.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	30.000.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	30.000.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	44.066.000

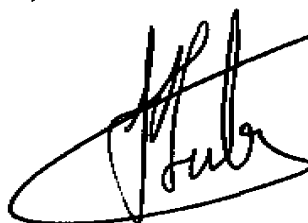
(A) Portaria STN nº 187, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2010.

Mensagem nº 598

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 46.181.996,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
- II – créditos reabertos no exercício de 2010;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas: (Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

I - aos grupos de natureza de despesa: (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

c) "6 - Amortização da Dívida"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

III - aos recursos de doações e de convênios; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	R\$ Mil								
	Demais (*)			Obrigatórios			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à									
55000 Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do									
Ensino Superior/ FIES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.882.673	42.630.285	123.882.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 63, DE 2010-CN

**MENSAGEM Nº 140, DE 2010-CN
(nº 599/2010, na origem)**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 900.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação total de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									400.000
		ATIVIDADES							
08 244	1384 2B30	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA							400.000
08 244	1384 2B30 0945	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ							300.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	4	2	40	0	153	300.000
08 244	1384 2B30 0947	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - SAO ROQUE - SP							100.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	3	2	40	0	153	100.000
1385 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL									500.000
		ATIVIDADES							
08 244	1385 2B31	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							500.000
08 244	1385 2B31 0723	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO MUNICIPIO DE JUNDIAI DO SUL - PR							150.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	4	2	40	0	153	150.000
08 244	1385 2B31 0725	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - SAO JOSE - SC							150.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	3	2	40	0	153	150.000
08 244	1385 2B31 0727	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - APOSE - ASSOCIACAO DE PROTECAO E ORIENTACAO AOS EXCEPCIONAIS - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ							200.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	4	2	40	0	153	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									900.000
TOTAL - GERAL									900.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									450.000
		ATIVIDADES							
08 244	1384 2B30	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA							450.000
08 244	1384 2B30 0546	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - COMITIVA BRASIL POEIRA - SAO ROQUE - SP							100.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	3	2	40	0	153	100.000
08 244	1384 2B30 0636	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - RUNDIAI DO SUL - PR							150.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	4	2	40	0	153	150.000
08 244	1384 2B30 0664	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - APOE - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ							200.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	4	2	99	0	153	200.000
1385 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL									450.000
		ATIVIDADES							
08 244	1385 2B31	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							450.000
08 244	1385 2B31 0674	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - CRIACAO DE CASA DE CONVIVENCIA PARA IDOSOS - BAIRRO DE ACARI - RIO DE JANEIRO - RJ							300.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	4	2	40	0	153	300.000
08 244	1385 2B31 0712	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - EDUCANDARIO SANTA CATARINA - SAO JOSE - SC							150.000
		UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE) 1	S	3	2	40	0	153	150.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									900.000
TOTAL - GERAL									900.000

EM nº 00269/2010/MP

Brasília, 27 de setembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
2. O presente crédito permitirá a adequação de emendas constantes do orçamento, por solicitação de seus autores, a fim de possibilitar a estruturação da rede de serviços de proteção social básica nos Municípios de São Roque, no Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e a estruturação da rede de serviços de proteção social especial nos Municípios de Jundiá do Sul, no Estado do Paraná, de São José, no Estado de Santa Catarina, e de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.
3. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de anulação total de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.
4. Esclareça-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização da nova programação, e o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, condiciona a execução das despesas primárias discricionárias objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.
5. Cabe ressaltar que o crédito decorre de solicitação formalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo o qual os remanejamentos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram propostos pelos parlamentares responsáveis pelas emendas.
6. Cabe informar, finalmente, que este crédito não implica alteração do Plano Plurianual 2008-2011, PPA 2008-2011, Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, uma vez que se trata de inclusão de subtítulos de ações constantes do mencionado Plano.
7. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do citado crédito especial.

Respeitosamente,

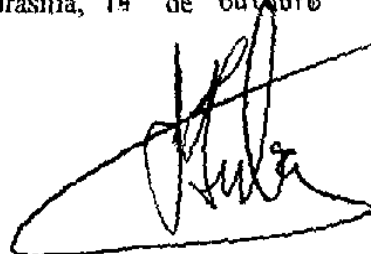
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 599

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 900.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

- b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;
- c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e
- d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea “a”, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
- II – créditos reabertos no exercício de 2010;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas: (Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

I - aos grupos de natureza de despesa: (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

c) "6 - Amortização da Dívida"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

III - aos recursos de doações e de convênios; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 64, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 141, DE 2010-CN
(nº 600/2010, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2010 crédito suplementar no valor total de R\$ 16.573.487.000,00, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$ 12.920.097.000,00, para os fins que especifica

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor total de R\$ 16.573.487.000,00 (dezesseis bilhões, quinhentos e setenta e três milhões e quatrocentos e oitenta e sete mil reais), em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de repasses da controladora para aumento do patrimônio líquido, de operações de crédito internas e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 12.214, de 2010), relativamente às dotações orçamentárias de empresas do Grupo PETROBRÁS, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 12.920.097.000,00 (doze bilhões, novecentos e vinte milhões e noventa e sete mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
22 INDÚSTRIA			297.743.000
25 ENERGIA			16.275.744.000
TOTAL - GERAL			16.573.487.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			24.630.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			179.111.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			297.671.000
663 MINERAÇÃO			72.000
692 COMERCIALIZAÇÃO			191.356.000
752 ENERGIA ELÉTRICA			289.798.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS			13.087.654.000
754 BIOCOMBUSTÍVEIS			26.790.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			126.709.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			2.349.696.000
TOTAL - GERAL			16.573.487.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
22 INDÚSTRIA			297.743.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			297.671.000
663 MINERAÇÃO			72.000
25 ENERGIA			16.275.744.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			24.630.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			179.111.000
692 COMERCIALIZAÇÃO			191.356.000
752 ENERGIA ELÉTRICA			289.798.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS			13.087.654.000
754 BIOCOMBUSTÍVEIS			26.790.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			126.709.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			2.349.696.000
TOTAL - GERAL			16.573.487.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO			1.553.025.000
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS			272.415.000
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA			387.789.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			6.762.954.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO			4.297.437.000
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS			1.029.993.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			919.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			288.879.000
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			72.000
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			267.182.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			203.741.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS			1.482.371.000
1489 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA			26.790.000
TOTAL - GERAL			16.573.487.000
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			16.573.487.000
TOTAL - GERAL			16.573.487.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			8.555.353.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			6.627.489.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			6.627.489.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			85.082.000
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			85.082.000
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			297.671.000
6.3.1.0.00.00 INTERNAS			297.671.000
6.3.9.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			1.544.791.000
6.3.9.0.00.00 OUTRAS FONTES			1.544.791.000
TOTAL DA RECEITA	8.555.353.000	RECEITAS CORRENTES	6.627.489.000
		RECEITAS DE CAPITAL	1.927.864.000
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			
ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 16.573.487.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
22 INDÚSTRIA			297.743.000
25 ENERGIA			16.275.744.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			24.630.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			179.111.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			297.671.000
663 MINERAÇÃO			72.000
692 COMERCIALIZAÇÃO			191.356.000
752 ENERGIA ELÉTRICA			289.798.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS			13.087.654.000
754 BIOCOMBUSTÍVEIS			26.790.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			126.709.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			2.349.696.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO			1.553.025.000
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS			272.415.000
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA			387.789.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			6.762.954.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO			4.297.437.000
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS			1.029.993.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			919.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			288.879.000
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			72.000
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			267.182.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			203.741.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS			1.482.371.000
1489 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA			26.790.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
32234 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	11.868.142.000
32235 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	201.708.000
32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	84.116.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	285.814.000
32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC	524.000
32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	744.057.000
32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	1.552.501.000
32388 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG	1.331.509.000
32346 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS	84.108.000
32348 TERMORIO S.A.	1.350.000
32332 TERMOMACÊ LTDA.	434.000
32333 IPRANGA ASFALTOS S.A. - IASA	506.000
32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO	44.513.000
32341 COMPENI POLIOLEFINAS S.A. - CTRINOL	85.402.000
32343 COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE	85.306.000
32344 COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE	212.565.400

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	16.573.487.000
TOTAL	16.573.487.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	8.555.353.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	6.627.489.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	6.627.489.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.402.000
6.2.1.0.00.00 CONTROLADORA	85.402.000
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	297.671.000
6.3.1.0.00.00 INTERNAS	297.671.000
6.5.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	1.544.791.000
6.5.9.0.00.00 OUTRAS FONTES	1.544.791.000
TOTAL DA RECEITA	8.555.353.000 RECEITAS CORRENTES 6.627.489.000 RECEITAS DE CAPITAL 1.927.864.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32234 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANEXO I	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 11.868.142.000	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
12 INDÚSTRIA	72.000
15 ENERGIA	11.868.070.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
121 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.704.000
124 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	154.826.000
443 MINERAÇÃO	72.000
751 ENERGIA ELÉTRICA	288.874.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS	10.624.635.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	787.831.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	4.636.000
0286 OPERAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	6.918.897.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO	4.297.457.000
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	757.568.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	919.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	287.355.000
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	72.000
0400 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	267.182.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	159.538.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS	66.746.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	11.868.142.000
TOTAL	11.868.142.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.679.649.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	4.679.649.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	4.679.649.000
TOTAL DA RECEITA	4.679.649.000 RECEITAS CORRENTES 4.679.649.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32234 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANEXO I	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA									4.636.000
		PROJETOS							
25 753	0285 IC61	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA FÁBRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (SE)							4.636.000
25 753	0285 IC61 0028	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA FÁBRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (SE) - NO ESTADO DE SERGIPE							4.636.000
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) I	1	4 - INV	4	90	0	495	4.636.000

0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		4.018.297.000					
		ATIVIDADES					
25 753	0286 2D00	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA AMAZONIA					14.999.000
25 753	0286 2D00 0010	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA AMAZONIA - NA REGIÃO NORTE					14.999.000
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA) 1	3	4 - INV	4	90 0 495	14.999.000
25 753	0286 2D02	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL DA BACIA DE CAMPOS					3.348.714.000
25 753	0286 2D02 0030	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL DA BACIA DE CAMPOS - NA REGIÃO SUDESTE					3.348.714.000
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA) 1	1	4 - INV	4	90 0 495	3.348.714.000
25 753	0286 2D04	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DE SANTOS					452.934.000
25 753	0286 2D04 0030	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DE SANTOS - NA REGIÃO SUDESTE					452.934.000
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA) 1	1	4 - INV	4	90 0 495	452.934.000
25 753	0286 2759	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE					2.115.355.000
25 753	0286 2759 0030	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE - NA REGIÃO SUDESTE					2.115.355.000
			1	4 - INV	4	90 0 495	2.115.355.000
25 753	0286 2761	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE					86.895.000
25 753	0286 2761 0020	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE					86.895.000
			1	4 - INV	4	90 0 495	86.895.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO		4.297.437.000					
		ATIVIDADES					
25 753	0288 2767	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO					2.073.000
25 753	0288 2767 0004	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL					2.073.000
			1	4 - INV	4	90 0 495	2.073.000
		PROJETOS					
25 753	0288 1C60	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA ISAAC SABBA - REMAN, EM MANAUS (AM)					37.112.000
25 753	0288 1C60 0013	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA ISAAC SABBA - REMAN, EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS					37.112.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	4	90 0 495	37.112.000
25 753	0288 3125	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATÃO - RPBC, EM CUBATÃO (SP)					307.529.000
25 753	0288 3125 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATÃO - RPBC, EM CUBATÃO (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO					307.529.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	4	90 0 495	307.529.000
25 753	0288 3129	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE - RLAM, EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA)					19.490.000
25 753	0288 3129 0029	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE - RLAM, EM SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					19.490.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	4	90 0 495	19.490.000

25 753	0288 3135	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - REDUC, EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)									339.479.000
25 753	0288 3135 0033	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - REDUC, EM DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO									339.479.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495			339.479.000
25 753	0288 3143	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS - REGAP, EM BETIM (MG)									219.932.000
25 753	0288 3143 0031	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS - REGAP, EM BETIM (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS									219.932.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495			219.932.000
25 753	0288 3151	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA - REVAP, EM SÃO JOSE DOS CAMPOS (SP)									962.889.000
25 753	0288 3151 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA - REVAP, EM SÃO JOSE DOS CAMPOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO									962.889.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 4	1	4 - INV	4	90	0	495			962.889.000
25 753	0288 3155	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN, EM PAULÍNIA (SP)									311.637.000
25 753	0288 3155 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN, EM PAULÍNIA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO									311.637.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495			311.637.000
25 753	0288 3157	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA - RECAP, EM MAUA (SP)									407.648.000
25 753	0288 3157 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA - RECAP, EM MAUA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO									407.648.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 10	1	4 - INV	4	90	0	495			407.648.000
25 753	0288 3161	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS - REPAR, EM ARAUCÁRIA (PR)									1.689.648.000
25 753	0288 3161 0041	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS - REPAR, EM ARAUCÁRIA (PR) - NO ESTADO DO PARANÁ									1.689.648.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	1	4 - INV	4	90	0	495			1.689.648.000
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS											757.548.000
		ATIVIDADES									
25 785	0290 4451	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE OUTOVIÁRIO									48.183.000
25 785	0290 4451 0001	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE OUTOVIÁRIO - NACIONAL									48.183.000
			1	4 - INV	4	90	0	495			48.183.000
		PROJETOS									
25 753	0290 10TF	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL NO TERMINAL DE CABUNAS (RJ), DE 13,5 MM M3/DIA PARA 22,8 MM M3/DIA									36.483.000
25 753	0290 10TF 0033	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL NO TERMINAL DE CABUNAS (RJ), DE 13,5 MM M3/DIA PARA 22,8 MM M3/DIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO									36.483.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495			36.483.000
25 785	0290 1C22	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN PARA 63.000 M3/DIA, EM PAULÍNIA (SP)									20.363.000
25 785	0290 1C22 0035	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS DA REFINARIA DE PAULÍNIA - REPLAN PARA 63.000 M3/DIA, EM PAULÍNIA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO									20.363.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495			20.363.000

		ATIVIDADES							
25 753	0480 2763	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL							26.273.000
25 753	0480 2763 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL - NACIONAL							26.273.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 2	I	4 - INV	4	90	0	495	26.273.000
		PROJETOS							
25 753	0480 1029	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ)							219.309.000
25 753	0480 1029 0033	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							219.309.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 14	I	4 - INV	4	90	0	495	219.309.000
25 753	0480 1170	IMPLANTACAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ)							21.600.000
25 753	0480 1170 0033	IMPLANTACAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							21.600.000
		UNIDADE IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11	I	4 - INV	4	90	0	495	21.600.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									159.530.000
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							4.704.000
25 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							4.704.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	4.704.000
		PROJETOS							
25 126	0807 12BK	IMPLANTACAO DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (CPD) DA PETROBRAS (RJ)							154.826.000
25 126	0807 12BK 0033	IMPLANTACAO DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (CPD) DA PETROBRAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							154.826.000
		CENTRO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	I	4 - INV	4	90	0	495	154.826.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS									66.746.000
		ATIVIDADES							
25 785	1045 4861	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							15.678.000
25 785	1045 4861 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL							15.678.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	15.678.000
		PROJETOS							
25 785	1045 5159	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE (PETROBRAS)							38.339.000
25 785	1045 5159 0030	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE (PETROBRAS) - NA REGIAO SUDESTE							38.339.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	4	90	0	495	38.339.000
25 785	1045 7046	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE (PETROBRAS)							12.729.000
25 785	1045 7046 0020	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE (PETROBRAS) - NA REGIAO NORDESTE							12.729.000
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO) 1	I	4 - INV	4	90	0	495	12.729.000
TOTAL - INVESTIMENTO									11.860.142.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 201.708.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA

201.708.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		5.171.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		5.181.000
492 COMERCIALIZAÇÃO		191.356.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0203 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS		191.356.000
0897 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		10.352.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		201.708.000
TOTAL		201.708.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
60.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		171.187.000
61.000.00 RECURSOS PRÓPRIOS		171.187.000
62.000.00 CRIÇÃO PRÓPRIA		872.187.000
TOTAL DA RECEITA	172.187.000	RECEITAS CORRENTES 171.187.000
		RECEITAS DE CAPITAL 0
ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
UNIDADE : 32132 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR		

ANEXO I **ORÇENTO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL, ALCOOL E BIOCOMBUSTIVEIS									191.356.000
		ATIVIDADES							
25 692	0283 2787	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							162.144.000
25 692	0283 2787 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	162.144.000
25 692	0283 2797	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							19.714.000
25 692	0283 2797 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	19.714.000
25 692	0283 2809	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							9.498.000
25 692	0283 2809 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	9.498.000
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									10.352.000
		ATIVIDADES							
25 122	0007 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							696.000
25 122	0007 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	696.000
25 122	0007 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							4.475.000
25 122	0007 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	4.475.000
25 126	0007 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							5.181.000
25 126	0007 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	5.181.000
TOTAL - INVESTIMENTO									201.708.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 84.116.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		84.116.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 785 TRANSPORTES ESPECIAIS		84.116.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 1045 BRASIL COM TODO GÁS		84.116.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		84.116.000
TOTAL		84.116.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.000.000,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		73.870.000
6.100.000,00 RECURSOS PRÓPRIOS		73.870.000
6.1.1.000,00 GERAÇÃO PRÓPRIA		73.870.000
TOTAL DA RECEITA	73.870.000 RECEITAS CORRENTES	73.870.000 RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES TE	G N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
1045 BRASIL COM TODO GÁS									84.116.000
		ATIVIDADES							
25 785	1045 4867	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							39.206.000
25 785	1045 4867 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	39.206.000
25 785	1045 8020	DISPONIBILIZACAO DE ESTACOES DE ENTREGA E DE MEDICAO DO GASODUTO BOLIVIA-BRASIL							7.391.000
25 785	1045 8020 0001	DISPONIBILIZACAO DE ESTACOES DE ENTREGA E DE MEDICAO DO GASODUTO BOLIVIA-BRASIL - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	7.391.000
		UNIDADE CONSTRUIDA (UNIDADE) I							
		PROJETOS							
25 785	1045 103Y	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DO GASODUTO BOLIVIA-BRASIL, NO TRECHO PAULINIA (SP) - ARACUCARIA (PR), DE 7,4 MILHOES DE M3/DIA PARA 12,6 MILHOES DE M3/DIA							37.519.000
25 785	1045 103Y 0001	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DO GASODUTO BOLIVIA-BRASIL, NO TRECHO PAULINIA (SP) - ARACUCARIA (PR), DE 7,4 MILHOES DE M3/DIA PARA 12,6 MILHOES DE M3/DIA - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	37.519.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) I							
TOTAL - INVESTIMENTO									84.116.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 285.814.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		285.814.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		12.589.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		126.185.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		146.240.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIODIESEL	272.425.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	12.589.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	285.014.000

TOTAL	285.014.000
--------------	--------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	285.014.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	285.014.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	285.014.000
TOTAL DA RECEITA	285.014.000
RECEITAS CORRENTES	285.014.000
RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32174 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIODIESEL									272.425.000
		ATIVIDADES							
25 784	0290 2836	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE EMBARCAÇÕES							60.667.000
25 784	0290 2836 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE EMBARCAÇÕES - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	60.667.000
25 785	0290 4107	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS							146.240.000
25 785	0290 4107 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	146.240.000
		PROJETOS							
25 784	0290 1063	AQUISIÇÃO DE NAVIOS EM ESTALEIROS NACIONAIS							65.498.000
25 784	0290 1063 0001	AQUISIÇÃO DE NAVIOS EM ESTALEIROS NACIONAIS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	65.498.000
		NAVIO RECEBIDO (UNIDADE): 1							

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	12.589.000
--	-------------------

		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							12.589.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	12.589.000

TOTAL - INVESTIMENTO	285.014.000
-----------------------------	--------------------

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32275 - PRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - PNC

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 524.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	524.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	524.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0202 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	524.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	524.000

TOTAL	524.000
--------------	----------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	524.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	524.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	524.000
TOTAL DA RECEITA	524.000
RECEITAS CORRENTES	524.000
RECEITAS DE CAPITAL	0

		PROJETOS							
25 785	1045 12AY	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE							877.341.000
25 785	1045 12AY 0030	AMPLIACAO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO SUDESTE - NA REGIAO SUDESTE							877.341.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495	877.341.000
25 785	1045 12BB	IMPLANTACAO DE TRECHO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUS (AM), COM 417 KM							454.168.000
25 785	1045 12BB 0013	IMPLANTACAO DE TRECHO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUS (AM), COM 417 KM - NO ESTADO DO AMAZONAS							454.168.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495	454.168.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.331.509.000

ORCAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32314 - LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 84.100.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA		84.100.000	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		343.000	
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		2.696.000	
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS		81.059.000	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS		81.059.000	
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE ANHO		3.941.000	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		84.100.000	
TOTAL		84.100.000	
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		84.100.000	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		84.100.000	
6.3.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		84.000.000	
TOTAL DA RECEITA		84.100.000	RECEITAS CORRENTES 84.100.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORCAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32314 - LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S E	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL, ALCOOL E BIOCOMBUSTIVEIS									81.059.000
		ATIVIDADES							
25 753	0283 2B43	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP							78.872.000
25 753	0283 2B43 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	78.872.000
25 753	0283 2B44	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP							1.393.000
25 753	0283 2B44 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	1.393.000
		PROJETOS							
25 753	0283 1050	IMPLANTACAO DE CENTRO OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP), EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)							794.000
25 753	0283 1050 0033	IMPLANTACAO DE CENTRO OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP), EM DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	4	90	0	495	794.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 9							

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	434.000
TOTAL	434.000

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32322 - TERMOMACAE LTDA.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									434.000
		PROJETOS							
25 752	0196 1187	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA MARIO LAGO (TERMOMACAE), COM 922 MW, EM MACAE (RJ)							434.000
25 752	0296 1187 0033	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA MARIO LAGO (TERMOMACAE), COM 922 MW, EM MACAE (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA CONCLUÍDA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) I	T	4 - INV	4	90	0	495	434.000
TOTAL - INVESTIMENTO									434.000

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32333 - IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 506.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA			506.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			118.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			388.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
8807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			506.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			506.000
TOTAL			506.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			146.000
4.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			146.000
4.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			146.000
TOTAL DA RECEITA		146.000	
RECEITAS CORRENTES		146.000	
RECEITAS DE CAPITAL			0

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32333 - IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FTE	VALOR
8807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									506.000
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS							11.000
25 122	0807 4101 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	4	90	0	495	11.000
25 122	8807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							107.000
25 122	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	I	4 - INV	4	90	0	495	107.000

25 126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							358.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							358.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	358.000
TOTAL - INVESTIMENTO									506.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32334 - PETROBRÁS BIODIESEL S.A. - PBIO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 44.513.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA 44.513.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
121 ADMINISTRAÇÃO GERAL 14.294.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 3.429.000
754 BIODIESEL 26.790.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
8807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 17.723.000
1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA 26.790.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 44.513.000

TOTAL 44.513.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32334 - PETROBRÁS BIODIESEL S.A. - PBIO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	D Z C	R E	M O D	U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------	-------	-----	-------	---	-------	-------

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 17.723.000

ATIVIDADES									
25 122	8807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							14.294.000
25 122	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							14.294.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	14.294.000
25 126	8807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							3.429.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							3.429.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	3.429.000

1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA 26.790.000

PROJETOS									
25 754	1409 1241	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA USINA DE BIODIESEL DE CANDEIAS (BA)							26.790.000
25 754	1409 1241 0029	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA USINA DE BIODIESEL DE CANDEIAS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							26.790.000
		OBRA EXECUTADA (5% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 38	1	4 - INV	4	90	0	495	26.790.000

TOTAL - INVESTIMENTO 44.513.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32341 - COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. - OPRPOL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 85.402.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA 85.402.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS 85.402.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0245 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	25.402.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	25.402.000
TOTAL	25.402.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.00.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	25.402.000
6.00.000.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.402.000
6.00.000.00 CONTRIBUIÇÃO PARA	25.402.000
TOTAL DA RECEITA	25.402.000
RECEITAS CORRENTES	0
RECEITAS DE CAPITAL	25.402.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32341 - COMPANHIA SIDEROLÉGIAS S.A. - CBRUM

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA									25.402.000
		PROJETOS							
25 753	0285 1245	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO DO COMPLEXO PETROQUIMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - RJ							25.402.000
25 753	0285 1245 0093	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO DO COMPLEXO PETROQUIMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - RJ - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							\$5.402.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495	25.402.000
TOTAL - INVESTIMENTO									25.402.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32343 - COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

ANEXO 1		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 85.306.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
22 INDUSTRIA			85.306.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
462 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			85.306.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
9285 INDUSTRIA PETROQUIMICA			85.306.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			85.306.000
TOTAL			85.306.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			85.306.000
6.3.0.0.0.0 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO			85.306.000
6.3.1.0.0.0 INTERNAS			85.306.000
TOTAL DA RECEITA	85.306.000	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	85.306.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32343 - COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA									85.306.000
		PROJETOS							
22 662	0285 125U	IMPLANTACAO DE COMPLEXO DE POLIESTER E RESINA PET. EM IPOJUCA (PE).							85.306.000
22 662	0285 125U 0026	IMPLANTACAO DE COMPLEXO DE POLIESTER E RESINA PET. EM IPOJUCA (PE). - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							85.306.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	4	90	8	495	85.306.000
TOTAL - INVESTIMENTO									85.306.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE: 32344 - COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO- PETROQUÍMICASUAPE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 212.365,000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 22 INDÚSTRIA		212.365,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		212.365,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0225 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA		212.365,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		212.365,000
TOTAL		212.365,000
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		212.365,000
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CREDITO DE LONGO PRAZO		212.365,000
6.3.1.0.00.00 INTERNAS		212.365,000
TOTAL DA RECEITA	212.365,000	RECEITAS CORRENTES
		* RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 31344 - COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICA S/A PE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO-SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA									212.365.000
		PROJETOS							
22 462	0285 125T	IMPLANTACAO DA UNIDADE DE ACIDO TEREFTALICO (PTA) EM IPOJUCA (PE)							212.365.000
22 662	0285 125T 0026	IMPLANTACAO DA UNIDADE DE ACIDO TEREFTALICO (PTA) EM IPOJUCA (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							212.365.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	4	90	0	495	212.365.000
TOTAL - INVESTIMENTO									212.365.000

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA			12.803.452.000
26 TRANSPORTE			116.645.000
TOTAL - GERAL			12.920.097.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			14.833.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			235.453.000
692 COMERCIALIZAÇÃO			29.881.000
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			17.998.000
752 ENERGIA ELÉTRICA			281.981.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS			11.273.385.000
754 BIOCOMBUSTÍVEIS			116.341.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			958.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			949.275.000
TOTAL - GERAL			12.920.097.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
25 ENERGIA			12.803.452.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			14.833.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			235.453.000
692 COMERCIALIZAÇÃO			29.881.000
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			17.998.000
752 ENERGIA ELÉTRICA			281.981.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS			11.273.385.000
754 BIOCOMBUSTÍVEIS			116.341.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			958.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			832.630.000
26 TRANSPORTE			116.645.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			116.645.000
TOTAL - GERAL			12.920.097.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			16.437.000
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO			7.147.000
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS			29.755.000
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA			2.438.695.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			6.691.566.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO			1.871.398.000
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS			569.133.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			19.328.000
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			175.466.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			19.456.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			8.894.000
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			369.664.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			258.286.000
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL			59.727.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS			381.858.000
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA			17.998.000
1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA			94.187.000
TOTAL - GERAL			12.920.097.000
QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			12.920.097.000
TOTAL - GERAL			12.920.097.000
6.0.0.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			4.901.963.000
6.1.0.0.0.00 RECURSOS PRÓPRIOS			8.009.898.000
6.1.1.0.0.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			8.009.898.000
6.2.0.0.0.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2.454.404.000
6.2.2.0.0.00 CONTROLADORA			2.454.404.000
6.3.0.0.0.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			1.420.904.000
6.3.1.0.0.00 INTERNAS			5.892.000
6.3.2.0.0.00 EXTERNAS			1.415.012.000
6.9.0.0.0.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			16.757.000
6.9.9.0.0.00 OUTRAS FONTES			16.757.000
TOTAL DA RECEITA	4.901.963.000	RECEITAS CORRENTES	1.809.898.000
		RECEITAS DE CAPITAL	3.892.065.000

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ÓRGÃO : R\$ 12.920.097.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA			12.803.452.000
26 TRANSPORTE			116.645.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			14.833.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			235.453.000
692 COMERCIALIZAÇÃO			29.881.000
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA			17.998.000
752 ENERGIA ELÉTRICA			281.981.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS			11.273.385.000
754 BIOCOMBUSTÍVEIS			116.341.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			958.000
785 TRANSPORTES ESPECIAIS			949.275.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			16.437.000
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO			7.147.000
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ALCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS			29.755.000
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA			2.438.695.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			6.691.566.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO			1.871.398.000
0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS			569.133.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			19.328.000
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			175.466.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			19.456.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			8.894.000
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL			369.664.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			258.286.000

		ATIVIDADES							
25 753	0276 20C9	ESTUDOS DE MERCADO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS							16.437.000
25 753	0276 20C9 0001	ESTUDOS DE MERCADO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS - NACIONAL							16.437.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) I	I	4 - INV	4	90	0	495	16.437.000
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA									284.327.000
		ATIVIDADES							
25 753	0285 6595	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS							29.259.000
25 753	0285 6595 0020	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - NA REGIÃO NORDESTE							29.259.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	29.259.000
25 753	0285 6597	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS							17.584.000
25 753	0285 6597 0020	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS FABRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - NA REGIÃO NORDESTE							17.584.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	17.584.000
		PROJETOS							
25 753	0285 1062	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (BA)							29.029.000
25 753	0285 1062 0029	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA FABRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							29.029.000
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) I	I	4 - INV	4	90	0	495	29.029.000
25 753	0285 124V	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES NITROGENADOS, COM CAPACIDADE PRODUTIVA DE 1.109 MIL T/ANO DE UREIA E 796 MIL T/ANO DE AMÔNIA							128.455.000
25 753	0285 124V 0001	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES NITROGENADOS, COM CAPACIDADE PRODUTIVA DE 1.109 MIL T/ANO DE UREIA E 796 MIL T/ANO DE AMÔNIA - NACIONAL							128.455.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) I I	I	4 - INV	4	90	0	495	128.455.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									4.562.204.000
		ATIVIDADES							
25 753	0286 2001	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA REGIÃO NORDESTE							9.682.000
25 753	0286 2001 0020	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DAS BACIAS DA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE							9.682.000
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA)	I	4 - INV	4	90	0	495	9.682.000
25 753	0286 2003	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DO ESPÍRITO SANTO							2.356.884.000
25 753	0286 2003 0032	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DO ESPÍRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							2.356.884.000
		CAPACIDADE POTENCIAL INCREMENTADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE/DIA) I	I	4 - INV	4	90	0	495	2.356.884.000
25 753	0286 2751	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORTE							27.294.000
25 753	0286 2751 0010	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORTE - NA REGIÃO NORTE							27.294.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	27.294.000
25 753	0286 4109	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL							421.871.000
25 753	0286 4109 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL - NACIONAL							421.871.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	421.871.000

25 753	0286 4237	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA, DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL								438.272.000
25 753	0286 4237 0001	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA, DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495		438.272.000
25 753	0286 4393	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL								1.308.201.000
25 753	0286 4393 0001	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495		1.308.201.000
		POÇO EXPLORATÓRIO PERFURADO (UNIDADE) 10								1.308.201.000

0288 REFINO DE PETRÓLEO**546.598.000**

		ATIVIDADES								
25 753	0288 4108	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO								248.778.000
25 753	0288 4108 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495		248.778.000
		PROJETOS								
25 753	0288 1188	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA UNIDADE DE LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO NORDESTE - LUBNOR, EM FORTALEZA (CE)								86.161.000
25 753	0288 1188 0023	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA UNIDADE DE LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO NORDESTE - LUBNOR, EM FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARÁ	3	4 - INV	4	90	0	495		86.161.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 28								
25 753	0288 1178	IMPLANTACAO DA REFINARIA PREMIUM I, NO ESTADO DO MARANHÃO								243.231.000
25 753	0288 1178 0023	IMPLANTACAO DA REFINARIA PREMIUM I, NO ESTADO DO MARANHÃO - NO ESTADO DO MARANHÃO	1	4 - INV	4	90	0	495		243.231.000
		REFINARIA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1								
25 753	0288 1175	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE XISTO - SIX, EM SÃO MATEUS DO SUL (PR)								4.199.000
25 753	0288 1175 0041	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE XISTO - SIX, EM SÃO MATEUS DO SUL (PR) - NO ESTADO DO PARANÁ	1	4 - INV	4	90	0	495		4.199.000
		UNIDADE MODERNIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1								
25 753	0288 119J	IMPLANTACAO DA REFINARIA PREMIUM II, NO ESTADO DO CEARÁ								248.302.000
25 753	0288 119J 0023	IMPLANTACAO DA REFINARIA PREMIUM II, NO ESTADO DO CEARÁ - NO ESTADO DO CEARÁ	1	4 - INV	4	90	0	495		248.302.000
		REFINARIA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1								
25 753	0288 125M	IMPLANTACAO DA REFINARIA POTIGUAR CLARA CAMARÃO								10.309.000
25 753	0288 125M 0024	IMPLANTACAO DA REFINARIA POTIGUAR CLARA CAMARÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1	4 - INV	4	90	0	495		10.309.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1								

0290 TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**565.156.000**

		ATIVIDADES								
25 785	0290 4107	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS								26.966.000
25 785	0290 4107 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495		26.966.000
		PROJETOS								
25 785	0290 1C59	REFORMULAÇÃO DA MALHA DUTOVIÁRIA DA GRANDE SÃO PAULO (SP)								473.156.000
25 785	0290 1C59 0035	REFORMULAÇÃO DA MALHA DUTOVIÁRIA DA GRANDE SÃO PAULO (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO	1	4 - INV	4	90	0	495		473.156.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1								

25 785	0290 1192	CONTRUÇÃO DE PIER EM SÃO SEBASTIAO, PARA NAVIOS DE ATÉ 150 MIL TPB, E DE DUTO ASSOCIADO, COM APROXIMADAMENTE 130 KM, ATÉ GUARAREMA (OSVAT 2 - PETRÓLEO) - (SP)								40.140.000
25 785	0290 1192 0035	CONTRUÇÃO DE PIER EM SÃO SEBASTIAO, PARA NAVIOS DE ATÉ 150 MIL TPB, E DE DUTO ASSOCIADO, COM APROXIMADAMENTE 130 KM, ATÉ GUARAREMA (OSVAT 2 - PETRÓLEO) - (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO								40.140.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 52	1	4 - INV	4	90	0	495		40.140.000
25 785	0290 115W	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ALCOOL (RIBEIRAO PRETO-SP / REPLAN / ILHA DAGUA-RJ)								27.921.000
25 785	0290 115W 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ALCOOL (RIBEIRAO PRETO-SP / REPLAN / ILHA DAGUA-RJ) - NA REGIAO SUDESTE								27.921.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495		27.921.000
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL										175.466.000
		ATIVIDADES								
25 752	0295 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE USINAS TERMELETRICAS								231.000
25 752	0295 6556 0040	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE USINAS TERMELETRICAS - NA REGIAO SUL								231.000
			1	4 - INV	4	90	0	495		231.000
		PROJETOS								
25 752	0295 1095	IMPLANTACAO DA 2ª FASE DA USINA TERMELETRICA SEPE TIARAJU (CANAAS, COM ACRESCIMO DE 90 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM CANOAS (RS)								175.235.000
25 752	0295 1095 0043	IMPLANTACAO DA 2ª FASE DA USINA TERMELETRICA SEPE TIARAJU (CANAAS, COM ACRESCIMO DE 90 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM CANOAS (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								175.235.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 8	1	4 - INV	4	90	0	495		175.235.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE										16.680.000
		PROJETOS								
25 752	0296 107WL	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA TERMELETRICA LUIS CARLOS PRESTES, PARA 372 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM TRES LAGOAS (MS)								16.680.000
25 752	0296 107WL 0054	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO DA USINA TERMELETRICA LUIS CARLOS PRESTES, PARA 372 MW, ATRAVES DE CICLO COMBINADO, EM TRES LAGOAS (MS) - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								16.680.000
		USINA AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	4	90	0	495		16.680.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA										8.004.000
		ATIVIDADES								
25 752	0476 2765	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA								8.004.000
25 752	0476 2765 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL								8.004.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	4	90	0	495		8.004.000
0488 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL										9.511.000
		ATIVIDADES								
25 753	0488 2083	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ)								9.511.000
25 753	0488 2083 0033	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS - CENPES (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								9.511.000
			1	4 - INV	4	90	0	495		9.511.000

25 753	0480 4112	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO								108.511.000
25 753	0480 4112 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO - NACIONAL								108.511.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 28	1	4 - INV	4	90	0	495		108.511.000
25 753	0480 4113	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE ABASTECIMENTO								6.500.000
25 753	0480 4113 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE ABASTECIMENTO - NACIONAL								6.500.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	4	90	0	495		6.500.000
25 753	0480 4115	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL								25.923.000
25 753	0480 4115 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - NACIONAL								25.923.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	4	90	0	495		25.923.000
25 753	0480 4862	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO								27.081.000
25 753	0480 4862 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO - NACIONAL								27.081.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 15	1	4 - INV	4	90	0	495		27.081.000
25 753	0480 4863	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL								60.636.000
25 753	0480 4863 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A ÁREA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - NACIONAL								60.636.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 2	2	4 - INV	4	90	0	495		60.636.000
25 754	0480 20CZ	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM BIOCOMBUSTÍVEIS								22.154.000
25 754	0480 20CZ 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM BIOCOMBUSTÍVEIS - NACIONAL								22.154.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	4	90	0	495		22.154.000
25 785	0480 2005	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE								79.234.000
25 785	0480 2005 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE - NACIONAL								79.234.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	4	90	0	495		79.234.000
		PROJETOS								
25 753	0480 124U	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO EXPERIMENTAL DE PROCESSOS E COEFICIENTES - NEPE (MG)								10.114.000
25 753	0480 124U 0031	IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO EXPERIMENTAL DE PROCESSOS E COEFICIENTES - NEPE (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								10.114.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 33	1	4 - INV	4	90	0	495		10.114.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**239.653.000**

		ATIVIDADES								
25 122	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS								7.680.000
25 122	0807 4101 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NACIONAL								7.680.000
			1	4 - INV	4	90	0	495		7.680.000
25 126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO								231.973.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL								231.973.000
			1	4 - INV	4	90	0	495		231.973.000

1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL**59.727.000**

		PROJETOS								
25 752	1044 10WE	ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA UTILIZANDO BIOMASSA COMO COMBUSTÍVEL								57.637.000
25 752	1044 10WE 0001	ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA UTILIZANDO BIOMASSA COMO COMBUSTÍVEL - NACIONAL								57.637.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	4	90	0	495		57.637.000

25 752	1044 10WG	ESTUDOS PARA IMPLANTACAO DE UNIDADES PARA GERACAO DE ENERGIA TERMICA UTILIZANDO ENERGIA SOLAR							2.090.000
25 752	1044 10WG 0001	ESTUDOS PARA IMPLANTACAO DE UNIDADES PARA GERACAO DE ENERGIA TERMICA UTILIZANDO ENERGIA SOLAR - NACIONAL							2.090.000
		CAPACIDADE INSTALADA (KW EQUIVALENTE)	I	4 - INV	4	90	0	495	2.090.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS									128.870.000
		PROJETOS							
25 785	1045 11Y6	IMPLANTACAO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUAS (AM) - IMOBILIZACOES PETROBRAS							2.460.000
25 785	1045 11Y6 0013	IMPLANTACAO DO GASODUTO URUCU-COARI-MANAUAS (AM) - IMOBILIZACOES PETROBRAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							2.460.000
		DIREITO DE PASSAGEM ADQUIRIDO (KM) 27	I	4 - INV	4	90	0	495	2.460.000
25 785	1045 12HM	OBRAS COMPLEMENTARES DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES)							525.000
25 785	1045 12HM 0032	OBRAS COMPLEMENTARES DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							525.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	4	90	0	495	525.000
25 785	1045 7048	IMPLANTACAO DO GASODUTO DE INTEGRACAO SUDESTE-NORDESTE - IMOBILIZACOES PETROBRAS							1.540.000
25 785	1045 7048 0001	IMPLANTACAO DO GASODUTO DE INTEGRACAO SUDESTE-NORDESTE - IMOBILIZACOES PETROBRAS - NACIONAL							1.540.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	4	90	0	495	1.540.000
26 785	1045 125K	ESTUDOS PARA IMPLANTACAO DO COMPLEXO DE GNL							42.845.000
26 785	1045 125K 0001	ESTUDOS PARA IMPLANTACAO DO COMPLEXO DE GNL - NACIONAL							42.845.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO)	I	4 - INV	4	90	0	495	42.845.000
26 785	1045 125R	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DE UNIDADE FLUTUANTE DE LIQUEFACAO DE GNL EMBARCADA (GNLE)							73.800.000
26 785	1045 125R 0030	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DE UNIDADE FLUTUANTE DE LIQUEFACAO DE GNL EMBARCADA (GNLE) - NA REGIAO SUDESTE							73.800.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO) I	I	4 - INV	4	90	0	495	73.800.000
1046 EFICIENCIA ENERGETICA									17.998.000
		ATIVIDADES							
25 751	1046 4394	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE RACIONALIZACAO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS							17.998.000
25 751	1046 4394 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE RACIONALIZACAO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS - NACIONAL							17.998.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	I	4 - INV	4	90	0	495	17.998.000
TOTAL - INVESTIMENTO									7.188.493.000
ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASIL									
ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTOS) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.757.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA 14.757.000									
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
753 COMBUSTIVEIS MINERAIS -14.757.000									
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0236 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL -14.757.000									
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 14.757.000									
TOTAL 14.757.000									
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
63.000.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 14.757.000									
63.000.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 14.757.000									
63.000.00.00 OUTRAS FONTES 14.757.000									
TOTAL DA RECEITA 14.757.000									
RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 14.757.000									

ORÇAO : 31000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 31232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASIL

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0206 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									16.757.000
		PROJETOS							
25 753	0206 111W	ADAPTACAO DA UNIDADE MARITIMA DE PERFORACAO SEMI-SUBMERSIVEL P-23							16.757.000
25 753	0206 111W 0002	ADAPTACAO DA UNIDADE MARITIMA DE PERFORACAO SEMI-SUBMERSIVEL P-23 - NO EXTERIOR							16.757.000
		UNIDADE ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	4	90	0	495	16.757.000
TOTAL - INVESTIMENTO									16.757.000

ORÇAO : 31000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 31233 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 29.521.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		29.521.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 692 COMERCIALIZAÇÃO		29.521.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0202 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO 0203 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS		126.000 29.395.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		29.521.000
TOTAL		29.521.000

ORÇAO : 31000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 31233 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0202 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO									126.000
		PROJETOS							
25 692	0202 5404	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR							126.000
25 692	0202 5404 0002	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR - NO EXTERIOR							126.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	4	90	0	495	126.000
0203 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS									29.395.000
		ATIVIDADES							
25 692	0203 1799	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES							3.321.000
25 692	0203 1799 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NACIONAL							3.321.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	3.321.000

		PROJETOS							
25 492	0283 3347	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							23.053.000
25 492	0283 3347 0001	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL							23.053.000
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	I	4 - INV	4	90	0	495	23.053.000
25 492	0283 3348	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							3.021.000
25 492	0283 3348 0001	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL							3.021.000
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	I	4 - INV	4	90	0	495	3.021.000
TOTAL - INVESTIMENTO									29.521.000

ORCAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 433.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA 433.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 11.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 422.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
8807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 433.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 433.000

TOTAL 433.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 433.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 433.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 433.000
TOTAL DA RECEITA 433.000 RECEITAS CORRENTES 433.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORCAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									433.000
		ATIVIDADES							
25 122	8807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							11.000
25 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							11.000
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	I	4 - INV	4	90	0	495	11.000
25 126	8807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							422.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							422.000
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	I	4 - INV	4	90	0	495	422.000
TOTAL - INVESTIMENTO									433.000

ORCAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 11.046.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA 11.046.000

		ATIVIDADES						
25 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						4.942.000
25 122	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						4.942.000
			I	4 - INV	4	90	0	495

TOTAL - INVESTIMENTO 5.292.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32200 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 46.464.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA 46.464.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS 46.464.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0288 REFINO DE PETRÓLEO 46.464.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 46.464.000

TOTAL 46.464.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 46.464.000
4.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO 46.464.000
4.3.2.0.00.00 EXTERNAS 46.464.000
TOTAL DA RECEITA 46.464.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 46.464.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32200 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MO B	I U	F T E	VALOR
0288 REFINO DE PETRÓLEO									46.464.000
25 753	0288 4106	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO							11.591.000
25 753	0288 4106 0043	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							11.591.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	11.591.000
PROJETOS									
25 753	0288 5085	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP, EM CANOAS (RS)							34.873.000
25 753	0288 5085 0043	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI - REFAP, EM CANOAS (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							34.873.000
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	I	4 - INV	4	90	0	495	34.873.000
TOTAL - INVESTIMENTO									46.464.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32202 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.112.605.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA 2.112.605.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS 2.112.605.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL 2.112.605.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.112.605.000
TOTAL	2.112.605.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.000.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.348.548.000
63.000.000.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	1.348.548.000
63.2.0.00.00 EXTERNAS	1.348.548.000
TOTAL DA RECEITA	1.348.548.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 1.348.548.000

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

ANEXO II	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									2.112.605.000
		PROJETOS							
15 753	0286 1172	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUÇÃO II (PERÍODO 2007-2020)							17.670.000
25 753	0286 1172 0002	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUÇÃO II (PERÍODO 2007-2020) - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	17.670.000
		PROJETO EXECUTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1							17.670.000
15 753	0286 1191	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MARÍTIMAS ESTACIONARIAS DE EXTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (PERÍODO 2006-2010)							1.809.544.000
25 753	0286 1191 0002	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MARÍTIMAS ESTACIONARIAS DE EXTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (PERÍODO 2006-2010) - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	1.809.544.000
		UNIDADE ADQUIRIDA (UNIDADE) 1							1.809.544.000
15 753	0286 117Q	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUÇÃO III (PERÍODO: 2008 - 2016)							285.391.000
25 753	0286 117Q 0002	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESTACIONARIAS DE PRODUÇÃO III (PERÍODO: 2008 - 2016) - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	285.391.000
		UNIDADE CONSTRUÍDA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1							285.391.000
TOTAL - INVESTIMENTO									2.112.605.000

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

ANEXO II	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.710.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNDOS	25 ENERGIA	7.710.000
----------------------------------	-------------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	026 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	689.000
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS		7.021.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	7.021.000
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		689.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	7.710.000
--	--	------------------

TOTAL		7.710.000
--------------	--	------------------

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

ANEXO II	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO									7.021.000
		ATIVIDADES							
15 753	0282 4864	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INDUSTRIAL NO EXTERIOR							7.021.000
25 753	0282 4864 0002	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA INDUSTRIAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	1	4 - INV	4	90	0	495	7.021.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								689.000
		ATIVIDADES						
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						689.000
25 126	0807 4103 0002	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO EXTERIOR						689.000
			1	4 - INV	4	90	0	495
								689.000
TOTAL - INVESTIMENTO								7.710.000

ORCAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32300 - TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 170.362.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

170.362.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
125 TECNOLOGIA DA INFORMACAO
785 TRANSPORTES ESPECIAIS

720.000

169.642.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
1045 BRASIL COM TODO GÁS

720.000

169.642.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

170.362.000

TOTAL

170.362.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.0.0.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO
6.2.0.000.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO
6.2.2.000.00 CONTROLADORA

170.362.000

170.362.000

170.362.000

TOTAL DA RECEITA 170.362.000 RECEITAS CORRENTES

0 RECEITAS DE CAPITAL

170.362.000

ORCAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32300 - TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									720.000
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							720.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							720.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	720.000
1045 BRASIL COM TODO GÁS									169.642.000
		ATIVIDADES							
25 785	1045 4861	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							137.438.000
25 785	1045 4861 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL							137.438.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	137.438.000
25 785	1045 4867	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL							26.444.000
25 785	1045 4867 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANCA INDUSTRIAL E DE SAUDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIARIO DE GAS NATURAL - NACIONAL							26.444.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	26.444.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32319 - FAFEN ENERGIA S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.293.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			10.293.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA			10.293.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			10.293.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			10.293.000
TOTAL			10.293.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			10.293.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			10.293.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			10.293.000
TOTAL DA RECEITA	10.293.000	RECEITAS CORRENTES	10.293.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32319 - FAFEN ENERGIA S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 - ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									10.293.000
		PROJETOS							
25 752	0294 1CS8	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMELETRICA ROMULO ALMEIDA (FAFEN) - COM 151 MW - (BA)							10.293.000
25 752	0294 1CS8 0029	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA USINA TERMELETRICA ROMULO ALMEIDA (FAFEN) - COM 151 MW - (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							10.293.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 35	1	4 - INV	4	90	0	495	10.293.000
TOTAL - INVESTIMENTO									10.293.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32320 - TERMOCEARÁ LTDA.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.250.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			10.250.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 752 ENERGIA ELÉTRICA			1.215.000
			9.035.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE AFORO			9.035.000
			1.215.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			10.250.000
TOTAL			10.250.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			10.250.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			10.250.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			10.250.000
TOTAL DA RECEITA	10.250.000	RECEITAS CORRENTES	10.250.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32320 - TERMOCEARÁ LTDA.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR

0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			9.035.000						
		PROJETOS							
25 752	0294 1158	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA SENADOR CARLOS JEREISSATI (TERMOCEARA), COM 225 MW - EM PECEM (CE)							9.035.000
25 752	0294 1158 0023	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA SENADOR CARLOS JEREISSATI (TERMOCEARA), COM 225 MW - EM PECEM (CE) - NO ESTADO DO CEARÁ							9.035.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 32	I	4 - INV	4	90	0	495	9.035.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.215.000						
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.215.000
25 122	0807 4102 0023	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO CEARÁ							1.215.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	1.215.000
TOTAL - INVESTIMENTO			10.250.000						

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32322 - TERMOMACAE LTDA.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 985.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA

985.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

985.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

985.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

985.000

TOTAL

985.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

551.000

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS

551.000

6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA

551.000

TOTAL DA RECEITA 551.000 RECEITAS CORRENTES

551.000 RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32322 - TERMOMACAE LTDA.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	RF	MO D	I U	FT E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			985.000						
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							985.000
25 122	0807 4102 0033	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							985.000
			I	4 - INV	4	90	0	495	985.000
TOTAL - INVESTIMENTO			985.000						

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32330 - REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 983.946.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

25 ENERGIA

983.946.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFINANÇOS		
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS		983.946.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
828 REFINO DE PETRÓLEO		983.946.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		983.946.000
TOTAL		983.946.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		983.946.000
6.1.0.000.00 RECURSOS PRÓPRIOS		983.946.000
6.1.2.000.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		983.946.000
TOTAL DA RECEITA	983.946.000	RECEITAS CORRENTES 983.946.000 RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32310 - REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0236		REFINO DE PETRÓLEO							983.946.000
		PROJETOS							
25 753	0236 1P65	IMPLANTACAO DA REFINARIA ABREU E LIMA, EM RECIFE (PE)							983.946.000
25 753	0236 1P65 0026	IMPLANTACAO DA REFINARIA ABREU E LIMA, EM RECIFE (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							983.946.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	4	90	0	495	983.946.000
		TOTAL - INVESTIMENTO							983.946.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32331 - USINA TERMELÉTRICA DE JUAZ DE FORA S.A. - UTEJF

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.106.000	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	1.106.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
124 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	173.000
753 ENERGIA ELÉTRICA	933.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	933.000
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	173.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.106.000
TOTAL	1.106.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.5.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.106.000
6.1.5.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.106.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.106.000
TOTAL DA RECEITA	1.106.000
RECEITAS CORRENTES	1.106.000
RECEITAS DE CAPITAL	

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32331 - USINA TERMELETRICA DE JUIZ DE FORA S.A. - UTEJF

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	FTE	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									933.000
		ATIVIDADES							
25 752	0296 6556	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE USINAS TERMELETRICAS							933.000
25 752	0296 6556 0031	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE USINAS TERMELETRICAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	4 - INV	4	90	0	495	933.000
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									173.000

		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							173.000
25 126	0807 4103 0031	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							173.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	173.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.184.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32333 - IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 360.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | **360.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
692 COMERCIALIZAÇÃO | **360.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0203 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS | **360.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | **360.000**

TOTAL | **360.000**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32333 - IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	E U	F T E	VALOR
0203 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS									360.000
25 692	0203 2707	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS							360.000
25 692	0203 2707 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - NACIONAL							360.000
			1	4 - INV	4	90	0	495	360.000
TOTAL - INVESTIMENTO									360.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32334 - PETROBRÁS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIQ

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 94.187.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA | **94.187.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
754 BIOCOMBUSTÍVEIS | **94.187.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA | **94.187.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | **94.187.000**

TOTAL | **94.187.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
63.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | **49.674.000**
63.000.000 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | **49.674.000**
63.200.000 CONTROLADORA | **49.674.000**
TOTAL DA RECEITA **49.674.000** **RECEITAS CORRENTES** **0** **RECEITAS DE CAPITAL** **49.674.000**

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ I. M.

[illegible]

CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.0.00	RECURSOS DE CAPITAL -- ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.729.874.000,00
6.2.0.0.0.0.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.729.874.000,00
6.2.1.0.0.0.00	CONTROLADORA	1.729.874.000,00
TOTAL DA RECEITA	1.729.874.000,00	* RECEITAS DE CAPITAL 1.729.874.000,00

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	136.996.000
TOTAL	136.996.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	134.990.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	134.990.000
6.1.2.0.00.00 CONTROLADORA	134.990.000
TOTAL DA RECEITA	134.990.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 134.990.000

ORGÃO : 3200 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ENTIDADE : 1134 - COMPERJ MEG S.A. - CPRMIG

ANEXO II		CREDITO SUPPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO/PRODUTO	EST.	CND	R.F.	M.O.D.	I.U.	F.T.E.	VALOR
0285 INDUSTRIA PETROQUIMICA									136.990.000
		PROJETOS							
25 750	0285 1240	CONSTRUCAO DE UNIDADE DE ETILENOLOGICA DO COMPLEXO PETROQUIMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - RJ							136.990.000
25 753	0285 1240 6013	CONSTRUCAO DE UNIDADE DE ETILENOLOGICA DO COMPLEXO PETROQUIMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - RJ - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							136.990.000
		OBRA EXECUTADA 9% DE EXECUCAO FISICA 1	1	4 - INV	4	90	0	405	136.990.000
TOTAL - INVESTIMENTO									136.990.000

ORÇAO : 5200 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 3140 - COMPERPET S.A. - CRIPET

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE - R\$ 148.913.000	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	1 248.913.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
733 COMBUSTÍVEIS MINERAIS	1 248.913.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
9215 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	1 248.913.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1 248.913.000
TOTAL	1 248.913.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
5.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		248.013.000
6.2.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		248.013.000
6.2.2.00.00 CONTRIBUIÇÃO		248.013.000
TOTAL DA RECEITA	248.013.000	RECEITAS CORRENTES
		6 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 31806 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32340 - COMPERL PET S.A. - CPRPET

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0285 - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA									248.013.000
		PROJETOS ¹							
25 753	0285 124R	CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE PTA E PET DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - RJ							248.013.000
25 753	0285 124R 0003	CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES DE PTA E PET DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - RJ - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							248.013.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) ²	1	4 - INV	4	90	0	495	248.013.000
TOTAL - INVESTIMENTO									248.013.000

EM Nº 00273/2010/MP

Brasília, 29 de setembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010 (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), crédito suplementar no valor total de R\$ 16.573.487.000,00 (dezesseis bilhões, quinhentos e setenta e três milhões e quatrocentos e oitenta e sete mil reais), em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, e, ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de empresas também do Grupo PETROBRÁS no valor global de R\$ 12.920.097.000,00 (doze bilhões, novecentos e vinte milhões e noventa e sete mil reais), para atendimento de pleito do Ministério de Minas e Energia.

2. A abertura do crédito ora solicitado tem por finalidade adequar as dotações orçamentárias das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

3. A seguir, a destinação, por empresa, do referido crédito, bem como a discriminação das respectivas fontes de financiamento:

a) **Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS** – R\$ 11.860.142.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos/atividades:

“Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE)”, no Estado de Sergipe - R\$ 4.636.000,00;

“Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia”, na Região Norte - R\$ 14.999.000,00;

“Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural da Bacia de Campos”, na Região Sudeste - R\$ 3.348.714.000,00;

“Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos”, na Região Sudeste - R\$ 452.934.000,00;

“Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste” - R\$ 2.115.355.000,00;

“Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste” - R\$ 86.895.000,00;

“Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino”, de âmbito Nacional - R\$ 2.073.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabba - Reman, em Manaus (AM)”, no Estado do Amazonas - R\$ 37.112.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão - RPBC, em Cubatão (SP)”, no Estado de São Paulo - R\$ 307.529.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, em São Francisco do Conde (BA)”, no Estado da Bahia - R\$ 19.490.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - REDUC, em Duque de Caxias (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro - R\$ 339.479.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - REGAP, em Betim (MG)”, no Estado de Minas Gerais - R\$ 219.932.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP, em São José dos Campos (SP)”, no Estado de São Paulo - R\$ 962.889.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - REPLAN, em Paulínia (SP)”, no Estado de São Paulo - R\$ 311.637.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - RECAP, em Mauá (SP)”, no Estado de São Paulo - R\$ 407.648.000,00;

“Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, em Araucária (PR), no Estado do Paraná - R\$ 1.689.648.000,00;

“Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário”, de âmbito Nacional - R\$ 48.183.000,00;

“Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), de 13,5 mm m³/dia para 22,8 mm m³/dia”, no Estado do Rio de Janeiro - R\$ 36.483.000,00;

“Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria de Paulínia - REPLAN para 63.000 m³/dia, em Paulínia (SP)”, no Estado de São Paulo - R\$ 20.363.000,00;

“Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP para 30.000 m³/dia, em Canoas (RS)”, no Estado do Rio Grande do Sul - R\$ 10.553.000,00;

“Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP)”, no Estado de São Paulo - R\$ 30.419.000,00;

“Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP, de 0,5 mm t/ano para 1,6 mm t/ano, através dos Terminais da Ilha Redonda e da Ilha Comprida (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro - R\$ 341.420.000,00;

“Implantação de Terminal, em Barra do Riacho (ES), para Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, de 1,3 mm³/dia para 18,0 mm³/dia”, no Estado do Espírito Santo - R\$ 270.147.000,00;

“Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas”, na Região Nordeste - R\$ 919.000,00;

“Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas”, de âmbito Nacional - R\$ 67.944.000,00;

“Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP)”, no Estado de São Paulo - R\$ 219.211.000,00;

“Licenciamento e Aproveitamento de Minerais para a Produção de Fertilizantes Agrícolas”, de âmbito Nacional - R\$ 72.000,00;

“Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural”, de âmbito Nacional - R\$ 26.273.000,00;

“Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobrás - CENPES (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro - R\$ 219.309.000,00;

“Implantação de Subestação de Energia Elétrica no Centro de Pesquisas da Petrobrás - CENPES (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro - R\$ 21.600.000,00;

“Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, de âmbito Nacional - R\$ 4.704.000,00;

“Implantação de Centro de Processamento de Dados (CPD) da Petrobrás (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro - R\$ 154.826.000,00;

“Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural”, de âmbito Nacional - R\$ 15.678.000,00;

“Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (Petrobrás)”, na Região Sudeste - R\$ 38.339.000,00; e

“Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste (Petrobrás)”, na Região Nordeste - R\$ 12.729.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento parcial de dotação aprovada para outros projetos/atividades da empresa.

b) Petrobrás Distribuidora S.A. - BR – R\$ 201.708.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos/atividades:

“Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis”, de âmbito Nacional - R\$ 162.144.000,00;

“Manutenção da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis”, de âmbito Nacional - R\$ 19.714.000,00;

“Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis”, de âmbito Nacional - R\$ 9.498.000,00;

“Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, de âmbito Nacional - R\$ 696.000,00;

“Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, de âmbito Nacional - R\$ 4.475.000,00; e

“Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional - R\$ 5.181.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento parcial de dotação aprovada para outros projetos/atividades da empresa.

c) Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG – R\$ 84.116.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos/atividades:

“Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural”, de âmbito Nacional - R\$ 39.206.000,00;

“Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil”, de âmbito Nacional - R\$ 7.391.000,00; e

“Ampliação da Capacidade de Transporte do Gasoduto Bolívia-Brasil, no Trecho Paulínia (SP) - Araucária (PR), de 7,4 milhões de m³/dia para 12,6 milhões de m³/dia”, de âmbito Nacional - R\$ 37.519.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra atividade da empresa.

d) Petrobrás Transporte S.A. – TRANSPETRO – R\$ 285.014.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos/atividades:

“Manutenção e Adequação de Embarcações”, de âmbito Nacional - R\$ 60.687.000,00;

“Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados”, de âmbito Nacional - R\$ 146.240.000,00;

“Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais”, de âmbito Nacional - R\$ 65.498.000,00; e

“Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional - R\$ 12.589.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

e) Fronape International Company – FIC – R\$ 524.000,00, destinados à “Manutenção e Adequação de Navios”, no Exterior.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

f) Petrobras Netherlands B.V. – PNBV – R\$ 744.057.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos/atividades:

“Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural”, no Exterior - R\$ 677.441.000,00; e

“Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2010)”, no Exterior - R\$ 66.616.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outros projetos da empresa.

g) Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV – R\$ 1.552.501.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária das seguintes atividades:

“Aquisição de Direitos e de Estudos para a Expansão de Atividades na Indústria do Petróleo no Exterior” - R\$ 396.617.000,00;

“Adequação da Infra-Estrutura de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Exterior” - R\$ 1.022.094.000,00; e

“Adequação da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior” - R\$ 133.790.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de outros recursos de longo prazo – outras fontes e de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras atividades da empresa.

h) Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG – R\$ 1.331.509.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos:

“Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste” - R\$ 877.341.000,00; e

“Implantação de Trecho do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus (AM), com 417 km”, no Estado do Amazonas - R\$ 454.168.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

i) Liquigás Distribuidora S.A. – LIQUIGÁS – R\$ 84.100.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos/atividades:

“Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP”, de âmbito Nacional - R\$ 78.872.000,00;

“Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental e de Segurança Industrial do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP”, de âmbito Nacional - R\$ 1.393.000,00;

“Implantação de Centro Operacional de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em Duque de Caxias (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro - R\$ 794.000,00;

“Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, de âmbito Nacional - R\$ 343.000,00; e

“Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional - R\$ 2.698.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são originários de geração própria da empresa.

j) **TERMORIO S.A.** – R\$ 1.290.000,00, para “Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Governador Leonel Brizola (TERMORIO), com 1.058 MW - (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são originários de geração própria da empresa.

k) **TERMOMACAÉ LTDA.** – R\$ 434.000,00, para “Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Mário Lago (TERMOMACAÉ), com 922 MW, em Macaé (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra atividade da empresa.

l) **Ipiranga Asfaltos S.A. – IASA** – R\$ 506.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária das seguintes atividades:

“Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, de âmbito Nacional - R\$ 11.000,00;

“Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, de âmbito Nacional - R\$ 107.000,00; e

“Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional - R\$ 388.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra atividade da empresa.

m) **Petrobrás Biocombustível S.A. – PBIO** – R\$ 44.513.000,00, destinados a reforçar a dotação orçamentária dos seguintes projetos/atividades:

“Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, de âmbito Nacional - R\$ 14.294.000,00;

“Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional - R\$ 3.429.000,00; e

“Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Candeias (BA)”, no Estado da Bahia - R\$ 26.790.000,00.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outros projetos/atividades da empresa.

n) **COMPERJ Poliolefinas S.A. – CPRJPOL** – R\$ 85.402.000,00, para “Construção de Unidades de Polietileno e Polipropileno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) – RJ”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são de repasses da controladora para aumento do patrimônio líquido.

o) **Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE** – R\$ 85.306.000,00, destinados à “Implantação de Complexo de Poliéster e Resina Pet, em Ipojuca (PE)”, no Estado de Pernambuco.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são originários de operações de crédito internas de longo prazo.

p) **Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUÍMICASUAPE** - R\$ 212.365.000,00, destinados à “Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA) em Ipojuca (PE)”, no Estado de Pernambuco.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são originários de operações de crédito internas de longo prazo.

4. A abertura do crédito solicitado possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o desempenho operacional na área de atuação de cada uma das empresas beneficiárias e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico das empresas para 2010, com vistas ao atendimento da demanda do mercado.

5. Com a abertura deste crédito ocorrerá, no Orçamento de Investimento para 2010 das empresas do Grupo PETROBRÁS, incremento líquido de R\$ 3.653.390.000,00 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões e trezentos e noventa mil reais), uma vez que está sendo proposto neste Projeto de Lei cancelamento de dotações no valor total de R\$ 12.920.097.000,00 (doze bilhões, novecentos e vinte milhões e noventa e sete mil reais), em outros projetos/atividades de empresas daquele Grupo.

6. Segundo as empresas, os cancelamentos estão em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerão o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2010.

7. Cabe ressaltar que a abertura do referido crédito não afetará a meta global de superávit primário para 2010, de responsabilidade das empresas estatais federais, no montante R\$ 7,0 bilhões, fixada por intermédio do Anexo III ao Decreto nº 7.247, de 30 de julho de 2010, uma vez que as empresas do Grupo PETROBRÁS estão excluídas das metas fiscais estabelecidas no referido normativo, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO/2010).

8. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 600

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2010 crédito suplementar no valor total de R\$ 16.573.487.000,00, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R\$ 12.920.097.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
- V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;
- IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado, equivalente a 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto – PIB, sendo 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,20% (vinte centésimos por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei.

§ 1º As empresas do Grupo PETROBRAS não serão consideradas na meta de superávit primário, de que trata o caput deste artigo, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.

§ 2º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2010, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o art. 11, inciso VI, desta Lei.

DECRETO Nº 7.247, DE 30 DE JULHO DE 2010.

Altera o art. 8º e os Anexos VII, VIII, IX e X do Decreto no 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

ANEXO III

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010

(Anexo IX do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil	
	VALORES ACUMULADOS	
	QUADRIMESTRES	
	II	III
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	(1.734.819)	1.600.070
I - Receitas	29.434.235	44.853.274
II - Despesas	27.777.892	43.654.607
Investimentos	5.250.366	8.062.793
Demais Despesas	22.527.526	35.591.814
III - Ajuste Competência/Caixa	(2.591.338)	1.580.482
IV - Juros	799.824	1.179.079
B - ITAIPU (I-II+III-IV)	4.002.570	6.399.569
I - Receitas	5.213.947	7.820.919
II - Despesas	3.043.084	4.564.626
Investimentos	24.600	36.900
Demais Despesas	3.018.484	4.527.726
III - Ajuste Competência/Caixa	226.204	735.020
IV - Juros	(1.605.503)	(2.408.256)
C - Demais empresas (I-II+III-IV)	(871.515)	(950.875)
I - Receitas	18.139.612	28.249.412
II - Despesas	18.933.664	30.128.630
Investimentos	1.952.770	3.323.702
Demais Despesas (*)	16.980.894	26.804.928
III - Ajuste Competência/Caixa	89.049	1.295.417
IV - Juros	166.512	367.074
RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C)	1.396.236	7.048.764

(*) Inclui ajuste metodológico.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 65, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 142, DE 2010-CN
(nº 601/2010, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 89.374.809,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 89.374.809,00 (oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação da receita proveniente da alienação de bens apreendidos, no valor de R\$ 47.951.261,00 (quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e um reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 41.423.548,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXU 1

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GN	RP	MD	U	FE	VALOR
8034 - NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM									450.000
		ATIVIDADES							
11 366	8034 2A95	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO							450.000
11 366	8034 2A95 0060	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO - VITORIA DA CONQUISTA - BA							250.000
11 366	8034 2A95 0062	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO - SALVADOR - BA	F	3	2	50	0	100	250.000
			F	3	2	50	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

ORGAO : 55400 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME.
UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME.

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S E	G R U P O	R P O D	M O D	I N T	E T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									12.486.654
		ATIVIDADES							
08 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							12.486.654
08 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							12.486.654
			S	3	2	90	0	100	8.986.654
			S	3	2	90	0	131	3.500.000
1133 ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO									150.000
		ATIVIDADES							
08 244	1133 4963	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA							150.000
08 244	1133 4963 0160	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA - FEIRA MUNICIPAL - ALTA FLORESTA - MT							150.000
			S	4	2	40	0	133	150.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.636.654
TOTAL - GERAL									12.636.654

ORÇAO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANCAS E ADOLESCENTES									5.915.900
		ATIVIDADES							
08 243	0073 2383	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS							5.915.900
08 243	0073 2383 0015	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARA							430.100
08 243	0073 2383 0028	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	151	430.100 32.700
08 243	0073 2383 0033	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	151	32.700 808.900
08 243	0073 2383 0035	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	151	808.900 2.763.900
08 243	0073 2383 0041	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	151	2.763.900 504.600
08 243	0073 2383 0042	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	151	504.600 747.900
08 243	0073 2383 0043	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	151	747.900 402.800
08 243	0073 2383 0053	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	2	40	0	151	402.800 225.000
			S	3	2	30	0	151	225.000
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									42.809.433
		ATIVIDADES							
08 244	1384 2A60	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS							39.430.612
08 244	1384 2A60 0011	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE RONDONIA							310.500
08 244	1384 2A60 0015	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	139	310.500 1.580.100
08 244	1384 2A60 0017	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	139	1.580.100 160.312
08 244	1384 2A60 0021	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO MARAÑHAO	S	3	2	40	0	139	160.312 1.833.600
08 244	1384 2A60 0022	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	139	1.833.600 1.121.100
08 244	1384 2A60 0023	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	139	1.121.100 2.248.200
08 244	1384 2A60 0024	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	139	2.248.200 1.218.300
08 244	1384 2A60 0025	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	139	1.218.300 1.356.900
08 244	1384 2A60 0026	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	139	1.356.900 1.776.900
08 244	1384 2A60 0028	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	139	1.776.900 641.700
08 244	1384 2A60 0029	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS -	S	3	2	40	0	139	641.700 3.138.300

08 126	1384 2583 0001	VITALICIA SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA E DA RENDA MENSAL VITALICIA - NACIONAL									4.520.703
			S	3	2	90	0	151			4.520.703
08 121	1384 2589	AVALIACAO E OPERACIONALIZACAO DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA DA ASSISTENCIA SOCIAL E MANUTENCAO DA RENDA MENSAL VITALICIA									1.500.000
08 122	1384 2589 0001	AVALIACAO E OPERACIONALIZACAO DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA DA ASSISTENCIA SOCIAL E MANUTENCAO DA RENDA MENSAL VITALICIA - NACIONAL									1.500.000
			S	3	2	90	0	151			1.500.000

1385 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL**12.409.677**

		ATIVIDADES									
08 244	1385 2A65	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS									218.500
08 244	1385 2A65 0025	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	151			218.500
08 244	1385 2A69	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL									11.491.177
08 244	1385 2A69 0011	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	139			48.861
08 244	1385 2A69 0012	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0	139			48.861
08 244	1385 2A69 0013	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	139			25.508
08 244	1385 2A69 0014	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	139			62.253
08 244	1385 2A69 0015	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	139			62.253
08 244	1385 2A69 0016	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	40	0	139			48.999
08 244	1385 2A69 0017	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	139			178.806
08 244	1385 2A69 0021	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	2	40	0	139			178.806
08 244	1385 2A69 0022	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	139			42.555
08 244	1385 2A69 0023	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	139			67.144
08 244	1385 2A69 0024	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	139			67.144
08 244	1385 2A69 0025	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	139			133.116
08 244	1385 2A69 0026	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	139			133.116
08 244	1385 2A69 0027	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	139			88.766
08 244	1385 2A69 0028	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	139			88.766
08 244	1385 2A69 0029	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	139			277.343
08 244	1385 2A69 0031	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	139			277.343
08 244	1385 2A69 0032	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO	S	3	2	40	0	139			150.961
08 244	1385 2A69 0033	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	139			125.208
08 244	1385 2A69 0035	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	139			125.208
08 244	1385 2A69 0041	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	139			461.172
08 244	1385 2A69 0042	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	139			461.172
08 244	1385 2A69 0043	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	139			97.732
08 244	1385 2A69 0051	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	139			97.732
08 244	1385 2A69 0052	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	139			81.684
08 244	1385 2A69 0053	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	2	40	0	139			555.043
08 244	1385 2A69 0054	SERVICOS ESPECIFICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL -	S	3	2	30	0	139			555.043

		NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	139	204.661
08 244	1385 2B31	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							900.000
08 244	1385 2B31 0016	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO AMAPA	S	4	2	40	0	153	200.000
08 244	1385 2B31 0029	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DA BAHIA	S	4	2	40	0	153	200.000
08 244	1385 2B31 0042	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	4	2	40	0	153	200.000
08 244	1385 2B31 0054	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	S	4	2	40	0	153	150.000
08 244	1385 2B31 0144	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - APAES - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	4	2	30	0	153	100.000
									100.000
8034 NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJovem									14.953.145
		ATIVIDADES							
08 243	8034 20B8	SERVICO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS							14.953.145
08 243	8034 20B8 0015	SERVICO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	151	4.655.663
08 243	8034 20B8 0024	SERVICO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	139	3.602.925
08 243	8034 20B8 0031	SERVICO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	151	250.358
			S	3	2	40	0	139	3.352.567
			S	3	2	40	0	139	6.694.557
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									76.288.155
TOTAL - GERAL									76.288.155

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8034 NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM									450.000
		ATIVIDADES							
11 366	8034 2A95	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO							450.000
11 366	8034 2A95 0060	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO - VITORIA DA CONQUISTA - BA							250.000
11 366	8034 2A95 0062	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO - SALVADOR - BA	F	4	2	50	0	100	250.000 200.000
									200.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

UNIDADE : 001 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

AMEND II

CREDIT: SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TOLLAS AG PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUB-TITULO/PRODUTO	E S T R U T U R A	G R U P O	M O D O	U N I D A D E	F U N D A M E N T A L	VALOR
1006 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME								12.486.654
04 123	1006 11PM	PROJETOS						
04 122	1006 11PM 0001	CONSTRUCAO DO ANEXO DO BLOCO C NA ESPLANADA DOS MINISTERIOS						8.586.654
		CONSTRUCAO DO ANEXO DO BLOCO C NA ESPLANADA DOS MINISTERIOS - NACIONAL	3	4	2	90	0 100	8.586.654
		ATIVIDADES						
08 132	1006 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						3.900.000
08 131	1006 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	5	3	2	90	0 150	3.900.000
1.13 ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO								150.000
		ATIVIDADES						
08 144	1133 4963	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUITIVA						150.000
08 344	1133 4963 0150	PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUITIVA - RURA MUNICIPAL - ALTA FLORESTA - MT	5	3	2	40	0 150	150.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								12.636.654
TOTAL - ORCAL								12.636.654

ORGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL									12.219.500
ATIVIDADES									
08 243	0068 2060	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO							6.219.500
08 243	0068 2060 0011	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	151	900.000
08 243	0068 2060 0012	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	40	0	151	900.000
08 243	0068 2060 0014	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	151	600.000
08 243	0068 2060 0017	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	2	40	0	151	400.000
08 243	0068 2060 0027	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	151	400.000
08 243	0068 2060 0028	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	151	300.000
08 243	0068 2060 0032	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	S	3	2	40	0	151	300.000
08 243	0068 2060 0033	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	151	200.000
08 243	0068 2060 0035	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	2	40	0	151	500.000
08 243	0068 2060 0041	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO PARANÁ	S	3	2	40	0	151	1.200.000
08 243	0068 2060 0042	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	151	1.000.000
08 243	0068 2060 0043	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	151	300.000
08 243	0068 2060 0053	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	2	40	0	151	100.000
08 243	0068 2060 0054	ACOES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVENCIA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	30	0	151	300.000
08 243	0068 8662	CONCESSÃO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO	S	3	2	40	0	151	19.500
08 243	0068 8662 0001	CONCESSÃO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NACIONAL	S	3	2	90	0	151	6.000.000
08 243	0068 8662 0011	CONCESSÃO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	90	0	151	1.460.000
08 243	0068 8662 0012	CONCESSÃO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO ACRE	S	3	2	90	0	151	340.000
08 243	0068 8662 0013	CONCESSÃO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	90	0	151	140.000
08 243	0068 8662 0014	CONCESSÃO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	90	0	151	44.000
08 243	0068 8662 0015	CONCESSÃO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO - NO	S	3	2	90	0	151	70.000

		ESTADO DO PARA	S	3	2	90	0	151	200.000 5.000
08 243	0068 8662 0016	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	90	0	151	5.000 50.000
08 243	0068 8662 0017	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	2	90	0	151	50.000 325.000
08 243	0068 8662 0021	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	2	90	0	151	325.000 50.000
08 243	0068 8662 0022	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	90	0	151	45.000 140.000
08 243	0068 8662 0023	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	90	0	151	140.000 100.000
08 243	0068 8662 0024	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	90	0	151	100.000 260.000
08 243	0068 8662 0025	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	90	0	151	260.000 45.000
08 243	0068 8662 0026	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	90	0	151	45.000 130.000
08 243	0068 8662 0027	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	90	0	151	130.000 190.000
08 243	0068 8662 0028	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	90	0	151	190.000 150.000
08 243	0068 8662 0029	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	90	0	151	150.000 65.000
08 243	0068 8662 0031	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	90	0	151	65.000 190.000
08 243	0068 8662 0032	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO	S	3	2	90	0	151	190.000 380.000
08 243	0068 8662 0033	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	90	0	151	380.000 270.000
08 243	0068 8662 0035	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	90	0	151	270.000 270.000
08 243	0068 8662 0041	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	90	0	151	270.000 16.000
08 243	0068 8662 0042	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	90	0	151	16.000 330.000
08 243	0068 8662 0043	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	90	0	151	330.000 495.000
08 243	0068 8662 0051	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	90	0	151	495.000 20.000
08 243	0068 8662 0052	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	90	0	151	20.000 220.000
08 243	0068 8662 0053	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	2	90	0	151	220.000
08 243	0068 8662 0054	CONCESSAO DE BOLSA PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	90	0	151	220.000

0973

ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANCAS E ADOLESCENTES

94.700

		ATIVIDADES								
08 243	0073 2383	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS								\$6.700
08 243	0073 2383 0024	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE								31.700
08 243	0073 2383 0025	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E	S	3	2	40	0	151		31.700 44.700

08 244	1385 2A65 0022	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS - NO ESTADO DE SERGIPE	5	3	2	40	0	151	177.800
									140.000
08 244	1385 2A65 0029	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS - NO ESTADO DA BAHIA	5	3	2	40	0	151	140.000
									14.300
08 244	1385 2A65 0032	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	5	3	2	40	0	151	14.300
									3.000
08 244	1385 2A65 0051	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	5	3	2	40	0	151	5.000
									75.000
08 244	1385 2A65 0053	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS - NO DISTRITO FEDERAL	5	3	2	40	0	151	75.000
									70.000
08 244	1385 2B31	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	5	3	2	30	0	151	70.000
									1.200.000
08 244	1385 2B31 0016	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO AMAPÁ	5	3	2	40	0	151	200.000
									200.000
08 244	1385 2B31 0031	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	5	4	2	40	0	151	100.000
									300.000
08 244	1385 2B31 0043	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	5	3	2	40	0	151	300.000
									500.000
08 244	1385 2B31 0054	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	5	3	2	40	0	151	300.000
									100.000
08 244	1385 2B31 0144	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - APAES - NO ESTADO DO TOCANTINS	5	3	2	30	0	151	100.000
									100.000
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJÓJEM									11.945.150
		ATIVIDADES							
08 243	8034 20B8	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS							11.945.150
08 243	8034 20B8 0011	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DE RONDÔNIA	5	3	2	40	0	151	150.000
									30.000
08 243	8034 20B8 0014	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DE RORAIMA	5	3	2	40	0	151	50.000
									75.212
08 243	8034 20B8 0016	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DO AMAPÁ	5	3	2	40	0	151	75.212
									400.000
08 243	8034 20B8 0028	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DE SERGIPE	5	3	2	40	0	151	400.000
									27.212
08 243	8034 20B8 0033	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	5	3	2	40	0	151	27.212
									9.471.262
08 243	8034 20B8 0035	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DE SÃO PAULO	5	3	2	40	0	151	9.471.262
									5.623.561
08 243	8034 20B8 0040	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	5	3	2	40	0	151	2.847.701
									500.000
08 243	8034 20B8 0053	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS - NO DISTRITO FEDERAL	5	3	2	40	0	151	500.000
									1.271.464
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.336.894
TOTAL - GERAL									28.336.894

EM nº 00278/2010/MP

Brasília, 04 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 89.374.809,00 (oitenta e nove milhões, trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e nove reais), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ 1,00
Discriminação	Aplicação	Origem
	dos Recursos	
Ministério do Trabalho e Emprego	450.000	450.000
Ministério do Trabalho e Emprego (Administração direta)	450.000	450.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	88.924.809	40.973.548
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)	12.636.654	12.636.654
Fundo Nacional de Assistência Social	76.288.155	28.336.894
Excesso de arrecadação da receita proveniente da alienação de bens apreendidos		47.951.261
Total	89.374.809	89.374.809

3. O crédito em favor do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitará o atendimento de despesas relacionadas ao Movimento das Donas de Casa e ao Projeto de Assistência à Adolescência e Infância - PAI, ambos no Município de Vitória da Conquista, e o Projeto de Restauração e Integração Social - Pris, no Município de Salvador, todos no Estado da Bahia, no âmbito da ação Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Urbano e Campo, por solicitação parlamentar.

4. No que tange ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito permitirá o pagamento de despesas administrativas e de despesas operacionais relacionadas aos benefícios de renda mensal vitalícia. Além disso, garantirá a manutenção dos serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de proteção social básica e de proteção social especial, bem como dos serviços socioeducativos para jovens de 15 a 17 anos.

5. A suplementação viabilizará, ainda no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o apoio a projetos de promoção da inclusão produtiva, no Município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso, a estruturação da rede de serviços de proteção social básica nos Estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, e a estruturação da rede de serviços da proteção social especial nos Estados do Amapá, da Bahia, de Santa Catarina, de Mato Grosso do Sul e do Tocantins, por intermédio de ajuste de emendas constantes do orçamento, conforme solicitado pelos parlamentares.

6. Cabe ressaltar que o crédito decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios envolvidos, segundo os quais os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, inclusive nos casos que envolvem alterações de emendas, por terem sido propostas pelos parlamentares.

7. O pleito será viabilizado mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de excesso de arrecadação da receita proveniente da alienação de bens apreendidos e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 47.951.261,00 (quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e um reais) referem-se a suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receita primária;

b) R\$ 41.423.548,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais) decorrem de remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização da programação ou da dotação suplementada; e

c) o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, condiciona a execução das despesas primárias discricionárias objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

9. Em atendimento ao disposto no art. 56, § 9º, da LDO-2010, demonstra-se, em quadro anexo, o excesso de arrecadação da receita utilizado parcialmente no presente crédito.

10. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do citado crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Fonte 39 – Alienação de Bens Apreendidos

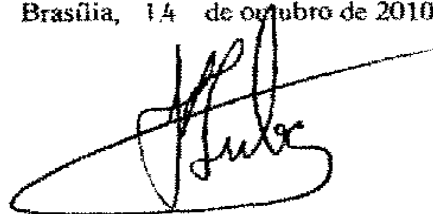
NATUREZA	2010		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	EXCESSO / FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
19181200 Multas e Juros de Mora da Receita de Alienações de Bens Apreendidos	4.961	33.161	28.200
19900301 Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas	15.568.380	120.542.614	104.974.234
Total	15.573.341	120.575.775	105.002.434
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			47.951.261
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			47.951.261
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			57.051.173

Mensagem nº 601

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 89.374.809,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

- a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais";
- b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e
- c) "6 - Amortização da Dívida";

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (DECRETO 7.144, DE 2010)

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

PROJETO DE LEI
Nº 66, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 143, DE 2010-CN
(nº 602/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 530.721.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 530.721.000,00 (quinhentos e trinta milhões, setecentos e vinte e um mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 220.115.864,00 (duzentos e vinte milhões, cento e quinze mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

II - emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA), no valor de R\$ 310.605.136,00 (trezentos e dez milhões, seiscentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0135 ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS									452.000.000
		ATIVIDADES							
21 631	0135 4440	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA							452.000.000
21 631	0135 4460 0001	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA - NACIONAL							452.000.000
			F	5	2	90	0	100	48.058.109
			F	5	2	90	0	164	310.605.136
			F	5	2	90	0	176	93.296.755
0750 APNO ADMINISTRATIVO									8.721.000
		ATIVIDADES							
21 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							8.721.000
21 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							8.721.000
			F	3	2	90	0	100	5.221.000
			F	3	2	99	0	176	3.500.000
TOTAL - FISCAL									460.721.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									460.721.000

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0136 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA E DESTINACAO DE TERRAS PUBLICAS									3.300.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
21 127	0136 0574	APOIO AOS ESTADOS PARA IMPLANTACAO DO CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZACAO FUNDIARIA NO BRASIL							3.300.000
21 127	0136 0574 0001	APOIO AOS ESTADOS PARA IMPLANTACAO DO CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZACAO FUNDIARIA NO BRASIL - NACIONAL							3.300.000
			F	3	2	30	0	100	364.334
			F	3	2	90	0	100	2.935.666
TOTAL - FISCAL									3.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.300.000

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO E

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0135 ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS									8.000.000
		ATIVIDADES							
21 631	0135 8374	LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA							8.000.000
21 631	0135 8374 0001	LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA - NACIONAL							8.000.000
			F	3	2	50	0	176	2.800.000
			F	3	2	90	0	176	6.000.000
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO									52.811.228
		PROJETOS							
21 631	0137 10YN	CONSOLIDACAO E EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA							3.500.000
21 631	0137 10YN 0001	CONSOLIDACAO E EMANCIPACAO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA - NACIONAL							3.500.000
			F	3	2	50	0	176	3.500.000

		ATIVIDADES							
21 631	0137 2806	MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRARIA							8.321.128
21 631	0137 2806 0001	MANEJO DE RECURSOS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRARIA - NACIONAL							8.321.228
			F	3	2	30	0	100	1.600.000
			F	3	2	30	0	100	4.321.228
			F	3	2	90	0	176	2.400.000
21 631	0137 8398	DEMARCAÇÃO TOPOGRAFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO							41.808.000
21 631	0137 8398 0001	DEMARCAÇÃO TOPOGRAFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO - NACIONAL							41.000.000
			F	3	2	90	0	176	41.000.000
0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIARIA E DESTINACAO DE TERRAS PUBLICAS									53.623.636
		ATIVIDADES							
21 127	0138 2418	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS							27.023.743
21 127	0138 2418 0001	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS RURAIS - NACIONAL							27.023.743
			F	3	2	30	0	100	21.000.000
			F	3	2	90	0	100	4.132.968
			F	3	2	90	0	176	1.890.775
21 122	0138 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							6.455.900
21 122	0138 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							6.455.000
			F	3	2	90	0	100	3.662.487
			F	3	2	90	0	176	2.792.513
21 127	0138 4426	GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIARIA NACIONAL							6.486.782
21 127	0138 4426 0001	GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIARIA NACIONAL - NACIONAL							6.486.782
			F	3	2	30	0	100	5.464.635
			F	3	2	90	0	100	938.680
			F	3	2	90	0	176	63.467
21 127	0138 8380	RETOMADA DE TERRAS PUBLICAS							13.658.111
21 127	0138 8380 0001	RETOMADA DE TERRAS PUBLICAS - NACIONAL							13.658.111
			F	3	2	90	0	100	13.658.111
1336 BRASIL QUILOMBOLA									5.221.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
21 631	1336 0859	INDENIZACAO DE BENEFETORIAS E DE TERRAS AOS OCUPANTES DE IMOVEIS DEMARCADOS E TITULADOS AOS REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS							5.221.000
21 631	1336 0859 0001	INDENIZACAO DE BENEFETORIAS E DE TERRAS AOS OCUPANTES DE IMOVEIS DEMARCADOS E TITULADOS AOS REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS - NACIONAL							5.221.000
			F	3	2	90	0	100	1.580.000
			F	5	2	90	0	100	3.641.000
1358 EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)									36.350.000
		ATIVIDADES							
21 366	1358 4474	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO							9.450.000
21 366	1358 4474 0001	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO - NACIONAL							9.450.000
			F	3	2	90	0	176	9.450.000
21 363	1358 6952	CONCESSAO DE BOLSAS DE CAPACITACAO E FORMACAO PROFISSIONAL EM ASSISTENCIA TECNICA, PEDAGOGICA E SOCIAL							5.900.000
21 363	1358 6952 0001	CONCESSAO DE BOLSAS DE CAPACITACAO E FORMACAO PROFISSIONAL EM ASSISTENCIA TECNICA, PEDAGOGICA E SOCIAL - NACIONAL							5.900.000
			F	3	2	90	0	176	5.900.000
21 363	1358 8370	CAPACITACAO E FORMACAO PROFISSIONAL DE NIVEL MEDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRARIA							21.000.000
21 363	1358 8370 0001	CAPACITACAO E FORMACAO PROFISSIONAL DE NIVEL MEDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRARIA - NACIONAL							21.000.000
			F	3	2	90	0	176	21.000.000
TOTAL - FISCAL									156.815.800
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									156.815.800

ORGÃO : 9000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 9000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F D	C R N P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA								60.000.000
OPERACOES ESPECIAIS								
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA						60.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	178
TOTAL - FISCAL								60.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								60.000.000

EM nº 00279/2010/MP

Brasília, 04 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 530.721.000,00 (quinhentos e trinta milhões, setecentos e vinte e um mil reais), conforme discriminado a seguir:

Discriminação	Suplementação	R\$ 1,00
Recursos	Origem dos	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	530.721.000	160.115.864
Ministério do Desenvolvimento (Administração direta)	70.000.000	3.300.000
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	460.721.000	156.815.864
Reserva de Contingência		60.000.000
Reserva de Contingência - Fiscal		60.000.000
Emissão de Títulos da Dívida Agrária		310.605.136
Total	530721000	530.721.000

2. O crédito viabilizará, no âmbito da Administração direta, investimentos na implantação, ampliação e modernização de projetos de infraestrutura necessários à dinamização econômica dos territórios rurais para o fortalecimento da gestão social e de redes sociais de cooperação, bem como o desenvolvimento do cooperativismo da agricultura familiar na qualificação dos seus empreendimentos, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

3. No que tange ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a suplementação possibilitará o pagamento de indenizações pela desapropriação de imóveis rurais declarados de interesse social para fins de reforma agrária, objetivando ampliar a meta de assentamentos rurais para reduzir o contingente de famílias acampadas que aguardam ser beneficiadas em novos projetos de assentamento, bem como custear despesas de funcionamento e manutenção do Edifício Sede, das Superintendências Regionais e de 45 Unidades Avançadas daquele Instituto.

4. Cabe ressaltar que a solicitação em referência será viabilizada mediante Projeto de Lei, à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias e de emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA), estando em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 10 da Lei nº 12.214, de 2010, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Convém informar que a emissão de Títulos da Dívida Agrária, para atender parcialmente o presente crédito, está de acordo com a quantidade autorizada no art. 10 da Lei nº 12.214, de 2010.

6. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 – LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 160.115.864,00 (cento e sessenta milhões, cento e quinze mil, oitocentos e sessenta e quatro reais) decorrem de remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização de programação suplementada;

b) R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) de suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira;

c) R\$ 310.605.136,00 (trezentos e dez milhões, seiscentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais) de suplementação de despesas primárias à conta de emissão de Títulos da Dívida Agrária (TDA); e

d) o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos ou reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

7. Finalmente, vale salientar que o crédito decorre de solicitação formalizada pelo órgão envolvido, segundo o qual as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de dispêndios até o final do presente exercício.

8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

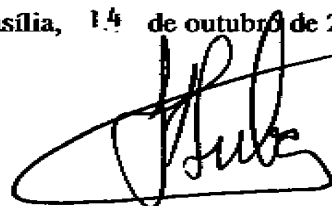
Mensagem nº 602

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do

Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 530.721.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;**
 - II - os provenientes de excesso de arrecadação;**
 - III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;**
 - IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.**
-

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir até 27.623.774 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e quatro) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício de 2010, nos termos do § 4º do art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a 2 (dois) anos.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais";

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e

c) "6 - Amortização da Dívida";

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (DECRETO 7.144, DE 2010)

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 67, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 144, DE 2010-CN
(nº 603/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da
Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$
15.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EM nº 00282/2010/MP

Brasília, 6 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em favor da Justiça do Trabalho.
2. O presente crédito tem por objetivo a inclusão, na Lei Orçamentária de 2010, LOA-2010, de categoria de programação destinada ao atendimento de despesas com pagamento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Rio de Janeiro, da Justiça do Trabalho.
3. Cumpre ressaltar que a medida em proposição visa dar cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 2006.51.01.10.003020-8, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no sentido de que fosse implantada pensão mensal à parte autora, Antonio Carlos Gonçalves dos Reis, no valor correspondente a dois salários mínimos, a ser paga a partir de dezembro de 2009.
4. Esclareço que o citado crédito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei, à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
5. Cabe salientar que o cancelamento de dotação, incluso no presente crédito, refere-se à programação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qual foram centralizados recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais.
6. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 57, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, pois não modificam o montante das despesas obrigatórias consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo X do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, atualizado pelo Anexo IV, do Decreto nº 7.321, de 30 de setembro de 2010.
7. Vale destacar, finalmente, que o presente crédito não implica alteração do Plano Plurianual 2008-2011, aprovado pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, tendo em vista que se trata de inclusão de subtítulos de ações constantes do Plano.
8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva



PARECER (VOTO)

PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010) Nº0006026-92.2010.2.00.0000

RELATOR : JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN
REQUERENTE : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO : SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

EMENTA: PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010). Parecer favorável.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de créditos adicionais suplementares e especiais -, formulada pelo **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** e encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via sistema integrado de dados orçamentários - SIDOR, dentro da competência assegurada pelo Art. 99, § 2º, Inciso I, da Constituição Federal, e nos termos da Portaria SOF nº 5, de 17 de fevereiro de 2010. Concomitantemente, foi encaminhada a este Conselho, por meio do Ofício Nº 102/2010 - CSJT.GP.SG.ASPO, de 08 de setembro de 2010, para emissão de parecer (Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, art. 56, § 13 e Art. 57, §§ 6º e 7º, nos termos do Art. 2º da Resolução CNJ nº 68, de 03 de março de 2009).

Os créditos solicitados, no montante de R\$ 2.338.462.327,00 (DOIS BILHÕES, TREZENTOS E TRINTA E OITO MILHÕES, QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL E TREZENTOS E VINTE E SETE REAIS), cuja abertura depende de atos dos Poderes Legislativo e Executivo, referem-se a:

1) Abertura por Lei Específica:

a) Crédito suplementar para cobrir déficit projetado com a folha de pagamento de pessoal;

b) Crédito suplementar para atender despesas com pessoal, decorrentes de sentenças judiciais;

c) Crédito suplementar para pagamento de exercícios anteriores - passivos de pessoal, relativos a quintos e décimos, reenquadramento do art. 22 da Lei 11.416/2006 e outros (Abono Variável Magistrados - Lei nº 10.474/02; Emenda Constitucional nº 41/03 - Abono de Permanência; Dif. Lei nº 9.655/98; Dif. Resolução

STF 195/2000; Vantagem Art. 184, III - Lei nº 1.711/52; Ação Anaj. - MP2.225-45; Concessão de Pensão Estatutária art. 215 - Lei 8.112/90; Equiparação 2/3 Juizes - Ação Ord. 2002.61.00.026252-1; Integração de Aposentadoria art. 190 - Lei nº 8112/90; Vêncto; Férias; GAJ; VPI; Substituições; GATS; Grat. Natal; Serv. Extraordinário; Rest. PSSS; Aux. Natalidade; Adicional Noturno; Adic. Insalubridade; Opção FC; V.P.N.I. Progressão Funcional, Substituição de FC, Convocação, Anuênios);

d) Crédito suplementar para pagamento de benefícios a servidores - déficit projetado;

e) Crédito suplementar por remanejamento de dotações para pagamento de despesas com benefícios a servidores no TRT-RJ e TRT-SC;

f) Crédito suplementar para despesas com "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes";

g) crédito suplementar para "Restauração do Prédio Sede do TRT da 11ª Região", com recursos provenientes do Seguro relativo ao sinistro nº. 67.180.08.08;

h) Crédito especial para pagamento de débitos judiciais periódicos vincendos;

i) Crédito suplementar para despesas administrativas, capacitação de recursos humanos, manutenção de varas itinerantes, construção do edifício de apoio do TRT da 4ª Região e construção do edifício-sede do TRT da 24ª Região;

j) Crédito suplementar, por remanejamento de recursos, para despesas administrativas;

k) Crédito especial, por remanejamento de recursos, para construção da Vara Trabalhista de Olinda e do Fórum Trabalhista de Paulista - TRT-PE; e

l) Crédito especial para a Aquisição de Imóvel que abrigará a 2ª Instância do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais

2) Abertura por Decreto do Poder Executivo:

a) Crédito suplementar para pagamento de sentenças judiciais - precatórios e requisições de pequeno valor, com oferecimento parcial de recursos compensatórios;

b) Crédito suplementar para pagamento de Benefícios a novos servidores admitidos em 2010; e

c) Crédito suplementar para despesas administrativas, sem oferecimento de recursos compensatórios;

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ emitiu Nota Técnica nº 4/DOR, de 27 de setembro de 2010,

analisando a solicitação e manifestando-se favoravelmente ao pleito, exceto no que se refere à solicitação de créditos para pagamento de despesas com exercícios anteriores, dos passivos de pessoal denominados "quintos", por ser essa matéria objeto dos Mandados de Segurança n°s 25.763 e 25.845, impetrados pela AGU junto ao Supremo Tribunal Federal.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Conhecimento

Conheço da solicitação de crédito adicional em exame. A proposta observou o art. 56, § 13, art. 57, §§ 6º e 7º da Lei n° 12.017/2009 e a Resolução n° 68/2009/CNJ.

2.2. Mérito

PARECER

A solicitação foi adequadamente instruída com os quadros demonstrativos, discriminando-se os créditos pleiteados e os recursos oferecidos em compensação, cujos dados foram inseridos no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR). Foram observadas as Leis n°s 12.017/2009 (LDO 2010) e 12.214/2010 (Lei Orçamentária 2010). Os recursos são necessários para viabilizar os gastos indicados.

Faço ressalva à solicitação de créditos para pagamento dos passivos relacionados aos quintos, cuja matéria encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, e sobre a qual já se manifestou desfavoravelmente este Conselho no PAM 0002516-71-2010.2.00.0000, de relatoria do Conselheiro Walter Nunes, julgado na 111ª Sessão Plenária.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, ressalvando a solicitação para despesas de passivos denominados "quintos", para a qual o parecer é desfavorável.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminhe-se o parecer à SOF.

Brasília, 05 de outubro de 2010.

Conselheiro JEFFERSON LUIS KRAVCHICHYN

Relator

Mensagem nº 603

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 15.000,00, para o fim que especifica”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União

.....
Art. 184. O funcionário que contar 35 anos de serviço será aposentado:

.....
III - com a vantagem do inciso II, quando ocupante de cargo isolado se tiver permanecido no mesmo durante três anos.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

.....

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....

Art. 190. O servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço se acometido de qualquer das moléstias especificadas no § 1º do art. 186 desta Lei e, por esse motivo, for considerado inválido por junta médica oficial passará a perceber provento integral, calculado com base no fundamento legal de concessão da aposentadoria.

.....

Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observado o limite estabelecido no art. 42.

.....

LEI Nº 9.655, DE 2 DE JUNHO DE 1998.

Altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Juizes da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

LEI Nº 10.474, DE 27 DE JUNHO DE 2002.

Dispõe sobre a remuneração da magistratura da União.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

LEI Nº 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nos 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

Art. 22. O enquadramento previsto no art. 4º e no Anexo III da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, estende-se aos servidores que prestaram concurso antes de 26 de dezembro de 1996 e foram nomeados após essa data, produzindo todos os efeitos legais e financeiros desde o ingresso no Quadro de Pessoal.

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5o deste artigo.

Art. 57. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2010, ressalvado o disposto no § 1o deste artigo, serão submetidas ao Presidente da República, quando for o caso, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas, observado o disposto no § 9o do art. 56 desta Lei.

§ 6º As propostas de créditos suplementares dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, cujas aberturas dependam de ato do Poder Executivo, serão enviadas concomitantemente ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público para emissão de parecer.

§ 7º O parecer a que se refere o § 6o deste artigo deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como forma de subsídio à análise das solicitações de créditos suplementares.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

ANEXO X**RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA
SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	203.417	416.532	669.556
1.1 Receita Administrada pela RFB	172.668	351.275	557.638
1.2 Receitas Não Administradas	29.998	63.754	109.665
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	751	1.502	2.253
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	43.300	91.015	143.913
2.1 FPE/PPM/PI-EE	34.057	70.630	113.269
2.2 Demais	9.243	20.385	30.644
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	160.117	325.516	525.643
4. DESPESAS	127.561	264.691	440.329
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	56.045	111.019	168.976
4.2 Outras Correntes e de Capital	71.516	153.672	271.353
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	751	1.502	2.253
4.2.2 Não Discrecionárias	24.070	50.780	74.644
4.2.3 Discrecionárias - Todos os Poderes	46.694	101.390	194.456
5. RESULTADO DO TESOUREO (3-4)	32.557	60.826	85.314
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(19.403)	(34.865)	(43.294)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	59.003	122.184	204.338
6.2 Benefícios da Previdência	78.407	157.050	247.632
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	-	-	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	13.153	25.960	42.020
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	1.042	3.396	6.651
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	14.195	29.357	48.671
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART.3º DA LEI Nº 12.017, DE 2009	4.847	14.040	29.800
13. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO 2010 (11+12)	19.042	43.396	78.471

DECRETO Nº 7.321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010.

Altera o art. 8º e os Anexos VII, VIII, IX e X do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

ANEXO IV

**RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL - OF E DA
SEGURIDADE SOCIAL - OSS E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010**

(Anexo X do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010)

R\$ milhões	
DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	636.416
1.1 Receita Administrada pela RFB	521.460
1.2 Receitas Não Administradas	112.312
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2.644
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	135.445
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	105.797
2.2 Demais	29.648
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	500.972
4. DESPESAS	413.600
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	166.032
4.2 Outras Correntes e de Capital	247.568
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2.644
4.2.2 Não Discricionárias	81.192
4.2.3 Discricionárias - Todos os Poderes	163.732
5. RESULTADO DO TESOUREO (3-4)	87.372
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(44.949)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	210.665
6.2 Benefícios da Previdência	255.614
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	42.423
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	7.068
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	49.491
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 12.017, DE 2009	33.558
13. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LDO-2010 (11+12)	83.049

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 68, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 145, DE 2010-CN
(nº 604/2010, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$ 113.992.079,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial, no valor total de R\$ 113.992.079,00 (cento e treze milhões, novecentos e noventa e dois mil e setenta e nove reais), em favor de empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes dos Anexos III a esta Lei, em conformidade com o disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		5.545,799
25 ENERGIA		80.000,000
26 TRANSPORTE		28.446,188
TOTAL - GERAL		113.992,079
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		17.570,500
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		975,299
752 ENERGIA ELÉTRICA		80.000,000
781 TRANSPORTE AÉREO		7.500,000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946,280
TOTAL - GERAL		113.992,079
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		5.545,799
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		4.570,500
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		975,299
25 ENERGIA		80.000,000
752 ENERGIA ELÉTRICA		80.000,000
26 TRANSPORTE		28.446,188
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		13.000,000
781 TRANSPORTE AÉREO		7.500,000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946,280
TOTAL - GERAL		113.992,079
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0034 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		80.000,000
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		7.500,000
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS		975,299
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		17.570,500
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		7.946,280
TOTAL - GERAL		113.992,079
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO		
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		7.946,280
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA		4.345,799
21000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR		1.200,000
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		80.000,000
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		13.000,000
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA		7.500,000
TOTAL - GERAL		113.992,079
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		18.545,799
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		18.545,799
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		18.545,799
TOTAL DA RECEITA	18.545,799	RECEITAS CORRENTES 18.545,799
		RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 7.946,280		
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		7.946,280
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946,280
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		7.946,280
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		7.946,280
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		7.946,280
TOTAL		7.946,280

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.946,280		
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		7.946,280
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946,280
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		7.946,280
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		7.946,280
TOTAL		7.946,280

ORGAO : 20008 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20297 - COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL									7.946.280
		PROJETOS							
26 784	1460 120J	PROLONGAMENTO DO CAMINHO DE ROLAMENTO DE EMPILHADEIRA DE GRANES SOLIDOS DO PORTO DE ARATU (BA)							7.946.280
26 784	1460 120J 0029	PROLONGAMENTO DO CAMINHO DE ROLAMENTO DE EMPILHADEIRA DE GRANES SOLIDOS DO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							7.946.280
		CAMINHO DE ROLAMENTO PROLONGADO (% DE EXECUCAO FISICA) 53	1	4 - INV	2	90	0	495	7.946.280
TOTAL - INVESTIMENTO									7.946.280

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 4.345.799			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			4.345.799
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 694 SERVIÇOS FINANCEIROS			3.378.580 975.299
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS 0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			975.299 3.370.580
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 25216 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB 25238 CORREA TECNOLOGIA S.A. 25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS			975.299 1.870.580 1.500.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			4.345.799
TOTAL			4.345.799
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.1.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.0.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA TOTAL DA RECEITA			4.345.799 4.345.799 4.345.799 4.345.799
	4.345.799	RECEITAS CORRENTES	4.345.799 RECEITAS DE CAPITAL 0
ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA UNIDADE : 25216 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB			
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 975.299			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			975.299
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 694 SERVIÇOS FINANCEIROS			975.299
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS			975.299
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			975.299
TOTAL			975.299
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.1.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.0.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA TOTAL DA RECEITA			975.299 975.299 975.299 975.299
	975.299	RECEITAS CORRENTES	975.299 RECEITAS DE CAPITAL

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	EMP	MOD	U	FE	VALOR
0847 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.874.500
		ATIVIDADES							
23 111	0827 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.874.500
23 122	0827 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	6	495	1.874.500
TOTAL - INVESTIMENTO									1.874.500

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25277 - ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.500.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		1.500.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.500.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.500.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.500.000
TOTAL		1.500.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.500.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		1.500.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		1.500.000
TOTAL DA RECEITA 1.500.000 RECEITAS CORRENTES 1.500.000 RECEITAS DE CAPITAL		0

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25277 - ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.500.000
		PROJETOS							
23 122	0807 1208	ADEQUACAO E MELHORIA DE BENS IMOVEIS							1.500.000
23 122	0807 1208 0053	ADEQUACAO E MELHORIA DE BENS IMOVEIS - NO DISTRITO FEDERAL							1.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 75	1	4 - INV	2	90	0	495	1.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.500.000

ORGAO : 26000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.200.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS 28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES		1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.200.000
TOTAL		1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.200.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		1.200.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		1.200.000
TOTAL DA RECEITA 1.200.000 RECEITAS CORRENTES 1.200.000 RECEITAS DE CAPITAL		0

ORGAO : 26000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28234 - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.200.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.200.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1	1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1	1.200.000
TOTAL		1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
4.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1	1.200.000
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		1.200.000
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		1.200.000
TOTAL DA RECEITA	1.200.000	RECEITAS CORRENTES 1.200.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28234 - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.200.000		
		PROJETOS									
23 122	0007 3186	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							1.200.000		
23 122	0807 3285 0026	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							1.200.000		
		IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	4	90	0	495	1.200.000		
TOTAL - INVESTIMENTO									1.200.000		

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
TOTAL DO ORGAO : R\$ 20.000.000											
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES											
25 ENERGIA											20.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES											
752 ENERGIA ELÉTRICA											20.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS											
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE											20.000.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS											
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF											20.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA											
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO											20.000.000
TOTAL											20.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.000.000											
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES											
25 ENERGIA											20.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES											
752 ENERGIA ELÉTRICA											20.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS											
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE											20.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA											
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO											20.000.000
TOTAL											20.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									20.000.000		

		PROJETOS						
25 752	0294 120R	IMPLANTACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA EOLICA CASA NOVA (BA)						50.000.000
25 752	0294 120R 0029	IMPLANTACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA EOLICA CASA NOVA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA						50.000.000
		PROJETO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO) 10	1	4 - INV	2	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO								50.000.000

ORGAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 13.000.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			13.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			13.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			13.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS			13.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			13.000.000
TOTAL			13.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			13.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			13.000.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			13.000.000
TOTAL DA RECEITA	13.000.000	RECEITAS CORRENTES	13.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41202 - TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 13.000.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			13.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			13.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0607 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			13.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			13.000.000
TOTAL			13.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			13.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			13.000.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			13.000.000
TOTAL DA RECEITA	13.000.000	RECEITAS CORRENTES	13.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL	

ORGAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41202 - TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

ANEXO 1 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	U	F T E	VALOR	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										13.800.000
		ATIVIDADES								
26 121	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							11.180.000	
26 122	0807 4101 0053	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO DISTRITO FEDERAL							12.180.000	
			1	4 - INV	2	90	0	495	11.180.000	

26	122	0007	4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.820.000
26	122	0007	4102	0053	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO DISTRITO FEDERAL						1.820.000
						4 - INV	2	90	0	495	1.820.000
TOTAL - INVESTIMENTO											23.000.000

ORÇAO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO I	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TOMAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 7.500,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

24 TRANSPORTE	7.500,000
----------------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	R\$ MILHÕES
781 TRANSPORTE AÉREO	7.596.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
033 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	7.500.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
52111 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	7.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

493 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	7.500.000
--	------------------

TOTAL	7,500,000
-------	-----------

ORGAO : S2000 - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE : 52112 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO 1	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (IMPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ MIL

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.500,000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	R\$
24 TRANSPORTE:	7.568.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	7.504.864
TRF - TRANSPORTE AÉREO	

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
061 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		7.591.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
491 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	7.528.000

TOTAL	7,596,089
--------------	------------------

ORGAO : SPM - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE: 51212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABAJO (SUPLEMENTADO)

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	BSF	GND	RF	MOD	LU	FTE	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-----	-----	----	-----	----	-----	-------

NEE: DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA APROPRIADA

1. 2000. 10. 10.

		PROJETOS						
24 781	0631 1204	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE CARGAS MODULAR ESTRUTURADO (TME) NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP)						7.500.000
26 781	0631 1205.0035	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE CARGAS MODULAR ESTRUTURADO (TME) NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						7.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 27	1	4 - INV	2	90	0 - 495	7.500.000

TOTAL.- INVERSIÓN	7.500.000
--------------------------	------------------

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		80.000.000
26 TRANSPORTE		15.446.280
TOTAL - GERAL		95.446.280
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		80.000.000
761 TRANSPORTE AÉREO		7.500.000
764 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946.280
TOTAL - GERAL		95.446.280
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
25 ENERGIA		80.000.000
752 ENERGIA ELÉTRICA		80.000.000
26 TRANSPORTE		15.446.280
761 TRANSPORTE AÉREO		7.500.000
764 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946.280
TOTAL - GERAL		95.446.280
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		80.000.000
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		7.500.000
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		7.946.280
TOTAL - GERAL		95.446.280
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		7.946.280
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		80.000.000
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA		7.500.000
TOTAL - GERAL		95.446.280
ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 7.946.280		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		7.946.280
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
764 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946.280
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		7.946.280
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
20207 COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		7.946.280
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		7.946.280
TOTAL		7.946.280
ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		

ANEXO III		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.946.280		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		7.946.280
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
764 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		7.946.280
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		7.946.280
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		7.946.280
TOTAL		7.946.280
ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL									7.946.280

		PROJETOS					
26	784	1460 1D07	INSTALACAO DE PORTEINER NO PORTO DE SALVADOR (BA)				7.946.280
26	784	1460 1D07 0029	INSTALACAO DE PORTEINER NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA				7.946.280
			SERVICO EXECUTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 34	1	4 - INV	2	90 0 495
TOTAL - INVESTIMENTO							7.946.280

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 20.000.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	20.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 751 ENERGIA ELÉTRICA	20.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 824 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	20.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 3226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	20.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 491 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	20.000.000
TOTAL	20.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

ANEXO II	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.000.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
25 ENERGIA	20.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes	
752 ENERGIA ELÉTRICA	20.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
024 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	20.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	20.000.000
TOTAL	20.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 31224 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									58.000.000
		ATIVIDADES							
25 752	8294 4476	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE							20.000.000
25 752	0294 4476 0020	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	20.000.000
		PROJETOS							
25 752	8294 5107	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE							60.000.000
25 752	0294 5107 0020	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	60.000.000
		SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1							
TOTAL - INVESTIMENTO									80.000.000

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III - Programas de Governo - Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Programa 0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio Órgão Responsável: 93000 Atividades Padronizadas (Atividades Padronizadas)

Objetivo Deixar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequada suporte à área operacional

Público-alvo Governo

AÇÃO DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
							2008	2009	2010	2011
1308	Adequação e Melhoria de Bens Imóveis	Obras executadas (% de execução física)	10/2010 04/2011	NIF	2.066.000 100	Centro-Oeste	-	-	1.500.000 73	506.000 23

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III - Programas de Governo - Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional

Objetivo Setorial Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores

Programa 1460 Votor Logístico Nordeste Meridional Órgão Responsável: 39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte no regime dos estados da BA e SE

Público-alvo Usúrios de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe

AÇÃO DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
							2008	2009	2010	2011
1203	Prolongamento do Caminho de Rolamento de Emplacadeira de Granel Sólidos do Porto de Aratu (BA)	Obras executadas (% de execução física)	12/2010 12/2011	SEP	15.125.784 100	Nordeste	-	-	7.946.280 33	7.179.504 47

EM nº 00284/2010/MP

Brasília, 6 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010 (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), crédito especial no valor total de R\$ 113.992.079,00 (cento e treze milhões, novecentos e noventa e dois mil e setenta e nove reais), em favor de empresas estatais, para atendimento de pleitos dos respectivos Ministérios supervisores, bem como da Secretaria de Portos da Presidência da República.
2. O crédito em referência tem por finalidade adequar os cronogramas físico-financeiros dos investimentos das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.
3. A seguir, a destinação, por empresa, do referido crédito, bem como a discriminação das respectivas fontes de financiamento:

a) Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA – R\$ 7.946.280,00, para “Prolongamento do Caminho de Rolamento de Empilhadeira de Granéis Sólidos do Porto de Aratu (BA)”, no Estado da Bahia.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos resultam do cancelamento de dotação aprovada para outro projeto da própria empresa.

b) Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB – R\$ 975.299,00, para “Instalação de Pontos de Atendimento Bancário”, nos Estados do Rio Grande do Norte, da Bahia e do Espírito Santo.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

c) COBRA Tecnologia S.A. – R\$ 1.870.500,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

d) ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros – R\$ 1.500.000,00, destinados à “Adequação e Melhoria de Bens Imóveis”, no Distrito Federal.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

e) **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – R\$ 1.200.000,00**, para “Instalação de Bens Imóveis”, no Estado de Pernambuco.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

f) **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF – R\$ 80.000.000,00**, para “Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova (BA)”, no Estado da Bahia.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outras ações da própria empresa.

g) **Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS – R\$ 13.000.000,00**, sendo:

· R\$ 11.180.000,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, no Distrito Federal; e

· R\$ 1.820.000,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Distrito Federal.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

h) **Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO – R\$ 7.500.000,00**, para “Construção de Terminal de Cargas Modular Estruturado (TME) no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP)”, no Estado de São Paulo

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos resultam do cancelamento parcial de dotação aprovada para outro projeto da própria empresa.

4. A abertura do crédito solicitado possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o desempenho operacional na área de atuação de cada uma das empresas beneficiárias e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico das empresas para 2010.

5. Com a abertura deste crédito ocorrerá no Orçamento de Investimento para 2010 incremento líquido de R\$ 18.545.799,00, sendo R\$ 16.370.500,00 no grupamento das empresas do setor produtivo e R\$ 2.175.299,00 no consolidado das instituições financeiras, uma vez que está sendo proposto neste Projeto de Lei cancelamento de dotações no valor total de R\$ 95.446.280,00 em outros projetos/atividades de empresas beneficiárias, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela Resumo do crédito	-	R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Cancelament	Líquido	

	(a)	(b)	(c=a-b)
Instituições Financeiras	2.175.299	-	2.175.299
Empresas do Setor Produtivo	111.816.780	95.446.280	16.370.500
Totais	113.992.079	95.446.280	18.545.799

6. Segundo as empresas, os cancelamentos ora propostos estão em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerão o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2010.

7. Cabe ressaltar que a abertura do referido crédito não afetará a meta global de superávit primário para 2010, de responsabilidade das empresas do setor produtivo estatal federal, no montante R\$ 7,1 bilhões, fixada por intermédio do Anexo III ao Decreto nº 7.321, de 30 de setembro de 2010, uma vez que na proposta de reprogramação do Programa de Dispendios Globais – PDG/2010, ora em análise no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, deste Ministério, está sendo previsto incremento de geração de receitas adicionais em montante superior aos investimentos propostos, propiciando, assim, a superação da meta de resultado primário atribuída às empresas beneficiárias, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela – Resultado Primário por empresa 2010		R\$ mil	
Empresas	o	Aprovad	Proposta
		Dec. 6.997/2009	nºReprogramação
S.A. - COBRA Tecnologia		6.457	94.608
Securitizadora de S.A. - ATIVOS de Créditos Financeiros		38.413	201.949
- Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS		(11.599)	2.494
Totais		33.271	299.051

Obs.: Valores positivos = superávit

8. Integra também o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos de ações que passam a integrar o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011.

9. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional, do anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente,

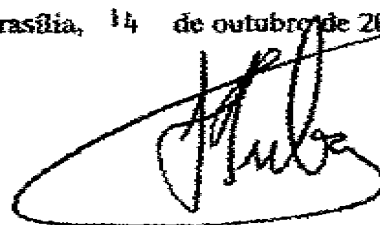
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 604

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$ 113.992.079,00, para os fins que especifica".

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61.. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

~~Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.~~

~~Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.~~

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

.....

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que presente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010.

Altera o art. 8º e os Anexos VII, VIII, IX e X do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

ANEXO III

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010

(Anexo IX do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010)

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	1.600.070
I - Receitas	44.853.274
II - Despesas	43.654.607
Investimentos	8.062.793
Demais Despesas	35.591.814
III - Ajuste Competência/Caixa	1.580.482
IV - Juros	1.179.079
B - ITAIPU (I-II+III-IV)	6.418.801
I - Receitas	7.820.919
II - Despesas	4.564.626
Investimentos	36.900
Demais Despesas	4.527.726
III - Ajuste Competência/Caixa	754.252
IV - Juros	(2.408.256)
C - Demais empresas (I-II+III-IV)	(950.875)
I - Receitas	28.249.412
II - Despesas	30.128.630
Investimentos	3.323.702
Demais Despesas (*)	26.804.928
III - Ajuste Competência/Caixa	1.295.417
IV - Juros	367.074
RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (A+B+C)	7.067.996

(*) Inclui ajuste metodológico.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 69, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 146, DE 2010-CN
(nº 605/2010, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 165.697.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 165.697.394,00 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

UNIDADE: 24209 - CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRONICA AVANÇADA - S.A. - CETEC

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAD/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1385 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)									11.443.530
		ATIVIDADES							
19 572	1388 6432	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA DE PROJETO E FABRICACAO DE COMPONENTES SEMICONDUTORES							11.443.530
19 572	1388 6432 0001	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA DE PROJETO E FABRICACAO DE COMPONENTES SEMICONDUTORES - NACIONAL							11.443.530
			ET	4	2	90	0	100	9.818.798
				4	2	90	0	300	1.624.732
TOTAL - FISCAL									11.443.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.443.530

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTF	VALOR
0910 OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									2.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12.212	0910.0364	CONTRIBUICAO AO FUNDO PARA O SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL (MEC)							2.500.000
12.212	0910.0364.0101	CONTRIBUICAO AO FUNDO PARA O SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL (MEC) - NACIONAL - CONTRIBUICAO VOLUNTARIA (MEC)							2.500.000
			F	3	2	80	0	100	2.500.000
1073 BRASIL UNIVERSITARIO									30.100.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12.364	1073.0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS							200.000
12.364	1073.0048.0033	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	30	0	100	200.000
			F	4	2	30	0	100	50.000
									150.000
		ATIVIDADES							
12.364	1073.8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							30.000.000
12.364	1073.8551.0001	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL	F	3	2	90	0	112	23.290.000
			F	3	2	90	0	182	6.710.000
TOTAL - FISCAL									32.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.700.000

FUNO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	O	M	I	F	VALOR
			E	T	U	A	U	T	
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA									57.000.000
		PROJETOS							
11 131	1375 1375	AQUISICAO E ADEQUACAO DO PREDIO-SEDE DA CAPES							57.000.000
12 132	1375 1275 0053	AQUISICAO E ADEQUACAO DO PREDIO-SEDE DA CAPES - NO DISTRITO FEDERAL							57.000.000
			P	S	2	90	0	112	57.000.000
TOTAL - FISCAL									57.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									57.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I P	F T E	VALOR
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM									6.298.285
		ATIVIDADES							
13 392	0169 4795	FOMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS							6.298.285
13 392	0169 4795 0043	FOMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	40	0	100	6.298.285
1142 ENGENHO DAS ARTES									746.400
		PROJETOS							
13 392	1142 1611	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS							196.400
13 392	1142 1611 0041	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS - NO ESTADO DO PARANA	F	4	2	40	0	100	196.400
		ATIVIDADES							
13 392	1142 4796	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA							550.000
13 392	1142 4796 0023	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - NO ESTADO DO CEARA	F	3	2	50	0	100	200.000
13 392	1142 4796 0146	FOMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - MACAPA - AP	F	3	2	40	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									7.044.685
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.044.685

ORGÃO : 3064 - MINISTÉRIO DO ESPORTE
UNIDADE : 5101 - MINISTÉRIO DO ESPORTE

ANEXO 3

CREDIT SUPPLEMENT

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P R	O P R	M O D	I N T	F I N	VALOR
1350 ESPORTE E LAZER DA CIDADE								66.000
		ATIVIDADES						
27 #13	1250 2687	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER						66.000
27 #17	1250 3607 0956	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - SAO JOAQUIM DO SUL - RS						66.000
TOTAL - FISCAL								66.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								66.000

UNIDADE : 26291 - FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

CUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E P	E S	E N	E D	R O	R D	M O	M D	I U	I T	F E	VALOR
1061 BRASIL ESCOLARIZADO														57.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS												
11 134	1061 0A30	CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA												35.000.000
12 138	1061 0A30 0001	CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA - NACIONAL	E	3	2	90	0	112						35.000.000
		ATIVIDADES												
11 134	1061 8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA												22.000.000
12 138	1061 8429 0001	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA - NACIONAL	E	3	2	90	0	112						22.000.000
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA														5.712.000
		OPERACOES ESPECIAIS												
11 364	1375 009D	CONCESSAO DE BOLSAS EM ATENDIMENTO AO PLANO NACIONAL DE POS-DOUTORADO												1.220.000
12 364	1375 009H 0001	CONCESSAO DE BOLSAS EM ATENDIMENTO AO PLANO NACIONAL DE POS-DOUTORADO - NACIONAL	E	3	2	90	0	112						1.220.000
11 364	1375 0487	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS												2.500.000
12 364	1375 0487 0001	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS - NACIONAL	E	3	2	90	0	100						2.500.000
TOTAL - FISCAL														62.720.000
TOTAL - SEGURIDADE														0
TOTAL - GERAL														62.720.000

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
UNIDADE : 24291 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS LAS FUENTES - \$41.100

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S N O	G R P O	M O D	I U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA								13.000.000
		ATIVIDADES						
12 363	1062 8652	MODERNIZACAO DAS REDES PUBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						13.000.000
12 363	1062 8652 0001	MODERNIZACAO DAS REDES PUBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NACIONAL						13.000.000
			1	3	2	30	0	112
1448 QUALIDADE NA ESCOLA								38.648.835
		OPERACOES ESPECIAIS						
12 847	1448 8509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA						100.000
12 847	1448 8509 0216	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - SAO CARLOS - SP						100.000
			6	3	2	50	0	100
12 847	1448 89CW	APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA						350.000
12 847	1448 89CW 0556	APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA - CONSTRUCAO DE CRECHE - BARRA DO PIRAÍ - RJ						350.000
			1	4	2	40	0	100
		ATIVIDADES						
12 128	1448 6333	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA						13.860.000
12 128	1448 6333 0001	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL						13.860.000
			1	3	2	90	0	112
12 128	1448 8680	APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS DE ENSINO						7.540.000
12 128	1448 8680 0001	APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS DE ENSINO - NACIONAL						7.540.000
			1	3	2	90	0	112
12 362	1448 8686	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, PRATICAS E RECURSOS PEDAGOGICOS PARA O ENSINO MEDIO						2.398.835
12 362	1448 8686 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, PRATICAS E RECURSOS PEDAGOGICOS PARA O ENSINO MEDIO - NACIONAL						2.398.835
			1	3	2	90	0	112
12 392	1448 8870	OLIMPIADAS ESCOLARES						1.400.000
12 392	1448 8870 0001	OLIMPIADAS ESCOLARES - NACIONAL						1.400.000
			1	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								38.648.835
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								38.648.835

ORGÃO : 4104 - MINISTÉRIO DA CULTURA
UNIDADE : 4292 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA

ANSWER 15

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO CANCELAMENTO

RECAPSULADO DE TÓPICOS AS FURTURA - 68 1.00

INSSC	PROGRAMAÇÃO	PROGRAMA/ALACMSUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	O B J E T O	M E D I A	P R O D U Z I D O	VALOR
0140 BRASIL, SUSTENTABILIDADE							6.128.285
		ATIVIDADES					
13 392	0140 4795	POMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS					6.296.285
13 392	0140 4795 0043	POMENTO A PROJETOS CINEMATOGRAFICOS E AUDIOVISUAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					6.296.285
							6.296.285
1140 ANGENHO DAS ARTES							746.488
		PROJETOS					
13 392	1140 1411	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS					196.400
13 392	1140 1411 0041	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS - NO ESTADO DO PARANA					196.400
							196.400
		ATIVIDADES					
13 392	1140 4794	POMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA					288.000
13 392	1140 4794 0023	POMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - NO ESTADO DO CEARA					288.000
							288.000
13 392	1140 4796 0145	POMENTO A PROJETOS EM ARTE E CULTURA - MACAPA - AP					350.000
							350.000
TOTAL - FISCAL							7.044.688
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							7.044.688

EM nº 00286/2010/MP

Brasília, 7 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, no valor global de R\$ 165.697.394,00 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais).
2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Suplementação	R\$	
		1,00	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	49.963.874		29.538.300
Ministério da Ciência e Tecnologia (Administração direta)	10.294.770		10.294.770
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	28.225.574	.	0
Agência Espacial Brasileira	0		7.800.000
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.			
- Ceitec	11.443.530		11.443.530

Ministério da Educação	107.878.835	109.278.835
Ministério da Educação (Administração direta)	32.700.000	7.910.000
Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS	13.000.000	0
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes	57.000.000	62.720.000
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.450.000	38.648.835
Hospital Universitário Antonio Pedro	3.728.835	0
Ministério da Cultura	7.794.685	7.794.685
Ministério da Cultura (Administração direta)	750.000	750.000
Fundo Nacional de Cultura	7.044.685	7.044.685
Ministério do Esporte	60.000	60.000
Ministério do Esporte (Administração direta)	60.000	60.000
Reserva de Contingência	0	19.025.574
Total		
165.697.394		165.697.394

3. O presente crédito viabilizará, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o apoio ao desenvolvimento de pesquisas com células tronco, o cumprimento de contratos de natureza administrativa e a implantação de projetos de inclusão digital, na Região Centro-Oeste, na Administração direta; o pagamento de bolsas de iniciação à pesquisa científica e tecnológica até o final do exercício, a concessão de auxílio financeiro a pesquisadores envolvidos com a elaboração de projetos ligados à realização de olimpíadas científicas, bem como a aquisição de mobiliários e equipamentos de informática e telefonia para a nova sede, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; e o desenvolvimento e fabricação de componentes semicondutores, no Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec.

4. Para o Ministério da Educação - MEC, o crédito possibilitará a complementação para o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a ser utilizada em despesas com manutenção, serviços de limpeza e vigilância e material de consumo; o pagamento de cota extraordinária referente à contribuição voluntária ao Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul; a aquisição do prédio-sede da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, evitando dessa maneira o gasto com aluguel que a Capes comprometeu-se a fazer em razão da recomendação da Controladoria-Geral da União de cancelamento do concurso público para a seleção do projeto arquitetônico da construção da nova sede; o apoio ao desenvolvimento da educação básica em âmbito nacional, a construção de prédios para abrigar as unidades acadêmicas e administrativa de novo “campus” da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – RS; e o atendimento da determinação judicial da 1ª Vara Federal de Niterói – RJ, de disponibilizar recursos para o pagamento de folha salarial de terceirizados, sem a utilização de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, no Hospital Universitário Antonio Pedro, no Rio de Janeiro.

5. Ainda no âmbito do MEC, em atendimento às solicitações parlamentares, os recursos destinam-se ao apoio a entidades de ensino superior não federais no Estado do Rio de Janeiro e ao apoio ao desenvolvimento da educação básica em Municípios do Estado do Rio de Janeiro e no Município de São Carlos, no Estado de São Paulo.

6. A suplementação em favor do Ministério da Cultura viabilizará o atendimento a solicitações parlamentares, a fim de possibilitar a realização de despesas com fomento a projetos em arte e cultura a cargo do Município de Urupema, no Estado de Santa Catarina, e ao Centro de Pesquisa e Difusão de Arte em Imaginário, no Estado do Ceará. Permitirá, ainda, investimentos em instalação de espaços culturais no Município de Paranavaí, no Estado do Paraná; em equipamentos para a Fundação Cinema - Fundacine em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul; atender a projetos de arte e cultura no Distrito Federal; a realização de evento cultural no Município de Macapá, no Estado do Amapá; e a complementação das obras do espaço cultural no Município de Borá, no Estado de São Paulo.

7. Os recursos destinados ao Ministério do Esporte serão utilizados no atendimento de despesas com o funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer no Município de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, por solicitação parlamentar.

8. O presente crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Esclareça-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 146.671.820,00 (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e vinte reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização da programação suplementada;

b) R\$ 19.025.574,00 (dezenove milhões, vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro de reais) decorrem de suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de receitas financeiras; e

c) o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 2010, condiciona a execução das despesas primárias discricionárias objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

10. Cabe salientar que, de acordo com os órgãos envolvidos no presente crédito, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, inclusive no que se refere aos cancelamentos de emendas parlamentares, solicitados pelos autores das mesmas.

11. Finalmente, vale mencionar que os parlamentares, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Antonio Fernando Silva Rodrigues, Germano Bonow, Rodovalho, Cida Diogo, Paulo Pereira da Silva, Otávio Leite, Felipe Bornier, Valdir Colatto, Chico Lopes, Sergio Ricardo dos Santos Rosa, Marcelo Almeida, Cristovam Buarque, Gilvam Borges, Eduardo Matarazzo Suplicy e Henrique Fontana, encaminharam solicitações para ajustes em emendas de suas respectivas autorias.

12. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

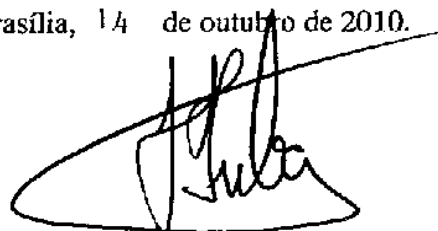
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 605

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 165.697.394,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

PROJETO DE LEI
Nº 70, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 147, DE 2010-CN
(nº 606/2010, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2010 crédito suplementar no valor total de R\$ 127.576.215,00, em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 1.007.069.875,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor total de R\$ 127.576.215,00 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil e duzentos e quinze reais), em favor de empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 12.214, de 2010), relativamente às dotações orçamentárias de empresas estatais federais, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 1.007.069.875,00 (um bilhão, sete milhões, sessenta e nove mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
20 AGRICULTURA		6.496.639
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		59.829.204
24 COMUNICAÇÕES		3.493.454
25 ENERGIA		15.000.000
26 TRANSPORTE		42.756.918
TOTAL - GERAL		127.576.215
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		10.318.398
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		62.085.009
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		1.938.937
752 ENERGIA ELÉTRICA		13.301.410
781 TRANSPORTE AÉREO		21.458.505
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		18.473.956
TOTAL - GERAL		127.576.215
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
20 AGRICULTURA		6.496.639
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		4.468.786
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		2.027.853
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		59.829.204
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.576.565
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		55.313.702
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		1.938.937
24 COMUNICAÇÕES		3.493.454
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		3.493.454
25 ENERGIA		15.000.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.698.590
752 ENERGIA ELÉTRICA		13.301.410
26 TRANSPORTE		42.756.918
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.574.457
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		1.250.000
781 TRANSPORTE AÉREO		21.458.505
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		18.473.956
TOTAL - GERAL		127.576.215
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		13.301.410
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		21.458.505
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS		1.938.937
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		72.403.407
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO		130.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		3.182.000
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE		11.659.823
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		3.420.000
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		82.133
TOTAL - GERAL		127.576.215
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		21.298.413
22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		6.496.639
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA		58.842.701
28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR		986.503
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		15.000.000
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		3.493.454
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA		21.458.505
TOTAL - GERAL		127.576.215
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		82.018.355
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		82.018.355
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		82.018.355
TOTAL DA RECEITA	82.018.355	RECEITAS CORRENTES
		82.018.355
		RECEITAS DE CAPITAL
		0

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 21.298.413		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		21.298.413
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.574.457
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		1.250.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		18.473.956
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.824.457
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO		130.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		3.182.000
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE		11.659.823
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		3.420.000
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		82.133
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
20205 COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC		3.220.000
20106 COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA		10.134.854
20107 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		82.133
20110 COMPANHIA DOCS DO PARÁ - CDP		4.884.457
20111 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		2.774.969
20112 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		200.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		21.298.413
TOTAL		21.298.413

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.220.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE		3.220.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		3.220.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		3.220.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.220.000
TOTAL		3.220.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									3.220.000
		PROJETOS							
16 784	1459 123K	IMPLANTACAO DE NOVO SISTEMA DE COMBATE A INCENDIO NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							670.000
26 784	1459 123K 0023	IMPLANTACAO DE NOVO SISTEMA DE COMBATE A INCENDIO NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA	1	4 - INV	2	90	0	495	670.000
16 784	1459 130W	INSTALACAO DE TOMADAS PARA CONTENEDORES FRIGORIFICOS NO PORTO DE FORTALEZA							2.550.000
26 784	1459 130W 0101	INSTALACAO DE TOMADAS PARA CONTENEDORES FRIGORIFICOS NO PORTO DE FORTALEZA - NO ESTADO DO CEARA	1	4 - INV	2	90	0	495	2.550.000
		INSTALACAO ELÉTRICA REALIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)							2.550.000
TOTAL - INVESTIMENTO									3.220.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.134.854		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE		10.134.854
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		1.250.000 8.884.854
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1459 VETOR LOGÍSTICO LESTE		1.250.000 8.884.854
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		10.134.854
TOTAL		10.134.854

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.250.000
		ATIVIDADES							
26 126	0807 4193	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS							1.250.000

26 126	0807 4103 0032	DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	1.250.000
									1.250.000
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE									2.884.854
		ATIVIDADES							
26 784	1458 6504	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE							2.638.800
26 784	1458 6504 0032	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							2.638.800
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 13	1	4 - INV	2	90	0	495	2.638.800
		PROJETOS							
26 784	1458 10QR	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DOS BERCOS 201 E 202 DO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITORIA (ES)							1.000.000
26 784	1458 10QR 0032	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DOS BERCOS 201 E 202 DO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 784	1458 12IQ	ADEQUACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITORIA (ES)							2.796.990
26 784	1458 12IQ 0032	ADEQUACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							2.796.990
		OBRA EXECUTADA (KM) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	2.796.990
26 784	1458 3503	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES)							2.449.064
26 784	1458 3503 0032	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							2.449.064
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 40	1	4 - INV	2	90	0	495	2.449.064
TOTAL - INVESTIMENTO									10.134.854

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 82.133		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		82.133
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		82.133
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		82.133
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		82.133
TOTAL		82.133

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	VALOR
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL			
82.133			
		PROJETOS	
26 784	1460 10DX	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA	82.133
26 784	1460 10DX 0029	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	82.133
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12	82.133
TOTAL - INVESTIMENTO			
82.133			

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DOCS DO PARÁ - CDP

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.886.457

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
26 TRANSPORTE

4.886.457

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
121 ADMINISTRAÇÃO GERAL
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

1.574.457

3.312.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE

1.574.457

130.000

3.182.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

4.886.457

TOTAL

4.886.457

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DOCS DO PARÁ - CDP

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VAI.L.O.R
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.574.457
		ATIVIDADES							
26 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.024.457
26 122	0807 4102 0015	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PARÁ	1	4 - INV	2	90	0	495	1.024.457
		PROJETOS							
26 122	0807 3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMOVEIS							550.000
26 122	0807 3286 0015	INSTALAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PARÁ	1	4 - INV	2	90	0	495	550.000
		IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1							550.000
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO									130.000
		PROJETOS							
26 784	1456 1001	ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE APOIO A RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE SANTARÉM (PA)							130.000
26 784	1456 1001 0015	ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE APOIO A RAMPA ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE SANTARÉM (PA) - NO ESTADO DO PARÁ	1	4 - INV	2	90	0	495	130.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO) 22							130.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE									3.182.000
		PROJETOS							
26 784	1457 1086	CONSTRUÇÃO DE DOLPHINS DE ATRACAÇÃO NO PIER Nº 1 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)							2.682.000
26 784	1457 1086 0015	CONSTRUÇÃO DE DOLPHINS DE ATRACAÇÃO NO PIER Nº 1 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA) - NO ESTADO DO PARÁ	1	4 - INV	2	90	0	495	2.682.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 49							2.682.000
26 784	1457 130R	INSTALAÇÃO DE DEFENSAS PORTUÁRIAS NO PORTO DE VILA DO CONDE							500.000
26 784	1457 130R 0101	INSTALAÇÃO DE DEFENSAS PORTUÁRIAS NO PORTO DE VILA DO CONDE - NO ESTADO DO PARÁ	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
		DEFENSA INSTALADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)							500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									4.886.457

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.774.969		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
26 TRANSPORTE		2.774.969
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		2.774.969
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE		2.774.969
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.774.969
TOTAL		2.774.969
ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		
UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	F T E	VALOR
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE									2.774.969
		PROJETOS							
26 784	1458 111G	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							742.046
26 784	1458 111G 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							742.046
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO) 7	I	4 - INV	2	90	0	495	742.046
26 784	1458 121G	IMPLANTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE ITAGUAI (RJ)							2.032.923
26 784	1458 121G 0033	IMPLANTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE ITAGUAI (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.032.923
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 18	I	4 - INV	2	90	0	495	2.032.923
TOTAL - INVESTIMENTO									2.774.969

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 200.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE		200.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		200.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		200.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		200.000
TOTAL		200.000

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									200.000
		PROJETOS							
26 784	1459 10EE	AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							100.000
26 784	1459 10EE 0024	AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							100.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO	I	4 - INV	2	90	0	495	100.000

		FISICA) 2						
26 784	1459 10RW	OBRA DE RECUPERAÇÃO E DE ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE NATAL (RN)						100.000
26 784	1459 10RW 0024	OBRA DE RECUPERAÇÃO E DE ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						100.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO								200.000

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 6.496.639			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 20 AGRICULTURA			6.496.639
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			4.468.786 2.027.853
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			6.496.639
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS 22209 COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG 22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÊNS GERAIS DE SÃO PAULO			2.671.166 490.980 3.334.493
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			6.496.639
TOTAL			6.496.639
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA TOTAL DA RECEITA		6.005.659 RECEITAS CORRENTES	6.005.659 RECEITAS DE CAPITAL 6.005.659

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22208 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.671.166			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 20 AGRICULTURA			2.671.166
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.859.863
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			811.303
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.671.166
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			2.671.166
TOTAL			2.671.166
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			2.671.166
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.671.166
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.671.166
TOTAL DA RECEITA		2.671.166 RECEITAS CORRENTES	2.671.166 RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22208 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.671.166						
		ATIVIDADES							
20 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							427.673
20 122	0807 4102 0031	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							427.673
			1	4 - INV	2	90	0	495	427.673

20 122	0807 4105	MANUTENCAO E ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL							1.432.190
20 122	0807 4105 0031	MANUTENCAO E ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.432.190
20 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO	1	4 - INV	2	90	0	495	1.432.190
20 126	0807 4103 0031	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							811.303
			1	4 - INV	2	90	0	495	811.303
TOTAL - INVESTIMENTO									2.671.166

ORGAO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22209 - COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 490.980		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 20 AGRICULTURA		490.980
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		474.430 16.550
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		490.980
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		490.980
TOTAL		490.980

ORGAO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22209 - COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									490.980
		ATIVIDADES							
20 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							474.430
20 122	0807 4102 0031	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	4 - INV	2	90	0	495	474.430
20 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							16.550
20 126	0807 4103 0031	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	4 - INV	2	90	0	495	16.550
TOTAL - INVESTIMENTO									490.980

ORGAO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22212 - CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.334.493		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 20 AGRICULTURA		3.334.493
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		2.134.493 1.200.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		3.334.493
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.334.493
TOTAL		3.334.493
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.00.00 C/PRAÇÃO PRÓPRIA		3.334.493 3.334.493 3.334.493

TOTAL DA RECEITA 3.334.493 RECEITAS CORRENTES 3.334.493 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22212 - CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.334.493
		ATIVIDADES							
20 122	0807 4105	MANUTENCAO E ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL							2.134.493
20 122	0807 4105 0035	MANUTENCAO E ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - NO ESTADO DE SAO PAULO	I	4 - INV	2	90	0	495	2.134.493
20 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.200.000
20 126	0807 4103 0035	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE SAO PAULO	I	4 - INV	2	90	0	495	1.200.000
TOTAL - INVESTIMENTO									3.334.493

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 58.842.701

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 58.842.701

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 1.590.062
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 55.313.702
694 SERVIÇOS FINANCEIROS 1.938.937

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS 1.938.937
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 56.903.764

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS
25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA 34.163.573
25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB 1.146.733
25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA 1.590.062
25230 COBRA TECNOLOGIA S.A. 21.942.333

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 58.842.701

TOTAL 58.842.701

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 51.060.737
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 51.060.737
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 51.060.737
TOTAL DA RECEITA 51.060.737 RECEITAS CORRENTES 51.060.737 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 34.163.573

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 34.163.573

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 32.500.730
694 SERVIÇOS FINANCEIROS 1.662.843

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS 1.662.843
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 32.500.730

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 34.163.573

TOTAL 34.163.573

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 31.976.450
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 31.976.450
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 31.976.450
TOTAL DA RECEITA 31.976.450 RECEITAS CORRENTES 31.976.450 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS									1.662.843
		PROJETOS							
23 694	0781 3252	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO							1.662.843
23 694	0781 3252 0015	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO - NO ESTADO DO PARA							1.662.843
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	4	90	0	495	1.662.843
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									32.500.730
		ATIVIDADES							
23 126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							32.500.730
23 126	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							32.500.730
			1	4 - INV	4	90	0	495	32.500.730
TOTAL - INVESTIMENTO									34.163.573

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25210 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.146.733		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		1.146.733
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 694 SERVIÇOS FINANCEIROS		878.639 276.094
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		276.094 878.639
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		1.146.733
TOTAL		1.146.733

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25210 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS									276.094
		PROJETOS							
23 694	0781 3252	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO							276.094
23 694	0781 3252 0021	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO - NO ESTADO DO MARANHÃO							23.600
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE)	1	4 - INV	4	90	0	495	23.600
23 694	0781 3252 0022	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO - NO ESTADO DO PIAUÍ							231.144
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE)	1	4 - INV	4	90	0	495	231.144
23 694	0781 3252 0031	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							21.350
		PONTO DE ATENDIMENTO	1	4 - INV	4	90	0	495	21.350

INSTALADO (UNIDADE)										
0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									870.639	
		ATIVIDADES								
23 125	0887 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								870.639
23 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL								870.639
				1	4 - INV	4	90	0	495	870.639
TOTAL - INVESTIMENTO									1.146.733	

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.590.062

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 1.590.062

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 1.590.062

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1.590.062

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.590.062

TOTAL 1.590.062

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.590.062
		ATIVIDADES							
23 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.590.062
23 122	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							1.590.062
			1	4 - INV	4	90	0	495	1.590.062
TOTAL - INVESTIMENTO									1.590.062

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25230 - COBRA TECNOLOGIA S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 21.942.333

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 21.942.333

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 21.942.333

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 21.942.333

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 21.942.333

TOTAL 21.942.333

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 19.084.287
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 19.084.287
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 19.084.287
TOTAL DA RECEITA 19.084.287 RECEITAS CORRENTES 19.084.287 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25230 - COBRA TECNOLOGIA S.A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N	R P	M O	I U	F T	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	--------	--------	--------	--------	--------	-------

			P	D		D		F	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									21.942.333
		ATIVIDADES							
23 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							21.942.333
23 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							21.942.333
			1	4 - INV	2	90	0	495	21.942.333
TOTAL - INVESTIMENTO									21.942.333

ORGÃO : 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 986.503

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 986.503

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 986.503

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 986.503

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS
28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL - BNDES 986.503

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 986.503

TOTAL 986.503

ORGÃO : 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28234 - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL - BNDES

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 986.503

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS 986.503

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 986.503

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 986.503

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 986.503

TOTAL 986.503

ORGÃO : 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28234 - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL - BNDES

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									986.503
		ATIVIDADES							
23 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							986.503
23 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							986.503
			1	4 - INV	4	90	0	495	986.503
TOTAL - INVESTIMENTO									986.503

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 15.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA 15.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.698.590
752 ENERGIA ELÉTRICA	13.301.410

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	13.301.410
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.698.590

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	15.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	15.000.000

TOTAL	15.000.000
--------------	------------

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 15.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	15.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.698.590
752 ENERGIA ELÉTRICA	13.301.410

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	13.301.410
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.698.590

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	15.000.000

TOTAL	15.000.000
--------------	------------

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE: 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R S F	D Z G	P	M C D	I U	E T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									13.301.410
		ATIVIDADES							
25 752	0296 4478	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE							13.301.410
25 752	0296 4478 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL							13.301.410
			1	4 - INV	2	90	0	495	13.301.410
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.698.590
		ATIVIDADES							
25 122	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.698.590
25 122	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							1.698.590
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.698.590
TOTAL - INVESTIMENTO									15.000.000

ORÇAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORÇAO : R\$ 3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
14 COMUNICAÇÕES	3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
41202 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS	3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.493.454

TOTAL	3.493.454
--------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.493.454
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS		3.493.454
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		3.493.454
TOTAL DA RECEITA	3.493.454 RECEITAS CORRENTES	3.493.454 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41202 - TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
24 COMUNICAÇÕES	3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	3.493.454

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.493.454

TOTAL	3.493.454
--------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.493.454
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS		3.493.454
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		3.493.454
TOTAL DA RECEITA	3.493.454 RECEITAS CORRENTES	3.493.454 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41202 - TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.493.454
		ATIVIDADES							
24 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							3.493.454
24 126	0807 4103 0053	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO DISTRITO FEDERAL							3.493.454
			1	4 - INV	2	90	0	495	3.493.454
TOTAL - INVESTIMENTO									3.493.454

ORGAO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DO ORGAO : R\$ 21.458.505

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	21.458.505

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
781 TRANSPORTE AÉREO	21.458.505

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	21.458.505

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	21.458.505

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	21.458.505

TOTAL	21.458.505
--------------	-------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		21.458.505
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS		21.458.505
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		21.458.505
TOTAL DA RECEITA	21.458.505 RECEITAS CORRENTES	21.458.505 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 21.458.505

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	21.458.505

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
20 AGRICULTURA			1.290.200
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			382.435.518
24 COMUNICAÇÕES			259.790.000
25 ENERGIA			15.000.000
26 TRANSPORTE			348.554.157
TOTAL - GERAL			1.007.069.875
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			120.321.410
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			215.385.758
694 SERVIÇOS FINANCEIROS			152.540.816
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS			164.178.494
752 ENERGIA ELÉTRICA			15.000.000
781 TRANSPORTE AÉREO			283.594.984
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			56.048.413
TOTAL - GERAL			1.007.069.875
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
20 AGRICULTURA		1.290.200	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.290.200	
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		382.435.518	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		85.344.731	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		144.549.971	
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		152.540.816	
24 COMUNICAÇÕES		259.790.000	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		29.553.642	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		66.057.864	
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS		164.178.494	
25 ENERGIA		15.000.000	
752 ENERGIA ELÉTRICA		15.000.000	
26 TRANSPORTE		348.554.157	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		4.132.837	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		4.777.923	
781 TRANSPORTE AÉREO		283.594.984	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		56.048.413	
TOTAL - GERAL			1.007.069.875
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0156 APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS			164.178.494
0196 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			15.000.000
0623 SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO			26.982.551
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			256.692.432
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS			152.540.816
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			335.787.148
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE			4.886.457
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE			47.659.823
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL			3.420.000
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL			82.133
TOTAL - GERAL			1.007.069.875
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			57.298.413
22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			1.290.200
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA			273.621.033
28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR			108.814.485
31000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			15.000.000
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			259.790.000
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA			291.255.744
TOTAL - GERAL			1.007.069.875
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			961.512.015
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			634.256.271
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			634.256.271
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			149.239.164
6.2.1.0.00.00 TESOURO			149.239.164
6.2.1.1.00.00 DIRETO			84.501.488
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			64.737.676
6.2.2.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			178.016.588
6.2.2.0.00.00 OUTRAS FONTES			178.016.588
TOTAL DA RECEITA		961.512.015	RECEITAS CORRENTES
		634.256.271	RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 57.298.413		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		57.298.413
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.258.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		56.048.413
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.250.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		4.886.457
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE		47.659.823
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		3.420.000
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		82.133
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
20205 COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC		3.220.000
20206 COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA		46.134.854
20207 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		82.133
20210 COMPANHIA DOCS DO PARÁ - CDP		4.886.457
20211 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		2.774.969
20212 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		200.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		57.298.413
TOTAL		57.298.413

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		36.000.000
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.000.000
6.2.1.0.00.00	TESOURO		36.000.000
6.2.1.1.00.00	DIRETO		36.000.000
TOTAL DA RECEITA	36.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	36.000.000

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.220.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	3.220.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	3.220.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	3.220.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.220.000

TOTAL	3.220.000
--------------	------------------

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	MOD	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									3.220.000
		ATIVIDADES							
26 784	1459 6504	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE							50.000
26 784	1459 6504 0023	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE - NO ESTADO DO CEARÁ							50.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	50.000
		PROJETOS							
26 784	1459 100W	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							710.000
26 784	1459 100W 0023	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARÁ							710.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 16	I	4 - INV	2	90	0	495	710.000
26 784	1459 7417	ADEQUAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA (CE)							2.460.000
26 784	1459 7417 0023	ADEQUAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARÁ							2.460.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 36	I	4 - INV	2	90	0	495	2.460.000
TOTAL - INVESTIMENTO									3.220.000

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

ANEXO II **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 46.134.854

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	46.134.854

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.250.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	44.884.854

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.250.000
1459 VETOR LOGÍSTICO LESTE	44.884.854

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	46.134.854

TOTAL	46.134.854
--------------	-------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	36.000.000

6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	36.000.000	
6.2.1.0.00.00 TESOURO	36.000.000	
6.2.1.1.00.00 DIRETO	36.000.000	
TOTAL DA RECEITA	36.000.000	9 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C O N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.250.000
		ATIVIDADES							
26 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							400.000
26 122	0807 4101 0032	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	400.000
26 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							350.000
26 122	0807 4102 0032	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	850.000
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE									44.324.854
		PROJETOS							
26 784	1458 11LV	IMPLANTACAO DE ACESSO RODOFERROVIARIO AO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES)							2.638.800
26 784	1458 11LV 0032	IMPLANTACAO DE ACESSO RODOFERROVIARIO AO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	2.638.800
26 784	1458 11LV	OBRA REALIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 72							2.638.800
26 784	1458 11LV	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ILUMINACAO E SINALIZACAO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES)							3.282.000
26 784	1458 11LV 0032	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ILUMINACAO E SINALIZACAO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	3.282.000
26 784	1458 11LV	SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 91							3.282.000
26 784	1458 3E7E	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERCOS 101, 102 E 103							167.064
26 784	1458 3E7E 0032	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERCOS 101, 102 E 103 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	167.064
26 784	1458 3E7E	OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 63							167.064
26 784	1458 3E79	OBRAS DE CONTENCAO E AMPLIACAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES)							36.000.000
26 784	1458 3E79 0032	OBRAS DE CONTENCAO E AMPLIACAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	36.000.000
26 784	1458 3E79	OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 44							36.000.000
26 784	1458 7362	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUARA							2.796.990
26 784	1458 7362 0032	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUARA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	1	4 - INV	2	90	0	495	2.796.990
26 784	1458 7362	OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 52							2.796.990
TOTAL - INVESTIMENTO									46.134.854

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 82.133	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
26 TRANSPORTE	1 82.133
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	1 82.133

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL 82.133

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 82.133

TOTAL 82.133

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOÇAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL									82.133
		PROJETOS							
26 784	1460 1C70	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA CONTROLE DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA)							80.563
26 784	1460 1C70 0029	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA CONTROLE DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							80.563
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495	80.563
26 784	1460 10PA	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VISUAL PLANEJADA DO PORTO DE ARATU (BA)							1.570
26 784	1460 10PA 0029	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VISUAL PLANEJADA DO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							1.570
		SINALIZAÇÃO IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.570
TOTAL - INVESTIMENTO									82.133

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DOÇAS DO PARÁ - CDP

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.886.457

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
26 TRANSPORTE 4.886.457

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO 4.886.457

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE 4.886.457

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 4.886.457

TOTAL 4.886.457

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DOÇAS DO PARÁ - CDP

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE									4.886.457
		ATIVIDADES							
26 784	1457 20AR	DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL DE ACESSO E BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE BELEM (PA)							4.886.457
26 784	1457 20AR 0013	DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL DE ACESSO E BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE BELEM (PA) - NO ESTADO DO PARÁ							4.886.457
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 76	1	4 - INV	2	90	0	495	4.886.457
TOTAL - INVESTIMENTO									4.886.457

ORÇAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DOÇAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.774.969	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
24 TRANSPORTE	2.774.969
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
734 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	2.774.969
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1453 VETOR LOGÍSTICO LESTE	2.774.969
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.774.969
TOTAL	2.774.969
ORGAO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FE	VALOR
1458 VETOR LOGISTICO LESTE									2.774.969
		PROJETOS							
24 784	1458 10VV	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							742.046
26 784	1458 10VV 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							742.046
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	742.046
24 784	1458 12IF	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE ITAGUAÍ							450.194
26 784	1458 12IF 0033	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE ITAGUAÍ - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							450.194
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 52	1	4 - INV	2	90	0	495	450.194
26 784	1458 3E70	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							1.399.249
26 784	1458 3E70 0033	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.399.249
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 13	1	4 - INV	2	90	0	495	1.399.249
26 784	1458 3340	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTAINERES NO CAIS DO CAJU (RJ)							183.480
26 784	1458 3340 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTAINERES NO CAIS DO CAJU (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							183.480
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	2	90	0	495	183.480
TOTAL - INVESTIMENTO									2.774.969

ORGAO : 10000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - COBRN

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 200.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE	200.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 764 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	200.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 1452 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL.	200.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	200.000
TOTAL	200.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

[illegible]

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	S F	N D	P	O D	U	T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									200.000
		ATIVIDADES							
26 784	1459 2D18	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE NATAL (RN)							200.000
26 784	1459 2D18 0024	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							200.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	200.000
TOTAL - INVESTIMENTO									200.000

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.290.200			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 20 AGRICULTURA			1.290.200
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.290.200
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.290.200
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG			1.290.200
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.290.200
TOTAL			1.290.200
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			799.220
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			799.220
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			799.220
TOTAL DA RECEITA		799.220	RECEITAS CORRENTES
		799.220	RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22209 - COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.290.200			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 20 AGRICULTURA			1.290.200
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCÕES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.290.200
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.290.200
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.290.200
TOTAL			1.290.200
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			799.220
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			799.220
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			799.220
TOTAL DA RECEITA	799.220	RECEITAS CORRENTES	799.220
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE : 22209 - COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	S F	N D	P	O D	U	T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.290.200
		ATIVIDADES							
20 122	0807 4105	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL							1.290.200
20 122	0807 4105 0031	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							1.290.200
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.290.200

TOTAL - INVESTIMENTO

1.290.200

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 273.621.033

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

273.621.033

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

51.352.597

126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

69.727.620

694 SERVIÇOS FINANCEIROS

152.540.816

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

152.540.816

4407 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

121.020.217

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

2.187.123

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

32.076.244

25215 IRL - BRASIL RESEGUROS S.A.

17.316.088

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

217.573.532

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

2.858.046

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

1.600.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

273.621.033

TOTAL

273.621.033

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

265.839.069

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS

265.839.069

6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA

265.839.069

TOTAL DA RECEITA

265.839.069 RECEITAS CORRENTES

265.839.069 RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.187.123

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

2.187.123

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

694 SERVIÇOS FINANCEIROS

2.187.123

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

2.187.123

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

2.187.123

TOTAL

2.187.123

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS2.187.123									
PROJETOS									
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO							2.187.123
23 694	0781 3252 0012	INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DO ACRE	I	4 - INV	4	90	0	495	554.280
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) 1							554.280
23 694	0781 3252 0013	INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DO AMAPÁ	I	4 - INV	4	90	0	495	554.283
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) 1							554.283
23 694	0781 3252 0014	INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	4	90	0	495	524.280
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) 1							524.280
23 694	0781 3252 0016	INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DO AMAPÁ	I	4 - INV	4	90	0	495	554.280
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) 1							554.280

ORGÃO : 25008 - MINISTÉRIO DA FAZENDA UNIDADE : 25215 - IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.	
ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 17.326.688	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.326.688
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.471.570

126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		6.854.518
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		17.326.088
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		17.326.088
TOTAL		17.326.088
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		17.326.088
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		17.326.088
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		17.326.088
TOTAL DA RECEITA	17.326.088	RECEITAS CORRENTES 17.326.088
		RECEITAS DE CAPITAL 0
ORÇAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA		
UNIDADE : 25215 - IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.		

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									17.326.088
		ATIVIDADES							
23 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							8.042.460
23 122	0807 4101 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	4	90	0	495	8.042.460
23 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							2.429.110
23 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	2.429.110
23 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							6.854.518
23 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	6.854.518
TOTAL - INVESTIMENTO									17.326.088

ORÇAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 217.573.532			
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		217.573.532	
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		25.227.893	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		61.785.102	
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		129.560.537	
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS		129.560.537	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		88.012.995	
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		217.573.532	
TOTAL		217.573.532	
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		215.983.470	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		215.983.470	
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		215.983.470	
TOTAL DA RECEITA	215.983.470	RECEITAS CORRENTES	215.983.470
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORÇAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25220 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS									129.560.537
		ATIVIDADES							

23 694	0781 3252 0041	INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DO PARANA	1	4 - INV	4	90	0	495	6.560.636
23 694	0781 3252 0042	PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	1	4 - INV	4	90	0	495	6.560.636
23 694	0781 3252 0043	PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1	4 - INV	4	90	0	495	3.276.193
23 694	0781 3252 0051	PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DO MATO GROSSO	1	4 - INV	4	90	0	495	3.276.193
23 694	0781 3252 0052	PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DE GOIAS	1	4 - INV	4	90	0	495	4.922.232
23 694	0781 3252 0053	PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO DISTRITO FEDERAL	1	4 - INV	4	90	0	495	4.922.232
23 694	0781 3252 0054	PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	1	4 - INV	4	90	0	495	4.384.313
		PONTO DE ATENDIMENTO INSTALADO (UNIDADE)	1	4 - INV	4	90	0	495	4.384.313
									3.784.215
									3.784.215
									1.748.677
									1.748.677
									3.032.266
									3.032.266
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									88.012.995
		ATIVIDADES							
23 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							5.000.000
23 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	5.000.000
23 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							52.585.102
23 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	52.585.102
		PROJETOS							
23 122	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							20.227.893
23 122	0807 3286 0023	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO CEARA	1	4 - INV	4	90	0	495	4.000.000
23 122	0807 3286 0026	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	1	4 - INV	4	90	0	495	4.000.000
23 122	0807 3286 0043	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1	4 - INV	4	90	0	495	5.927.893
23 122	0807 3286 0053	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1 INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO DISTRITO FEDERAL	1	4 - INV	4	90	0	495	5.900.000
23 122	0807 3286 0053	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	4	90	0	495	4.400.000
23 126	0807 111U	INSTALACAO DE COMPLEXO DATACENTER - CONSORCIO BB-CAIXA (DF)							10.200.000
23 126	0807 111U 0053	INSTALACAO DE COMPLEXO DATACENTER - CONSORCIO BB-CAIXA (DF) - NO DISTRITO FEDERAL	1	4 - INV	4	90	0	495	10.200.000
		COMPLEXO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 22	1	4 - INV	4	90	0	495	10.200.000
TOTAL - INVESTIMENTO									217.573.532

ORGÃO : 15000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25130 - COBRA TECNOLOGIA SA.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.858.046

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

2.858.046

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

2.858.046

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

2.858.046

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
493 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

2.858.046

TOTAL

2.858.046

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25230 - COBRA TECNOLOGIA S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.858.046
		ATIVIDADES							
23 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							2.858.046
23 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							2.858.046
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.858.046
TOTAL - INVESTIMENTO									2.858.046

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25246 - BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.600.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS									1.600.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL									1.512.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO									88.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
8807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.600.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									1.600.000
TOTAL									1.600.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									1.600.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS									1.600.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA									1.600.000
TOTAL DA RECEITA									1.600.000
RECEITAS CORRENTES									1.600.000
RECEITAS DE CAPITAL									0

ORGAO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25246 - BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.600.000
		ATIVIDADES							
23 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.512.000
23 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							1.512.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.512.000
23 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							88.000
23 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							88.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	88.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.600.000

ORGAO : 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 102.314.485

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		108.814.485
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		33.992.134
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		74.822.351
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		108.814.485
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES		108.814.485
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		108.814.485
TOTAL		108.814.485
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		107.827.982
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		107.827.982
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		107.827.982
TOTAL DA RECEITA		107.827.982
RECEITAS CORRENTES		107.827.982
RECEITAS DE CAPITAL		0

ORÇAO : 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28234 - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 108.814.485			
QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			108.814.485
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			33.992.134
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			74.822.351
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			108.814.485
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			108.814.485
TOTAL			108.814.485
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			107.827.982
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			107.827.982
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			107.827.982
TOTAL DA RECEITA		107.827.982	
RECEITAS CORRENTES		107.827.982	
RECEITAS DE CAPITAL			

ORÇAO : 28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28234 - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									
108.814.485									
		ATIVIDADES							
23 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							3.786.134
23 122	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	4	90	0	495	3.786.134
23 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							74.822.351
23 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	4	90	0	495	74.822.351
		PROJETOS							
23 122	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							30.286.000
23 122	0807 3286 0033	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							28.606.000
23 122	0807 3286 0035	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	4	90	0	495	28.606.000
23 122	0807 3286 0053	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE SAO PAULO							200.000
23 122	0807 3286 0053	IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	4	90	0	495	200.000
		INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO DISTRITO FEDERAL							1.400.000
		IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	4	90	0	495	1.400.000
TOTAL - INVESTIMENTO									
108.814.485									

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 15.000.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		15.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		15.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		15.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		15.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		15.000.000
TOTAL		15.000.000
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 15.000.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		15.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		15.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		15.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		15.000.000
TOTAL		15.000.000
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									15.000.000	
PROJETOS										
25 752	0296 121X	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO BOM DESPACHO 3 - OURO PRETO 2 (500KV - 180 KM) - (MG)							15.000.000	
25 752	0296 121X 0031	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO BOM DESPACHO 3 - OURO PRETO 2 (500KV - 180 KM) - (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							15.000.000	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXPLICAÇÃO) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	15.000.000	
TOTAL - INVESTIMENTO									15.000.000	

ORGAO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 259.790.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
24 COMUNICAÇÕES		259.790.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
121 ADMINISTRAÇÃO GERAL		29.553.642
124 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		56.857.864
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS		164.178.494
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0256 APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS		164.178.494
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		95.611.506
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT		259.790.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		259.790.000
TOTAL		259.790.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		259.790.000
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS		259.790.000
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		259.790.000
TOTAL DA RECEITA	259.790.000	RECEITAS CORRENTES	259.790.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 259.790.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
24 COMUNICAÇÕES	259.790.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	19.553.642
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	66.057.864
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS	164.178.494

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0256 AFRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	164.178.494
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	95.611.506

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	259.790.000

TOTAL	259.790.000
--------------	--------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		259.790.000
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS		259.790.000
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		259.790.000
TOTAL DA RECEITA	259.790.000	RECEITAS CORRENTES	259.790.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0256 AFRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS									164.178.494
		ATIVIDADES							
24 721	0256 4094	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E DISTRIBUICAO							76.736.757
24 721	0256 4094 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E DISTRIBUICAO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	76.736.757
24 721	0256 4095	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - CORREIOS							9.729.237
24 721	0256 4095 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - CORREIOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	9.729.237
		PROJETOS							
24 721	0256 3222	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E DISTRIBUICAO							49.500.000
24 721	0256 3222 0001	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E DISTRIBUICAO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	49.500.000
24 721	0256 3228	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - CORREIOS							28.212.500
24 721	0256 3228 0001	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - CORREIOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	28.212.500
		REDE DE ATENDIMENTO ADEQUADA (UNIDADE) 5316							
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									95.611.506
		ATIVIDADES							
24 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							28.553.642
24 122	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	28.553.642
24 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.000.000
24 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
24 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							66.057.864
24 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS							66.057.864

DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL		1	4 - ENV	2	90	0	495	66.057.864
---	--	---	---------	---	----	---	-----	------------

257,790,000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000
---	--

TOTAL DO ORGAO : R\$ 291.255.744

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
26 TRANSPORTE	291.355.744

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.882.837
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.777.923
781 TRANSPORTE AÉREO	283.694.024

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0623 SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	26.901.552
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	156.692.432
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	7.660.760

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
5212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	291.255.744

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
455 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		291.255.744

TOTAL

291,255,744

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	191.255.744
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.239.164
6.2.1.0.00.00	TESOURO	113.239.164
6.2.1.1.00.00	DIRETO	48.581.438
6.2.1.1.00.00	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	64.737.676
6.9.0.0.00.00	OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	178.016.580
6.9.9.0.00.00	OUTRAS FONTES	178.016.580
TOTAL DA RECEITA	291.255.744 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL
		291.255.744

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 291.255,744

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
26 TRANSPORTE		291.255.744

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
112 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.882.837
116 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.777.913
781 TRANSPORTE AÉREO	181.590.924

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0623 SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	24.902.552
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	256.692.431
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	7.669.750

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	191.255.744

TOTAL

191.255.744

QUADRO SÍNTESE POR RECITA			
60.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		291.255.744
62.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		113.239.164
62.1.0.00.00	TESOURO		113.239.164
62.1.1.00.00	DIRETO		48.501.488
62.1.1.00.00	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		64.737.676
65.0.0.00.00	OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		178.016.580
65.9.0.00.00	OUTRAS FONTES		
TOTAL DA RECEITA	291.255.744	RECEITAS CORRENTES	0
		RECEITAS DE CAPITAL	291.255.744

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO II	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	CND	R/P	MOD	U	FTE	VALOR
0623 SEGURANCA DE VOO E CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO									26.902.552
		ATIVIDADES							
26 781	0623 2041	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO							26.902.552
26 781	0623 2041 0010	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO - NA REGIAO NORTE							2.601.634
26 781	0623 2041 0020	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO - NA REGIAO NORDESTE	T	4 - INV	2	90	0	495	2.601.634 5.256.403

26 781	0623 2041 0030	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	5.256.403 3.138.740
26 781	0623 2041 0040	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO - NA REGIAO SUL	1	4 - INV	2	90	0	495	3.138.740 3.552.646
26 781	0623 2041 0050	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AO VOO - NA REGIAO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	3.552.646 12.353.129
			1	4 - INV	2	90	0	495	12.353.129
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA									256.692.432
		ATIVIDADES							
26 781	0631 4099	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA							36.257.696
26 781	0631 4099 0010	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - NA REGIAO NORTE	1	4 - INV	2	90	0	495	21.449.756
26 781	0631 4099 0020	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	21.449.756 13.713.636
26 781	0631 4099 0030	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	13.713.636 1.094.304
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.094.304
		PROJETOS							
26 781	0631 1F52	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS E DE SISTEMA VIARIO NO AEROPORTO DE GOIANIA							2.198.589
26 781	0631 1F52 0052	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS E DE SISTEMA VIARIO NO AEROPORTO DE GOIANIA - NO ESTADO DE GOIAS	1	4 - INV	2	90	0	495	2.198.589
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	2.198.589
26 781	0631 1F53	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPA							3.477.551
26 781	0631 1F53 0016	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPA - NO ESTADO DO AMAPA	1	4 - INV	2	90	0	495	3.477.551
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	3.477.551
26 781	0631 1F54	REFORMA E AMPLIACAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO SANTOS DUMONT (RJ)							3.335.428
26 781	0631 1F54 0033	REFORMA E AMPLIACAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO SANTOS DUMONT (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	3.335.428
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	3.335.428
26 781	0631 1F55	EXECUCAO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTACAO, DRENAGEM, SINATIZACAO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXILIO E PROTECAO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUARIO EM SAO GONCALO DO AMARANTE (RN)							16.256.460
26 781	0631 1F55 0024	EXECUCAO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTACAO, DRENAGEM, SINATIZACAO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXILIO E PROTECAO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUARIO EM SAO GONCALO DO AMARANTE (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1	4 - INV	2	90	0	495	16.256.460
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11	1	4 - INV	2	90	0	495	16.256.460
26 781	0631 1F56	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS E ACESSO VIARIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANOPOLIS							4.495.879
26 781	0631 1F56 0042	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS E ACESSO VIARIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANOPOLIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	1	4 - INV	2	90	0	495	4.495.879
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	4.495.879
26 781	0631 1F62	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA							60.452.260
26 781	0631 1F62 0001	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA							60.452.260

		AEROPORTUARIA - NACIONAL INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA ADEQUADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	60.452.260
26 781	0631 1J92	CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR							2.000.000
26 781	0631 1J92 0029	CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 13	1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
26 781	0631 1J93	AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA							1.464.090
26 781	0631 1J93 0041	AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANÁ OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495	1.464.090
26 781	0631 1J95	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA							25.466.626
26 781	0631 1J95 0032	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 7	1	4 - INV	2	90	0	495	25.466.626
26 781	0631 1J98	COMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUIABÁ							1.519.171
26 781	0631 1J98 0051	COMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUIABÁ - NO ESTADO DO MATO GROSSO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495	1.519.171
26 781	0631 1J99	ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP)							22.120.777
26 781	0631 1J99 0035	ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	22.120.777
26 781	0631 1M31	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E DE ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP)							8.081.708
26 781	0631 1M31 0034	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E DE ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	8.081.708
26 781	0631 1M32	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO DO GALEÃO (RJ)							1.804.937
26 781	0631 1M32 0033	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO DO GALEÃO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	1.804.937
26 781	0631 1M33	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE							19.734.232
26 781	0631 1M33 0043	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 17	1	4 - INV	2	90	0	495	19.734.232
26 781	0631 1O00	RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS SISTEMAS DE PISTAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS (SP)							1.342.929
26 781	0631 1O00 0035	RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS SISTEMAS DE PISTAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	1.342.929
26 781	0631 1P49	AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE							1.030.000
26 781	0631 1P49 0043	AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.030.000
26 781	0631 1P52	AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO PATIO DE AERONAVES E PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PARNÁIBA (PI)							208.473
26 781	0631 1P52 0022	AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO PATIO DE AERONAVES E PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PARNÁIBA (PI) - NO ESTADO DO PIAUÍ OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	208.473

[illegible]

EM nº 00289/2010/MP

Brasília, 7 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010 (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor total de R\$ 127.576.215,00 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e seis mil e duzentos e quinze reais), em favor de empresas estatais, e, ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 1.007.069.875,00 (um bilhão, sete milhões, sessenta e nove mil e oitocentos e setenta e cinco reais), para atendimento de pleitos dos respectivos Ministérios supervisores, bem como da Secretaria de Portos da Presidência da República.

2. O crédito em referência tem por finalidade adequar os cronogramas físico-financeiros dos investimentos das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

3. A seguir, a destinação, por empresa, do referido crédito, bem como a discriminação das respectivas fontes de financiamento:

a) Companhia Docas do Ceará – CDC – R\$ 3.220.000,00, sendo:

R\$ 670.000,00, para “Implantação de Novo Sistema de Combate a Incêndio no Porto de Fortaleza (CE)”, no Estado do Ceará; e

☐ R\$ 2.550.000,00, para “Instalação de Tomadas para Contêineres Frigoríficos no Porto de Fortaleza”, no Estado do Ceará.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

b) Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA – R\$ 10.134.854,00, sendo:

☐ R\$ 1.250.000,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Espírito Santo;

☐ R\$ 2.638.800,00, para “Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente”, no Estado do Espírito Santo;

☐ R\$ 1.000.000,00, destinados à “Recuperação da Plataforma Operacional dos Berços 201 e 202 do Cais de Capuaba no Porto de Vitória (ES)”, no Estado do Espírito Santo;

☐ R\$ 2.796.990,00, para “Adequação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba no Porto de Vitória (ES)”, no Estado do Espírito Santo; e

☐ R\$ 2.449.064,00, para “Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória (ES)”, no Estado do Espírito Santo.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

c) Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA – R\$ 82.133,00, para “Construção, Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária no Estado da Bahia”.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

d) Companhia Docas do Pará – CDP – R\$ 4.886.457,00, sendo:

☐ R\$ 1.024.457,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Estado do Pará;

☐ R\$ 550.000,00, para “Instalação de Bens Imóveis”, no Estado do Pará;

☐ R\$ 130.000,00, destinados à “Estruturação da Área de Apoio à Rampa Roll-On Roll-Off no Porto de Santarém (PA)”, no Estado do Pará;

☐ R\$ 2.682.000,00, para “Construção de Dolphins de Atracação no Pier nº 1 do Terminal de Miramar (PA)”, no Estado do Pará; e

☐ R\$ 500.000,00, para “Instalação de Defensas Portuárias no Porto de Vila do Conde”, no Estado do Pará.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra ação da empresa.

e) Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ – R\$ 2.774.969,00, sendo:

☐ R\$ 742.046,00, para “Implantação de Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro; e

☐ R\$ 2.032.923,00, para “Implantação de Centro Avançado de Controle de Tráfego no Porto de Itaguaí (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

f) Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN – R\$ 200.000,00, sendo:

☐ R\$ 100.000,00, para “Ampliação e Recuperação dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte”; e

☐ R\$ 100.000,00, para “Obras de Recuperação e de Adequação de Infra-Estrutura no Porto de Natal (RN)”, no Estado do Rio Grande do Norte.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra ação da empresa.

g) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CEASAMINAS – R\$ 2.671.166,00, sendo:

☐ R\$ 427.673,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Estado de Minas Gerais;

☐ R\$ 1.432.190,00, para “Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional”, no Estado de Minas Gerais; e

☐ R\$ 811.303,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Minas Gerais.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

h) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG – R\$ 490.980,00, sendo:

☐ R\$ 474.430,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Estado de Minas Gerais; e

☐ R\$ 16.550,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Minas Gerais.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra ação da empresa.

i) CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – R\$ 3.334.493,00, sendo:

☐ R\$ 2.134.493,00, para “Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional”, no Estado de São Paulo; e

☐ R\$ 1.200.000,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de São Paulo.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

j) Banco da Amazônia S.A. – BASA – R\$ 34.163.573,00, sendo:

☐ R\$ 1.662.843,00, para “Instalação de Pontos de Atendimento Bancário”, no Estado do Pará; e

☐ R\$ 32.500.730,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

k) Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB – R\$ 1.146.733,00, sendo:

☐ R\$ 276.094,00, para “Instalação de Pontos de Atendimento Bancário”, nos Estados do Maranhão, do Piauí e de Minas Gerais; e

□ R\$ 870.639,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

l) **Caixa Econômica Federal – CAIXA** – R\$ 1.590.062,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

m) **COBRA Tecnologia S.A.** – R\$ 21.942.333,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra ação da empresa.

n) **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES** – R\$ 986.503,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outras ações da empresa.

o) **FURNAS - Centrais Elétricas S.A.** – R\$ 15.000.000,00, sendo:

□ R\$ 13.301.410,00, para “Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste”, de âmbito Nacional; e

□ R\$ 1.698.590,00, para “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento parcial de dotação aprovada para outra ação da empresa.

p) **Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS** – R\$ 3.493.454,00, para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Distrito Federal.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

q) **Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO** – R\$ 21.458.505,00, sendo:

□ R\$ 14.910.136,00, para “Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária”, nas Regiões Sul e Centro-Oeste;

□ R\$ 4.684.695,00, para “Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) - 2ª Etapa”, no Estado de São Paulo;

□ R\$ 855.351,00, para “Revitalização, Modernização e Manutenção do Terminal de Passageiros I e Demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão - Rio de Janeiro (RJ)”, no Estado do Rio de Janeiro; e

□ R\$ 1.008.323,00, destinados à “Ampliação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campinas – SP”, no Estado de São Paulo.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

4. A abertura do crédito ora solicitado possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o desempenho operacional na área de atuação de cada uma das empresas beneficiárias e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico das empresas para 2010.

5. Com a abertura deste crédito ocorrerá no Orçamento de Investimento para 2010 redução líquida no valor de R\$ 879.493.660,00, sendo R\$ 340.090.601,00 no consolidado das instituições financeiras e R\$ 539.403.059,00 no grupamento das empresas do setor produtivo, uma vez que está sendo proposto neste Projeto de Lei cancelamento de dotações no valor total de R\$ 1.007.069.875,00 em outros projetos/atividades de diversas empresas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela -		R\$ 1,00	
Resumo do crédito			
Discriminação	Suplementação	Cancelamento	Líquido
	(a)	(b)	(c=a-b)
Instituições Financeiras	37.886.871	377.977.472)	(340.090.601
Empresas do Setor Produtivo	89.689.344	629.092.403)	(539.403.059

De acordo com o
prosseguimento da
proposta.

6. Segundo as empresas, os cancelamentos ora propostos estão em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerão o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2010.

7. Cabe ressaltar que a abertura do referido crédito não comprometerá a meta global de superávit primário para 2010, de responsabilidade das empresas do setor produtivo estatal federal, no montante R\$ 7,1 bilhões, fixada por intermédio do Anexo III ao Decreto nº 7.321, de 30 de setembro de 2010, uma vez que os cancelamentos propostos pelas empresas do setor produtivo superam os incrementos de despesas em R\$ 539 milhões, conforme demonstrado na tabela acima.

8. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente,

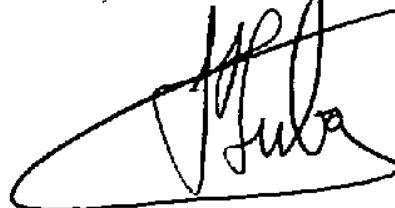
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 606

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2010 crédito suplementar no valor total de R\$ 127.576.215,00, em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 1.007.069.875,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.321, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010.

Altera o art. 8º e os Anexos VII, VIII, IX e X do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

ANEXO III

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010

(Anexo IX do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010)

	R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	1.600.070
I – Receitas	44.853.274
II – Despesas	43.654.607
Investimentos	8.062.793
Demais Despesas	35.591.814
III - Ajuste Competência/Caixa	1.580.482
IV - Juros	1.179.079
B - ITAIPU (I-II+III-IV)	6.418.801
I – Receitas	7.820.919
II – Despesas	4.564.626
Investimentos	36.900
Demais Despesas	4.527.726
III - Ajuste Competência/Caixa	754.252
IV – Juros	(2.408.256)
C - Demais empresas (I-II+III-IV)	(950.875)
I – Receitas	28.249.412
II – Despesas	30.128.630
Investimentos	3.323.702
Demais Despesas (*)	26.804.928
III - Ajuste Competência/Caixa	1.295.417
IV – Juros	367.074
RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (A+B+C)	7.067.996

(*) Inclui ajuste metodológico.

PROJETO DE LEI
Nº 71, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 148, DE 2010-CN
(nº 607/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 26.960.531,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 26.960.531,00 (vinte e seis milhões, novecentos e sessenta mil, quinhentos e trinta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 7.400.000,00 (sete milhões e quatrocentos mil reais);

II – excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 7.213.856,00 (sete milhões, duzentos e treze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais); e

III – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 12.346.675,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.
UNIDADE : 53203 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F S F	G R D	P O D	M O D	J O D	T E	VALOR
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTAVEL									5.000.000
		ATIVIDADES							
19 573	1430 8340	DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVACAO							5.000.000
19 573	1430 8340 0020	DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVACAO - NA REGIAO NORDESTE							5.000.000
			F	3	2	30	0	250	2.000.000
			F	4	2	30	0	250	3.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

10,560,531

ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44207 - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P D	G N P	M O D	I U	F T E	VALOR
0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE								4.000.000
PROJETOS								
18.541	0511.117E	REFORMAS DE PEQUENO VULTO DE UNIDADES DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE						4.000.000
18.541	0511.117E.0001	REFORMAS DE PEQUENO VULTO DE UNIDADES DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - NACIONAL						4.000.000
			F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								4.000.000

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P D	G N P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA								5.200.715	
PROJETOS									
20 607	0379 10BC	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO						4.570.715	
20 607	0379 10BC 0084	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E DE MATERIAL PERMANENTE - NO ESTADO DO CEARA						4.570.715	
			F	3	2	90	0	100	4.570.715
ATIVIDADES									
20 607	0379 6566	ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA						630.000	
20 607	0379 6566 0001	ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA - NACIONAL						630.000	
			F	3	2	90	0	100	480.000
			F	4	2	90	0	100	150.000

0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA				2.505.000					
		PROJETOS							
18 542	0515 1039	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E TELECOMANDO DE BARRAGENS DO DNOCS							310.000
18 542	0515 1039 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E TELECOMANDO DE BARRAGENS DO DNOCS - NA REGIAO NORDESTE	F	4	2	90	0	100	310.000
18 544	0515 11AA	CONSTRUCAO DA BARRAGEM FRONTEIRAS NO ESTADO DO CEARA							800.000
18 544	0515 11AA 0023	CONSTRUCAO DA BARRAGEM FRONTEIRAS NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA	F	4	2	90	0	100	800.000
			F	4	2	90	0	282	141.954
			F	4	2	90	0	282	658.046
18 544	0515 11RB	CONSTRUCAO DO ACUDE ITAPEBUSSU NO ESTADO DO CEARA							900.000
18 544	0515 11RB 0023	CONSTRUCAO DO ACUDE ITAPEBUSSU NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA	F	4	2	90	0	100	900.000
		ATIVIDADES							
18 544	0515 2B90	REVITALIZACAO DE INFRA-ESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA							170.000
18 544	0515 2B90 0020	REVITALIZACAO DE INFRA-ESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - NA REGIAO NORDESTE	F	4	2	90	0	100	170.000
18 543	0515 2D85	RECOMPOSICAO E MANUTENCAO DAS AREAS DE PRESERVACAO AMBIENTAL DOS ACUDES PUBLICOS DO DNOCS							20.000
18 543	0515 2D85 0030	RECOMPOSICAO E MANUTENCAO DAS AREAS DE PRESERVACAO AMBIENTAL DOS ACUDES PUBLICOS DO DNOCS - NA REGIAO SUDESTE	F	3	2	90	0	100	20.000
18 542	0515 2D93	MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL NOS RESERVATORIOS DO DNOCS							75.000
18 542	0515 2D93 0020	MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL NOS RESERVATORIOS DO DNOCS - NA REGIAO NORDESTE	F	3	2	90	0	100	75.000
18 544	0515 8062	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA							80.000
18 544	0515 8062 0020	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - NA REGIAO NORDESTE	F	3	2	90	0	100	80.000
18 544	0515 8621	ESTUDOS PARA OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA							150.000
18 544	0515 8621 0020	ESTUDOS PARA OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - NA REGIAO NORDESTE	F	4	2	90	0	100	150.000
0757 GESTAO DA POLITICA DE INTEGRACAO NACIONAL				510.960					
		PROJETOS							
04 122	0757 1M49	MODERNIZACAO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO							200.000
04 122	0757 1M49 0023	MODERNIZACAO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - NO ESTADO DO CEARA	F	3	2	90	0	100	200.000
		ATIVIDADES							
04 122	0757 2172	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							30.500
04 122	0757 2172 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	30.500
			F	4	2	90	0	100	20.500
			F	4	2	90	0	100	10.000

04 128	0757 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							10.000
04 128	0757 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							10.000
04 121	0757 8892	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	F	3	2	90	0	100	270.460
04 121	0757 8892 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	270.460
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA									130.000
		PROJETOS							
20 602	1343 5181	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DE PESCADO							40.000
20 602	1343 5282 0020	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DE PESCADO - NA REGIAO NORDESTE	F	4	2	90	0	100	40.000
20 602	1343 5406	IMPLANTACAO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS PARA A PRODUCAO DE PESCADO EM CAMARAO							30.000
20 602	1343 5406 0020	IMPLANTACAO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS PARA A PRODUCAO DE PESCADO EM CAMARAO - NA REGIAO NORDESTE	F	3	2	90	0	100	20.000
			F	4	2	90	0	100	10.000
		ATIVIDADES							
20 128	1343 8687	CAPACITACAO PARA A PRODUCAO ALTERNATIVA DE ALIMENTOS PARA O SEMI-ARIDO							60.000
20 128	1343 8687 0020	CAPACITACAO PARA A PRODUCAO ALTERNATIVA DE ALIMENTOS PARA O SEMI-ARIDO - NA REGIAO NORDESTE	F	3	2	90	0	100	15.550
			F	4	2	90	0	100	44.450
TOTAL - FISCAL									8.346.675
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.346.675

EM nº 00290/2010/MP

Brasília, 7 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 26.960.531,00 (vinte e seis milhões, novecentos e sessenta mil, quinhentos e trinta e um reais), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente dos órgãos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Meio Ambiente	11.400.000	4.000.000
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama	7.400.000	0
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	4.000.000	4.000.000
Ministério da Integração Nacional	15.560.531	8.346.675
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene	5.000.000	0
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	10.560.531	8.346.675

Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros		7.400.000
Excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros		7.213.856
Total	26.960.531	26.960.531

3. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o crédito possibilitará ao Ibama a finalização de reformas e a aquisição de mobiliários, aparelhos de ar condicionado e *hardware*, com vistas a equipar e modernizar sua sede e unidades administrativas descentralizadas, além do custeio de despesas inerentes à sua manutenção; e ao ICMBio a execução de despesas administrativas voltadas à restauração, reforma e manutenção de suas instalações físicas em unidades de conservação e em centros especializados.

4. No que tange ao Ministério da Integração Nacional, o atendimento do pleito possibilitará à Sudene o desenvolvimento da rede regional de inovação, mediante apoio a projetos de ciência e tecnologia, e ao DNOCS, o pagamento de despesas administrativas relativas ao funcionamento de perímetros de irrigação, a manutenção e a execução de obras de infraestrutura hídrica, o custeio da administração central e das coordenadorias estaduais do órgão, a reforma e/ou aquisição de mobiliários no que concerne aos edifícios-sede nos Estados da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e a preservação do patrimônio das estações e centros de pesquisa em aqüicultura.

5. O pleito será atendido com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Ressalte-se que a medida decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízos na sua execução, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

7. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 – LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 12.346.675,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

b) R\$ 7.213.856,00 (sete milhões, duzentos e treze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais) a suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias; c

c) R\$ 7.400.000,00 (sete milhões e quatrocentos mil reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de receita financeira, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, condição essa que também se aplica aos itens “a” e “b” acima, tendo em vista que o § 2º do art. 1º desse Decreto condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos referidos limites.

8. São demonstrados em quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, §§ 9º e 10, da LDO-2010, o excesso de arrecadação das receitas e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009 utilizados parcialmente neste crédito.

9. Nessas condições, submete-se à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

Unidade: 53203 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

NATUREZA	2010		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIV A (B)	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
16000000 Receita de Serviços	13.883.037	54.513.671	40.630.634
73100000 Receitas Imobiliárias – Op. Intra	1.531.262	492.451	-1.038.811
Total	15.414.299	55.006.122	39.591.823
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			37.310.580
Abertos			0
Em tramitação			32.310.580
Valor deste crédito			5.000.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
Saldo (G) = (C-D-E-F)			2.281.243

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

44201 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis - IBAMA

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

R\$ 1,00

(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	40.248.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	12.400.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	7.400.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	5.000.000
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	27.848.000

(A) Portaria STN nº 187, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2010.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

Unidade: 53204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

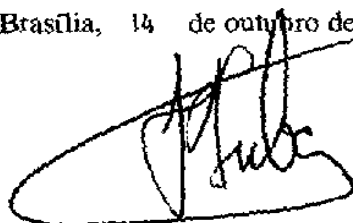
NATUREZA	2010		R\$ 1,00
	LEI (A)	REESTIMATIV A	EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
		(B)	
13100000 Receitas Imobiliárias	767.856	493.744	-274.112
13200000 Receitas de Valores Mobiliários	6.072	3.589	-2.483
14200000 Receita da Produção Animal e Derivados	137.047	174.132	37.085
15200000 Receita da Indústria de Transformação	539	717	178
16000000 Receita de Serviços	50.188	22.953	-27.235
19100000 Multas e Juros de Mora	330.234	305.607	-24.627
19200000 Indenizações e Restituições	531.645	243.683	-287.962
19900000 Receitas Diversas	12	0	-12
22100000 Alienação de Bens Móveis	1.088.641	650.000	-438.641
22200000 Alienação de Bens Imóveis	1.059.251	4.693.416	3.634.165
Total	3.971.485	6.587.841	2.616.356
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			2.546.348
Abertos			0
Em tramitação			332.492
Valor deste crédito			2.213.856
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			70.008
Saldo (G) = (C-D-E-F)			0

Mensagem nº 607

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 26.960.531,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

~~Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.~~

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea “a”, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2010;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetua-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R\$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei	Até Mar	Até Dez	Lei	Até Mar	Até Dez	Lei	Até Mar	Até Dez
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g=a+d)	(h=b+e)	(i=c+f)
2000	3.513.67	1.430.4	3.513.67				3.563.30	1.480.09	3.563.30
0 Presidência da República	5	60	5	49.630	49.630	49.630	5	0	5
2010									
2 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
2011									
4 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e	2.606.86		2.606.86				2.765.61		2.765.61
0 Abastecimento	0	265.559	0	158.753	158.753	158.753	2	424.312	2
2400	6.051.93		6.051.93				6.116.80		6.116.80
0 Ministério da Ciência e Tecnologia	4	886.282	4	64.871	64.871	64.871	5	951.153	5
2500	3.420.45		3.420.45				3.600.81		3.600.81
0 Ministério da Fazenda	6	569.826	6	180.363	180.363	180.363	9	750.189	9
2600	17.036.3	2.569.3	17.036.3	5.094.0	5.094.0	5.094.0	22.130.4	7.763.48	22.130.4
0 Ministério da Educação	59	94	59	86	86	86	45	0	45
2800 Ministério do Desenvolvimento,									
0 Indústria e Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
3000	3.669.03		3.669.03				3.798.24		3.798.24
0 Ministério da Justiça	3	562.119	3	129.214	129.214	129.214	7	691.333	7
3200	1.059.82		1.059.82				1.091.04		1.091.04
0 Ministério de Minas e Energia	0	524.347	0	31.222	31.222	31.222	2	555.569	2
3300	1.723.72		1.723.72				1.960.80		1.960.80
0 Ministério da Previdência Social	5	283.329	5	237.083	237.083	237.083	8	520.412	8
3500	1.147.78		1.147.78				1.206.53		1.206.53
0 Ministério das Relações Exteriores	5	191.297	5	58.746	58.746	58.746	0	250.043	0
3600	12.195.2	2.428.7	12.195.2	41.825	41.825	41.825	54.021.1	44.254.5	54.021.1
0 Ministério da Saúde	87	18	87	873	873	873	60	91	60
3800	1.349.18		1.349.18				1.393.78		1.393.78
0 Ministério do Trabalho e Emprego	0	214.007	0	44.605	44.605	44.605	5	258.612	5
3900	14.387.6	12.582	14.387.6				14.586.9	12.781.3	14.586.9
0 Ministério dos Transportes	22	036	22	199.308	199.308	199.308	30	44	30
4100									
0 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
4200	1.805.64		1.805.64				1.824.28		1.824.28
0 Ministério da Cultura	0	256.032	0	18.640	18.640	18.640	0	274.673	0

4400										
0	Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
4700	Ministério do Planejamento,	3.396.01		3.396.01				3.716.24		3.716.24
0	Orçamento e Gestão	4	407.669	4	320.235	320.235	320.235	9	727.904	9
4900	Ministério do Desenvolvimento	3.183.27		3.183.27				3.320.58		3.320.58
0	Agrário	9	498.542	9	137.307	137.307	137.307	5	635.849	5
5100		1.494.36		1.494.36				1.496.67		1.496.67
0	Ministério do Esporte	7	70.208	7	2.304	2.304	2.304	1	72.512	1
5200		12.718.7	2.262.0	12.718.7	1.696.7	1.696.7	1.696.7	14.415.4	3.958.78	14.415.4
0	Ministério da Defesa	65	68	65	14	14	14	79	3	79
5300		5.161.28	3.122.3	5.161.28				5.190.25	3.151.27	5.190.25
0	Ministério da Integração Nacional	6	07	6	28.966	28.966	28.966	2	3	2
5400		4.181.62		4.181.62				4.183.38		4.183.38
0	Ministério do Turismo	0	209.596	0	1.768	1.768	1.768	9	211.364	9
5500	Ministério do Desenvolvimento Social	3.388.47		3.388.47	13.112	13.112	13.112	16.500.8	13.649.2	16.500.8
0	e Combate à Fome	0	536.805	0	422	422	422	92	27	92
5600		14.755.0	11.453	14.755.0				14.797.2	11.495.8	14.797.2
0	Ministério das Cidades	78	675	78	42.160	42.160	42.160	37	35	37
5800										
0	Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
7100		1.277.80		1.277.80				1.277.80		1.277.80
0	Encargos Financeiros da União	4	718.460	4				4	718.460	4
7300	Transferências a Estados, Distrito									
0	Federal e Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
7490	Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao									
2	Estudante do Ensino Superior/ FIEES- MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
7490	Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
3	Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
7491	Recursos sob Supervisão do Fundo									
2	Nacional de Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL		123.082	42.630	123.082	63.596	63.596	63.596	186.678	106.226	186.678
		673	205	673	143	143	143	815	348	815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do

Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 72, DE 2010-CN

**MENSAGEM Nº 149, DE 2010-CN
(nº 608/2010, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.357.229,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.357.229,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F E	VALOR
0271 QUALIDADE DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE PETROLEO, SEUS DERIVADOS, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS									16.000.000
		ATIVIDADES							
25 122	0271 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							16.000.000
25 122	0271 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							16.000.000
			F	3	2	90	0	129	16.000.000
TOTAL - FISCAL									16.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.000.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	M	I	F	VALOR
			N	P	O	U	T		
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									208.000
		ATIVIDADES							
26 128	0225 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM							208.000
26 128	0225 4572 0001	PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							208.000
		CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM							
		PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO -							
		NACIONAL	F	3	2	90	0	100	208.000
TOTAL - FISCAL									208.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									208.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F I T E	VALOR
1003 INCLUSAO DIGITAL									43.000.000
		PROJETOS							
24 722	1006 11T7	IMPLANTACAO DE TELECENTROS PARA ACESSO A SERVICOS PUBLICOS							43.000.000
24 722	1006 11T7 0001	IMPLANTACAO DE TELECENTROS PARA ACESSO A SERVICOS PUBLICOS - NACIONAL							43.000.000
			F 4	2	90	0	100		30.500.000
			F 4	2	90	0	178		12.500.000
TOTAL - FISCAL									43.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									43.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS											6.598.774
		ATIVIDADES									
25 752	0273 20A9	APOIO A INICIATIVAS DE USO PRODUTIVO DE ENERGIA ELETRICA									6.598.774
25 752	0273 20A9 0001	APOIO A INICIATIVAS DE USO PRODUTIVO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL									6.598.774
			F	3	2	90	0	342			6.598.774
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS											15.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS									
25 752	0909 0E65	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA ELETRONORTE - SUBTRANSMISSAO E DISTRIBUICAO NO MUNICIPIO DE AMAJARI - RR									15.000.000
25 752	0909 0E65 0014	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA ELETRONORTE - SUBTRANSMISSAO E DISTRIBUICAO NO MUNICIPIO DE AMAJARI - RR - NO ESTADO DE RORAIMA									15.000.000
			F	5	2	90	0	129			15.000.000
TOTAL - FISCAL											21.598.774
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											21.598.774

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32265 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - ANP

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO):

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SURTITULO/PRODUTO	ESF	GRND	MOD	U	FE	VALOR
		0271 QUALIDADE DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE PETROLEO, SEUS DERIVADOS, GAS NATURAL E BIODIESEL						1.000.000
		ATIVIDADES						
25 122	0271 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC						1.000.000
25 122	0271 8785 0001	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL						1.000.000
			F	3	3	90	0 125	1.000.000
		TOTAL - FISCAL						1.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						1.000.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FTE	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES								208.000
		ATIVIDADES						
26 121	0225 6264	ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES						208.000
26 121	0225 6264 0001	ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES - NACIONAL						208.000
			F	3	2	90	0 100	208.000
TOTAL - FISCAL								208.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								208.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 33252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	RP	MOD	UO	FE	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS									2.950.000
		ATIVIDADES							
26 782	0663 2036	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MALHA RODOVIARIA FEDERAL							2.950.000
26 782	0663 2036 0001	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MALHA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL							2.950.000
			F	3	2	90	0	100	2.950.000
TOTAL - FISCAL									2.950.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.950.000

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
UNIDADE : 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTARI

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1005 INCLUSAO DIGITAL.								7.000.000
		ATIVIDADES						
24 721	1005 2184	OPERACAO DO SISTEMA DE ACESSO BANDA LARGA						7.000.000
24 722	1005 2184 0001	OPERACAO DO SISTEMA DE ACESSO BANDA LARGA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	7.000.000
8006 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACOES								23.500.000
		PROJETOS						
24 121	8006 1B50	FORMULACAO E REFORMULACAO DE POLITICAS DE COMUNICACAO ELETRONICA E RADIODIFUSAO DIGITAL						4.700.000
24 121	8006 1B50 0001	FORMULACAO E REFORMULACAO DE POLITICAS DE COMUNICACAO ELETRONICA E RADIODIFUSAO DIGITAL - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	4.700.000
24 722	8006 1B53	FORMULACAO E REFORMULACAO DE POLITICAS PARA O SETOR DE TELECOMUNICACOES						1.500.000
24 722	8006 1B53 0001	FORMULACAO E REFORMULACAO DE POLITICAS PARA O SETOR DE TELECOMUNICACOES - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	1.500.000
24 126	8006 12EB	MODERNIZACAO DA ESTRUTURA DE INFORMATICA DO MINISTERIO DAS COMUNICACOES						15.000.000
24 126	8006 12EB 0053	MODERNIZACAO DA ESTRUTURA DE INFORMATICA DO MINISTERIO DAS COMUNICACOES - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	2	90	0 100	15.000.000
		ATIVIDADES						
24 131	8006 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						2.000.000
24 131	8006 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	2.000.000
24 128	8006 6667	CAPACITACAO DE TECNICOS EM RADIODIFUSAO						300.000
24 128	8006 6667 0001	CAPACITACAO DE TECNICOS EM RADIODIFUSAO - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	300.000
TOTAL - FISCAL								30.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								30.500.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P Z	M O D	I L	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									12.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							12.500.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	178	12.500.000
TOTAL - FISCAL									12.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.500.000

EM nº 00291/2010/MP

Brasília, 7 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 69.357.229,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e nove reais), em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações.

2. A solicitação tem por finalidade adequar o orçamento vigente dos órgãos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

		R\$ 1,00	
Discriminação	o	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério de Minas e Energia		23.199.229	23.199.229
Ministério de Minas e Energia (Administração direta)			21.598.774
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM		6.598.774	
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP		16.000.000	1.000.000
Empresa de Pesquisa Energética – EPE		600.455	600.455
Ministério dos Transportes		3.158.000	3.158.000

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	208.000	208.000
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit	2.950.000	2.950.000
Ministério das Comunicações	43.000.000	30.500.000
Ministério das Comunicações (Administração direta)	43.000.000	30.500.000
Reserva de Contingência		12.500.000
Total	69.357.229	69.357.229

3. No âmbito do Ministério de Minas e Energia, a suplementação propiciará a execução das atividades de apoio e gerenciamento relativas a levantamentos geológicos, sob responsabilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM; o pagamento de despesas administrativas e a segurança de seus serviços de tecnologia, mediante a adequação do *datacenter*, no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; e a reforma das instalações da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com o objetivo de atender às necessidades advindas da contratação de novos funcionários.

4. No que se refere ao Ministério dos Transportes, os recursos viabilizarão a capacitação de servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com vistas à melhoria do desempenho das competências individuais e institucionais da Agência, e o funcionamento das administrações hidroviárias da Amazônia, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, com o intuito de iniciar a operação de terminais fluviais e da Eclusa de Tucuruí, recentemente construídos.

5. No que concerne ao Ministério das Comunicações, o atendimento ao pleito possibilitará a expansão do Programa Inclusão Digital, de forma a permitir que um número crescente de pessoas tenha acesso a modernas tecnologias de informação, mediante a aquisição de 2.473 telecentros para instalação em bibliotecas públicas municipais visando o acesso à *internet* gratuita.

6. Cabe destacar que a presente solicitação viabilizar-se-á com recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

7. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 56.857.229,00 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e nove reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada; e

b) R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) a suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira, que serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, uma vez que o § 2º do art. 1º desse Decreto condiciona a execução das despesas objeto de créditos abertos e reabertos aos referidos limites, condição essa que também se aplica ao item “a” acima.

8. Vale salientar que a medida decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

9. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

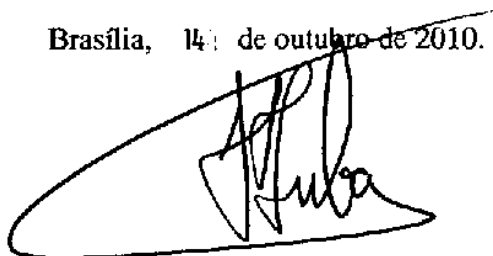
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 608

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 69.357.229,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	R\$ Mil								
	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.539	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à									
55000 Fome	3.388.470	536.803	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do									
Ensino Superior/ FIES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

ORGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	R	O	R	M	I	F	V A L O R
		1049 ACESSO A ALIMENTACAO							300.000
		ATIVIDADES							
08 244	1049 0930	APOIO A IMPLANTACAO DE BANCOS DE ALIMENTOS E MERCADOS PUBLICOS							300.000
08 244	1049 0930 0070	APOIO A IMPLANTACAO DE BANCOS DE ALIMENTOS E MERCADOS PUBLICOS - REFORMA E AMPLIACAO DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL - BENEDITINOS - PI							300.000
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 1	5	4	2	40	0	100	300.000
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							300.000
		TOTAL - GERAL							300.000

EM nº 00292/2010/MP

Brasília, 7 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor Projeto de Lei que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.
2. A medida visa a inclusão de categoria de programação específica na Lei Orçamentária vigente, com vistas a permitir a reforma e a ampliação do Mercado Público Municipal de Beneditinos, no Estado do Piauí, beneficiando pequenos produtores da região.
3. O pleito viabilizar-se-á com recursos oriundos de anulação de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
4. Esclareço, a propósito do que estabelece o § 12 do art. 56 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, as quais serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, conforme disposto no § 2º do art. 1º desse Decreto.
5. Cabe ressaltar que o cancelamento decorre de solicitação formalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, como forma de viabilizar o remanejamento da dotação para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em consonância com o pleito do parlamentar interessado.
6. Informo, finalmente, que este crédito não implica alteração do Plano Plurianual 2008-2011, PPA 2008-2011, Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, uma vez que se trata de inclusão de subtítulo de ação constante do mencionado Plano.
7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

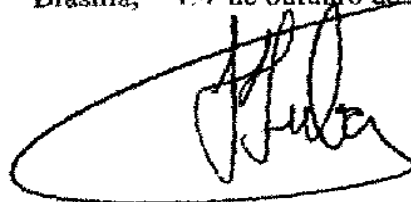
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 609

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$ 300.000,00, para o fim que especifica".

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

.....

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	R\$ Mil								
	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à									
55000 Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do									
Ensino Superior/ FIES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 74, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 151, DE 2010-CN
(nº 610/2010, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 475.312.697,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 475.312.697,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e noventa e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, no valor de R\$ 474.952.697,00 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e sete reais), dos quais:

a) R\$ 471.500.000,00 (quatrocentos e setenta e um milhões e quinhentos mil reais) de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural; e

b) R\$ 3.452.697,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e sete reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia; e

II - anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1120 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA									360.000
		ATIVIDADES							
10 302	1120 4535	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE							360.000
10 302	1120 8535 1806	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE - RONDONÓPOLIS - MT							360.000
			S	3	2	50	0	153	360.000
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS									471.500.000
		ATIVIDADES							
10 303	1293 4705	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS							471.500.000
10 303	1293 4705 8001	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NACIONAL							71.812.000
10 303	1293 4705 0011	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE RONDÔNIA	S	3	1	90	0	342	71.812.000
10 303	1293 4705 0012	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	90	0	342	1.021.000
10 303	1293 4705 0013	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO AMAPÁ	S	3	1	90	0	342	536.000
10 303	1293 4705 0014	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO PARÁ	S	3	1	90	0	342	616.000
10 303	1293 4705 0015	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	S	3	1	90	0	342	616.000
10 303	1293 4705 0016	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	90	0	342	412.000
10 303	1293 4705 0017	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	90	0	342	412.000
10 303	1293 4705 0018	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	90	0	342	859.000
10 303	1293 4705 0019	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	90	0	342	859.000
10 303	1293 4705 0020	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	1	90	0	342	294.000
10 303	1293 4705 0021	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	90	0	342	294.000
10 303	1293 4705 0022	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	1	90	0	342	3.312.000
10 303	1293 4705 0023	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	90	0	342	3.312.000
10 303	1293 4705 0024	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO ALAGOAS	S	3	1	90	0	342	2.436.000
10 303	1293 4705 0025	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO AMAPÁ	S	3	1	90	0	342	10.603.000
10 303	1293 4705 0026	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO CEARÁ	S	3	1	90	0	342	10.603.000
10 303	1293 4705 0027	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	S	3	1	90	0	342	4.062.000
10 303	1293 4705 0028	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO GOIÁS	S	3	1	90	0	342	4.062.000
10 303	1293 4705 0029	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO MARANHÃO	S	3	1	90	0	342	5.333.000
10 303	1293 4705 0030	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	90	0	342	5.333.000
10 303	1293 4705 0031	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	90	0	342	9.487.000
10 303	1293 4705 0032	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO PERNAMBUCO	S	3	1	90	0	342	9.487.000
10 303	1293 4705 0033	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO PARANÁ	S	3	1	90	0	342	11.000
10 303	1293 4705 0034	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	S	3	1	90	0	342	11.000
10 303	1293 4705 0035	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	90	0	342	2.355.000
10 303	1293 4705 0036	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	90	0	342	2.355.000
10 303	1293 4705 0037	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	90	0	342	2.951.000
10 303	1293 4705 0038	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	1	90	0	342	2.951.000
10 303	1293 4705 0039	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	90	0	342	55.734.000
10 303	1293 4705 0040	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE TAMBORÉ	S	3	1	90	0	342	55.734.000
10 303	1293 4705 0041	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	1	90	0	342	10.536.000
10 303	1293 4705 0042	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO TRAPICÓPOLIS	S	3	1	90	0	342	10.536.000

10 303	1293 4705 0035	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	1	30	0	342	34.694.000
									129.057.000
10 303	1293 4705 0041	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	30	0	342	129.057.000
									34.078.000
10 303	1293 4705 0042	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	30	0	342	34.070.000
									24.458.000
10 303	1293 4705 0043	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	342	24.458.000
									32.020.000
10 303	1293 4705 0051	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	30	0	342	32.020.000
									3.989.000
10 303	1293 4705 0052	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	30	0	342	3.989.000
									18.481.000
10 303	1293 4705 0053	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	342	18.481.000
									8.783.000
10 303	1293 4705 0054	APOIO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	342	8.783.000
									3.578.000
			S	3	1	30	0	342	3.578.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									471.860.000
TOTAL - GERAL									471.860.000

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE : 74201 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR/ANS -
MINISTÉRIO DA SAÚDE

ANEXO E

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N P	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1185 REGULACAO E FISCALIZACAO DA SAUDE SUPLEMENTAR									3.452.697
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 125	1185 0354	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PARA LIQUIDACAO DE OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTENCIA A SAUDE (LEI Nº 9.961, DE 2000)							3.452.697
10 125	1185 0354 0001	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PARA LIQUIDACAO DE OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTENCIA A SAUDE (LEI Nº 9.961, DE 2000) - NACIONAL							3.452.697
			5	5	0	30	0	374	3.452.697
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.452.697
TOTAL - GERAL									3.452.697

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36902 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S E	G R P O	M O D	J O U	F I T E	VALOR
1220 ASSISTENCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA								360.000
		ATIVIDADES						
10 302	1220 8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE						360.000
10 302	1220 8535 1806	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - SANTA CASA DE MISERICORDIA E MATERNIDADE - RONDONOPOLIS - MT						360.000
			S	4	2	50	0	153
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								360.000
TOTAL - GERAL								360.000

EM nº 00293/2010/MP

Brasília, 7 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 475.312.697,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, trezentos e doze mil, seiscentos e noventa e sete reais), em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito.

2. A solicitação visa adequar o orçamento vigente daqueles órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ 1,00
Discriminação	Suplementação dos	Origem
		Recursos
Ministério da Saúde	471.860.000	360.000
Fundo Nacional de Saúde	471.860.000	360.000
Operações Oficiais de Crédito	3.452.697	
Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde	3.452.697	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a:		474.952.697

Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural		471.500.000
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia		3.452.697
Total	475.312.697	475.312.69

7

3. O crédito garantirá, no âmbito do Ministério da Saúde, o apoio para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais, em decorrência da ampliação da cobertura da distribuição gratuita de medicamentos para doenças importantes do ponto de vista clínico-epidemiológico com alto impacto financeiro, objeto de diversas ações judiciais por não estarem sendo distribuídos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Ademais, permitirá a adequação de emenda individual, por solicitação do parlamentar Gilberto Goellner, para estruturar a Santa Casa de Misericórdia e Maternidade no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

4. No âmbito de Operações Oficiais de Crédito, possibilitará a continuidade das ações relacionadas aos regimes especiais de liquidação dos planos privados de assistência à saúde, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro das operadoras com anormalidades econômico-financeiras ou administrativas graves, e garantir o processo de liquidação desses planos com a manutenção do atendimento prestado aos segurados, além de incluir outros planos com problemas da mesma ordem nos regimes especiais de liquidação.

5. O crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural e Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, e de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com o disposto no art. 9º da Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 3.452.697,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e sete reais) referem-se a despesas não consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo X do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, por serem de natureza financeira;

b) R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) decorrem de remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

c) R\$ 471.500.000,00 (quatrocentos e setenta e um milhões e quinhentos mil reais) destinam-se à suplementação de despesas primárias obrigatórias, a serem consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativa ao quinto bimestre de 2010; e

d) no caso da alínea “b”, o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 2010, condiciona a execução de despesas primárias discricionárias objeto de créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

7. Adicionalmente, é demonstrado, nos quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, § 10, da LDO-2010, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural e Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, utilizado parcialmente neste crédito.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Fonte 42: Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	11.616.348.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	982.209.000
(C) Créditos Extraordinários	968.185.382
Abertos	0
Em tramitação	968.185.382
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	481.793.537
Abertos	10.293.537
Em tramitação	
Valor deste crédito	471.500.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	6.598.774
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	9.177.561.307
(A) Portaria STN nº 185, de 29 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010.	

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

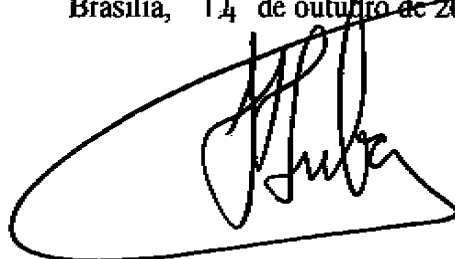
Unidade: 36213 – Agência Nacional de Saúde Suplementar	
Fonte 74: Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	R\$ 1,00
(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	3.680.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	3.452.697
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	3.452.697
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	227.303
(A) Portaria STN nº 185, de 29 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010.	

Mensagem nº 610

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 475.312.697,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
 - II – créditos reabertos no exercício de 2010;
 - III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
 - IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.
-

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

ANEXO X**RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA
SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	203.417	416.532	669.556
1.1 Receita Administrada pela RFB	172.668	351.275	557.638
1.2 Receitas Não Administradas	29.998	63.754	109.665
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	751	1.502	2.253
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	43.300	91.015	143.913
2.1 FPE/FPM/IMI-EE	34.057	70.630	113.269
2.2 Demais	9.243	20.385	30.644
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	160.117	325.516	525.643
4. DESPESAS	127.561	264.691	440.329
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	56.045	111.019	168.976
4.2 Outras Correntes e de Capital	71.516	153.672	271.353
4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	751	1.502	2.253
4.2.2 Não Discricionárias	24.070	50.780	74.644
4.2.3 Discricionárias - Todos os Poderes	46.694	101.390	194.456
5. RESULTADO DO TESOUREO (3-4)	32.557	60.826	85.314
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(19.403)	(34.865)	(43.294)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	59.003	122.184	204.338
6.2 Benefícios da Previdência	78.407	157.050	247.632
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	-	-	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	13.153	25.960	42.020
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	1.042	3.396	6.651
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	14.195	29.357	48.671
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART.3º DA LEI Nº 12.017, DE 2009	4.847	14.040	29.800
13. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS CUMPRIMENTO LDO 2010 (11+12)	19.042	43.396	78.471

LEI Nº 12.306, DE 6 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio, para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

Art. 9º O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2009 poderá ser destinado à cobertura de despesas primárias obrigatórias.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 75, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 152, DE 2010-CN
(nº 611/2010, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor da empresa Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV, crédito especial no valor total de R\$ 2.755.143.136,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial no valor total de R\$ 2.755.143.136,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e cinco milhões, cento e quarenta e três mil e cento e trinta e seis reais), em favor da empresa Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV, do Grupo PETROBRÁS, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		2.755.143,136
		TOTAL - GERAL 2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS		2.755.143,136
		TOTAL - GERAL 2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
25 ENERGIA		2.755.143,136
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS		2.755.143,136
		TOTAL - GERAL 2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0246 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		2.755.143,136
		TOTAL - GERAL 2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		2.755.143,136
		TOTAL - GERAL 2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.8.9.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.755.143,136
6.9.9.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		2.755.143,136
6.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES		2.755.143,136
TOTAL DA RECEITA 2.755.143,136 RECEITAS CORRENTES		0 RECEITAS DE CAPITAL 2.755.143,136

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.755.143,136		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
753 COMBUSTÍVEIS MINERAIS		2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0246 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
32241 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV		2.755.143,136
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.755.143,136
TOTAL		2.755.143,136

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 - OPERA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									2.755.143.136
		PROJETOS							
25 753	0286 12PH	AQUISICAO DE UNIDADES FPSO E EQUIPAMENTOS DE PRODUCAO E COLETA PARA OS CAMPOS DE BARRACUDA E CABATINGA							2.755.143.136
25 753	0286 12PH 0030	AQUISICAO DE UNIDADES FPSO E EQUIPAMENTOS DE PRODUCAO E COLETA PARA OS CAMPOS DE BARRACUDA E CABATINGA - NA REGIAO SUDESTE							2.755.143.136
		UNIDADE MARITIMA ADQUIRIDA (UNIDADE) 100	1	4 - INV	4	90	0	495	2.755.143.136
TOTAL - INVESTIMENTO									2.755.143.136

EM nº 00294/2010/MP

Brasília, 8 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 2010 (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial no valor total de R\$ 2.755.143.136,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e cinco milhões, cento e quarenta e três mil e cento e trinta e seis reais), em favor da empresa Petrobrás Netherlands B.V. - PNBV, do Grupo PETROBRÁS, para atendimento de pleito do Ministério de Minas e Energia.
2. O crédito em referência destina-se ao projeto “Aquisição de Unidades FPSO e Equipamentos de Produção e Coleta para os Campos de Barracuda e Caratinga”, na Região Sudeste, para atender novas prioridades estabelecidas na revisão da estratégia negocial da referida empresa para o corrente ano.
3. Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de outros recursos de longo prazo, viabilizados pela empresa.
4. A abertura deste crédito não afetará a meta global de superávit primário para 2010, de responsabilidade das empresas estatais federais, uma vez que as empresas do Grupo PETROBRÁS, de acordo com o § 1º art. 2º da Lei nº 12.017, 12 de agosto de 2009 (LDO/2010), foram excluídas da meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2010.
5. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 611

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2010, em favor da empresa Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV, crédito especial no valor total de R\$ 2.755.143.136,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.”



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

~~Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.~~
~~Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.~~

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado, equivalente a 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto – PIB, sendo 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,20% (vinte centésimos por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei.

§ 1º As empresas do Grupo PETROBRAS não serão consideradas na meta de superávit primário, de que trata o caput deste artigo, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 76, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 153, DE 2010-CN
(nº 612/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 94.740.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 94.740.690,00 (noventa e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e noventa reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47001 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO 1

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

[illegible]

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
UNIDADE : 47210 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E G R F	M O D	I N D	F I C	F I C	VALOR
8801 DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS EM GESTAO PUBLICA									79.200
		ATIVIDADES							
04 128	8801 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							79.200
04 128	0801 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL							79.200
			F	3	2	90	0	100	66.000
			F	3	2	91	0	100	13.200
TOTAL - FISCAL									79.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									79.200

ORGÃO : 47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
UNIDADE : 47210 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRD	RPO	MOD	UO	FTE	VALOR
0001 DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS EM GESTAO PUBLICA									79.100
		ATIVIDADES							
04.128	0001.4066	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL PARA A ADMINISTRACAO PUBLICA							79.100
04.128	0001.4066.0001	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL PARA A ADMINISTRACAO PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	66.000
			F	3	2	91	0	100	13.200
TOTAL - FISCAL									79.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									79.200

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	1 U	F T E	VALOR
1128 URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTAMENTOS									5.400.000
FRECARLOS									
		ATIVIDADES							
15 452	1128 8866	APOIO A PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM AREAS URBANAS (PAPEL PASSADO)							5.400.000
15 452	1128 8866 0001	APOIO A PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM AREAS URBANAS (PAPEL PASSADO) - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	5.400.000
1136 FORTALECIMENTO DA GESTAO URBANA									1.350.000
		ATIVIDADES							
15 121	1136 8872	APOIO A CAPACITACAO DE GESTORES E AGENTES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO							350.000
15 121	1136 8872 0001	APOIO A CAPACITACAO DE GESTORES E AGENTES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	350.000
15 121	1136 8874	ASSISTENCIA TECNICA PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E A GESTAO URBANA PARTICIPATIVA							1.000.000
15 121	1136 8874 0001	ASSISTENCIA TECNICA PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E A GESTAO URBANA PARTICIPATIVA - NACIONAL	F	3	2	40	0	100	1.000.000
9989 MOBILIDADE URBANA									3.000.000
		PROJETOS							
15 453	9989 10SS	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO							650.000
15 453	9989 10SS 0001	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - NACIONAL	F	4	2	40	0	100	650.000
15 451	9989 10ST	APOIO A PROJETOS DE SISTEMAS DE CIRCULACAO NAO-MOTORIZADOS							1.400.000
15 451	9989 10ST 0001	APOIO A PROJETOS DE SISTEMAS DE CIRCULACAO NAO-MOTORIZADOS - NACIONAL	F	4	2	40	0	100	1.400.000
		ATIVIDADES							
15 453	9989 2D47	APOIO A IMPLANTACAO DE MEDIDAS DE MODERACAO DE TRAFEGO							950.000
15 453	9989 2D47 0001	APOIO A IMPLANTACAO DE MEDIDAS DE MODERACAO DE TRAFEGO - NACIONAL	F	4	2	40	0	100	950.000
TOTAL - FISCAL									9.750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.750.000

EM nº 00295/2010/MP

Brasília, 8 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 94.740.690,00 (noventa e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e noventa reais), em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades.
2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente dos órgãos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Discriminação	Suplementação	R\$ 1,00
		Origem dos Recursos
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	84.990.690	84.990.690
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Administração direta)	84.911.490	84.911.490
Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	79.200	79.200
Ministério das Cidades	9.750.000	9.750.000

Ministério das Cidades (Administração direta)	9.750.000	9.750.000
Total	94.740.690	94.740.690

3. O crédito, no âmbito da Administração direta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitará efetuar a integralização de cotas devidas pelo Brasil à Corporação Andina de Fomento – CAF, conforme convênio assinado em 2007, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 351, de 23 de dezembro de 2008, evitando, assim, possíveis constrangimentos aos representantes brasileiros na corporação. Viabilizará, ainda, a continuidade dos serviços de manutenção do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape.

4. Em relação à ENAP os recursos permitirão contratar docentes especializados em treinamento de pessoal, a fim de capacitar os servidores da instituição, na forma de oficinas temáticas, visando à transparência e à coerência na aplicação do processo de avaliação de desempenho.

5. No que tange ao Ministério das Cidades, a suplementação viabilizará o pagamento de despesas administrativas em função da mudança da sede do órgão para novo local, ocorrida em fevereiro de 2010, assim como permitirá o aperfeiçoamento dos processos organizacionais e tecnológicos voltados, sobretudo, à alocação e à descentralização de recursos destinados ao gerenciamento das obras de infraestrutura urbana para Estados e Municípios.

6. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 – LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementadas, as quais serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, conforme estabelece o § 2º do art. 1º desse Decreto.

7. A abertura do presente crédito decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndios até o final do presente exercício.

8. O pleito em questão será viabilizado por meio de Projeto de Lei, à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

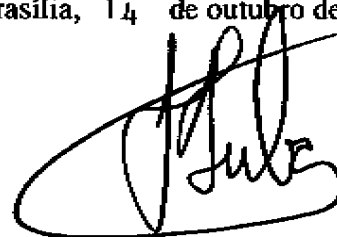
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 612

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$ 94.740.690,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

~~Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.~~

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

DECRETO LEGISLATIVO 351, DE 2008

Aprova o texto do convênio de subscrição de ações firmado com a corporação andina de fomento - caf, por meio do qual a república federativa do brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela corporação, no valor total de rs\$ 466.989.600.00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa exposição de motivos do senhor ministro de estado do planejamento, orçamento e gestão.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea “a”, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2010;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas: {Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

I - aos grupos de natureza de despesa: {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais"; {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

c) "6 - Amortização da Dívida"; {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

III - aos recursos de doações e de convênios; e {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. {Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

.....

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R\$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei	Até Mar	Até Dez	Lei	Até Mar	Até Dez	Lei	Até Mar	Até Dez
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g=a+d)	(h=b+e)	(i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20102 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
24000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
25000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
28000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
32000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
35000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
38000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930

41000	Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000	Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000	Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
	Ministério do Planejamento,									
47000	Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
	Ministério do									
49000	Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000	Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
		12.718.76	2.262.06	12.718.76	1.696.71	1.696.71	1.696.71	14.415.47		14.415.47
52000	Ministério da Defesa	5	8	5	4	4	4	3.958.783	9	9
	Ministério da Integração		3.122.30							
53000	Nacional	5.161.286	7	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000	Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
	Ministério do									
	Desenvolvimento Social e				13.112.4	13.112.4	13.112.4	16.500.89	13.649.22	16.500.89
55000	Combate à Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	22	22	22	2	7	2
		14.755.07	11.453.6	14.755.07				14.797.23	11.495.83	14.797.23
56000	Ministério das Cidades	8	75	8	42.160	42.160	42.160	7	5	7
	Ministério da Pesca e									
58000	Aqüicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
	Encargos Financeiros da									
71000	União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
	Transferências a Estados,									
73000	Distrito Federal e Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902	Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do Ensino Superior/ FIEES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
	Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903	Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
	Recursos sob Supervisão do									
74912	Fundo Nacional de Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL		123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração
do Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 77, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 154, DE 2010-CN
(nº 613/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do
Ministério da Justiça, crédito especial no valor de
R\$ 208.909.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 208.909.000,00 (duzentos e oito milhões, novecentos e nove mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, no valor de R\$ 207.909.000,00 (duzentos e sete milhões, novecentos e nove mil reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 34000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 34009 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - DPU

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	LEGISLATIVO	ADMINISTRATIVO	SAUDE	EDUCACAO	CULTURA	DESPORTOS	OUTROS	VALOR
0699 ASSISTENCIA JURIDICA INTEGRAL E GRATUITA										1.000.000
		PROJETOS								
03-062	0699 12P7	AQUISICAO DE IMOVEL PARA INSTALACAO DA DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO NO ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICIPIO DE CACERES								1.000.000
03-062	0699 12P7 0051	AQUISICAO DE IMOVEL PARA INSTALACAO DA DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO NO ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICIPIO DE CACERES - NO ESTADO DO MATO GROSSO								1.000.000
		IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE): 1	F	3	2	90	0	100		50.000
			F	5	2	90	0	100		950.000
TOTAL - FISCAL										1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.000.000

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30009 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA
FEDERAL - FUNAPOL

ANEXO E

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	D	E	F	VALOR
			S	N	F	O	D			
0662 PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE										207.909.000
		PROJETOS								
06 183	0662 128K	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE VEICULOS AEREOS NAO TRIPULADOS - SISVANT								207.909.000
06 183	0662 128K 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE VEICULOS AEREOS NAO TRIPULADOS - SISVANT - NACIONAL								207.909.000
		AERONAVE EM OPERACAO (UNIDADE) 6	F	3	2	90	0	374		30.909.000
			F	4	2	90	0	374		177.000.000
TOTAL - FISCAL										207.909.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										207.909.000

ORÇAO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30109 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	E S F	G R P	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO									1.000.000
		ATIVIDADES							
03 062	1083 8974	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A JUSTIÇA							1.000.000
03 062	1083 8974 0078	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A JUSTIÇA - FORTALECIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - MT							1.000.000
			F 3	2	90	0	100		300.000
			F 4	2	90	0	100		700.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

EM nº 00296/2010/MP

Brasília, 8 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério da Justiça, no valor de R\$ 208.909.000,00 (duzentos e oito milhões, novecentos e nove mil reais), conforme discriminado a seguir:

		R\$ 1,00	
Discriminação	Aplicação	Recursos	Origem dos
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	208.909.000		1.000.000
DPU - Defensoria Pública da União -	1.000.000		1.000.000
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	207.909.000		
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia			207.909.000
Total	208.909.000		208.909.000

2. A proposição tem por finalidade a inclusão de categorias de programação específicas na Lei Orçamentária vigente e, segundo informações apresentadas pelo Ministério da Justiça, possibilitará à Defensoria Pública da União - DPU adquirir imóvel para instalação de sua unidade de atuação no Município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, que atualmente funciona em espaço físico alugado e em condições precárias. Espera-se com a medida proporcionar o melhor desenvolvimento de atividades e de funções técnicas e administrativas, voltadas à prestação de assistência jurídica, judicial, extrajudicial, integral e gratuita ao cidadão carente, bem como reduzir despesas de aluguel, condomínio, manutenção e conservação.
3. O crédito permitirá, ainda, a implantação do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados - Projeto SISVANT, no âmbito do FUNAPOL, cujo objetivo é dotar o Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL de tecnologia de ponta capaz de realizar serviços de inteligência por meio de reconhecimento, rastreamento e patrulhamento terrestre, aéreo e marítimo em todo território nacional, de forma autônoma, disponível 24 horas por dia, com transmissão de voz, imagens e dados em tempo real. Tal sistema visa a atender às demandas da Polícia Federal e prevê a integração técnico-operacional com outros órgãos cooperados.
4. A implantação do SISVANT propiciará, ao sistema de inteligência das instituições usuárias das ferramentas implantadas no CINTEPOL, informações que fundamentarão uma nova forma de agir na atividade policial, bem como agregará qualidade nas provas produzidas e sustentabilidade à atividade de persecução penal. O valor total do projeto está estimado em R\$ 655,7 milhões e o seu término previsto para 2014, contemplando a aquisição de quatorze veículos aéreos não tripulados junto a empresa internacional, bem como gastos com infraestrutura, manutenção do sistema, treinamento de pessoal, suprimentos e desembaraço alfandegário, entre outros.
5. O crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
6. Segundo o órgão, o remanejamento proposto não trará prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício. Ressalta-se que o órgão apresentou autorização parlamentar para o cancelamento de programação decorrente de emenda individual para compensação parcial deste crédito, conforme Ofício nº 440/2010-GP/CD/DF, de 13 de setembro de 2010.
7. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as respectivas despesas serão executadas dentro dos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, conforme disposto no § 2º do art. 1º desse Decreto, sendo que:
 - a) R\$ 207.909.000,00 (duzentos e sete milhões, novecentos e nove mil reais) atendem despesas primárias, mediante a utilização de recursos de origem financeira; e
 - b) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da nova programação.

8. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, § 10, da LDO-2010, o superávit financeiro de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, utilizado neste crédito.

9. Cabe destacar, finalmente, que as programações contempladas neste crédito não implicam alteração do Plano Plurianual 2008-2011 - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, uma vez que a execução da ação "12P7 - Aquisição de Imóvel para Instalação da Defensoria Pública da União no Estado de Mato Grosso, Município de Cáceres" não ultrapassará o exercício vigente, e a ação "128K - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados - SISVANT" já consta do PPA 2008-2011.

10. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL

Fonte 74: Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia R\$ 1,00

(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	207.909.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	207.909.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	207.909.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	0

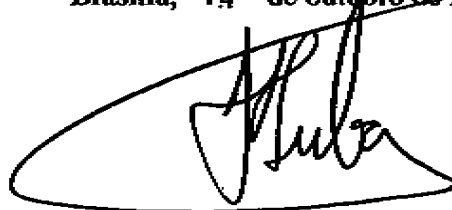
(A) Portaria STN nº 187 A, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2010.

Mensagem nº 613

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R\$ 208.909.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II - disponham sobre:
 - a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
 - b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
 - ~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~
 - c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)
 - d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
 - ~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~
 - e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
 - f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

~~Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.~~

~~Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.~~

.....
Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências

.....
Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

- a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;**
- b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;**
- c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e**
- d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;**

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
- II – créditos reabertos no exercício de 2010;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas: {Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

I - aos grupos de natureza de despesa: {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais"; {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

c) "6 - Amortização da Dívida"; {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

III - aos recursos de doações e de convênios; e {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. {Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010}

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R\$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Desais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280

44000	Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
	Ministério do Planejamento,									
47000	Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
	Ministério do									
49000	Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000	Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
		12.718.76	2.262.06	12.718.76	1.696.71	1.696.71	1.696.71	14.415.47		14.415.47
52000	Ministério da Defesa	5	8	5	4	4	4	9	3.958.783	9
	Ministério da Integração		3.122.30							
53000	Nacional	5.161.286	7	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000	Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
	Ministério do									
	Desenvolvimento Social e				13.112.4	13.112.4	13.112.4	16.500.89	13.649.22	16.500.89
55000	Combate à Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	22	22	22	2	7	2
		14.755.07	11.453.6	14.755.07				14.797.23	11.495.83	14.797.23
56000	Ministério das Cidades	8	75	8	42.160	42.160	42.160	7	5	7
	Ministério da Pesca e									
58000	Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
	Encargos Financeiros da									
71000	União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
	Transferências a Estados,									
73000	Distrito Federal e Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902	Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do Ensino Superior/ FIEES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
	Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903	Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
	Recursos sob Supervisão do									
74912	Fundo Nacional de Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL		123.082.6	42.630.2	123.082.6	63.596.1	63.596.1	63.596.1	186.678.8	106.226.3	186.678.8
		73	05	73	43	43	43	15	48	15

[*] Inclui o Programa de Aceleração
do Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 78, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 155, DE 2010-CN
(nº 614/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 81.152.113,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 81.152.113,00 (oitenta e um milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e treze reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos de Concessões e Permissões, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

II - excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 16.152.113,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e treze reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar a alteração constante do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITUTO/PRODUTO	E S F	G N F	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES									7.500.000
		PROJETOS							
19 572	1113 12P1	IMPLANTACAO DO REATOR MULTIPROPOSITO BRASILEIRO							7.500.000
19 572	1113 12P1 0101	IMPLANTACAO DO REATOR MULTIPROPOSITO BRASILEIRO - NO MUNICIPIO DE IPERO - SP							7.500.000
		REATOR IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 4	F 3	2	90	0	100		1.000.000
			F 4	2	90	0	100		1.500.000
			F 4	2	90	0	296		5.000.000
TOTAL - FISCAL									7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.500.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P E C I F I C A D O	G R U P O	P R O D U T O	M O D O	I N D I C E	VALOR
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES								11.652.113
		PROJETOS						
19 122	1113 12PF	AQUISICAO DO EDIFICIO SEDE DA INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB						11.652.113
19 122	1113 12PF-0101	AQUISICAO DO EDIFICIO SEDE DA INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO						11.652.113
		IMOVEL ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	250
TOTAL - FISCAL								11.652.113
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								11.652.113

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M O D	J U	F T E	VALOR
1073 BRASIL UNIVERSITARIO								800.000
		PROJETOS						
12 364	1073 7L83	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR						800.000
12 364	1073 7L83 0163	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO MUNICIPIO DE MACAPA						800.000
			F 4	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL								800.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								800.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1448 QUALIDADE NA ESCOLA									1.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 847	1448 0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA							1.000.000
12 847	1448 0509 0225	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NO MUNICIPIO DE ABAETETUBA - PA							1.000.000
			F	4	2	30	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

RÉCURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM								60.000.000
		PROJETOS						
13.392	0169 12PG	CINEMA DA CIDADE - FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL						60.000.000
13.392	0169 12PG.0001	CINEMA DA CIDADE - FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL - NACIONAL						60.000.000
		SALA IMPLANTADA (UNIDADE) 80	F	3	2	90	0 329	3.000.000
			F	4	2	40	0 329	57.000.000
TOTAL - FISCAL								60.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								60.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	P	O	U	T	E	
			N	D	D				
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEAO									200.000
		PROJETOS							
27 811	0181 1055	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS PARA O ESPORTE							100.000
27 811	0181 1055 0016	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE CENTROS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS PARA O ESPORTE - NO ESTADO DO AMAPA							200.000
			F	4	2	50	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	P R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES									2.500.000
		ATIVIDADES							
19 572	1113 6833	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIENCIAS E TECNOLOGIAS NUCLEARES E EM APLICACOES DAS RADIACOES IONIZANTES							2.500.000
19 572	1113 6833 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIENCIAS E TECNOLOGIAS NUCLEARES E EM APLICACOES DAS RADIACOES IONIZANTES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	490.000
			F	4	2	90	0	100	2.010.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES									11.652.113
		ATIVIDADES							
19 662	1113 2482	FABRICACAO DO COMBUSTIVEL NUCLEAR							11.652.113
19 662	1113 2482 0001	FABRICACAO DO COMBUSTIVEL NUCLEAR - NACIONAL							11.652.113
			P	4	2	90	0	250	11.652.113
TOTAL - FISCAL									11.652.113
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.652.113

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
1445 QUALIDADE NA ESCOLA									1.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 847	1445 04CW	APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA							1.000.000
12 847	1445 09CW 0574	APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA - ESCOLA SAO FRANCISCO XAVIER - ABAETETUBA - PA							1.000.000
			P	4	2	30	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ORGÃO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE									100.000
		ATIVIDADES							
27 812	1250 2667	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER							200.000
27 812	1250 2667 0016	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO ESTADO DO AMAPA							200.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 1	F	3	2	30	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

EM nº 00297/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial no valor global de R\$ 81.152.113,00 (oitenta e um milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e treze reais), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, e dá outras providências.

2. A solicitação visa à inclusão de categorias de programação no orçamento vigente daqueles Ministérios, com vistas a adequar suas programações às reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ 1,00
Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	19.152.113	14.152.113
Nuclear	7.500.000	2.500.000
S.A.- INB	11.652.113	11.652.113
Ministério da Educação	1.800.000	1.800.000
Fundação Universidade Federal do Amapá	800.000	800.000

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.000.000	1.000.000
Ministério da Cultura	60.000.000	
Fundo Nacional de Cultura	60.000.000	
Ministério do Esporte	200.000	200.000
Ministério do Esporte (Administração direta)	200.000	200.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos de Concessões e Permissões		60.000.000
Excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		5.000.000
Total	81.152.113	81.152.113

3. No que tange ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o presente crédito viabilizará a aquisição de terreno e a instalação da estação meteorológica e do sistema de vigilância para implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, no Município de Iperó, no Estado de São Paulo, na Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN; e a aquisição do imóvel onde atualmente funciona a sede da Indústrias Nucleares do Brasil S.A - INB, localizado no Município do Rio de Janeiro.

4. Para o Ministério da Educação, possibilitará à Fundação Universidade Federal do Amapá a ampliação da sua infraestrutura física, no Município de Macapá, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação o apoio ao desenvolvimento da educação básica no Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, por meio de alteração de emendas parlamentares a pedido dos respectivos autores.

5. Quanto ao Ministério da Cultura, os recursos permitirão a implantação de complexos de cinema em cidades de pequeno e médio porte – mais de vinte mil e menos de cem mil habitantes – que não disponham desse serviço.

6. No âmbito do Ministério do Esporte, atenderá a adequação de emenda por solicitação parlamentar, visando ao atendimento de despesas com a modernização de centros de treinamento de esporte de alto rendimento no Estado do Amapá.

7. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos de Concessões e Permissões, de excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

8. Vale informar que, de acordo com os Ministérios envolvidos, os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, inclusive no que se refere aos cancelamentos de emendas, por solicitação dos respectivos parlamentares.

9. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) referem-se ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos de Concessões e Permissões;

b) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a despesas primárias que não são consideradas no cálculo do referido resultado, conforme dispõe o art. 1º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, por serem atendidas com recursos de doações;

c) R\$ 16.152.113,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e treze reais) decorrem de remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da nova programação; e

d) em relação aos itens “a” e “c”, o § 2º do art. 1º do Decreto nº 7.094, de 2010, condiciona a execução das despesas aos limites estabelecidos no referido Decreto.

10. Cabe mencionar que os Deputados Federais Jurandil Juarez e Sebastião Bala Rocha e o Senador José Nery Azevedo encaminharam aos correspondentes Ministérios solicitações para ajustes em emendas de suas respectivas autorias.

11. É demonstrado, em quadros anexos à Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, § 9º e 10º, da LDO-2010, o excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos de Concessões e Permissões.

12. Destaque-se, finalmente, que o presente crédito implica alteração da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Plano Plurianual 2008-2011, PPA 2008-2011, no que se refere à inclusão das

ações “12P1 – Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro” e “12PG – Cinema da Cidade – Fundo Setorial do Audiovisual”, que passam a se incorporar ao referido Plano. A ação “12PF – Aquisição do Edifício Sede da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB” não implica alteração do Plano em questão, pois se trata de inclusão de ação de caráter anual. Quanto às demais, por tratar-se de inclusão de subtítulos de ações existentes, não exigem ajuste no PPA vigente.

13. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 24204 – Comissão Nacional de Energia Nuclear

Fonte 96: Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais

R\$ 1,00

NATUREZA	2010		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
17300000 Transferências de Instituições Privadas	0	5.000.000	5.000.000
Total	0	5.000.000	5.000.000
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			5.000.000
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			5.000.000
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			0

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 42902 – Fundo Nacional de Cultura

Fonte: 29 – Recursos de Concessões e Permissões R\$ 1,00

(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	228.611.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	150.000.000
Abertos	0
Em tramitação	90.000.000
Valor deste crédito	60.000.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	78.611.000

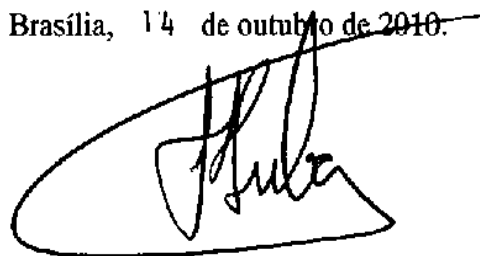
(A) Portaria STN nº 185, de 29 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010.

Mensagem nº 614

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 81.152.113,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

.....

Seção IV**Das Revisões e Alterações do Plano**

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

.....

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
- II – créditos reabertos no exercício de 2010;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações

orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas: (Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

.....

III - aos recursos de doações e de convênios; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 79, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 156, DE 2010-CN
(nº 615/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 31.483.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 31.483.000,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e três mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.025.000,00 (dez milhões e vinte e cinco mil reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 21.458.000,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES								1.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
26 781	0225 00AH	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA						1.500.000
26 782	0225 00AH 0001	PAGAMENTO DE DEBITOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA - NACIONAL						1.500.000
			F	4	2	90	0 100	1.500.000
1456 VETOR LOGISTICO AMAZONICO								11.525.000
		PROJETOS						
26 784	1456 11Z1	ADEQUACAO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA - NO MUNICIPIO DE PARINTINS - NO ESTADO DO AMAZONAS						1.500.000
26 784	1456 11Z1 0013	ADEQUACAO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA - NO MUNICIPIO DE PARINTINS - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS						1.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 14	F	4	2	90	0 100	1.500.000
26 784	1456 11ZG	CONSTRUCAO DE TERMINAIS FLUVIAIS NA REGIAO NORTE						10.025.000
26 784	1456 1270 0159	CONSTRUCAO DE TERMINAIS FLUVIAIS NA REGIAO NORTE - NO MUNICIPIO DE CARACARAÍ						10.025.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 67	F	4	2	90	0 300	10.025.000
1458 VETOR LOGISTICO LESTE								11.458.000

		PROJETOS								
26 783	1458 12P2	TRANSPOSICOES DE LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE JUIZ DE FORA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								11.458.000
26 783	1458 12P0 0031	TRANSPOSICOES DE LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE JUIZ DE FORA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS								11.458.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 16	F	4	2	90	0	100		11.458.000
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL										1.000.000
		ATIVIDADES								
26 782	1460 20F4	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-415 - NO ESTADO DA BAHIA								1.000.000
26 782	1460 20F4 0029	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-415 - NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA								1.000.000
		TRECHO MANTIDO (KM) 10	F	4	3	90	0	100		1.000.000
1462 VETOR LOGISTICO SUL										1.000.000
		ATIVIDADES								
26 782	1462 20F3	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-480 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								1.000.000
26 782	1462 20F3 0043	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-480 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								1.000.000
		TRECHO MANTIDO (KM) 10	F	4	3	90	0	100		1.000.000
TOTAL - FISCAL										26.483.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										26.483.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1463 QUALIDADE DOS SERVICOS DE TRANSPORTE									5.000.000
		PROJETOS							
26 783	1463 127K	APOIO A IMPLANTACAO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE - TAV (RIO DE JANEIRO - SAO PAULO - CAMPINAS)							5.000.000
26 783	1463 127K 0001	APOIO A IMPLANTACAO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE - TAV (RIO DE JANEIRO - SAO PAULO - CAMPINAS) - NACIONAL							5.000.000
			F	4	3	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	A P O	M O D	J U R	F I C	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS									1.500.000
		ATIVIDADES							
26 783	0663 2036	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MALHA RODOVIARIA FEDERAL							1.500.000
26 782	0663 2036 0001	CONTROLE DE VELOCIDADE NA MALHA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.500.000
1456 VETOR LOGISTICO AMAZONICO									2.000.000
		ATIVIDADES							
26 782	1456 207C	MANUTENçAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-401 - NO ESTADO DE RORAIMA							2.000.000
26 782	1456 207C 0014	MANUTENçAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-401 - NO ESTADO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA	F	4	3	90	0	100	2.000.000
1458 VETOR LOGISTICO LESTE									10.000.000
		PROJETOS							
26 783	1458 108H	CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							10.000.000
26 783	1458 108H 0031	CONSTRUCAO DE CONTORNO FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	90	0	100	10.000.000
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL									1.500.000
		PROJETOS							
26 782	1459 7N41	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO COCO - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA - NA BR-116 - NO ESTADO DO CEARA							1.500.000
26 782	1459 7N41 0023	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO COCO - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA - NA BR-116 - NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA	F	4	2	90	0	100	1.500.000
1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE									1.458.000
		PROJETOS							
26 783	1461 1C48	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE LONDRIANA - NO ESTADO DO PARANA							810.000
26 783	1461 1C48 0041	ADEQUACAO DE RAMAL FERROVIARIO - NO MUNICIPIO DE LONDRIANA - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA	F	4	2	90	0	100	810.000
26 783	1461 1D67	CONSTRUCAO DE PASSAGEM SUPERIOR SOBRE A LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE MATAO - NO ESTADO DE SAO PAULO							648.000
26 783	1461 1D67 0035	CONSTRUCAO DE PASSAGEM SUPERIOR SOBRE A LINHA FERREA - NO MUNICIPIO DE MATAO - NO ESTADO DE SAO PAULO - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	4	2	90	0	100	648.000
TOTAL - FISCAL									16.458.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.458.000

Plano Plurianual 2008-2011	
Anexo III - Programas de Governo - Finalístico	
Objetivo de Governo	
Objetivo Setorial	
Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional	
Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores	
Programa	
1458	Vetor Logístico Leste
Órgão Responsável	
39000 Ministério dos Transportes (MT)	

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO

Público-alvo Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro

AÇÃO DA ESFERA FISCAL

Projeto	
12P9	Transportes de Linha Férrea - no Município de Juiz de Fora - no Estado de Minas Gerais
Objetivo	
Obras executadas	
(% de execução física)	
12/2010	
12/2012	
MT	
71.900.000	
180	
Sudeste	
R\$	
Meta	
11.458.000	
28.442.000	
16	
39	

Valores em R\$ 1,00 -

EM nº 00298/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial no valor de R\$ 31.483.000,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e três mil reais), em favor do Ministério dos Transportes, e dá outras providências.

2. A solicitação visa à inclusão de novas categorias de programação ao orçamento vigente do órgão, conforme demonstrado na tabela a seguir:

R\$ 1,00		
Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério dos Transportes	31.483.000	21.458.000
Ministério dos Transportes (Administração direta)	5.000.000	5.000.000
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes –Dnit	26.483.000	16.458.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Ordinários		10.025.000
Total	31.483.000	31.483.000

3. No que concerne à Administração direta do Ministério dos Transportes, o pleito decorre da necessidade de cumprimento das exigências relativas à criação da Empresa de Transporte

Ferrovário de Alta Velocidade S.A.– ETAV, no que concerne à participação da União no seu capital, previstas no Projeto de Lei nº 7.673/2010, enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 406, de 13 de julho de 2010.

4. De acordo com o referido Projeto de Lei, a Empresa tem por objeto planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade, de forma integrada com as demais modalidades de transporte. A ETAV será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos cinquenta por cento mais uma dessas ações serão de titularidade da União, a quem caberá integralizar o capital social da Empresa e promover a constituição inicial do respectivo patrimônio por meio de capitalização em dinheiro e em bens suscetíveis de avaliação.
5. Dessa forma, tendo em vista a possibilidade de o Projeto de Lei nº 7.673/2010 ser aprovado ainda no atual exercício, o crédito permitirá àquele Ministério uma realização mínima, como entrada, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, de forma a constituir a Empresa.
6. No âmbito do Dnit, o atendimento do pleito propiciará o pagamento de débitos de obras de infraestrutura rodoviária em favor da Prefeitura Municipal de Jaraguá, no Estado de Goiás, decorrentes do rompimento de um bueiro no km 359,5 da BR-153, o qual acarretou a necessidade de desvio do tráfego da rodovia para as vias locais do perímetro urbano do Município, causando danos a essas vias. Cabe ressaltar que a Advocacia-Geral da União, por meio de sua Procuradoria-Geral Federal, manifestou-se favorável ao pagamento do referido débito, em conformidade com o Parecer nº 98/2010/LLC/PGF/AGU, de 26 de abril de 2010.
7. Ainda com relação ao Dnit, os recursos serão aplicados na conclusão de obras de adequação da infraestrutura portuária do Município de Parintins, no Estado do Amazonas, com vistas a possibilitar a atracação de navios de cruzeiro e a melhoria do tráfego de veículos durante os períodos de estiagem, na construção de terminal fluvial no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima, de forma a dar maior segurança aos usuários nas operações de embarque e desembarque, nas transposições de linhas férreas do Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, objetivando o incremento da operação ferroviária no perímetro urbano da cidade, e nas manutenções das BRs 415, no Estado da Bahia, e 480, no Estado do Rio Grande do Sul, para proporcionar melhores condições de trafegabilidade aos usuários, por meio das atividades de sinalização e conservação rotineiras.
8. Cabe destacar que parte das programações constantes deste crédito integra o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e a presente solicitação, formalizada pelo Ministério dos Transportes, viabilizar-se-á com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Ordinários, e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
9. Informo, por oportuno, que as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que, segundo o órgão, os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.
10. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 – LDO-2010, que as alterações

decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 21.458.000,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da nova programação; e

b) R\$ 10.025.000,00 (dez milhões e vinte e cinco mil reais) ao atendimento de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, condição essa que também se aplica ao item "a", acima, tendo em vista que o § 2º do art. 1º desse Decreto condiciona a execução dos créditos abertos e reabertos aos referidos limites.

11. Em atendimento ao disposto no art. 56, § 10, da LDO-2010, é demonstrado, em quadro anexo à Exposição de Motivos, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, utilizado parcialmente no atendimento desse crédito.

12. Vale ressaltar, finalmente, que integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Plano Plurianual – PPA 2008-2011, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação “12P9 – Transposições de Linha Férrea – no Município de Juiz de Fora – no Estado de Minas Gerais”, que passa a se incorporar ao referido Plano. As demais ações contempladas neste crédito não implicam alteração desse Plano, por se tratar de programação constante do PPA 2008-2011, de ação cuja execução não ultrapassará o exercício vigente ou de programação integrante de programa destinado exclusivamente a operações especiais.

13. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do citado crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Fonte 00: Recursos Ordinários	R\$ 1,00
(A) Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2009 (*)	8.783.992.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	1.745.895.386
(C) Créditos Extraordinários	3.440.257.684
Abertos	3.440.257.684
Em Tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	3.548.464.950
Abertos	3.200.947.950
Em Tramitação	337.492.000
Valor deste crédito	10.025.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	-54.539.029
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	103.913.009

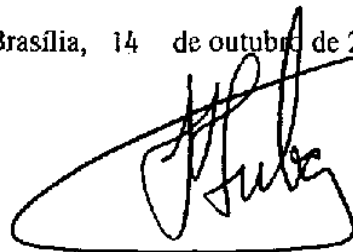
(*) Portaria STN nº 185, de 29 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2010.

Mensagem nº 615

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 31.483.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Seção IV**Das Revisões e Alterações do Plano**

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
- II – créditos reabertos no exercício de 2010;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”,

ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
Ministério do Planejamento, Orçamento e									
47000 Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e									
55000 Combate à Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante									
do Ensino Superior/FIEES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento -

PAC

R\$ Mil

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 80, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 157, DE 2010-CN
(nº 616/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 835.800.252,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 835.800.252,00 (oitocentos e trinta e cinco milhões, oitocentos mil, duzentos e cinquenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Financeiros, no valor de R\$ 32.585.000,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais);

II – excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 20.333.131,00 (vinte milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e trinta e um reais); e

III – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 782.882.121,00 (setecentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e vinte e um reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25903 - FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									37.854.681
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 846	0909 0465	COBERTURA DO DEFICIT DO SEGURO HABITACIONAL							37.854.681
04 846	0909 0465 0001	COBERTURA DO DEFICIT DO SEGURO HABITACIONAL - NACIONAL							37.854.681
			F	3	0	90	0	180	37.854.681
TOTAL - FISCAL									37.854.681
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.854.681

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS									20.333.131
		ATIVIDADES							
23 691	0411 2031	SERVIÇOS DE REGISTRO MERCANTIL E ATIVIDADES AFINS							20.333.131
23 691	0411 2031 0001	SERVIÇOS DE REGISTRO MERCANTIL E ATIVIDADES AFINS - NACIONAL							20.333.131
			F	3	2	90	0	150	11.905.000
			F	4	2	90	0	150	8.428.131
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA									3.713.657
		ATIVIDADES							
23 122	0412 2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA							200.000
23 122	0412 2272 0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL							200.000
			F	3	2	90	0	186	200.000
23 128	0412 2766	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR							350.000
23 128	0412 2766 0001	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR - NACIONAL							350.000
			F	3	2	90	0	186	350.000
23 693	0412 8146	PRIMEIRA EXPORTAÇÃO							3.163.657
23 693	0412 8146 0001	PRIMEIRA EXPORTAÇÃO - NACIONAL							3.163.657
			F	3	2	90	0	186	3.163.657

5.92E+00

[illegible]

30-0000

		OPERACOES ESPECIAIS							
28 B46	0909 00C7	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO PELAS DESPESAS COM CONCESSAO, PERMISSAO OU AUTORIZACAO DE SERVICOS PUBLICOS (LEI Nº 9.491, DE 1997)							30.000
28 B46	0909 00C7 0001	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO PELAS DESPESAS COM CONCESSAO, PERMISSAO OU AUTORIZACAO DE SERVICOS PUBLICOS (LEI Nº 9.491, DE 1997) - NACIONAL							30.000
			1	3	2	90	0	100	30.000

29,995.788

1

29.996.789

ORGÃO : 24000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28233 - SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	D	D	D	U	T	
0392 POLO INDUSTRIAL DE MANAUS									5.081.000
		PROJETOS							
22 661	0392 5036	REVITALIZACAO E EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS							5.081.000
22 661	0392 5086 0101	REVITALIZACAO E EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM							5.082.000
			P	4	2	90	0	174	5.082.000

3.267.000

		OPERACOES ESPECIAIS							
22.846	1010 0506	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP							3.207.000
22.846	1020 0506 0139	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NA AREA DE ATUACAO DA SUFRAMA							3.207.000
			F	3	2	90	D	174	3.207.000

8,289,000

1

9,289,000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S E N C I A L	G R A T U O S O B R E	R P O S I C I O N A L	M O D O S O B R E	U T I L I Z A C A O	P E S O U R C O	VALOR
1001 GESTAO DA POLITICA DE TURISMO									1.000.000
		ATIVIDADES							
23 571	1001 2C01	ESTUDOS E PESQUISAS DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO AMBITO DO ATIVO TURISTICO BRASILEIRO							1.000.000
23 571	1001 2C01 0058	ESTUDOS E PESQUISAS DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO AMBITO DO ATIVO TURISTICO BRASILEIRO - CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE							1.000.000
			1	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P E C I A L	G R U P O	M O D O	I N D I C E	F I T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								175.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 601	0909 0265	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991)						175.000.000
28 601	0909 0265 0001	INDENIZACOES E RESTITUICOES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUARIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991) - NACIONAL						175.000.000
TOTAL - FISCAL								175.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								175.000.000

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25103 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	ESF	END	GRUPO	MOD	U	FE	VALOR
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA									57.431.783
PROJETOS									
04 122	0770 10AX	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS - SP							1.000.000
04 122	0770 10AX 0001	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS - SP - NACIONAL	F	4	2	90	0	139	1.000.000
04 122	0770 10B2	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC							2.100.000
04 122	0770 10B2 0001	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC - NACIONAL	F	4	2	90	0	139	2.100.000
04 125	0770 126U	MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA E REPRESSÃO DE ENTRADA E SAÍDA DE CARGAS DO PAÍS							40.416.816
04 125	0770 126U 0001	MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA E REPRESSÃO DE ENTRADA E SAÍDA DE CARGAS DO PAÍS - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	3.000.000
			F	4	2	90	0	132	37.416.816
ATIVIDADES									
04 126	0770 2248	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL							13.914.967
04 126	0770 2248 0001	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	13.914.967
TOTAL - FISCAL									57.431.783
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									57.431.783

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25903 - FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIÁVEIS SALARIAIS

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N L	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									37.854.681
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 846	0909 0023	COBERTURA DO RESIDUO RESULTANTE DE CONTRATOS FIRMADOS COM O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO							37.854.681
04 846	0909 0023 0001	COBERTURA DO RESIDUO RESULTANTE DE CONTRATOS FIRMADOS COM O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITACAO - NACIONAL							37.854.681
TOTAL - FISCAL									37.854.681
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.854.681

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITULO/PRODUTO	P F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0392 POLO INDUSTRIAL DE MANAUS									5.082.000
		ATIVIDADES							
22 691	0392 8184	PROMOCAO COMERCIAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS							5.082.000
22 691	0392 8184 0010	PROMOCAO COMERCIAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS - NA REGIAO NORTE							5.082.000
			F	3	2	90	0	174	5.082.000
1020 INTERIORIZACAO DO DESENVOLVIMENTO DA AREA DE ATUACAO DA SUFRAMA									3.207.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
22 846	1020 0506	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP							3.207.000
22 846	1020 0506 0139	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZONIA OCIDENTAL E AREAS DE LIVRE COMERCIO DE MACAPA E SANTANA - AP - NA AREA DE ATUACAO DA SUFRAMA							3.207.000
			F	4	2	90	0	374	3.207.000
TOTAL - FISCAL									8.289.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.289.000

ORGÃO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S T	G D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1001 GESTAO DA POLITICA DE TURISMO									1.000.000
		ATIVIDADES							
23 571	1001 2C01	ESTUDOS E PESQUISAS DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO AMBITO DO ATIVO TURISTICO BRASILEIRO							1.000.000
23 571	1001 2C01 0058	ESTUDOS E PESQUISAS DAS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO AMBITO DO ATIVO TURISTICO BRASILEIRO - CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE							1.000.000
			1	4	2	99	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									20.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 451	0909 00EF	EQUALIZACAO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS EM OPERACOES DE FINANCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURA EM PROJETOS DE HABITACAO POPULAR (LEI Nº 11.977, DE 2009)							20.000.000
28 451	0909 00EF 0001	EQUALIZACAO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS EM OPERACOES DE FINANCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURA EM PROJETOS DE HABITACAO POPULAR (LEI Nº 11.977, DE 2009) - NACIONAL							20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	Q	U	T	
			D	D		D		E	
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR									648.643.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
20 645	0352 008H	EQUALIZACAO DE JUROS EM FINANCIAMENTOS DESTINADOS A LIQUIDACAO DE DIVIDAS DE PRODUTORES RURAIS E COOPERATIVAS (LEI N° 11.524, DE 2007)							5.000.000
20 605	0352 008H 0001	EQUALIZACAO DE JUROS EM FINANCIAMENTOS DESTINADOS A LIQUIDACAO DE DIVIDAS DE PRODUTORES RURAIS E COOPERATIVAS (LEI N° 11.524, DE 2007) - NACIONAL							5.000.000
			F	3	1	90	0	100	5.000.000
20 605	0352 0300	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI N° 8.427, DE 1992)							643.643.000
20 605	0352 0300 0001	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL							643.643.000
			F	3	1	90	0	100	643.643.000
TOTAL - FISCAL									648.643.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									648.643.000

EM nº 00299/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito suplementar no valor global de R\$ 835.800.252,00 (oitocentos e trinta e cinco milhões, oitocentos mil, duzentos e cinquenta e dois reais), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, conforme discriminado a seguir:

		R\$ 1,00	
Discriminação	Suplementação	Origem dos	
	o	Recursos	
Ministério da Fazenda	95.286.464	95.286.464	
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	40.516.816	57.431.783	
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN	16.914.967	0	
Fundo de Compensação e Variações Salariais – FCVS	37.854.681	37.854.681	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	38.285.788	17.952.657	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Administração direta)	29.996.788	9.663.657	
Superintendência da Zona	8.289.000	8.289.000	

Franca de Manaus – Suframa

Ministério do Turismo	1.000.000	1.000.000
Ministério do Turismo (Administração direta)	1.000.000	1.000.000
Encargos Financeiros da União	175.000.000	20.000.000
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	175.000.000	20.000.000
Operações Oficiais de Crédito	526.228.000	648.643.000
Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda	493.643.000	648.643.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	32.585.000	0
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Financeiros, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	0	32.585.000
Excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros	0	20.333.131
Total	835.800.252	835.800.252

2. No âmbito do Ministério da Fazenda, o crédito viabilizará o pagamento de despesas administrativas para o funcionamento do Conselho de Contribuintes, a aquisição de equipamentos para os trabalhos de auditoria e fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a priorização das obras do edifício-sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba, no

Estado de São Paulo. Na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, possibilitará o pagamento de despesas de manutenção e de operacionalização das renegociações de dívidas rurais. No Fundo de Compensação e Variações Salariais, permitirá custear o resultado negativo do seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação e todas as operações assumidas pelo Fundo de forma integral.

3. Com relação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o crédito possibilitará formar mestres e doutores e capacitar funcionários na área de comércio exterior, firmar convênios para a internacionalização e o apoio a pequenas e microempresas e dotar seu edifício-sede das condições adequadas de segurança e habitabilidade, bem como reformar o edifício do Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, contratar serviços e adquirir equipamentos para o cumprimento de obrigações no âmbito do Sistema Nacional de Registro Mercantil. Também permitirá o ressarcimento ao gestor do Fundo Nacional de Desestatização pelas despesas com a continuidade dos trabalhos relacionados à concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, a ampliação da infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e o apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental e nas Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana.

4. Quanto ao Ministério do Turismo, o crédito garantirá ao Centro de Profissionais e Geração de Emprego – Ceproge a execução do Plano de Ação para Atração de Investimentos Turísticos no Município do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, conforme solicitação parlamentar encaminhada por meio do Ofício Of.Gab.JC/Nº 091/2010, de 7 de julho de 2010, com vistas à troca de Grupo de Natureza de Despesa – GND 4 (investimento) para GND 3 (custeio) da emenda parlamentar nº 32510003.

5. No âmbito de Encargos Financeiros da União, o pleito atenderá a ampliação de cobertura de riscos introduzida pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro.

6. o que diz respeito às Operações Oficiais de Crédito, permitirá o pagamento de subvenções econômicas, relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, cujo montante previsto para a Safra 2010/2011 foi subestimado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária de 2010, além de despesas decorrentes do alongamento da dívida do crédito rural. Os recursos suplementares viabilizarão também o pagamento de dividendos devidos aos cotistas minoritários do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND referentes ao resultado apurado no exercício de 2009.

7. Cumpre informar que a abertura do presente crédito decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de dispêndios até o final do presente exercício, inclusive no que se refere a cancelamento de emenda por solicitação parlamentar.

8. O presente crédito será viabilizado com recursos oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício financeiro de 2009, relativo a Recursos Próprios Financeiros, de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 – LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 32.585.000,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais) referem-se ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira;

b) R\$ 20.333.131,00 (vinte milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e trinta e um reais) ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias;

c) R\$ 668.643.000,00 (seiscentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e três mil reais) a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias;

d) R\$ 37.854.681,00 (trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais) a remanejamento entre despesas financeiras; e

e) R\$ 76.384.440,00 (setenta e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais) a remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização da programação ou da dotação suplementada, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, condição essa que também se aplica aos itens “a” e “b” acima, tendo em vista que o § 2º do art. 1º desse Decreto condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos referidos limites.

10. O excesso de arrecadação e o superávit financeiro utilizados neste crédito são demonstrados nos quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, §§ 9º e 10, respectivamente, da LDO-2010.

11. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 74903 – Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND -
Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior
Fonte 80: Recursos Próprios Financeiros

(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	5.829.688.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	32.585.000
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	32.585.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	5.797.103.000

(A) Portaria STN nº 187A, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2010.

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 28101- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

R\$ 1,00

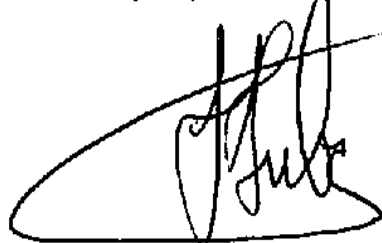
NATUREZA	2010		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
16000000 Receita de Serviços	8.763.279	36.315.463	27.552.184
Total	8.763.279	36.315.463	27.552.184
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			20.983.131
Abertos			0
Em tramitação			650.000
Valor deste crédito			20.333.131
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			6.569.053

Mensagem nº 616

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 835.800.252,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

.....

Seção IV**Das Revisões e Alterações do Plano**

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

.....

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
 - II – créditos reabertos no exercício de 2010;
 - III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- e
- IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

LEI Nº 12.058, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais; altera as Leis nos 11.786, de 25 de setembro de 2008, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.882, de 23 de dezembro de 2008, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 10.925, de 23 de julho de 2004, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.893, de 13 de julho de 2004, 9.454, de 7 de abril de 1997, 11.945, de 4 de junho de 2009, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 11.326, de 24 de julho de 2006, 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 9.703, de 17 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 11.772, de 17 de setembro de 2008, a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei no 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e o art. 13 da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

.....

ANEXO I **PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO**

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à									
55000 Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Finance. ao Estudante do									
Ensino Superior/FIEES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

R\$ Mil

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 81, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 158, DE 2010-CN
(nº 617/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 12.939.802,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 12.939.802,00 (doze milhões, novecentos e trinta e nove mil, oitocentos e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORÇAO : 9000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 9000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P E C I A L	G E R A L	M O D O	I N T E	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA							12.939.802
OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	9999 9998	RESERVA DE CONTINGENCIA					12.939.802
99 999	9999 9998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL					12.939.802
TOTAL - FISCAL							12.939.802
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							12.939.802

EM nº 00300/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial no valor de R\$ 12.939.802,00 (doze milhões, novecentos e trinta e nove mil, oitocentos e dois reais), em favor do Ministério da Integração Nacional.

2. A solicitação visa, por meio da inclusão de novas categorias de programação ao orçamento vigente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, permitir o implemento das medidas necessárias à conclusão das seguintes obras relacionadas no relatório de fiscalização constante do Processo nº TC-016.162/2009-3, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União - TCU de que trata o item 9.6 do Acórdão nº 617/2010-TCU-Plenário, de 31 de março de 2010:

a) implantação do projeto comunitário de irrigação de Pedra Grande no Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco;

b) pavimentação de 48,3 km de estradas vicinais nos perímetros irrigados de Maniçoba, Salitre, Mandacaru, Tourão e Curaçá no Município de Juazeiro, no Estado da Bahia;

c) construção da Barragem de Boqueirão no Município de Cabrobó, no Estado de Pernambuco;

d) construção da Barragem Serra do Brejo no Município de Queimada Nova, no Estado do Piauí;

e) recuperação de 53,5 km de estradas vicinais no Município de Piatã, no Estado da Bahia; e

f) construção de uma ponte de 80 metros sobre o rio Gameleira no Município de Beneditinos, no Estado do Piauí.

3. Cabe destacar que a solicitação constante deste crédito foi formalizada pelo órgão e será atendida com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem ao atendimento de despesas primárias discricionárias à conta de recursos de origem financeira, cuja execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, e o § 2º do art. 1º desse Decreto condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos referidos limites.

5. Saliento, finalmente, que as programações contempladas no crédito em questão não implicam alteração do Plano Plurianual 2008-2011, aprovado pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, uma vez que a execução não ultrapassará o exercício vigente.

6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 617

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 12.939.802,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

- a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;
- b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;
- c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e
- d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2010;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de

Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas: (Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

I - aos grupos de natureza de despesa: (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

c) "6 - Amortização da Dívida"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

III - aos recursos de doações e de convênios; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

ANEXO I PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à									
55000 Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	1.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do									
Ensino Superior/ FIEES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
Desenvolvimento/FND-MD/C	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 82, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 159, DE 2010-CN
(nº 618/2010, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 382.982.132,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 382.982.132,00 (trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 15101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO J

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	GF	MD	OU	FE	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								250.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 846	0909 00A2	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DO SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO.						250.000.000
28 846	0909 00A2 0001	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DO SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO. - NACIONAL						250.000.000
TOTAL - FISCAL								250.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								250.000.000

ORGÃO : 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
UNIDADE : 54101 - MINISTERIO DO TURISMO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	GR	MO	ITE	VALOR
			S	P	D	E	
			F	D			
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSAO							300.000
		PROJETOS					
23 695	1166 10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA					300.000
23 695	1166 10V0 1053	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NO MUNICIPIO DE QUIRICARGAS - BA					300.000
			F	4	2	40	0 100
TOTAL - FISCAL							300.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							300.000

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F	G R P D	R M O D	I M O D	F O U T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								2.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 845	0909 00FX	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS - FGP						1.500.000
28 845	0909 00FX 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS - FGP - NACIONAL						2.500.000
			F	5	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.500.000

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71102 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S E	G R U P O	R E M O D O	I M O D O	F O U T E	VALOR
0910 OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS								130.182.132
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 212	0910 00GH	CONTRIBUICAO VOLUNTARIA A ORGANIZACAO DE SAUDE ANIMAL - OIE VOLUNTARIA (MAPA)						458.244
28 212	0910 00GH 0001	CONTRIBUICAO VOLUNTARIA A ORGANIZACAO DE SAUDE ANIMAL - OIE VOLUNTARIA (MAPA) - NACIONAL	F	3	2	80	0 100	458.244
28 212	0910 00GI	CONTRIBUICAO A UNIAO DESPORTIVA MILITAR SUL-AMERICANA - UDMSA (MD)						1.242
28 212	0910 00GI 0001	CONTRIBUICAO A UNIAO DESPORTIVA MILITAR SUL-AMERICANA - UDMSA (MD) - NACIONAL	F	3	2	80	0 100	1.242
28 845	0910 00HY	CONTRIBUICAO VOLUNTARIA AO FUNDO PARA A CONVERGENCIA ESTRUTURAL E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MERCOSUL - FOCEM VOLUNTARIA (MRE)						126.000.000
28 845	0910 00HY 0001	CONTRIBUICAO VOLUNTARIA AO FUNDO PARA A CONVERGENCIA ESTRUTURAL E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MERCOSUL - FOCEM VOLUNTARIA (MRE) - NACIONAL	F	3	2	80	0 100	126.000.000
28 212	0910 00IV	CONTRIBUICAO VOLUNTARIA A ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA A ALIMENTACAO E AGRICULTURA - FAO VOLUNTARIA (MRE)						119.209
28 212	0910 00IV 0001	CONTRIBUICAO VOLUNTARIA A ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS PARA A ALIMENTACAO E AGRICULTURA - FAO VOLUNTARIA (MRE) - NACIONAL	F	3	2	80	0 100	119.209

		ATIVIDADES							
04 123	0773 2077	GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA							2.200.000
04 123	0773 2077 0001	GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	2.200.000
04 126	0773 2081	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DO							12.110.601
04 126	0773 2081 0001	TESOURO NACIONAL							12.110.601
04 126	0773 2086	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA -							4.640.809
04 126	0773 2086 0001	SIAFI	F	3	2	90	0	100	4.640.809
04 126	0773 3599	IMPLANTAÇÃO DO NOVO SIAFI							3.813.590
04 126	0773 3599 0001	IMPLANTAÇÃO DO NOVO SIAFI - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	3.813.590
		PROJETOS							
		TOTAL - FISCAL							28.678.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							28.678.000

ORÇAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25103 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0770 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA									221.122.000
04 125	0770 2237	AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA							44.125.183
04 125	0770 2237 0001	AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	44.125.183
04 126	0770 2247	SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR -							63.500.000
04 126	0770 2247 0001	SISCOMEX							63.500.000
04 126	0770 2248	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA							113.496.817
04 126	0770 2248 0001	RECEITA FEDERAL	F	3	2	90	0	100	113.496.817
		TOTAL - FISCAL							221.122.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							221.122.000

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0913 OPERACOES ESPECIAIS - PARTICIPACAO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS									37.047.857
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 846	0913 00EU	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO CENTRO-AMERICANO DE INVESTIMENTOS - BCIE							37.047.857
04 846	0913 00EU 8001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO CENTRO-AMERICANO DE INVESTIMENTOS - BCIE - NACIONAL							37.047.857
			E	S	2	90	0	100	37.047.857
TOTAL - FISCAL									37.047.857
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.047.857

ORGÃO : 55000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/FRUTO	E S N F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1049 ACESSO A ALIMENTACAO								300.000
		ATIVIDADES						
03 244	1049 8930	APOIO A IMPLANTACAO DE BANCOS DE ALIMENTOS E MERCADOS PUBLICOS						300.000
08 244	1049 8930 0072	APOIO A IMPLANTACAO DE BANCOS DE ALIMENTOS E MERCADOS PUBLICOS - REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL - OURICANGAS - BA						300.000
		EQUIPAMENTO INSTALADO (UNIDADE) 1	S	3	2	40	0 100	300.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								300.000
TOTAL - GERAL								300.000

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA 2.500.000									
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 607	0379 0006	CONTRAPRESTACAO DA UNIAO NO AMBITO DE CONTRATOS DE PARCERIA PUBLICO-PRIVADA - PPP NA AREA DE IRRIGACAO (LEI Nº 11.079, DE 2004)							2.500.000
28 607	0379 0006 0001	CONTRAPRESTACAO DA UNIAO NO AMBITO DE CONTRATOS DE PARCERIA PUBLICO-PRIVADA - PPP NA AREA DE IRRIGACAO (LEI Nº 11.079, DE 2004) - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL 2.500.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 2.500.000									

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0910 OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS 93.134.275									
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 212	0910 0064	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO LATINO-AMERICANA DE INTEGRACAO - ALADI (MRE)							182.132
28 212	0910 0064 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO LATINO-AMERICANA DE INTEGRACAO - ALADI (MRE) - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	182.132
28 212	0910 0073	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - UNIDO (MRE)							4.000.000
28 212	0910 0073 0001	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - UNIDO (MRE) - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	4.000.000
28 212	0910 0074	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO PARA A PROIBICAO DAS ARMAS QUIMICAS - OPAQ (MRE)							100.000
28 212	0910 0074 0001	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO PARA A PROIBICAO DAS ARMAS QUIMICAS - OPAQ (MRE) - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	100.000
28 212	0910 0087	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA (MRE)							2.000.000
28 212	0910 0087 0001	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA (MRE) - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	2.000.000
28 212	0910 0017	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DO CAFE - OIC (MAPA)							100.000
28 212	0910 0017 0001	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DO CAFE - OIC (MAPA) - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	100.000

EM nº 00301/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010) crédito especial no valor global de R\$ 382.982.132,00 (trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e dois reais), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ 1,00
Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda	250.000.000	250.000.000
Ministério da Fazenda (Administração direta)	250.000.000	28.878.000
Secretaria da Receita Federal do Brasil		221.122.000
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		37.047.857
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Administração direta)		37.047.857
Ministério do Turismo	300.000	
Ministério do Turismo	300.000	

(Administração direta)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		300.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)		300.000
Encargos Financeiros da União	132.682.132	95.634.275
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	2.500.000	2.500.000
Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	130.182.132	93.134.275
Total	382.982.132	382.982.132

2. No âmbito do Ministério da Fazenda, o crédito viabilizará o aporte de capital ao Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no exercício de 2010, com vistas à modernização tecnológica da Empresa.

3. No que tange ao Ministério do Turismo, permitirá o desenvolvimento de projetos de infraestrutura turística no Município de Ouriçangas, no Estado da Bahia. Trata-se de remanejamento de recursos de emenda parlamentar conforme Ofício nº 072/2010, de 7 de abril de 2010, do Gabinete do Senador João Durval.

4. No que concerne a Encargos Financeiros da União, o crédito possibilitará a integralização de cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas FGP, com o objetivo de prestar garantia ao pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais nos contratos de parceria. Além disso, viabilizará as contribuições brasileiras a diversos organismos internacionais nos quais a União participa, evitando perda de poder de voto nesses organismos, bem como a aplicação de sanções políticas e econômicas.

5. Vale destacar que a capitalização do Serpro e a realização da integralização de cotas no FGP dependerão de autorização do Presidente da República, conforme estabelecem o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, e o § 6º do art. 16 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, respectivamente.

6. O crédito decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos, segundo os quais, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os

remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

7. Cabe esclarecer, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução da nova programação, as quais serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010.

8. Ressalte-se que o crédito viabilizar-se-á mediante anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

9. Cabe salientar que o presente crédito não implica alterações do Plano Plurianual 2008-2011, aprovado pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, uma vez que, relativamente ao Ministério da Fazenda, a execução da despesa não ultrapassará o exercício vigente, ao Ministério do Turismo, trata-se da inclusão de subtítulo de ação constante do referido Plano, e no que concerne a Encargos Financeiros da União, as programações estão inseridas em programas destinados exclusivamente a operações especiais, não integrando o Plano Plurianual 2008-2011, segundo o § 2º do art. 1º da referida Lei.

10. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

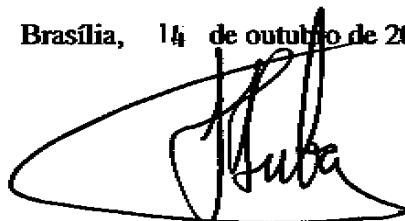
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 618

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 382.982.132,00 para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

DECRETO-LEI Nº 1.678, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1979.

Constitui reserva de contenção com parcela das receitas vinculadas da União e dá outras providências.

.....

Art 4º - Independentemente da existência de recursos orçamentários, fica vedado às empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União o aumento de capital, mediante subscrição de ações em dinheiro, exceto se expressamente autorizado, em decreto, pelo Presidente da República.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao

Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....
Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Art. 16. Ficam a União, suas autarquias e fundações públicas autorizadas a participar, no limite global de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP, que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais em virtude das parcerias de que trata esta Lei. (Vide Decreto nº 7.070, de 2010)

§ 6º A integralização com bens a que se refere o § 4º deste artigo será feita independentemente de licitação, mediante prévia avaliação e autorização específica do Presidente da República, por proposta do Ministro da Fazenda.

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 2º Não integram o Plano Plurianual os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

ANEXO I**PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO**

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à									
55000 Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do									
Ensino Superior/ FIEES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MD&C	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

RS Mil

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 83, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 160, DE 2010-CN
(nº 619/2010, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 660.998.853,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 660.998.853,00 (seiscentos e sessenta milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais);

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 3.988.361,00 (três milhões, novecentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta e um reais), sendo:

a) R\$ 1.330.872,00 (um milhão, trezentos e trinta mil, oitocentos e setenta e dois reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, e

b) R\$ 2.657.489,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais) de Taxas por Serviços Públicos;

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 558.010.492,00 (quinhentos e cinquenta e oito milhões, dez mil, quatrocentos e noventa e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei; e

IV - ingresso de Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços, no valor de R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	E T E	VALOR
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA									150.000
		ATIVIDADES							
14.128	0698.4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO - NACIONAL							150.000
14.128	0698.4572.0001	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO - NACIONAL							150.000
			F	3	2	90	0	100	150.000
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI									21.500.000
		ATIVIDADES							
06.181	1453.8855	FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA							21.500.000
06.181	1453.8855.0001	FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA - NACIONAL							21.500.000
			F	4	2	30	0	100	21.500.000
TOTAL - FISCAL									21.650.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.650.000

ORGAO : 30009 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODoviARIA FEDERAL

ANEXO I

CREDIT SUPPLEMENT A8

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N F	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS									8.720.000
		ATIVIDADES							
06 181	0663 2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS							8.720.000
06 181	0663 2723 0001	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS - NACIONAL							8.720.000
			F 3	2	90	0	100		6.000.000
			F 3	2	90	0	174		720.000
			F 4	2	90	0	100		2.000.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									6.000.000
		ATIVIDADES							
06 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							6.000.000
06 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							6.000.000
			F 3	2	90	0	100		4.000.000
			F 4	2	90	0	100		2.000.000

1386 RESENVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL										7.800.000
		ATIVIDADES								
06 181	1386 8623	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL								1.900.000
06 181	1386 8623 0001	REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		1.000.000
			F	4	2	90	0	100		200.000
										800.000
06 181	1386 8698	MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO								4.900.000
06 181	1386 8698 0001	MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		3.000.000
			F	3	2	90	0	134		1.000.000
			F	4	2	90	0	100		2.000.000
TOTAL - FISCAL										21.720.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										21.720.000

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 3100 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

ANEXO 1

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAÇA/SUBSTITUTO/PRODUTO	ESF	GR	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									14.500,000
		ATIVIDADES							
06 121	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							14.500,000
06 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							14.500,000
			P	3	2	90	0	100	14.500,000
TOTAL - FISCAL									14.500,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.500,000

ORGÃO : 38001 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0150 PROTECAO E PROMOCAO DOS POVOS INDIGENAS									20.000.000
		ATIVIDADES							
14 122	0150 1272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							20.000.000
14 122	0150 2272-0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							20.000.000
			F	3	2	90	0	100	18.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N P	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 APERFOMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL									14.490.000
		ATIVIDADES							
14 421	0661 8914	APOIO A CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAS ESTADUAIS							5.490.000
14 421	0661 8914 0001	APOIO A CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAS ESTADUAIS - NACIONAL							5.490.000
			F	4	2	30	0	118	3.000.000
			F	4	2	30	0	180	2.490.000
14 421	0661 8916	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAS							9.000.000
14 421	0661 8916 0001	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAS - NACIONAL							9.000.000
			F	4	2	90	0	118	7.000.000
			F	4	2	90	0	180	2.000.000
TOTAL - FISCAL									14.490.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.490.000

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30500 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-PRM DA POLÍCIA
FEDERAL - FUPAFON.

ANEXO I

ADDITIONAL SUPPLEMENTARY MATERIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SISTEMATICA)

RECURSOS DE JUDAS AS PONTES - 82 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N D	A P R	M G D	I U	F E	VALOR
6662 PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE								13.400.000
		ATIVIDADES						
06 181	0661 2584	SISTEMA DE EMISSAO DE PASSAPORTE E DE CONTROLE DO TRAFEGO INTERNACIONAL						4.000.000
06 181	0662 2586 0001	SISTEMA DE EMISSAO DE PASSAPORTE E DE CONTROLE DO TRAFEGO INTERNACIONAL - NACIONAL	P	3	2	90	0 174	4.000.000
06 183	0662 2720	AÇOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA						900.000
06 183	0662 2720 0001	AÇOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA - NACIONAL	P	3	2	90	0 174	900.000
06 181	0662 2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO						8.500.000
06 181	0662 2726 0001	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO - NACIONAL	P	4	2	90	0 174	8.500.000
TOTAL - FISCAL								13.400.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								13.400.000

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0621 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AEREA									2.097.413
		ATIVIDADES							
05 151	0621 2757	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE SIMULADORES							2.097.413
05 151	0621 2757 0001	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE SIMULADORES - NACIONAL							2.097.413
			E	3	2	90	0	100	2.097.413
0631 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA									168.500.000
		PROJETOS							
05 151	0632 3128	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES							168.500.000
05 151	0632 3128 0001	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES - NACIONAL							168.500.000
			F	4	2	90	0	149	81.000.000
			F	4	2	90	0	178	57.500.000
			F	4	2	90	0	300	10.000.000
		ATIVIDADES							
05 151	0632 8969	AQUISICAO DE AERONAVES							12.000.000
05 151	0632 8969 0001	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL							12.000.000
			F	4	2	90	0	100	12.000.000
TOTAL - FISCAL									162.597.413
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									162.597.413

0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL		49.425.584						
		PROJETOS						
05 152	0626 1N47	CONSTRUCAO DE NAVIOS-PATRULHA OCEANICOS CONSTRUCAO DE NAVIOS-PATRULHA OCEANICOS - NACIONAL	F	4	2	90	0	142
05 152	0626 1N47 0001							
								12.776.157
								12.776.157
05 852	0626 1944	MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS - NACIONAL	F	4	2	90	0	142
05 152	0626 1944 0001							
								26.757.883
								26.757.883
		ATIVIDADES						
05 152	0626 8950	AQUISICAO DE SISTEMAS OPERATIVOS AQUISICAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL	F	4	2	90	0	142
05 152	0626 8950 0001							
								9.951.464
								9.951.464
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL		60.880.000						
		PROJETOS						
05 572	0629 11TC	PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CICLO DO COMBUSTIVEL NUCLEAR PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CICLO DO COMBUSTIVEL NUCLEAR - NACIONAL	F	4	2	90	0	100
05 572	0629 11TC 0001							
								5.851.201
								5.851.201
05 572	0629 1421	CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR - NACIONAL	F	4	2	90	0	178
05 572	0629 1421 0001							
								54.148.799
								54.148.799
0637 SERVICO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS		39.000.000						
		ATIVIDADES						
05 302	0637 2059	ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO - NACIONAL	S	3	1	90	0	180
05 302	0637 2059 0001							
								39.000.000
								39.000.000
								16.648.799
								22.351.201
TOTAL - FISCAL								160.094.118
TOTAL - SEGURIDADE								39.000.000
TOTAL - GERAL								199.094.118

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52903 - FUNDO DO SERVICO MILITAR

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

ORGAO : 30008 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30001 - MINISTERIO DA JUSTICA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMENTOS)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	N	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0696 GESTAO E APOIO INSTITUCIONAL NA AREA DA JUSTICA																	120.000
		ATIVIDADES															
14 122	0696 1172	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA															120.000
14 122	0696 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3		2		90		0		100					120.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO																	30.000
		ATIVIDADES															
14 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE															30.000
14 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	4		2		90		0		100					30.000
1453 NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI																	21.500.000
		ATIVIDADES															
06 422	1453 8375	CAMPANHA DO DESARMAMENTO															3.000.000
06 422	1453 8375 0001	CAMPANHA DO DESARMAMENTO - NACIONAL	F	3		2		90		0		100					3.000.000
06 122	1453 8854	GESTAO E COMUNICACAO DO PRONASCI															6.700.000
06 122	1453 8854 0001	GESTAO E COMUNICACAO DO PRONASCI - NACIONAL	F	3		2		90		0		100					6.700.000
06 421	1453 8856	MODERNIZACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAI															11.800.000
06 421	1453 8856 0001	MODERNIZACAO DE ESTABELECIMENTOS PENAI	F	4		2		30		0		100					11.800.000
TOTAL - FISCAL																	21.650.000
TOTAL - SEGURIDADE																	0
TOTAL - GERAL																	21.650.000

ORGAO : 30006 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

ANEXO D

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	E M U	P T E	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS									1.720.000
		ATIVIDADES							
06 181	0663 2B11	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL							1.720.000
06 181	0663 2B11 0001	MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL							1.720.000
			F	3	2	90	0	174	1.720.000
TOTAL - FISCAL									1.720.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.720.000

ORGÃO : 30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIN DA POLÍCIA
FEDERAL - FINAPOL.

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F E	VALOR
0662 PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE								14.500.000
		ATIVIDADES						
06 181	0662 2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO						14.500.000
06 181	0662 2726 0001	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO - NACIONAL						14.500.000
			F	3	2	90	0	100
								14.500.000
1353 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL								13.400.000
		PROJETOS						
06 122	1353 16JJ	CONSTRUCAO DO ANEXO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO						6.000.000
06 122	1353 1087 0093	CONSTRUCAO DO ANEXO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						6.000.000
			F	4	2	90	0	174
06 122	1353 SE97	CONSTRUCAO DO NOVO EDIFICIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL						6.500.000
06 122	1353 SE07 0001	CONSTRUCAO DO NOVO EDIFICIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL - NACIONAL						6.500.000
			F	4	2	90	0	174
		ATIVIDADES						
06 181	1353 8600	MANUTENCAO E ATUALIZACAO DO PROJETO PROMOTEC/PRO-AMAZONIA						900.000
06 181	1353 8600 0001	MANUTENCAO E ATUALIZACAO DO PROJETO PROMOTEC/PRO-AMAZONIA - NACIONAL						900.000
			F	3	2	90	0	174
								900.000
TOTAL - FISCAL								27.900.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								27.900.000

ORGÃO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0496 INFORMACOES INTEGRADAS PARA PROTECAO DA AMAZONIA									775.815
		ATIVIDADES							
05 151	0496 4322	MANUTENCAO DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM							775.815
05 151	0496 4322 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE VIGILANCIA DA AMAZONIA - SIVAM - NACIONAL							775.815
			F 3	2	90	0	100		349.257
			F 4	2	90	0	100		426.558
0621 PREPARO E EMPREGO DA FORCA AEREA									39.918.381
		ATIVIDADES							
05 151	0621 2040	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO							36.900.026
05 151	0621 2040 0001	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO - NACIONAL							36.900.026
			F 3	2	90	0	100		31.042.391
			F 4	2	90	0	100		5.857.635
05 306	0621 2864	ALIMENTACAO DE PESSOAL							718.355
05 306	0621 2864 0001	ALIMENTACAO DE PESSOAL - NACIONAL							718.355
			F 3	2	90	0	100		718.355
05 151	0621 2868	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES							400.000
05 151	0621 2868 0001	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL							400.000
			F 4	2	90	0	100		400.000
05 151	0621 8973	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO E MATERIAL DE INTENDENCIA							1.900.000
05 151	0621 8973 0001	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO E MATERIAL DE INTENDENCIA - NACIONAL							1.900.000
			F 3	2	90	0	100		1.900.000
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROSPAIAL									31.000.000
		PROJETOS							
05 571	0627 125G	DESENVOLVIMENTO DO TURBOELICE TH 1000							31.000.000
05 572	0627 125G 0001	DESENVOLVIMENTO DO TURBOELICE TH 1000 - NACIONAL							31.000.000
			F 4	2	90	0	100		21.000.000
			F 4	2	90	0	300		10.000.000
TOTAL - FISCAL									71.694.196
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									71.694.196

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 51131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO EL

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL								66.829.733
		ATIVIDADES						
05 152	0622 2A64	MANUTENCAO DE MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA						12.776.157
05 152	0622 2A64 0001	MANUTENCAO DE MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA - NACIONAL						12.776.157
			F	3	2	90	0	142
								12.776.157
05 152	0622 2B68	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES						52.044.576
05 152	0622 2B68 0001	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL						52.044.576
			F	3	2	90	0	142
								52.044.576
0625 GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL								753.558
		ATIVIDADES						
05 131	0625 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						753.558
05 131	0625 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL						753.558
			F	3	2	90	0	100
								753.558
0616 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL								28.519.837
		PROJETOS						
05 152	0626 1942	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE MEIOS AERONAVAIS						12.944.827
05 152	0626 1942 0001	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE MEIOS AERONAVAIS - NACIONAL						12.944.827
			F	4	2	90	0	142
								12.944.827
		ATIVIDADES						
05 152	0626 4517	ELABORACAO DE ESTUDOS E PROJETOS DE CONSTRUCAO NAVAL						75.000
05 152	0626 4517 0001	ELABORACAO DE ESTUDOS E PROJETOS DE CONSTRUCAO NAVAL - NACIONAL						75.000
			F	3	2	90	0	142
								75.000
05 152	0626 8940	AQUISICAO DE MEIOS AERONAVAIS						7.500.000
05 152	0626 8940 0001	AQUISICAO DE MEIOS AERONAVAIS - NACIONAL						7.500.000
			F	4	2	90	0	142
								7.500.000
TOTAL - FISCAL								86.094.118
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								86.094.118

ORGÃO : S2000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : S2011 - FUNDO AERONÁUTICO

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTARI

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA									58.895.175
		PROJETOS							
05 781	0631 12CE	CONSTRUCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL							21.170.866
05 781	0631 12CE 0056	CONSTRUCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL - NO MUNICIPIO DE VITORIA DA CONQUISTA - BA							21.170.166
			F	4	2	30	0	100	18.512.046
			F	4	2	30	0	250	2.652.120
05 151	0631 5150	REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL							31.163.853
05 151	0631 5150 0050	REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL - NO MUNICIPIO DE ANIQUENES - RO							17.380.939
05 151	0631 5150 0052	REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL - AMPLIACAO DO AERODROMO DE YAUARETE EM SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM							17.380.939
			F	4	2	90	0	100	13.782.912
			F	4	2	90	0	100	11.522.016
			F	4	2	90	0	250	2.260.896
05 781	0631 7H36	CONSTRUCAO DO AEROPORTO DA REGIAO DA SERRA GAUCHA - RS							6.561.158
05 781	0631 7H36 0056	CONSTRUCAO DO AEROPORTO DA REGIAO DA SERRA GAUCHA - RS - NO MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL - RS							6.561.158
			F	4	2	30	0	100	3.909.838
			F	4	2	30	0	250	2.652.120
TOTAL - FISCAL									58.895.175
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									58.895.175

ORGÃO : 52400 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52931 - FUNDO NAVAL

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO {CANCELAMENTO}

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	O	T	
			F	D		D		E	
6622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL									1.101.906
		ATIVIDADES							
05 152	0622 2A64	MANUTENCAO DE MEIOS OPERATIVOS DA MARINELA							1.102.906
05 152	0622 2A64 0001	MANUTENCAO DE MEIOS OPERATIVOS DA MARINELA - NACIONAL							1.102.906
			F	3	2	90	0	280	1.102.906

0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL								666.295
		ATIVIDADES						
05 152	0626 8947	AQUISICAO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS						666.295
05 152	0626 8947 0001	AQUISICAO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS - NACIONAL						666.295
			F	4	2	90	0	280
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA								2.320.623
		ATIVIDADES						
05 128	0633 8953	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E ESPECIALIZACAO DE MILITARES E CIVIS DA MARINHA						2.320.623
05 128	0633 8953 0001	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E ESPECIALIZACAO DE MILITARES E CIVIS DA MARINHA - NACIONAL						2.320.623
			F	3	2	90	0	280
			F	4	2	90	0	280
								309.585
								2.011.035
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								151.067
		ATIVIDADES						
05 122	0750 2800	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						151.067
05 122	0750 2800 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL						151.067
			F	3	2	90	0	280
TOTAL - FISCAL								4.240.891
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								4.240.891

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									271.200.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							271.200.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							271.200.000
			F	9	0	99	0	100	40.000.000
			F	9	0	99	0	178	231.200.000
TOTAL - FISCAL									271.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									271.200.000

EM nº 00302/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, no valor global de R\$ 660.998.853,00 (seiscentos e sessenta milhões, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e três reais), conforme discriminado a seguir:

		R\$ 1,00	
Discriminação	Suplementação	Origem dos	
	o	Recursos	
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	105.886.112	65.886.112	
- Ministério da Justiça (Administração direta)	21.650.000	21.650.000	
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	21.720.000	1.720.000	
- Departamento de Polícia Federal - DPF	14.500.000		
- Fundação Nacional do Índio - Funai	20.000.000		
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDDD	126.112	126.112	
- Fundo Penitenciário Nacional - Funpen	14.490.000	14.490.000	
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da	13.400.000	27.900.000	

Polícia Federal - Funapol

MINISTÉRIO DA DEFESA	555.112.741	220.924.380
- Comando da Aeronáutica	162.597.413	71.694.196
- Comando do Exército	118.200.000	
- Comando da Marinha	199.094.118	86.094.118
- Fundo do Serviço Militar	3.988.361	
- Fundo Aeronáutico	48.991.958	58.895.175
- Fundo do Exército	18.000.000	
- Fundo Naval	4.240.891	4.240.891
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		271.200.000
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros	0	18.000.000
Excesso de arrecadação de:		3.988.361
- Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia		1.330.872
- Taxas por Serviços Públicos		2.657.489
Ingresso de Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços		81.000.000
Total	660.998.853	660.998.853

2. No Ministério da Justiça, o presente crédito possibilitará a realização do programa permanente de capacitação, voltado ao desenvolvimento e aprimoramento profissional dos

servidores do órgão e, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, o apoio às políticas de segurança cidadã, com foco nos territórios onde há descoesão social, o fortalecimento das instituições de segurança pública e a valorização dos profissionais e operadores de segurança pública, na Administração direta; a continuidade das ações de patrulhamento ostensivo de rodovias e estradas federais, envolvendo gastos com o abastecimento e manutenção de veículos e aeronaves, bem como dos serviços de informática, referentes à manutenção e modernização de sistemas de tecnologia da informação, além da aquisição de mobiliário e reforma de unidades operacionais, no Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF; a manutenção administrativa da unidade e a prestação de serviços de tecnologia da informação e de controle migratório, no Departamento de Polícia Federal - DPF; e a aquisição de veículos, equipamentos de informática e mobiliário para o edifício-sede e para as novas coordenações regionais, bem como o pagamento de despesas de manutenção, na Funai.

3. Viabilizará ainda o atendimento de projetos de entidades que atuam na defesa dos direitos difusos, notadamente naqueles relacionados ao meio ambiente, na defesa do consumidor, na reparação de bem de valor artístico, histórico e cultural, no Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDDD; a aquisição de aeronave para deslocamento e transferência de presos do sistema penitenciário federal e a disponibilização de 150 novas vagas para estabelecimentos penais estaduais, no Fundo Penitenciário Nacional - Funpen; a continuidade do atendimento aos serviços de emissão de passaportes, com a manutenção do sistema de emissão de passaporte e da caderneta, o desenvolvimento de trabalhos de inteligência necessários à investigação policial e o provimento da Polícia Federal com equipamentos de segurança individual para enfrentamento ao crime, mediante a aquisição de coletes balísticos e outros equipamentos de segurança e proteção policial, no Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol.

4. No Ministério da Defesa, o crédito possibilitará a aquisição, a modernização e a revitalização de diversas aeronaves e a manutenção e suprimento de simuladores, no âmbito do Comando da Aeronáutica; a implantação do sistema de aviação do Exército, a recomposição do estoque estratégico de munição e a aquisição de fardamento, no âmbito do Comando do Exército; a continuidade ao Programa Nuclear da Marinha (PNM) para a construção de um submarino movido à energia nuclear, a construção de quatro navios-patrulha de 500 toneladas, a recertificação de mísseis/torpedos, a recomposição do estoque estratégico de munição, o custeio de despesas com atendimento médico-hospitalar, a manutenção do estoque de segurança de suprimentos alimentícios e de rações operacionais e do preparo adequado das unidades navais, bem como de suas tripulações, em estado de prontidão operativa, no âmbito do Comando da Marinha; a aplicação de recursos vinculados às atividades do Sistema de Serviço Militar obrigatório, no âmbito do Fundo do Serviço Militar; o atendimento de militares e seus dependentes em clínicas e hospitais particulares, o desenvolvimento de projetos bélicos e associados, a recuperação das instalações prediais de diversas organizações militares, no âmbito do Fundo Aeronáutico; o atendimento das despesas de conservação patrimonial para o aprestamento da força terrestre, no âmbito do Fundo do Exército; e, por fim, a modernização dos meios navais, no Fundo Naval.

5. A abertura do presente crédito decorre de solicitação formalizada pelos Ministérios envolvidos e viabilizar-se-á à conta de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, de excesso de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e de Taxas por Serviços Públicos, de anulação parcial de dotações orçamentárias e de ingresso de Operações de Crédito

Externas - em Bens e/ou Serviços, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Segundo informações desses órgãos, os remanejamentos propostos não trarão prejuízo à execução das programações objetos de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

7. Cabe informar que o Ministério da Justiça apresentou autorização do Deputado Federal Geraldo Magela para o remanejamento parcial de recursos incluídos no orçamento por meio de emenda parlamentar, conforme Mensagem Eletrônica, de 9 de setembro de 2010, enviada pelo Assessor Parlamentar Tiago de Vasconcelos Grossi.

8. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que as despesas serão executadas de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, conforme dispõe o § 2º do art. 1º do referido Decreto, sendo que:

a) R\$ 370.200.000,00 (trezentos e setenta milhões e duzentos mil reais) referem-se a suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira;

b) R\$ 3.988.361,00 (três milhões, novecentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta e um reais) a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias; e

c) R\$ 286.810.492,00 (duzentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e noventa e dois reais) a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada.

9. Adicionalmente, são demonstrados, nos quadros anexos à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto nos §§ 9º e 10 do art. 56 da LDO-2010, os excessos de arrecadação de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e de Taxas por Serviços Públicos e o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros, utilizados parcialmente neste crédito.

10. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 52903 - Fundo do Serviço Militar

Fonte 75: Taxas por Serviços Públicos

R\$ 1,00

NATUREZA	2010		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	(C) = (B) - (A)
11221500 Taxa Militar	2.382.544	7.930.273	5.547.729
Total	2.382.544	7.930.273	5.547.729
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			2.657.489
Abertos			
Em tramitação			
Valor deste crédito			2.657.489
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			2.890.240

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO
(Art. 56, § 10, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 52921 - Fundo do Exército

Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros

R\$ 1,00

(A) Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2009	74.066.000
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	0
(C) Créditos Extraordinários	0
Abertos	0
Em tramitação	0
Valor deste crédito	0
(D) Créditos Suplementares e Especiais	48.000.000
Abertos	0
Em tramitação	30.000.000
Valor deste crédito	18.000.000
(E) Outras modificações orçamentárias efetivadas	0
(F) Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)	26.066.000

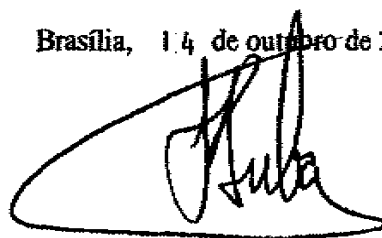
(A) Portaria STN nº 187, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial de 31 de março de 2010.

Mensagem nº 619

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 660.998.853,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2010;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas: (Renumerado do parágrafo único pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

I - aos grupos de natureza de despesa: (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

c) "6 - Amortização da Dívida"; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

III - aos recursos de doações e de convênios; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, e não constantes do Anexo VI deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R\$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.009	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à									
55000 Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do									
Ensino Superior/ FIES- MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de									
74912 Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 84, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 161, DE 2010-CN
(nº 620/2010, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 278.710.340,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 278.710.340,00 (duzentos e setenta e oito milhões, setecentos e dez mil, trezentos e quarenta reais), para atender à programação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 1.668.620,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, seiscentos e vinte reais);

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 274.341.720,00 (duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte reais), conforme indicado nos Anexos III e IV desta Lei; e

III - repasse da União sob a forma de aumento da participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 11000- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
UNIDADE : 11001- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (SUPLEMENTACIÓN)

RECLAMOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	E N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0568 PRESTACAO JURISDICCIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA									2.500.000
		PROJETOS							
02 126	0568 1H24	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL II NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA (E-JUS)							2.500.000
02 126	0568 1H24 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL II NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA (E-JUS) - NACIONAL							2.500.000
			F	3	2	90	0	100	1.200.000
			F	3	2	90	0	127	1.300.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 11101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									28.087.543
		ATIVIDADES							
02 712	0569 2058	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA							240.000
02 712	0569 2058 0001	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	240.000
02 061	0569 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							10.000.000
02 061	0569 4224 0001	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NACIONAL	F	3	1	90	0	170	10.000.000
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							17.847.543
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	9.450.067
			F	4	2	90	0	100	8.397.476
TOTAL - FISCAL									28.087.543
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.087.543

ORGAO : 12098 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12062 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL BA 1A REGIAO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES SF	OR NP	MO D	U E	FE	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL								1.952.626
		ATIVIDADES						
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL						1.952.626
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL						1.952.626
			F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								1.952.626
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.952.626

ORGAO : 12060 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 24. REGIAO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTARE

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	C	R	M	I	F	VALOR
			F	D	P	O	D	U	T	
0549 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL										1.890.164
		ATIVIDADES								
02 061	0549 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL								1.890.164
02 061	0549 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL								1.890.164
			F	3	2	90	0	100		1.512.131
			F	4	2	90	0	100		378.033
TOTAL - FISCAL										1.890.164
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.890.164

UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			S	D	F	D		E	
0569		PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL							1.348.193
		ATIVIDADES							
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL							1.348.193
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL							1.348.193
			F	3	2	90	0	100	1.078.554
			F	4	2	90	0	100	269.639
		TOTAL - FISCAL							1.348.193
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							1.348.193

UNIDADE : 1405 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									122.981
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							122.981
02 122	0570 5439 1287	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE VALENCA - BA	F	4	2	90	0	100	122.981
TOTAL - FISCAL									122.981
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									122.981

ORGAO : 14800 - JUSTICA ELEITORAL

UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO-PRODUTO	ESN	GR	MOD	U	FTE	VALOR
		#570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL						675.000
		PROJETOS						
02 122	0570 7E46	CONSTRUCAO DE ANEXO AO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL						675.000
02 122	0570 7E46 0053	CONSTRUCAO DE ANEXO AO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	2	90	0 300	675.000
		TOTAL - FISCAL						675.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						675.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL.

UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I G	F I T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								160.000
		ATIVIDADES						
02 122	0570 1E17	REFORMA DE CARTORIOS ELEITORAIS						160.000
02 122	0570 2E17 0026	REFORMA DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						160.000
			F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								160.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								160.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ANEXO I

CREDIT TO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	END	GRUPO	MOD	U	ITE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									44.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							44.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	E	4	2	90	0	300	44.000
TOTAL - FISCAL									44.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	E N D	G R P	M O D	I D	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									550.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							550.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	550.000
TOTAL - FISCAL									550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									550.000

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

UNIDADE : 15003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SÃO PAULO

ANEXO E

CREDIT SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R U P O	M O D O	I N I C I A L	F I N A N C I A R I O	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA								1.525.712
		ATIVIDADES						
02 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES						1.525.712
02 061	0571 4224 0035	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DE SAO PAULO						1.525.712
			F	3	1	90	8 178	1.525.712
TOTAL - FISCAL								1.525.712
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.525.712

ORGAO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

UNIDADE: 15164 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO - MINAS GERAIS

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	TE	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								1.321.866
		ATIVIDADES						
02 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES						1.321.866
02 061	0571 4224 0031	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						1.321.866
			F	3	1	90	0,178	1.321.866
TOTAL - FISCAL								1.321.866
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.321.866

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICIONAL TRABALHISTA									777.387
		ATIVIDADES							
02.061 02.061	0571.4024 0571.4224-0029	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DA BAHIA	F	3	1	90	0	178	700.000 700.000
02.061 02.061	0571.4256 0571.4256-0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	77.387 77.387
TOTAL - FISCAL									777.387
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									777.387

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S	E N D	G R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									160.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							160.000
02 061	0571 4224 0026	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							160.000
			F	3	I	90	0	178	160.000
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									160.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	ESF	END	GRP	MOD	U	FTE	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									234.520
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							129.520
02 061	0571 4224 0023	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DO CEARA	F	3	1	90	0	178	129.520
02 061	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							105.000
02 061	0571 4256 0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	105.000
TOTAL - FISCAL									234.520
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									234.520

UNIDADE : 15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª. REGAO - DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	L	T	
			F	D					
		0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA							232.528
		ATIVIDADES							
01 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							232.528
02 061	0571 4224 0053	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO DISTRITO FEDERAL							232.528
			F	3	1	90	0	178	232.528
		TOTAL - FISCAL							232.528
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							232.528

UNIDADE : 15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIÃO - SANTA CATARINA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO-PRODUTO	ES	SE	EX	MO	DI	FE	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									310.174
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4124	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							310.174
02 061	0571 4224 0042	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							310.174
			F	3	1	90	0	174	310.174
TOTAL - FISCAL									310.574
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									310.174

UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIÃO - PARAIBA

CREDITO SUPPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R U P O	M O D	I N D	F I T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								49.700
		ATIVIDADES						
02.061	0571.4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES						49.700
02.061	0571.4224.0025	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DA PARAIBA						49.700
			F	3	1	90	0	178
TOTAL - FISCAL								49.700
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								49.700

UNIDADE : 15116- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - CAMPINAS/SP

CREDITO SUPPLEMENTAIRE

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									1.858.811
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							1.858.811
02 061	0571 4224 0035	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DE SAO PAULO							1.858.811
			F	3	1	90	0	178	1.858.811
TOTAL - FISCAL									1.858.811
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.858.811

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	G R U P O	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									274.000
		ATIVIDADES							
02 063	0571 4024	ASSISTENCIA JURINICA A PESSOAS CARENTES							213.000
02 064	0571 4224 0052	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DE GOIAS							213.000
			F	3	1	90	0	178	213.000
02 06E	0571 4256	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO							61.000
02 061	0571 4256-0001	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - NACIONAL							61.000
			F	3	2	90	0	100	61.000
TOTAL - FISCAL									274.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									274.000

ORGÃO : 15006- JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15134- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIAO - MATO GROSSO

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E M P	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									388.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES							388.000
02 061	0571 4224 0051	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES - NO ESTADO DO MATO GROSSO							388.000
			F	3	1	90	0	178	388.000
TOTAL - FISCAL									388.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									388.000

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª. REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E M P	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571 - PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA			7.787.817						
		PROJETOS							
02.122	0571.11EN	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIAO EM CAMPO GRANDE - MS							7.787.817
02.122	0571.11EN.0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIAO EM CAMPO GRANDE - MS - NO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS							7.787.817
			F	4	2	90	0	178	7.787.817
TOTAL - FISCAL			7.787.817						
TOTAL - SEGURIDADE			0						
TOTAL - GERAL			7.787.817						

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FMOC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOA/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	P	M	O	D	I	F	T	U	V	E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS																	153.300.000
OPERACOES ESPECIAIS																	
26 784	0909 0A86	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO CEARA															3.300.000
26 784	0909 0A86 0023	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA															3.300.000
26 784	0909 0A88	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	F	5	2	90	0	100									2.000.000
26 784	0909 0A88 0029	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	F	5	2	90	0	172									2.000.000
26 784	0909 093V	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO															106.000.000
26 784	0909 093V 0035	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	5	2	90	0	172									106.000.000
26 784	0909 09JC	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE															10.500.000
26 784	0909 09JC 0024	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	F	5	2	90	0	172									10.500.000
26 784	0909 09JD	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO															31.500.000
26 784	0909 09JD 0033	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	5	2	90	0	172									31.500.000
TOTAL - FISCAL																	153.300.000
TOTAL - SEGURIDADE																	0
TOTAL - GERAL																	153.300.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U T	F T E	VALOR
1052 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL								31.903.000
		ATIVIDADES						
04-721	1032 2005	GESTAO DO SISTEMA PUBLICO DE RADIODIFUSAO E COMUNICACAO						31.903.000
04-722	7032 2005 0001	GESTAO DO SISTEMA PUBLICO DE RADIODIFUSAO E COMUNICACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	20.000.000
			F	4	2	90	0	11.902.000
TOTAL - FISCAL								31.902.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								31.902.000

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL.

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0581 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA								6.458.628
		PROJETOS						
03 122	0581 1E30	MODERNIZACAO DAS INSTALACOES DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL						148.000
03 122	0581 1E30 0001	MODERNIZACAO DAS INSTALACOES DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - NACIONAL	F	4	2	90	0 100	140.000
03 122	0581 1E30 0001							140.000
03 122	0581 1E46	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM CAXIAS DO SUL - RS						1.000.000
03 122	0581 1E46 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM CAXIAS DO SUL - RS - NO MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL - RS	F	4	2	90	0 100	1.000.000
03 122	0581 1E46 0101							1.000.000
03 122	0581 11KE	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA EM PORTO ALEGRE - RS						1.499.688
03 122	0581 11KE 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPUBLICA EM PORTO ALEGRE - RS - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	F	4	2	90	0 150	1.499.688
03 122	0581 11KE 0101							1.499.688
03 122	0581 12AZ	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM CAMPINA GRANDE - PB						1.000.000
03 122	0581 12AZ 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM CAMPINA GRANDE - PB - NO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE - PB	F	4	2	90	0 100	1.000.000
03 122	0581 12AZ 0101							1.000.000
03 122	0581 12ZN	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM BRASILIA - DF						1.200.000
03 122	0581 12ZN 0101	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM BRASILIA - DF - EM BRASILIA - DF	F	4	2	90	0 100	1.200.000
03 122	0581 12ZN 0101							1.200.000
03 122	0581 3106	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM RIO BRANCO - AC						618.932
03 122	0581 3106 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM RIO BRANCO - AC - NO MUNICIPIO DE RIO BRANCO - AC	F	4	2	90	0 100	450.000
03 122	0581 3106 0101		F	4	2	90	0 150	168.932
03 122	0581 7E53	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM JOAO PESSOA - PB						1.000.000
03 122	0581 7E53 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM JOAO PESSOA - PB - NO MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB	F	4	2	90	0 100	1.000.000
TOTAL - FISCAL								6.458.628
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								6.458.628

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAD/SUBTITULO/PRODUTO	ESSE	GN	RP	MOD	U	FTE	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	------	----	----	-----	---	-----	-------

ORGAO = 12000-JUSTICA FEDERAL

UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

[illegible]

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL.
UNIDADE : 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO

ANEXOMI

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO & CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E M P	G R P	M O D	I N D	F I T E	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									1.170.000
		PROJETOS							
02 122	0569 111.9	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIAO EM PORTO ALEGRE - RS							1.940.000
02 122	0569 111.9 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIAO EM PORTO ALEGRE - RS - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS							1.040.000
			F	4	2	90	0	100	1.040.000
02 122	0569 1136	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL							130.000
02 122	0569 1136 0107	MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JUSTICA FEDERAL - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS							130.000
			F	4	2	90	0	100	130.000
TOTAL - FISCAL									1.170.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.170.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO III**CREDITO SUPPLEMENTAR**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRUPO	MOD	U	FTE	VALOR
#570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								122.981
		ATIVIDADES						
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						122.981
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	122.981
TOTAL - FISCAL								122.981
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								122.981

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL

UNIDADE : 14H7 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N F	R P	M O D	M A T	F I C	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									675.000
		PROJETOS							
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							675.000
02 122	0570 5439 0064	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - CEILANDIA - DF							675.000
			F	4	2	90	0	100	675.000
TOTAL - FISCAL									675.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									675.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL

UNIDADE : 1417 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	E N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									160.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							160.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	160.000
TOTAL - FISCAL									160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									160.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R U P O	M O D O	I N I C I A L	F I M E I Z A D O	V A L O R
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								44.000
		PROJETOS						
02 122	0570 5439	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS						44.000
02 122	0570 5439 0665	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS - NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA - SE						44.000
			F	4	2	90	0 300	44.000
TOTAL - FISCAL								44.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								44.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I E	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								550.000
		PROJETOS						
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS						550.000
02 122	0570 5439 0949	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE PALMAS - TO						550.000
			F	4	2	90	0 100	550.000
TOTAL - FISCAL								550.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								550.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	EMP	GRP	MOD	U	FE	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									105.000
		PROJETOS							
02 122	0571 7P64	AQUISICAO DE IMOVEL PARA POSTO AVANÇADO DA JUSTICA DO TRABALHO EM ARACATI - CE							105.000
02 122	0571 7P64 0056	AQUISICAO DE IMOVEL PARA POSTO AVANÇADO DA JUSTICA DO TRABALHO EM ARACATI - CE - NO MUNICIPIO DE ARACATI - CE							105.000
			F	5	2	90	0	100	105.000
TOTAL - FISCAL									105.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									105.000

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15319 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª. REGIÃO - GOIÁS

ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	TE	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA									61.000
		ATIVIDADES							
02-061	0571 8134	MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO							61.000
02-061	0571 8134 0052	MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO - NO ESTADO DE GOIAS							61.000
			F	3	2	90	0	100	61.000
TOTAL - FISCAL									61.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									61.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMIENTOS)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8750 APOIO ADMINISTRATIVO									1.281.000
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							1.281.000
04 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	1.281.000
1032 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL									31.802.000
		ATIVIDADES							
04 722	1032 2675	COMUNICACAO E TRANSMISSAO DE ATOS E FATOS DO GOVERNO FEDERAL							31.802.000
04 722	1032 2675 0001	COMUNICACAO E TRANSMISSAO DE ATOS E FATOS DO GOVERNO FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	31.802.000
2034 NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJovem									10.487.572
		ATIVIDADES							
14 123	0034 20B7	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO, PAGAMENTO E CESSACAO DE AUXILIO FINANCEIRO							487.572
14 123	0034 20B7 0001	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO, PAGAMENTO E CESSACAO DE AUXILIO FINANCEIRO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	487.572
14 131	0034 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA							10.000.000
14 131	0034 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									43.570.572
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									43.570.572

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34001 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL.

ANEXO III

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTOS)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
RS11 - DEFESA DA ORDEM JURIDICA									4.338.000
		PROJETOS							
03 122	0581 10TY	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ARACAJU - SE							400.000
03 122	0581 10TY 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ARACAJU - SE - NO MUNICIPIO DE ARACAJU - SE	F	4	2	90	0	100	400.000
03 122	0581 11SD	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM BELEM - PA							310.000
03 122	0581 11SD 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM BELEM - PA - NO MUNICIPIO DE BELEM - PA	F	4	2	90	0	100	310.000
03 122	0581 12ZM	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM PORTO ALEGRE - RS							900.000
03 122	0581 12ZM 0101	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM PORTO ALEGRE - RS - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	F	4	2	90	0	100	900.000
03 122	0581 3112	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO LUIS - MA							590.000
03 122	0581 3112 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO LUIS - MA - NO MUNICIPIO DE SAO LUIS - MA	F	4	2	90	0	100	590.000
		ATIVIDADES							
03 062	0581 4264	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL							1.590.000
03 062	0581 4264 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.590.000
03 091	0581 4515	AÇOES JUDICIAIS NA REPRESSAO AO TRAFICO ILICITO DE SUBSTANCIAS ENTORPECENTES							70.000
03 091	0581 4515 0001	AÇOES JUDICIAIS NA REPRESSAO AO TRAFICO ILICITO DE SUBSTANCIAS ENTORPECENTES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	35.000
			F	4	2	90	0	100	35.000
03 091	0581 6471	AÇOES PARA ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO							70.000
03 091	0581 6471 0001	AÇOES PARA ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	35.000
			F	4	2	90	0	100	35.000
		PROJETOS							
03 122	0581 7345	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM VITORIA - ES							400.000
03 122	0581 7345 0056	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM VITORIA - ES - NO MUNICIPIO DE VITORIA - ES	F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									4.330.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.330.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	Q N D	GR P	M O D	I U	F T E	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									460.000
03 122	0581 11EQ	PROJETOS							
03 122	0581 11EQ 0101	CONSTRUCAO DO CENTRO DE TREINAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO							460.000
03 122	0581 11EQ 0101	CONSTRUCAO DO CENTRO DE TREINAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - EM BRASILIA - DF							460.000
			F	4	2	90	8	100	460.000
TOTAL - RSCAL									460.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									460.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									1.500.000
03 122	0581 10TL	PROJETOS							1.500.000
03 122	0581 10TL 0101	REFORMA E ADAPTACAO DO EDIFICIO-SEDE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO							1.500.000
		REFORMA E ADAPTACAO DO EDIFICIO-SEDE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO - EM BRASILIA - DF	F	4	2	20	0	100	1.200.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
 UNIDADE : 71102 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO III CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS								2.160.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
20 212	0910 0011	CONTRIBUIÇÃO AO GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF (MP)						2.160.000
28 212	0910-0011 0001	CONTRIBUIÇÃO AO GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF (MP) - NACIONAL	F	3	2	80	0 100	2.160.000
TOTAL - FISCAL								2.160.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.160.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ANEXO III CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA								186.350.154
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGÊNCIA						186.350.154
99 999	0999 0998 0103	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FISCAL	F	9	0	99	00 178	186.350.154
TOTAL - FISCAL								186.350.154
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								186.350.154

ANEXO IV CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE		TOTAL - GERAL	600.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	600.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES 26 TRANSPORTE 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	600.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		TOTAL - GERAL	600.000
QUADRO SÍNTESE POR ORGÃO 20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		TOTAL - GERAL	600.000
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			600.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			600.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			600.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			600.000
TOTAL DA RECEITA	600.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	600.000

EM nº 00303/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

00001.008633/2010-36

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, no valor global de R\$ 278.710.340,00 (duzentos e setenta e oito milhões, setecentos e dez mil, trezentos e quarenta reais), conforme discriminado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
	o	
Orçamento Fiscal da União	275.410.340	275.410.340
Superior Tribunal de Justiça	2.500.000	2.500.000
Superior Tribunal de Justiça	2.500.000	2.500.000
Justiça Federal	36.245.001	26.245.001
Justiça Federal de Primeiro Grau	28.087.543	25.075.001
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1.952.626	

Tribunal Regional Federal da 2ª Região	1.890.164	
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	2.295.378	
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	671.097	1.170.000
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1.348.193	
Justiça Eleitoral	1.551.981	1.551.981
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	122.981	122.981
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	675.000	675.000
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	160.000	160.000
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	44.000	44.000
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	550.000	550.000
Justiça do Trabalho	18.031.204	243.387
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo	1.525.712	
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais	1.321.866	
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul	3.085.499	

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia	777.387	77.387
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco	160.000	
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará	234.520	105.000
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - Distrito Federal / Tocantins	232.528	
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina	310.174	
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Paraíba	49.700	
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP	1.858.811	
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão	33.190	
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Goiás	274.000	61.000
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso	380.000	
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - Mato Grosso do Sul	7.787.817	

Presidência da República	200.561.197	48.401.197
Presidência da República (Administração direta)	13.928.572	43.570.572
Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH	1.530.625	1.530.625
Secretaria Especial de Portos - SEP	153.300.000	3.300.000
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	31.802.000	
Ministério Público da União	16.520.957	4.790.000
Ministério Público Federal	6.458.620	4.330.000
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	1.500.000	
Ministério Público do Trabalho	8.562.337	
Escola Superior do Ministério Público da União		460.000
Conselho Nacional do Ministério Público		1.500.000
Conselho Nacional do Ministério Público		1.500.000

Encargos Financeiros da União		2.160.000
Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		2.160.000
Excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros		1.668.620
Reserva de Contingência - Fiscal		186.350.154
Orçamento de Investimento da União	3.300.000	3.300.000
Presidência da República	3.300.000	600.000
Companhia Docas do Ceará - CDC	3.300.000	
Companhia Docas do Pará - CDP		600.000
Repasse da União sob a forma de aumento da participação no capital de empresas estatais		2.700.000
Total	278.710.340	278.710.340

2. A suplementação ora proposta, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, permitirá:

- ao Superior Tribunal de Justiça, a continuidade da implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II (e-Jus), que prevê a execução de despesas com a virtualização de processos judiciais e administrativos;

- à Justiça Federal, dar continuidade à ação de Divulgação de Atos do Poder Judiciário e ao pagamento das despesas com advogados dativos e peritos, tendo em vista o aumento das despesas na ação de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes em função do maior acesso do cidadão carente à Justiça Federal, por meio da instalação de novas varas e juizados especiais, no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau; o atendimento de despesas de manutenção necessárias ao pleno funcionamento do órgão, bem como a aquisição de mobiliários e de equipamentos, no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau e dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões;

- à Justiça Eleitoral, a construção de cartório eleitoral no Município de Valença, no Estado da Bahia, que se encontra atualmente na fase de execução do projeto executivo, uma vez que se verificou a necessidade de alteração na profundidade e no tipo de fundação da obra; a conclusão da terceira etapa da construção do anexo ao edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, que inclui gastos com janelas, ar-condicionado, revestimento de granito, pisos, elevadores, divisórias e vidraças; a reforma do cartório eleitoral de Garanhuns, no Estado de Pernambuco, para substituição de esquadrias enferrujadas, revisão das coberturas, impermeabilização, adequação dos banheiros para contemplar acessibilidade e implantação de gradil para reforçar a segurança do imóvel; a aquisição de materiais e equipamentos permanentes, tais como arquivos deslizantes (estantes) destinados à biblioteca e persianas, necessários ao funcionamento do Anexo I à Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cuja obra está em fase de conclusão; e no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, a aquisição de dois caminhões para reposição da frota atual, a aquisição de três veículos tipo *pick-up* 4x4, previstos no projeto "1 veículo por Zona Eleitoral", destinados prioritariamente às zonas eleitorais de difícil acesso;

- à Justiça do Trabalho, a continuidade da prestação de assistência jurídica gratuita, por meio do pagamento de honorários a advogados e peritos, nos Tribunais Regionais do Trabalho - TRT da 2ª Região - São Paulo, da 3ª Região - Minas Gerais, da 4ª Região - Rio Grande do Sul, da 5ª Região - Bahia, da 6ª Região - Pernambuco, da 7ª Região - Ceará, da 10ª Região - Distrito Federal/Tocantins, da 12ª Região - Santa Catarina, da 13ª Região - Paraíba, da 15ª Região - Campinas/SP, da 16ª Região - Maranhão, da 18ª Região - Goiás e da 23ª Região - Mato Grosso; a reforma da Vara do Trabalho de Guanambi, no TRT da 5ª Região - Bahia; o atendimento de despesas de energia elétrica e de indenização de transportes aos oficiais de justiça (auxílio combustível), relativas aos meses de novembro e de dezembro de 2010, no TRT da 7ª Região - Ceará; o pagamento de despesas contratuais de energia elétrica, água, telefone, limpeza e vigilância das unidades do TRT da 18ª Região - Goiás; e a finalização da obra de construção da sede do TRT da 24ª Região, em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul;

- à **Presidência da República (Administração direta)**, incluir 130 mil novos beneficiários no ProJovem Urbano, tendo em vista o aumento das matrículas em localidades onde o Programa está em funcionamento e a adesão de novos entes municipais, com a aplicação dos recursos suplementares na concessão de auxílio financeiro a cada jovem que atende aos requisitos do Programa, no pagamento dos profissionais envolvidos nas ações de elevação da escolaridade e de qualificação profissional, na aquisição de gêneros alimentícios para ofertar lanches aos alunos, nas atividades práticas de qualificação profissional e na aquisição de material didático destinado a alunos e a professores. Possibilitará, ainda, o cumprimento de acordo celebrado entre o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, referente à continuidade das atividades da unidade temática do Pnud sobre a redução da pobreza, bem como de termos de cooperação celebrados entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE e instituições públicas, voltados à realização de estudos, pesquisas e análises que subsidiem a elaboração de planejamento de longo prazo;

- à SEDH, atender a despesas com o pagamento de indenizações decorrentes do cumprimento de sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 23 de setembro de 2009, referente ao caso Sétimo Garibaldi, e de decisões da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, em favor dos familiares de João Bosco Penido Burnier e de Inocêncio Pereira Alves; e intensificar as ações voltadas à preservação do acervo histórico-documental da CEMDP e à promoção do direito à verdade e à memória, por meio da realização de exposições, painéis, memoriais e seminários;

- à SEP, realizar aporte de recursos para as Companhias Docas do Estado da Bahia - Codeba, do Rio Grande do Norte - Codern, do Rio de Janeiro - CDRJ e do Estado de São Paulo - Codesp, a título de aumento da participação da União no capital dessas empresas, com vistas ao pagamento de contribuições em atraso junto ao fundo de pensão dos portuários, Portus - Instituto de Seguridade Social; e viabilizar o aporte de recursos para a Companhia Docas do estado do Ceará para possibilitar a instalação de tomadas para contêineres frigoríficos no Porto de Fortaleza, com o objetivo de melhorar a sua capacidade operacional;

- à EBC, atender a despesas contratuais e administrativas e com a aquisição de equipamentos necessários à continuidade das atividades finalísticas da empresa;

- ao Ministério Público Federal, a modernização das suas instalações, a construção de edifícios-sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, em Campina Grande e João Pessoa, no Estado da Paraíba, e em Rio Branco, no Estado do Acre, a construção do edifício-sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e a reforma do edifício-sede da Procuradoria da República em Brasília, no Distrito Federal;

- ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, a adequação do valor das dotações do exercício financeiro de 2010 ao cronograma de execução física da obra de construção da segunda etapa do seu edifício-sede; e

- ao Ministério Público do Trabalho, a conclusão da obra de construção do edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região em Manaus, no Estado do Amazonas.

3. A proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, tendo sido aprovadas, no caso dos órgãos do Poder Judiciário, pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Parecer de Mérito nº 0006026-92.2010.2.00.0000, de 5 de outubro de 2010, e no caso dos órgãos do Ministério Público da União, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos dos Acórdãos referentes aos Processos CNMP nºs 0.00.000.001654/2010-31, de 17 de agosto de 2010, e 0.00.000.002000/2010-24, de 6 de outubro de 2010, cujas cópias acompanham esta Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto nos art. 56, § 13, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010.

4. Cabe informar que, além dos remanejamentos no âmbito dos Órgãos beneficiados com recursos adicionais, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ofício Eletrônico nº 3375, de 15 de setembro de 2010, e o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio do Ofício Eletrônico nº 3.772, de 20 de setembro de 2010, ofereceram recursos compensatórios no valor total de R\$ 3.660.000,00 (três milhões, seiscentos e sessenta mil reais).

5. A medida ora proposta será viabilizada por meio de Projeto de Lei, à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, de anulação parcial de dotações orçamentárias e de repasse da União sob a forma de aumento da participação no capital de empresas estatais, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Segundo os referidos órgãos, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

7. Cabe ressaltar que parte das alterações orçamentárias envolve emendas parlamentares, as quais contam com autorizações de seus autores, conforme Ofício nº 079/GAB/BSB, de 28 de agosto de 2010, do Deputado Federal Carlos Melles, e Ofício nº 080/2010/GSRC, de 24 de agosto de 2010, do Senador Roberto Cavalcanti, relativos à Justiça Federal, Autorização do Deputado Federal Jofran Frejat, de 25 de agosto de 2010, e Autorização do Senador Adelmir Santana, de 26 de agosto de 2010, referentes à Justiça Eleitoral, e Ofício nº 150/2010/JAC/852, de 3 de agosto de 2010, do Deputado Federal José Airton Cirilo, relativo à Justiça do Trabalho.

8. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício para o Orçamento Fiscal da União, tendo em vista que:

a) R\$ 1.668.620,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, seiscentos e vinte reais) referem-se ao atendimento de despesas primárias discricionárias do Ministério Público Federal, à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 87.391.566,00 (oitenta e sete milhões, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais) a remanejamento entre despesas primárias discricionárias para priorização da programação suplementada;

c) R\$ 166.350.154,00 (cento e sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta mil, cento e cinquenta e quatro reais) suplementam despesas primárias discricionárias da Justiça do Trabalho, da Secretaria Especial de Portos e do Ministério Público do Trabalho, à conta de recursos de origem financeira;

d) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) suplementam despesas primárias obrigatórias das Justiças Federal e do Trabalho, à conta de recursos de origem financeira;

e) as despesas custeadas com excesso de arrecadação de Recursos Próprios e com recursos de origem financeira, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, serão consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas de que trata o § 4º do art. 70 da LDO-2010, relativo ao quinto bimestre de 2010; e

f) as programações dos órgãos do Poder Executivo serão executadas de acordo com os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010.

9. Ressalte-se que a abertura do referido crédito, no âmbito do Orçamento de Investimento, não afetará a meta global de superávit primário para 2010, de responsabilidade do conjunto das empresas estatais federais do setor produtivo, fixada por intermédio do Anexo IX do Decreto nº 7.094, de 2010, tendo em vista que:

a) R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) referem-se ao remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Orçamento de Investimento da Presidência da República para priorização da programação suplementada; e

b) R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) dizem respeito ao repasse da União sob a forma de aumento da participação no capital da Companhia Docas do Ceará - CDC.

10. É demonstrado, no quadro anexo à Exposição de Motivos que acompanha o presente crédito, em atendimento ao disposto no art. 56, § 9º, da LDO-2010, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros utilizado, parcialmente, neste crédito.

11. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PARECER (VOTO)

PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010) Nº0006026-92.2010.2.00.0000

RELATOR : JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN
REQUERENTE : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO : SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

EMENTA: PARECER DE MÉRITO SOBRE SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS À LEI Nº 12.214/2010 (Lei Orçamentária de 2010). Parecer favorável.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de créditos adicionais suplementares e especiais -, formulada pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via sistema integrado de dados orçamentários - SIDOR, dentro da competência assegurada pelo Art. 99, § 2º, Inciso I, da Constituição Federal, e nos termos da Portaria SOF nº 5, de 17 de fevereiro de 2010. Concomitantemente, foi encaminhada a este Conselho, por meio do Ofício Nº 102/2010 - CSJT.GP.SG.ASPO, de 08 de setembro de 2010, para emissão de parecer (Lei nº 12.017/2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, art. 56, § 13 e art. 57, §§ 6º e 7º), nos termos do Art. 2º da Resolução CNJ nº 68, de 03 de março de 2009.

Os créditos solicitados, no montante de R\$ 2.338.462.327,00 (DOIS BILHÕES, TREZENTOS E TRINTA E OITO MILHÕES, QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL E TREZENTOS E VINTE E SETE REAIS), cuja abertura depende de atos dos Poderes Legislativo e Executivo, referem-se a;

1) Abertura por Lei Específica:

a) Crédito suplementar para cobrir déficit projetado com a folha de pagamento de pessoal;

b) Crédito suplementar para atender despesas com pessoal, decorrentes de sentenças judiciais;

c) Crédito suplementar para pagamento de exercícios anteriores - passivos de pessoal, relativos a quintos e décimos, enquadramento do art. 22 da Lei 11.416/2006 e outros (Abono Disponível Magistrados - Lei nº 10.474/02; Emenda Constitucional nº 41/03 - Abono de Permanência; Dif. Lei nº 9.655/98; Dif. Resolução

STP 199/2000; Vantagem Art. 184, III - Lei nº 1.711/52; Ação Anaj. - MP2.225-45; Concessão de Pensão Estatutária art. 215 - Lei 8.112/90; Equiparação 2/3 Juizes - Ação Ord. 2002.61.00.026252-1; Integração de Aposentadoria art. 190 - Lei nº 8112/90; Vencto; Férias; GAJ; VPI; Substituições; GATS; Grat. Natal; Serv. Extraordinário; Rest. PSSS; Aux. Natalidade; Adicional Noturno; Adic. Insalubridade; Opção FC; V.P.N.I. Progressão Funcional, Substituição de FC, Convocação, Anuênios);

d) Crédito suplementar para pagamento de benefícios a servidores - déficit projetado;

e) Crédito suplementar por remanejamento de dotações para pagamento de despesas com benefícios a servidores no TRT-RJ e TRT-SC;

f) Crédito suplementar para despesas com "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes";

g) crédito suplementar para "Restauração do Prédio Sede do TRT da 11ª Região", com recursos provenientes do Seguro relativo ao sinistro nº. 67.180.08.08;

h) Crédito especial para pagamento de débitos judiciais periódicos vincendos;

i) Crédito suplementar para despesas administrativas, capacitação de recursos humanos, manutenção de varas itinerantes, construção do edifício de apoio do TRT da 4ª Região e construção do edifício-sede do TRT da 24ª Região;

j) Crédito suplementar, por remanejamento de recursos, para despesas administrativas;

k) Crédito especial, por remanejamento de recursos, para construção da Vara Trabalhista de Olinda e do Fórum Trabalhista de Paulista - TRT-PE; e

l) Crédito especial para a Aquisição de Imóvel que abrigará a 2ª Instância do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais

2) Abertura por Decreto do Poder Executivo:

a) Crédito suplementar para pagamento de sentenças judiciais - precatórios e requisições de pequeno valor, com oferecimento parcial de recursos compensatórios;

b) Crédito suplementar para pagamento de Benefícios a novos servidores admitidos em 2010; e

c) Crédito suplementar para despesas administrativas, sem oferecimento de recursos compensatórios;

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ emitiu Nota Técnica n° 4/DOR, de 27 de setembro de 2010, analisando a solicitação e manifestando-se favoravelmente ao pleito, exceto no que se refere à solicitação de créditos para pagamento de despesas com exercícios anteriores, dos passivos de pessoal denominados "quintos", por ser essa matéria objeto dos Mandados de Segurança n°s 25.763 e 25.845, impetrados pela AGU junto ao Supremo Tribunal Federal.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Conhecimento

Conheço da solicitação de crédito adicional em exame. A proposta observou o art. 56, § 13, art. 57, §§ 6° e 7° da Lei n° 12.017/2009 e a Resolução n° 68/2009/CNJ.

2.2. Mérito

PARECER

A solicitação foi adequadamente instruída com os quadros demonstrativos; discriminando-se os créditos pleiteados e os recursos oferecidos em compensação, cujos dados foram inseridos no Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR). Foram observadas as Leis n°s 12.017/2009 (LOO 2010) e 12.214/2010 (Lei Orçamentária 2010). Os recursos são necessários para viabilizar os gastos indicados.

Faço ressalva à solicitação de créditos para pagamento dos passivos relacionados aos quintos, cuja matéria encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, e sobre a qual já se manifestou desfavoravelmente este Conselho no PAM 0002516-71-2010.2.00.0000, de relatoria do Conselheiro Walter Nunes, julgado na 111ª Sessão Plenária.

3. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, conheço da presente solicitação para emitir parecer favorável ao atendimento dos créditos adicionais solicitados, ressalvando a solicitação para despesas de passivos denominados "quintos", para a qual o parecer é desfavorável.

Publique-se.

Intime-se o requerente.

Encaminha-se o parecer à SOP.

Brasília, 05 de outubro de 2010.

Conselheiro JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN

Relator

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0.00.000.001654/2010-31

RELATOR: Conselheiro Cláudio Barros Silva

INTERESSADO: Ministério Público do Trabalho

REMETENTE: Secretário-Geral do Ministério Público da União

EMENTA

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CRÉDITOS SUPLEMENTARES. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ARTIGO 56, § 13, DA LEI Nº 12.017/2009. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010. EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL.

1. A não disponibilização dos recursos suplementares solicitados pelo Ministério Público do Trabalho poderá acarretar prejuízos financeiros, em razão do aumento dos custos decorrente paralisação da obra, bem como da não instalação do sistema de refrigeração na fase de acabamento, correndo o risco de a obra avançar e depois ter-se que destruir o que já foi construído. Portanto, o não atendimento ao pleito geraria maior prejuízo ao erário, podendo onerar o orçamento de exercícios futuros.

2. O não atendimento a solicitação de crédito suplementar para assegurar o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes de autorização de duplicação de jornada de trabalho de 5 (cinco) analistas – especialidade medicina, acarretaria prejuízo ao atendimento médico dos servidores e membros do Ministério Público do Trabalho.

3.Emissão de parecer favorável a solicitação de créditos suplementares pelo Ministério Público do Trabalho.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, conhecer e julgar procedente o presente Pedido de Providência, para emissão de parecer favorável a concessão de créditos suplementares ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto do relator.

Brasília (DF), 14 de agosto de 2010.


Conselheiro CLÁUDIO BARROS SILVA
Relator

RELATÓRIO

Conselheiro **CLÁUDIO BARROS SILVA**

Trata-se do Ofício/MPU/SG/Nº 140, subscrito pelo Secretário-Geral do Ministério Público da União, Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto, autuado e distribuído como **pedido de providências**, no qual encaminha documentação relativa a créditos suplementares solicitados pelo Ministério Público do Trabalho para a apreciação e elaboração de parecer de mérito deste Conselho Nacional, nos termos do artigo 56, § 13º, da Lei 12.017/2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010.

Os autos foram a mim distribuídos em 12 de agosto de 2010 e recebidos no gabinete na data de 13 de agosto de 2010 (fls. 28 e 29).

É, em síntese, o relatório.

EMENTA

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CRÉDITOS SUPLEMENTARES. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ARTIGO 56, § 13, DA LEI Nº 12.017/2009. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010. EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL.

1. A não disponibilização dos recursos suplementares solicitados pelo Ministério Público do Trabalho poderá acarretar prejuízos financeiros, em razão do aumento dos custos decorrente paralisação da obra, bem como da não instalação do sistema de refrigeração na fase de acabamento, correndo o risco de a obra avançar e depois ter-se que destruir o que já foi construído. Portanto, o não atendimento ao pleito geraria maior prejuízo ao erário, podendo onerar o orçamento de exercícios futuros.
2. O não atendimento a solicitação de crédito suplementar para assegurar o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes de autorização de duplicação de jornada de trabalho de 5 (cinco) analistas – especialidade medicina, acarretaria prejuízo ao atendimento médico dos servidores e membros do Ministério Público do Trabalho.
3. Emissão de parecer favorável a solicitação de créditos suplementares pelo Ministério Público do Trabalho.

VOTO

Conselheiro **CLÁUDIO BARROS SILVA**

Pretende o Ministério Público do Trabalho, ramo do Ministério Público da União, a suplementação orçamentária, no valor global de R\$ 8.795.796,00 (oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e seis reais), que *objetivam atender a despesas relativas à complementação do valor licitado, aditivos, reajustes e aquisição de sistema de climatização para o projeto de Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Manaus, Estado do Amazonas, e ao pagamento de remuneração referente à duplicação da jornada de trabalho de analistas de saúde daquele Parquet.*

Quanto à obra de construção do Edifício Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, no Estado do Amazonas, solicita o Procurador-Chefe o aporte de recursos orçamentários e financeiros no valor de R\$ 8.562.336,78 (oito milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos), para conclusão da referida obra ainda neste exercício, com a seguinte composição:

a) Complementação do Valor Licitado:

Neste aspecto, cumpre salientar que referido projeto foi objeto de procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência, em que a empresa RD Engenharia Ltda. consagrou-se vencedora, mediante proposta ofertada de R\$ 18.628.928,33 (dezoito milhões seiscentos e vinte e oito mil novecentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos).

Tal projeto fora devidamente contemplado no Plano Plurianual de 2008/2011 – Lei nº 11.653/2008, que ao dispor do montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a construção do Edifício Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Manaus, Estado do Amazonas. Todavia, conforme afirmação de fl. 09, a programação orçamentária não foi cumprida da forma legalmente prevista, sendo disponibilizado, até o presente exercício, o montante total de R\$ 14.554.936,00 (quatorze milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e seis reais).

Dessa forma, verifica-se a insuficiência de recursos orçamentários, sendo necessária a complementação do valor licitado em R\$ 4.516.441,03 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e três centavos), para a conclusão da referida obra.

b) Aditivos e Reajustes:

Conforme Parecer Técnico nº 03/2010-ST, entendeu-se devidos os seguintes aditivos: Alteração da Contenção de Subsolos; Ampliação da Capacidade da Cisterna destinada à reserva de água das instalações de incêndio; Construção da Segunda Cisterna para armazenamento de efluentes provenientes da ETE; Reservatório de Águas Pluviais e Reajuste e Aditivo de Prazo do contrato, perfazendo o valor total de R\$ 1.578.038,00 (um milhão, quinhentos setenta e oito reais).

c) Aquisição do Sistema de Climatização:

Por fim, informa-se que a referida obra de construção do Edifício Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região foi licitada sem sistema de climatização, o que na Região Norte, seria condição necessária para a realização dos serviços administrativos e funcionais pelos servidores e membros do Ministério Público do Trabalho, em razão da elevada umidade e sensação de calor existente. Para tanto, necessário se faz a disponibilização do R\$ 2.467.857,75 (dois milhões quatrocentos e sessenta e sete mil oitocentos cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Da análise dos documentos juntados aos autos, verifico que a não disponibilização dos recursos suplementares solicitados pelo Ministério Público do Trabalho poderá acarretar prejuízos financeiros, em razão do aumento dos custos decorrente paralisação da obra, bem como da não instalação do sistema de refrigeração na fase de acabamento, correndo o risco de a obra avançar e depois ter-se que destruir o que já foi construído. Portanto, o não atendimento ao pleito geraria maior prejuízo ao erário, podendo onerar o orçamento de exercícios futuros.

Quanto às despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes da autorização de duplicação de jornada de trabalho a 05 (cinco) analistas de saúde/perícia – especialidade medicina, solicita o Ministério Público do Trabalho a disponibilidade de crédito suplementar no valor de R\$ 233.459,00 (duzentos e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais).

O não atendimento a solicitação de crédito suplementar para assegurar o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes de autorização de duplicação de jornada de trabalho de 5 (cinco) analistas – especialidade medicina, acarretaria prejuízo ao atendimento médico dos servidores e membros do Ministério Público do Trabalho.

Por todos os fundamentos disposto pelo Ministério Público do Trabalho, sou favorável a concessão dos créditos suplementares solicitados. Busca-se, com tal requerimento, evitar maior ônus ao erário público em vista de possível paralisação de obra com quase 70% (setenta por cento) de conclusão e também o atendimento médico de qualidade para os servidores e membros do **Parquet** trabalhista.

Voto no sentido do encaminhamento de parecer favorável a solicitação de créditos suplementares pelo Ministério Público do Trabalho.

À Secretaria Geral do CNMP, com a brevidade que o caso requer, para providências necessárias.

Brasília (DF), 17 de agosto de 2010


Conselheiro CLÁUDIO BARROS SILVA
Relator

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
GABINETE DO CONSELHEIRO ALMINO AFONSO**

PROCESSO nº: 0.00.000.002000/2010-24

INTERESSADOS: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Escola Superior do Ministério Público da União

OBJETO: Créditos adicionais à LOA 2010

Trata-se de pedido de providências instaurado a partir do Ofício/MPTU/SG/Nº 255, de 28 de setembro de 2010, que encaminha a este Conselho o Informe SG/SPO nº 302/2010, da Secretaria de Planos e Orçamento do Ministério Público da União, submetendo os créditos adicionais de ramos do Ministério Público da União.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 (Lei nº 12.017/09), estabelece em seu art. 56, § 13, que os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Ministério Público da União necessitam de parecer deste Conselho.

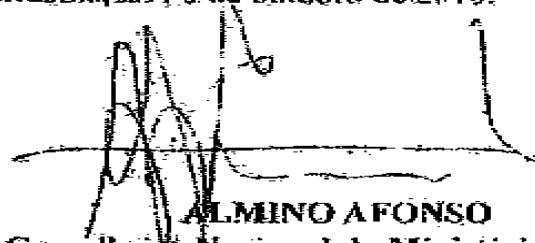
Da análise do Informe elaborado pela Secretaria de Planos e Orçamento do Ministério Público da União, constata-se que os créditos adicionais têm por objetivo alterar as ações orçamentárias, no valor global de R\$ 1.960.000,00 (um milhão novecentos e sessenta mil reais), a fim de adequá-las à programação das unidades solicitantes, por meio de reforço das dotações dos projetos de construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Brasília, coma a anulação parcial de dotações dos projetos Reforma e Adaptação do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público, para o MPDEF, e Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União, para o MPF.

Considero pertinentes as razões apontadas, a justificar a solicitação do ajuste das ações orçamentárias à realidade da execução de cada órgão, sem que haja aumento de despesa. Há apenas a realocação dos gastos, como demonstrado.

Nessa perspectiva, considerando que o parecer deste Conselho necessita ser apresentado à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento até data anterior à próxima sessão plenária, e a fim de garantir a efetividade da medida, manifesto favoravelmente ao envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, nos termos do referido Informe, *ad referendum* do Plenário do CNMP.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se com urgência.

Brasília, DF, 6 de outubro de 2010.



ALMINO AFONSO
Conselheiro Nacional do Ministério Público

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 34101 - Ministério Público Federal

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

R\$ 1,00

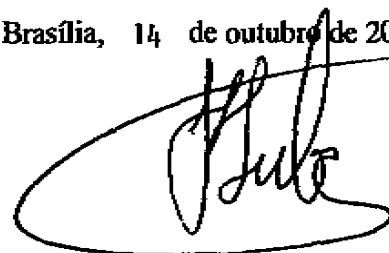
NATUREZA	2010		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
13100000 Receitas Imobiliárias	33.252	50.624	17.372
16000000 Receitas de Serviços	1.890.000	3.390.000	1.500.000
19100000 Multas e Juros de Mora	0	235.080	235.080
19900000 Receitas Diversas	0	1.500.000	1.500.000
Total	1.923.252	5.175.704	3.252.452
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			1.668.620
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.668.620
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			1.583.832

Mensagem nº 620

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 278.710.340,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União

.....

Art. 184. O funcionário que contar 35 anos de serviço será aposentado:

.....

III - com a vantagem do inciso II, quando ocupante de cargo isolado se tiver permanecido no mesmo durante três anos.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

.....

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

.....

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

.....

Art. 167. São vedados:

.....

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

.....

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....

Art. 190. O servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço se acometido de qualquer das moléstias especificadas no § 1o do art. 186 desta Lei e, por esse motivo, for considerado inválido por junta médica oficial passará a perceber provento integral, calculado com base no fundamento legal de concessão da aposentadoria.

.....

Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observado o limite estabelecido no art. 42.

.....

LEI Nº 9.655, DE 2 DE JUNHO DE 1998.

Altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Juizes da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

LEI Nº 10.474, DE 27 DE JUNHO DE 2002.

Dispõe sobre a remuneração da magistratura da União.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

LEI Nº 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nos 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

Art. 22. O enquadramento previsto no art. 4º e no Anexo III da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, estende-se aos servidores que prestaram concurso antes de 26 de dezembro de 1996 e foram nomeados após essa data, produzindo todos os efeitos legais e financeiros desde o ingresso no Quadro de Pessoal.

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

.....

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9o, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

.....

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

.....

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5o deste artigo.

.....

Art. 57. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2010, ressalvado o disposto no § 1o deste artigo, serão submetidas ao Presidente da República, quando for o caso, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas, observado o disposto no § 9o do art. 56 desta Lei.

.....

§ 6º As propostas de créditos suplementares dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, cujas aberturas dependam de ato do Poder Executivo, serão enviadas concomitantemente ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público para emissão de parecer.

.....

§ 7º O parecer a que se refere o § 6º deste artigo deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como forma de subsídio à análise das solicitações de créditos suplementares.

.....

Art. 70. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar no 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o 20º (vigésimo) dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

.....

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar no 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II – a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV – os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo III desta Lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

ANEXO I**PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO**

R\$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e									
22000 Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
26000 Ministério da Educação	17.036.359	2.669.394	17.036.359	5.094.086	5.094.086	5.094.086	22.130.445	7.763.480	22.130.445
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e									
28000 Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
36000 Ministério da Saúde	12.195.287	2.428.718	12.195.287	41.825.873	41.825.873	41.825.873	54.021.160	44.254.591	54.021.160
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
39000 Ministério dos Transportes	14.387.622	12.582.036	14.387.622	199.308	199.308	199.308	14.586.930	12.781.344	14.586.930
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
Ministério do Planejamento, Orçamento e									
47000 Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
52000 Ministério da Defesa	12.718.765	2.262.068	12.718.765	1.696.714	1.696.714	1.696.714	14.415.479	3.958.783	14.415.479
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.596	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento Social e									
55000 Combate à Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	13.112.422	13.112.422	13.112.422	16.500.892	13.649.227	16.500.892
56000 Ministério das Cidades	14.755.078	11.453.675	14.755.078	42.160	42.160	42.160	14.797.237	11.495.835	14.797.237
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito Federal e									
73000 Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao									
Estudante do Ensino Superior/ FIES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional de									
74903 Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional									
de Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.882.673	42.630.285	123.882.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

ANEXO IX

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	VALORES ACUMULADOS		
	QUADRIMESTRES		
	I	II	III
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	113.769	265.181	1.600.078
I – Receitas	14.353.480	29.434.235	44.853.274
II – Despesas	13.689.884	27.777.892	43.654.607
Investimentos	2.519.353	5.250.366	8.062.793
Demais Despesas	11.170.531	22.527.526	35.591.814
III - Ajuste Competência/Caixa	(147.951)	(591.338)	1.580.482
IV – Juros	401.876	799.824	1.179.079
B - ITAIPU (I-II+III-IV)	2.001.285	4.002.570	6.001.705
I – Receitas	2.606.973	5.213.947	7.820.919
II – Despesas	1.521.542	3.043.084	4.564.626
Investimentos	12.300	24.600	36.900
Demais Despesas	1.509.242	3.018.484	4.527.726
III - Ajuste Competência/Caixa	113.102	226.204	337.156
IV – Juros	(802.752)	(1.605.503)	(2.408.256)
C - Demais empresas (I-II+III-IV)	(1.073.345)	(871.515)	(950.875)
I – Receitas	8.631.580	18.139.612	28.249.412
II – Despesas	9.381.483	18.933.664	30.128.630
Investimentos	959.210	1.952.770	3.323.702
Demais Despesas (*)	8.422.273	16.980.894	26.804.928
III - Ajuste Competência/Caixa	(313.029)	89.049	1.295.417
IV – Juros	10.413	166.512	367.074
RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)	1.041.709	3.396.236	6.650.900

(*) Inclui ajuste metodológico.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI
Nº 85, DE 2010-CN
MENSAGEM Nº 162, DE 2010-CN
(nº 621/2010, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 160.510.878,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 160.510.878,00 (cento e sessenta milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e setenta e oito reais), para atender à programação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, no valor de R\$ 1.568.895,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais);

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 112.941.983,00 (cento e doze milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e três reais), conforme indicado no Anexo III desta Lei; e

III - repasse da União sob a forma de aumento da participação no capital de empresas estatais, no valor de R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais).

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo IV, em conformidade com o disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXOS

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS								2.000.000
		PROJETOS						
01 122	0553 10C4	CONSTRUCAO DO CENTRO DE GESTAO E ARMAZENAGEM DE MATERIAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, NO SETOR DE INDUSTRIA E ABASTECIMENTO - SIA						2.000.000
01 122	0553 10C4 0101	CONSTRUCAO DO CENTRO DE GESTAO E ARMAZENAGEM DE MATERIAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, NO SETOR DE INDUSTRIA E ABASTECIMENTO - SIA - EM BRASILIA - DF						2.000.000
		EDIFICIO CONSTRUÍDO (% DE EXECUCAO FISICA) 9	F	4	2	90	0,100	2.000.000
0910 OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS								1.500
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 212	0910 00D2	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO DOS SECRETARIOS-GERAIS DO PARLAMENTO						1.500
28 212	0910 00D2 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO DOS SECRETARIOS-GERAIS DO PARLAMENTO - NACIONAL						1.500
			F	3	2	80	0,100	1.500
TOTAL - FISCAL								2.004.500
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.004.500

ORGAO : 01000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA - PROBSEN

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									450.000
		PROJETOS							
01 122	0551 1028	AMPLIACAO E REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN							450.000
01 122	0551 1028 0101	AMPLIACAO E REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN - EM BRASILIA - DF							450.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	F	4	2	90	0	100	450.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

ORGÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									25.396.831
		PROJETOS							
02 122	0569 120W	AQUISICAO DE EDIFICIO PARA JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA JUSTICA FEDERAL EM DOURADOS - MS							900.000
02 122	0569 120W 0101	AQUISICAO DE EDIFICIO PARA JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA JUSTICA FEDERAL EM DOURADOS - MS - NO MUNICIPIO DE DOURADOS - MS							900.000
		EDIFICIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100	900.000
02 122	0569 120X	REFORMA E AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM BOA VISTA - RR							1.496.831
02 122	0569 120X 8101	REFORMA E AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM BOA VISTA - RR - NO MUNICIPIO DE BOA VISTA - RR							1.496.831
		EDIFICIO REFORMADO E AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0	100	1.496.831
02 122	0569 120Z	REFORMA DA SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM FORTALEZA - CE							10.000.000
02 122	0569 120Z 0101	REFORMA DA SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM FORTALEZA - CE - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA-CE							10.000.000
		IMÓVEL REFORMADO (UNIDADE) 100	F	4	2	90	0	100	10.000.000
02 122	0569 12P0	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM FORTALEZA - CE							10.000.000
02 122	0569 12P0 0101	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA JUSTICA FEDERAL EM FORTALEZA - CE - NO MUNICIPIO DE FORTALEZA-CE							10.000.000
		IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE) 3	F	5	2	90	0	100	10.000.000
02 122	0569 12YS	AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DA SUBSECAO JUDICIARIA DE CARUARU - PE							3.000.000
02 122	0569 12YS 0101	AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DA SUBSECAO JUDICIARIA DE CARUARU - PE - NO MUNICIPIO DE CARUARU - PE							3.000.000
		EDIFICIO AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									25.396.831
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.396.831

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

R/C	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	O	D	I	F	T	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL														20.011.228
		PROJETOS												
02 122	0569 120V	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA FUNCIONAMENTO DO TRF DA 3ª REGIAO - TORRE NORTE - SP												20.011.228
02 122	0569 120V 0101	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA FUNCIONAMENTO DO TRF DA 3ª REGIAO - TORRE NORTE - SP - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO-SP												20.011.228
		IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE) 8	F	5	2	90	0	100						20.011.228
TOTAL - FISCAL														20.011.228
TOTAL - SEGURIDADE														0
TOTAL - GERAL														20.011.228

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R O	P R O	M O D	I U	F T E	VALOR
0549 - PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL									6.900.000
		PROJETOS							
02 022	0569 120T	AQUISICAO DE IMOVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO TRF DA 5ª REGIAO							6.900.000
02 022	0569 120T 0101	AQUISICAO DE IMOVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO TRF DA 5ª REGIAO - NO MUNICIPIO DE RECIFE - PE							6.900.000
		IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE) I	F	5	23	90	0	100	6.900.000
TOTAL - FISCAL									6.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.900.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	E N D	R P	M O D	E U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									454.900
		PROJETOS							
02 022	0570 5450	AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							394.000
02 022	0570 5451 1333	AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE PORANGATU - GO							394.000
		CARTÓRIO AMPLIADO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0	100	394.000
02 022	0570 7217	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS							60.000
02 022	0570 7217 1471	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE ITAJÁ - GO							60.000
		IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									454.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									454.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL.
UNIDADE : 14312 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								790.000
		PROJETOS						
02 122	0570 110P	AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL						790.000
02 122	0570 120P 0101	AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL - NO MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS						790.000
		IMOVEL AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F 4	2	90	0	100	580.000
			F 4	2	90	0	300	210.000
TOTAL - FISCAL								790.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								790.000

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

[illegible]

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14021 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO/PROJETO	E S F	E N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									1.080.000
		PROJETOS							
02 122	0570 120Q	CONSTRUCAO DO ANEXO II AO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA							1.080.000
02 122	0570 120Q-0101	CONSTRUCAO DO ANEXO II AO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO							1.080.000
		ANEXO CONSTRUÍDO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0	100	1.080.000
TOTAL - FISCAL									1.080.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.080.000

ONGAO : 14090 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO?PRODUTO	ESF	END	GRF	MOD	U	TE	VALOR
0510 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									150.000
		PROJETOS							
02 022	0570 5451	AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS							150.000
02 022	0570 5451 1329	AMPLIACAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - NO MUNICIPIO DE PEDRO AFONSO - TO							150.000
		CARTÓRIO AMPLIADO (UNIDADE) I	F	4	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ORGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª. REGIÃO - PERNAMBUCO

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I N F	U T E	VALOR
0571 PRESTACAO JURISDICCIONAL TRABALHISTA								1.300.000
		PROJETOS						
02 122	0571 1311	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM OLINDA - PE						960.000
02 122	0571 1311 0101	CONSTRUCAO DE EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM OLINDA - PE - NO MUNICIPIO DE OLINDA - PE						960.000
		EDIFICIO CONSTRUÍDO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0 100	960.000
02 122	0571 1318	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PAULISTA - PE						1.340.000
02 122	0571 1318 0103	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PAULISTA - PE - NO MUNICIPIO DE PAULISTA - PE						1.340.000
		EDIFICIO CONSTRUÍDO (% DE EXECUCAO FISICA) 40	F	4	2	90	0 100	1.340.000
TOTAL - FISCAL								2.300.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.300.000

ORGÃO : 10060 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
UNIDADE : 10233 - SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUPRAMA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	GR	MOD	U	FTE	VALOR
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS								1.167
		OPERACOES ESPECIAIS						
26 846	0901 0005	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS						1.167
26 846	0901 0005 0001	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS - NACIONAL						1.167
			F	I	I	90	0100	1.167
TOTAL - FISCAL								1.167
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.167

ORGÃO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Abstract

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I O U	F T E	VALOR
0501 DEFESA DA ORDEM JURIDICA								4.500.000
		PROJETOS						
03 122	0501 12PB	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO PAULO - SP						4.500.000
03 122	0501 12PB 0101	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SAO PAULO - SP - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP						4.500.000
		EDIFICIO REFORMADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0	100
			F	4	2	90	0	178
TOTAL - FISCAL								4.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								4.500.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	N	M	I	F	VALOR
			S	P	P	O	U	T	
0581 - DESPESA DA ORDEM JURIDICA									1.500.000
		PROJETOS							
03 122	0581 133V	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA JUSTICA MILITAR EM RECIFE - PE							1.500.000
03 122	0581 133V 0101	REFORMA DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA DA JUSTICA MILITAR EM RECIFE - PE - NO MUNICIPIO DE RECIFE-PE							1.500.000
		EDIFICIO REFORMADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	ORç	MOD	U	TE	VALOR
0581 - DESPESA DA ORDEM JURIDICA								1.250.000
		PROJETOS						
03 122	0581 3E94	CONSTRUçAO DE EDIFICIO-SEDE PARA INSTALACAO DE OFICIO JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO						1.250.000
03 122	0581 3E94 0115	CONSTRUçAO DE EDIFICIO-SEDE PARA INSTALACAO DE OFICIO JUNTO AS VARAS DA JUSTICA DO TRABALHO - NO MUNICIPIO DE PETROLINA - PE						1.250.000
		EDIFÍCIO CONSTRUÍDO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	4	2	90	0 100	1.250.000
TOTAL - FISCAL								1.250.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.250.000

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
24 TRANSPORTE		TOTAL - GERAL	46.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	46.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
24 TRANSPORTE			46.000.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	46.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE			31.000.000
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE		TOTAL - GERAL	15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO			
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		TOTAL - GERAL	46.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.8.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			46.000.000
6.2.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			46.000.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			46.000.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			46.000.000
TOTAL DA RECEITA	46.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	46.000.000

ÓRGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ÓRGÃO : R\$ 46.000.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
24 TRANSPORTE			46.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			46.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE			31.000.000
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE			15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS			
20208 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP			15.000.000
20211 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CORJ			31.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			46.000.000
TOTAL			46.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.8.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			46.000.000
6.2.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			46.000.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			46.000.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			46.000.000
TOTAL DA RECEITA	46.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	46.000.000

ÓRGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 15.000.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
24 TRANSPORTE			15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE			15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			15.000.000
TOTAL			15.000.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.8.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			15.000.000
6.2.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			15.000.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			15.000.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO			15.000.000
TOTAL DA RECEITA	15.000.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL	15.000.000

ÓRGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FE	VALOR

1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE							15.000.000
		PROJETOS					
16 784	1461 12LR	ALINHAMENTO DE CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP)					15.000.000
26 784	1461 12LR 0035	ALINHAMENTO DE CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO					15.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0 495 15.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO							15.000.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 10211 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE 31.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO 31.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE 31.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 31.000.000

TOTAL 31.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.000.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 31.000.000
6.2.00.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31.000.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO 31.000.000
6.2.1.1.00.00 DIRETO 31.000.000
TOTAL DA RECEITA 31.000.000 RECEITAS CORRENTES * RECEITAS DE CAPITAL 31.000.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 10211 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE							31.000.000		
		PROJETOS							
26 784	1458 12LI	IMPLANTACAO DE 3 PIRES DE ATRACACAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							31.000.000
26 784	1458 12LI 0033	IMPLANTACAO DE 3 PIRES DE ATRACACAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							31.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	2	90	0	495	31.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO							31.000.000		

ORGÃO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01001 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS									2.001.500
		ATIVIDADES							
01 031	0553-4061	PROCESSO LEGISLATIVO							2.001.500
01 031	0553-4061-0001	PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL							2.001.500
TOTAL - FISCAL									2.001.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.001.500

ORGAO : 02000 - SENADO FEDERAL

UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA - PRODASEN

ANEXO 10

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO-PRODUTO	E	S	C	M	I	F	VALOR
			S	D	F	O	U	T	
0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL									450.000
		ATIVIDADES							
01 026	0551-0060	GESTAO DO SISTEMA DE INFORMATICA							450.000
01 126	0551 4060 0001	GESTAO DO SISTEMA DE INFORMATICA - NACIONAL							450.000
			F	4	2	90	0	100	450.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL

UNIDADE : 14007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I N D	F U T	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								469.296
		ATIVIDADES						
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						19.296
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	19.296
		PROJETOS						
02 122	0570 5439	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS						450.000
02 122	0570 5439 0064	CONSTRUCAO DE CARTORIOS ELEITORAIS - JARDIM BOTANICO - DF						450.000
		CARTORIO CONSTRUÍDO (UNIDADE) 1	F	4	2	90	0 100	450.000
TOTAL - FISCAL								469.296
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								469.296

ORGAO : T-000 - JUSTICA ELEITORAL

UNIDADE : 14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES F	GN D	RP	MO D	ITU	FTE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									454.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 2271	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							454.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							454.000
			F	3	2	90	0	100	454.000
TOTAL - FISCAL									454.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									454.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL

UNIDADE : 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	O R G O	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								R\$28.910
		PROJETOS						
02-122	0570-7813	CONSTRUCAO DO EDIFICIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE						R\$28.910
02-122	0570-7813-0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE - NO MUNICIPIO DE NATAL - RN						R\$28.910
			F	4	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								R\$28.910
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								R\$28.910

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL

UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F E	VALOR
#570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL								150.000
		PROJETOS						
01 122	0570 5439	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS						150.000
02 122	0570 5439 0949	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS - NO MUNICÍPIO DE PALMAS - TO						150.000
			F	4	2	90	0 100	150.000
TOTAL - FISCAL								150.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								150.000

ORGAO : 34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
		0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA							1.000.000
		ATIVIDADES							
03 062	0581 4244	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL							1.000.000
03 062	0581 4264 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - NACIONAL							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
		TOTAL - FISCAL							1.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							1.000.000

ORGÃO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G R P	M O D	U E	F T E	VALOR
0581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA								1.500.000
		ATIVIDADES						
03 062	0581 4263	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - MINISTERIO PUBLICO MILITAR						1.500.000
03 062	0581 4263 0001	DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - MINISTERIO PUBLICO MILITAR - NACIONAL						1.500.000
			F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.500.000

ORGAO : 34009 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
UNIDADE : 34004 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
*581 DEFESA DA ORDEM JURIDICA									1.250.000
		PROJETOS							
03-122	0581 7P58	AQUISICAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIAO EM RECIFE - PE							1.250.000
03-122	0581 7P58-0056	AQUISICAO DO EDIFICIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIAO EM RECIFE - PE - NO MUNICIPIO DE RECIFE - PE							1.250.000
		EDIFICIO ADQUIRIDO (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100	1.250.000
TOTAL - FISCAL									1.250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.250.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
ENTRADA : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO III

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES	ND	PR	MOD	U	FE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									3.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							3.500.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	178	3.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo IV – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo

Objetivo Setorial

Valores em R\$ 1,00

Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional

Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores

Programa

1461 Votor Logístico Centro-Sudeste

Órgão Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo

Público-alvo

Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da SP, PR e MS e sudeste do estado de GO

Usadrias de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás

AÇÃO DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto	Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
								2008	2009	2010	2011
12LR		Alinhamento de Cais no Porto de Santos (SP)	Obras executadas (% de execução física)	12/2010 11/2013	SEP	119.900.000 1,00	Sudeste	R\$ Meia	-	15.000.000 12	25.000.000 21

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo IV – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo

Objetivo Setorial

Valores em R\$ 1,00

Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos

Garantir maior acesso à prestação jurisdicional trabalhista a todos os brasileiros

Programa

0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista

Órgão Responsável

15000 Justiça de Trabalho (Justiça do Trabalho)

Objetivo

Público-alvo

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas

Sociedade

AÇÃO DA ESFERA FISCAL

Projeto	Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
								2008	2009	2010	2011
13BR		Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Paulista-PE	Sócio construído (% de execução física)	01/2010 12/2011	Justiça do Trabalho	2.713.140 1,00	Nordeste	R\$ Meta	-	1.340.000 49	1.373.140 51

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo IV – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos*
 Objetivo Setorial *Garantir maior acesso à prestação jurisdicional trabalhista a todos os brasileiros*

Valores em R\$ 1,00

Programa	0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista	Órgão Responsável	15000 Justiça do Trabalho (Justiça do Trabalho)
----------	--	-------------------	---

Objetivo *Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas.*
 Público-alvo *Sociedade*

AÇÃO DA ESFERA FISCAL

Projeto

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico		
							2008	2009	2010 2011
127M	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região	Edifício restaurado (% de execução física)	01/2010 12/2011	Justiça do Trabalho	14.250.232 100	NONE	-	-	4.467.577 9.782.655 Meta 32 68

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo IV – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO*
 Objetivo Setorial *Usar e melhorar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

Valores em R\$ 1,00

Programa	1458 Votor Logístico Leste	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
----------	----------------------------	-------------------	---------------------------------------

Objetivo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO*
 Público-alvo *Usar e melhorar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

AÇÃO DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico		
							2008	2009	2010 2011
12LJ	Implantação de 3 Piers de Arrecado no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	Obras executadas (% de execução física)	12/2010 12/2013	SEP	314.000.000 100	Sudeste	-	-	31.000.000 47.000.000 Meta 30 35

EM nº 00304/2010/MP

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito especial aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério Público da União, no valor global de R\$ 160.510.878,00 (cento e sessenta milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e setenta e oito reais), e dá outras providências, conforme discriminado a seguir:

		R\$ 1,00
Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Orçamento Fiscal	114.510.878	114.510.878
Câmara dos Deputados	2.001.500	2.001.500
Câmara dos Deputados	2.001.500	2.001.500
Senado Federal	450.000	450.000
Secretaria Especial de Informática - Prodasen	450.000	450.000
Justiça Federal	52.308.059	52.308.059
Justiça Federal de Primeiro Grau	25.396.831	27.371.631
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	20.011.228	15.036.428
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	6.900.000	9.900.000

Justiça Eleitoral	2.631.257	2.631.257
Tribunal Superior Eleitoral	-	251.090
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	102.000	-
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	19.296	469.296
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	454.000	454.000
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	790.000	340.000
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	35.961	-
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	-	137.961
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	-	828.910
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	1.080.000	-
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	150.000	150.000
Justiça do Trabalho	3.868.895	2.300.000
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco	2.300.000	2.300.000
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Roraima	1.568.895	-
Presidência da República	46.000.000	46.000.000
Secretaria Especial de Portos	46.000.000	46.000.000
Ministério da Fazenda	-	1.167
Superintendência de Seguros Privados	-	1.167
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1.167	-

Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa	1.167	-
Ministério Público da União	7.250.000	3.750.000
Ministério Público Federal	4.500.000	1.000.000
Ministério Público Militar	1.500.000	1.500.000
Ministério Público do Trabalho	1.250.000	1.250.000
Excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros	-	1.568.895
Reserva de Contingência	-	3.500.000
Orçamento de Investimento	46.000.000	46.000.000
Presidência da República	46.000.000	-
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	15.000.000	-
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	31.000.000	-
Repasse da União sob a forma de aumento da participação no capital de empresas estatais	-	46.000.000
Total	160.510.878	160.510.878

2. A proposição tem por finalidade a inclusão de categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010 - LOA-2010 e, segundo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, possibilitará:

- na Câmara dos Deputados, a construção do Centro de Gestão e Armazenagem de Materiais no Setor de Indústria e Abastecimento, em Brasília; e o pagamento da contribuição à Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento - ASGP;

- no Senado Federal, a conclusão das obras de ampliação e de reforma do edifício-sede da Secretaria Especial de Informática - Prodasen, cujo projeto teve o seu prazo de execução postergado em 180 dias, objeto do segundo termo aditivo do Contrato nº 43/2008;

- na Justiça Federal, a aquisição de edifício para o Juizado Especial Federal em Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul; a reforma e a ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Boa Vista, no Estado de Roraima; a ampliação do edifício-sede da

Subseção Judiciária de Caruaru, no Estado de Pernambuco; a aquisição de imóveis e reforma da área para ampliação da sede da Justiça Federal em Fortaleza, no Estado do Ceará; a aquisição de imóveis para funcionamento do Tribunal Regional Federal - TRF da 3ª Região em São Paulo, no Estado de São Paulo; e a aquisição de imóvel para o funcionamento do TRF da 5ª Região em Recife, no Estado de Pernambuco;

- na Justiça Eleitoral, a aquisição de imóvel para funcionamento de cartório eleitoral no município de Passo de Camaragibe, no Estado de Alagoas; a conclusão das obras de construção dos cartórios eleitorais da Vila Estrutural e da 2ª Zona Eleitoral de Ceilândia, no Distrito Federal; a ampliação de imóvel doado pela União para a instalação de cartório eleitoral no Município de Porangatu e a aquisição do imóvel onde funciona o cartório eleitoral no Município de Itajá, no Estado de Goiás; a ampliação da estrutura física do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral - TRE do Estado de Mato Grosso do Sul, para instalar a Secretaria de Tecnologia da Informação e reorganizar as estruturas da Secretaria Judiciária, da Secretaria de Administração e de Orçamento e da Direção Geral; a conclusão do projeto de ampliação do edifício-sede do TRE do Estado do Piauí, mediante o pagamento de parcela final do Contrato nº 52/2000, objeto de decisão judicial; a construção do Anexo II ao edifício-sede do TRE do Estado de Rondônia; e a ampliação de cartório eleitoral no Município de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins;

- na Justiça do Trabalho, a construção dos edifícios-sede da Vara do Trabalho em Olinda e do Fórum Trabalhista de Paulista, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 6ª Região, no Estado de Pernambuco; a complementação das obras de restauração do edifício-sede do TRT da 11ª Região, no Município de Manaus, no Estado do Amazonas;

- na Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, o aporte de recursos, a título de participação da União no capital das Companhias Docas do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, com vistas à execução de obras de alinhamento de cais do Porto de Santos e de implantação de três píeres de atracação no Porto do Rio de Janeiro, iniciativas integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento, que deverão ampliar a capacidade de atracação de embarcações de turismo de grande porte, de forma a atender à crescente demanda de cruzeiros turísticos no País, além de serem consideradas fundamentais para a ampliação da infraestrutura de hospedagem durante a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil; e

- no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o pagamento de precatório federal trabalhista, julgado pelo TRT da 11ª Região, devido pela Suframa; e

- no Ministério Público da União, a reforma do edifício-sede da Procuradoria da República em São Paulo, unidade Frei Caneca, no Estado de São Paulo; a reforma do edifício-sede da Procuradoria da Justiça Militar em Recife, no Estado de Pernambuco, e a construção de edifício-sede para instalação de ofício junto às Varas da Justiça do Trabalho em Petrolina, no Estado de Pernambuco.

3. A presente proposição decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos beneficiários, tendo sido aprovadas, no caso dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério

Público da União, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos, respectivamente, do Parecer nº 0006026-92.2010.2.00.0000, de 5 de outubro de 2010, e do Pedido de Providências nº 1890/2010-57, de 28 de setembro de 2010, cujas cópias acompanham o Projeto de Lei ora encaminhado, conforme dispõe o § 13 do art. 56 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 - LDO-2010.

4. O crédito será viabilizado à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, de anulação parcial de dotações orçamentárias, e de repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Ressalta-se que, segundo os órgãos envolvidos, os remanejamentos ora propostos não trarão prejuízo à execução da programação objeto de cancelamento, pois foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício corrente.

5. Cabe ressaltar que parte das alterações orçamentárias envolve cancelamentos de dotações decorrentes de emendas parlamentares, os quais contam com as seguintes autorizações:

- na Justiça Federal, por meio do Ofício nº 240/2010-BSB, de 28 de setembro de 2010, do Deputado Federal Marçal Filho; Ofício nº 293/2010-BSB, de 23 de setembro de 2010, do Deputado Federal Geraldo Resende; Ofício s/nº, de setembro de 2010, do Deputado Federal Waldemir Moka; autorização do Deputado Federal Devanir Ribeiro, coordenador da Bancada Paulista, no Ofício nº 1521/2010-GABP, de 02 de setembro de 2010; Ofício nº 020/2010, de 22 de junho de 2010, dos Deputados Federais Pedro Eugênio e Carlos Eduardo Cadoca, coordenadores da Bancada de Pernambuco; e autorização do Deputado Federal Luciano Castro, de 9 de setembro de 2010, no Ofício/DIREF/N.82, de 3 de setembro de 2010.

- na Justiça Eleitoral, por meio do Ofício Ext. nº 098/2010, de 7 de outubro de 2010, do Deputado Federal Tadeu Filippelli;

- na Justiça do Trabalho, de acordo com a Autorização do Deputado Federal Carlos Eduardo Cadoca, de 27 de setembro de 2010; Ofício nº 99/Gab/2010, de 29 de setembro de 2010, do Deputado Federal Edgar Moury; Autorização do Deputado Federal Eduardo da Fonte, de 28 de setembro de 2010; e Autorização do Deputado Federal Marcos Antônio Ramos da Hora, de 27 de setembro de 2010.

- no Ministério Público da União, conforme Autorizações dos Deputados Federais Armando Monteiro Neto e Fernando Ferro, ambos de 5 de agosto de 2010, além do Ofício nº 058/2010, de 5 de agosto de 2010, do Deputado Federal Raul Henry.

6. Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da LDO-2010, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, tendo em vista que:

- a) R\$ 109.441.983,00 (cento e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e três reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias para priorização das novas programações;

- b) R\$ 1.568.895,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais) a suplementação de despesas primárias discricionárias, no âmbito da Justiça do Trabalho, à conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não

Financeiros, as quais serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativa ao quinto bimestre de 2010;

c) R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) a suplementação de despesas primárias, no âmbito do Ministério Público da União, à conta de recursos de origem financeira, as quais serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, relativa ao quinto bimestre de 2010;

d) no caso da Secretaria de Portos da Presidência da República, as programações integram o Programa de Aceleração do Crescimento e serão executadas de acordo com os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010; e

e) as despesas custeadas com excesso de arrecadação de Recursos Próprios e com recursos de origem financeira, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, serão consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas de que trata o § 4º do art. 70 da LDO-2010, relativo ao quinto bimestre de 2010.

7. Ressalte-se, ainda, que a abertura do referido crédito, no âmbito do Orçamento de Investimento, não afetará a meta global de superávit primário para 2010, de responsabilidade do conjunto das empresas estatais federais do setor produtivo, fixada por intermédio do Anexo IX do Decreto nº 7.094, de 2010, tendo em vista que os recursos necessários à realização dos novos investimentos são provenientes de repasses da União a título de participação no capital da Codesp e da CDRJ.

8. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 2009, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros, apropriado integralmente neste crédito.

9. Integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o período 2008-2011, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos das ações "1318 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista - PE", "127M - Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região", "12L1 - Implantação de 3 Píeres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)" e "12LR - Alinhamento de Cais no Porto de Santos (SP)", as quais passam a incorporar-se ao citado Plano.

10. As demais ações contempladas neste crédito não implicam alteração do PPA vigente, uma vez que pertencem a programas destinados exclusivamente a operações especiais ou, de acordo com informações dos órgãos envolvidos, a sua execução não ultrapassará o corrente exercício, conforme dispõem, respectivamente, os arts. 1º, § 2º, e 22, da Lei nº 11.653, de 2008, ou, ainda, referem-se a iniciativas já constantes do referido Plano.

11. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 56, § 9º, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

Unidade: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – Amazonas/Roraima

Fonte 50: Recursos Próprios Não Financeiros

R\$ 1,00

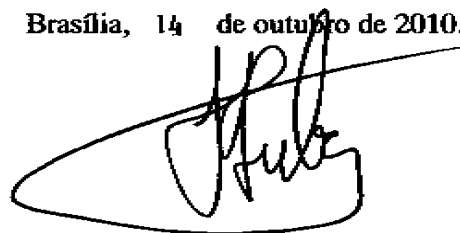
NATUREZA	2010		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
16000000 Receitas de Serviços	0	166.944	166.944
19900000 Receitas Diversas	0	4.467.577	4.467.577
Total	0	4.634.521	4.634.521
(D) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Suplementares e Especiais			4.467.577
Abertos			2.898.682
Em tramitação			0
Valor deste crédito			1.568.895
(F) Outras modificações orçamentárias efetivadas			0
(G) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F)			166.944

Mensagem nº 621

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 160.510.878,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 14 de outubro de 2010.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. *A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)*

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 167. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;**
- II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;**
- III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;**
- IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)**
- V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;**
- VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;**
- VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;**
- VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;**
- IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.**
- X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e**

pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 1º Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas Finalísticos;

II - Anexo II - Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais; e

III - Anexo III - Órgãos Responsáveis por Programas de Governo.

§ 2º Não integram o Plano Plurianual os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

.....

Art. 22. Ficam dispensadas de discriminação no Plano as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2010;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

.....

Art. 70. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o 20º (vigésimo) dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida por cada órgão referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações classificadas como despesas primárias fixadas na Lei Orçamentária de 2010, excluídas as relativas às:

I – despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes da Seção I do Anexo V desta Lei;

II – demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes da Seção II do Anexo V desta Lei;

III – atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2010; e

IV – dotações constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3, no montante previsto no art. 3º desta Lei, ou à conta de recursos de doações e convênios.

§ 2º As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 1º deste artigo aplicam-se integralmente, no caso de a estimativa atualizada da receita primária, demonstrada no relatório de que trata o § 4º deste artigo, ser igual ou superior àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária de 2010, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido Projeto, no caso de a estimativa atualizada ser inferior.

§ 3º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação a que se refere o caput deste artigo, editarão ato, até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que estabeleça os montantes indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no **caput** deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II – a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV – os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo III desta Lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 5º Aplica-se somente ao Poder Executivo a limitação de empenho e movimentação financeira cuja necessidade seja identificada fora da avaliação bimestral, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 6º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira será efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 7º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, editado na hipótese prevista no **caput** do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no § 5º deste artigo, conterá as informações relacionadas no art. 69, § 1º, desta Lei.

§ 8º O relatório a que se refere o § 4º deste artigo será elaborado e encaminhado também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.

§ 9º O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 4º deste artigo no prazo de 5 (cinco) dias úteis do

recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto. (Redação dada pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo. (Incluído pelo Decreto nº 7.144, de 2010)

ANEXO I
PROGRAMAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)			Obrigatórias			Total		
	Lei (a)	Até Mar (b)	Até Dez (c)	Lei (d)	Até Mar (e)	Até Dez (f)	Lei (g=a+d)	Até Mar (h=b+e)	Até Dez (i=c+f)
20000 Presidência da República	3.513.675	1.430.460	3.513.675	49.630	49.630	49.630	3.563.305	1.480.090	3.563.305
20102 Vice-Presidência da República	3.729	622	3.729	105	105	105	3.835	727	3.835
20114 Advocacia-Geral da União	277.917	46.319	277.917	22.367	22.367	22.367	300.284	68.687	300.284
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.606.860	265.559	2.606.860	158.753	158.753	158.753	2.765.612	424.312	2.765.612
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	6.051.934	886.282	6.051.934	64.871	64.871	64.871	6.116.805	951.153	6.116.805
25000 Ministério da Fazenda	3.420.456	569.826	3.420.456	180.363	180.363	180.363	3.600.819	750.189	3.600.819
	17.036.35		17.036.35				22.130.44		22.130.44
26000 Ministério da Educação	9	2.669.394	9	5.094.086	5.094.086	5.094.086	5	7.763.480	5
Ministério do Desenvolvimento,									
28000 Indústria e Comércio Exterior	911.105	121.336	911.105	12.792	12.792	12.792	923.897	134.128	923.897
30000 Ministério da Justiça	3.669.033	562.119	3.669.033	129.214	129.214	129.214	3.798.247	691.333	3.798.247
32000 Ministério de Minas e Energia	1.059.820	524.347	1.059.820	31.222	31.222	31.222	1.091.042	555.569	1.091.042
33000 Ministério da Previdência Social	1.723.725	283.329	1.723.725	237.083	237.083	237.083	1.960.808	520.412	1.960.808
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.147.785	191.297	1.147.785	58.746	58.746	58.746	1.206.530	250.043	1.206.530
	12.195.28		12.195.28	41.825.87	41.825.87	41.825.87	54.021.16	44.254.59	54.021.16
36000 Ministério da Saúde	7	2.428.718	7	3	3	3	0	1	0
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.349.180	214.007	1.349.180	44.605	44.605	44.605	1.393.785	258.612	1.393.785
	14.387.62	12.582.03	14.387.62				14.586.93	12.781.34	14.586.93
39000 Ministério dos Transportes	2	6	2	199.308	199.308	199.308	0	4	0
41000 Ministério das Comunicações	472.164	78.502	472.164	38.649	38.649	38.649	510.812	117.151	510.812
42000 Ministério da Cultura	1.805.640	256.032	1.805.640	18.640	18.640	18.640	1.824.280	274.673	1.824.280
44000 Ministério do Meio Ambiente	824.779	133.651	824.779	40.917	40.917	40.917	865.695	174.568	865.695
Ministério do Planejamento,									
47000 Orçamento e Gestão	3.396.014	407.669	3.396.014	320.235	320.235	320.235	3.716.249	727.904	3.716.249
Ministério do Desenvolvimento									
49000 Agrário	3.183.279	498.542	3.183.279	137.307	137.307	137.307	3.320.585	635.849	3.320.585
51000 Ministério do Esporte	1.494.367	70.208	1.494.367	2.304	2.304	2.304	1.496.671	72.512	1.496.671
	12.718.76		12.718.76				14.415.47		14.415.47
52000 Ministério da Defesa	5	2.262.068	5	1.696.714	1.696.714	1.696.714	9	3.958.783	9
53000 Ministério da Integração Nacional	5.161.286	3.122.307	5.161.286	28.966	28.966	28.966	5.190.252	3.151.273	5.190.252
54000 Ministério do Turismo	4.181.620	209.586	4.181.620	1.768	1.768	1.768	4.183.389	211.364	4.183.389
Ministério do Desenvolvimento				13.112.42	13.112.42	13.112.42	16.500.89	13.649.22	16.500.89
55000 Social e Combate à Fome	3.388.470	536.805	3.388.470	2	2	2	2	7	2
	14.755.07	11.453.67	14.755.07				14.797.23	11.495.83	14.797.23
56000 Ministério das Cidades	8	5	8	42.160	42.160	42.160	7	5	7
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	768.923	83.933	768.923	1.456	1.456	1.456	770.379	85.389	770.379
71000 Encargos Financeiros da União	1.277.804	718.460	1.277.804				1.277.804	718.460	1.277.804
Transferências a Estados, Distrito									
73000 Federal e Municípios	172.757	1.897	172.757	45.588	45.588	45.588	218.345	47.485	218.345
74902 Rec. sob Superv. Fundo de Financ. ao Estudante do Ensino Superior/ FIEES-MEC	116.423	19.404	116.423				116.423	19.404	116.423
Rec. sob Superv. Fundo Nacional									
74903 de Desenvolvimento/FND-MDIC	10.000	1.667	10.000				10.000	1.667	10.000
Recursos sob Supervisão do									
74912 Fundo Nacional de Cultura	818	136	818				818	136	818
TOTAL	123.082.673	42.630.205	123.082.673	63.596.143	63.596.143	63.596.143	186.678.815	106.226.348	186.678.815

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

ANEXO IX

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2010

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	VALORES ACUMULADOS		
	QUADRIMESTRES		
	I	II	III
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	113.769	265.181	1.600.070
I – Receitas	14.353.480	29.434.235	44.853.274
II – Despesas	13.689.884	27.777.892	43.654.607
Investimentos	2.519.353	5.250.366	8.062.793
Demais Despesas	11.170.531	22.527.526	35.591.814
III - Ajuste Competência/Caixa	(147.951)	(591.338)	1.580.482
IV – Juros	401.876	799.824	1.179.079
B - ITAIPU (I-II+III-IV)	2.001.285	4.002.570	6.001.705
I – Receitas	2.606.973	5.213.947	7.820.919
II – Despesas	1.521.542	3.043.084	4.564.626
Investimentos	12.300	24.600	36.900
Demais Despesas	1.509.242	3.018.484	4.527.726
III - Ajuste Competência/Caixa	113.102	226.204	337.156
IV – Juros	(802.752)	(1.605.503)	(2.408.256)
C - Demais empresas (I-II+III-IV)	(1.073.345)	(871.515)	(950.875)
I – Receitas	8.631.580	18.139.612	28.249.412
II – Despesas	9.381.483	18.933.664	30.128.630
Investimentos	959.210	1.952.770	3.323.702
Demais Despesas (*)	8.422.273	16.980.894	26.804.928
III - Ajuste Competência/Caixa	(313.029)	89.049	1.295.417
IV – Juros	10.413	166.512	367.074
RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)	1.041.709	3.396.236	6.650.900

(*) Inclui ajuste metodológico.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os **Projetos de Lei nºs 61 a 85 de 2010–CN** vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Leitura: 18–10–2010

- até 23-10 prazo para publicação e distribuição de avulsos;
- até 31-10 prazo para apresentação de emendas;
- até 5-11 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e
- até 20-11 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

As matérias serão publicadas em avulsos e no Diário do Senado Federal de 19 de outubro do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela inscrição, sem prejuízo dos demais oradores, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko; Srªs Senadoras e Srs. Senadores; todos aqueles que nos assistem hoje pela TV Senado e os que nos ouvem pela Rádio Senado, quero dizer que, ao longo de todo o meu mandato, tenho sido coerente com a manutenção de algumas linhas de atuação. Um desses temas centrais que me faz extrapolar as questões mais imediatas do Estado que represento, o Estado do Amapá, é a saúde do brasileiro. Todos sabem que sou médico. Completarei, no ano que vem, quarenta anos de opção pela carreira de saúde, desde minha entrada na Universidade Federal do Pará. Por todas essas razões, ocupo esta tribuna no dia de hoje, como faço, aliás, todos os anos, para deixar registradas minhas congratulações a todos os que abraçaram a Medicina em nosso País pela passagem do Dia do Médico, exatamente hoje, 18 de outubro, consagrado também ao evangelista e médico São Lucas.

Eu queria ter podido anunciar desta tribuna, nesses anos todos de mandato, que o Brasil finalmente estava livre de todos os problemas crônicos de saúde pública, que não existiam mais cidades sem médicos, que todos os profissionais da área atingiam não ape-

nas reconhecimento social, mas eram valorizados também pelos governos, direta ou indiretamente os maiores empregadores. Não digo isso em tom de mágoa, mas para alertar para o longo caminho que ainda temos de percorrer, inclusive do ponto de vista de ações legislativas, para bem solucionar as questões da área da saúde.

Segundo dados do Conselho Federal de Medicina, o Brasil conta com pouco mais de 357 mil médicos na ativa, o que resultaria, hoje, numa média de um médico para cada 540 habitantes. Nosso velho problema, a concentração desigual desses profissionais, ainda não foi resolvido. As Regiões Norte e Nordeste seguem com alguns Estados em situação mais precária, tais como o Piauí, o Pará e o Maranhão, que têm problemas para manter o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é o índice de um médico para cada mil habitantes. Entretanto, uma análise microrregional piora muito os números, mesmo em Estados do Sul e do Sudeste, em função da grande concentração de profissionais nas capitais dos Estados e em algumas poucas cidades de maior porte.

Ainda não encontramos a fórmula para a fixação de jovens médicos no interior do País. A questão não é apenas salarial, mas de condições gerais de trabalho, incluindo acesso limitado a equipamentos, a materiais e a medicamentos ou mesmo ausência de todo um corpo de profissionais que deveriam atuar ao lado do médico no atendimento às carências da população, como os enfermeiros, os técnicos de laboratório, os fisioterapeutas e o pessoal administrativo e de apoio.

Alguns estudos mostram que o profissional médico, apesar de todas as dificuldades, dos múltiplos empregos, do corre-corre diário, das frustrações resultantes da impossibilidade de agir em alguns casos, ainda assim, mantém-se atuante. Depois de dez anos de formados, alguma coisa entre 80% a 85% dos médicos continuam atuando, contra 50% do pessoal de enfermagem, por exemplo. O problema é que esse número vem piorando desde os 95% a 97% que eram registrados em outras épocas.

Também notamos uma migração de médicos para empregos públicos, resultando numa onda de fechamento de consultórios particulares. Isso torna ainda mais dramática a gestão de pessoal médico pela administração pública. Cada vez menos, parecemos uma profissão liberal; cada vez mais, o sistema público é cobrado em eficiência, em eficácia e em efetividade, pois mantém sob contrato mais da metade dos médicos brasileiros.

Mesmo na questão do reconhecimento social da importância do médico e dos profissionais de saúde, há uma mudança. Todo o estado de confusão que se

abate sobre o sistema público de saúde, fartamente noticiado nos meios de comunicação, tem refletido negativamente entre os profissionais de saúde como um todo.

Difícilmente um brasileiro que está na fila de atendimento de um hospital público, com o filho ou a mãe doente, consegue discernir que o médico que está ali atendendo não é necessariamente o culpado pela fila, pela falta de pessoal e de material. Ele acaba virando o alvo mais fácil da insatisfação do cidadão. Este é um registro do dia a dia: pessoas que levaram muitos dias, semanas ou até meses para marcar uma consulta chegam à fila para receber a consulta médica e ficam esperando sua vez. Sabemos que, muitas vezes ou na maioria absoluta das vezes, a demora no atendimento não depende do médico, do enfermeiro, do técnico em enfermagem, do técnico em laboratório ou de outro profissional da saúde, mas depende de um sistema que funciona para que esse paciente seja bem atendido. A demora faz com que o paciente, esgotado, todo cheio de razão, reclame exatamente com aqueles que estão mais próximos, no caso, o atendente do médico, o enfermeiro, o bioquímico e, mais frequentemente, o médico, que recebem todo o impacto negativo de um sistema de saúde que funciona precariamente, sem o devido êxito para um atendimento eficaz dos pacientes.

O mau gestor da coisa pública, por incompetência ou por corrupção; o mau político, que explora o caos ou tem prioridades distorcidas e afastadas da realidade da população; a legislação, por vezes frouxa ou insuficiente; e a baixa capacidade de fiscalização das entidades estatais, nada disso costuma aparecer. Costumam aparecer mesmo como ineficientes os profissionais da saúde. Apenas retratam os duelos entre o paciente e o profissional, ambos vítimas da situação.

Sr^a Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, minha luta pela melhora da saúde no Brasil continuará, pois nunca dependeu do meu mandato. Ao contrário, sei que devo muito da oportunidade que tenho de representar meu querido Amapá nesta Casa ao fato de jamais ter abandonado minhas causas, meus pacientes, meus concidadãos.

A todos os médicos do Brasil, meus cumprimentos pelo nosso dia, cumprimento que deve alcançar desde os mais renomados especialistas dos grandes hospitais de referência ao médico da família que atende pelo interior e aos médicos militares, presentes, eles sim, nos rincões mais afastados e isolados do País.

Saúdo, em especial, os médicos do Estado do Amapá. Somos pouco mais de mil abnegados, que têm de dar conta do extenso território, da dispersão populacional e das dificuldades de comunicação e transporte

ainda existentes no meu Estado, à semelhança do que acontece no restante da Região Norte.

Sr^a Presidenta, tive a honra de exercer, na minha terra, a maior parte da minha carreira de médico, inclusive dirigindo hospitais, presidindo a Associação Médica do Amapá e participando como membro do Conselho Regional de Medicina e como Secretário Estadual de Saúde. Espero ter conseguido, no exercício da minha profissão, devolver parte da generosidade que sempre recebi do povo do meu Estado.

Aqui, mais uma vez, quero deixar um forte abraço de cumprimento a todos os médicos do Brasil, especialmente aos médicos que servem no meu Estado do Amapá, e agradecer a todos esses colegas pela capacidade que têm de atender à população com atenção e com carinho e também pelo esforço que fazem para estarem sempre se atualizando e dando a qualidade de excelência que tem hoje a Medicina no Estado do Amapá.

Muito obrigado, SRA. Presidenta. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Papaléo Paes. Convido-o para presidir esta sessão, enquanto faço uso da palavra, pois sou a próxima oradora inscrita.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

De acordo com a lista de oradores inscritos, vai usar da palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a terá o tempo regimental para fazer uso da palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar minha fala fazendo uma saudação a todos os médicos. O Sr. Senador Papaléo Paes, que acabou de sair da tribuna, fez um discurso sobre a importância do médico na nossa sociedade.

Hoje, inclusive, é o Dia do Médico, e, aqui, saúdo V. Ex^a, especialmente, porque é médico, e sabemos que é um excelente profissional. Isso é muito importante.

Quero, aqui, saudar todos os médicos do meu Mato Grosso, em nome do Dr. Arlan Ferreira, que é o Presidente do Conselho Regional de Medicina (CRM) de Mato Grosso; em nome do Dr. Rodney Mady, Presidente da Associação Médica também de Mato Grosso; e também em nome do Presidente do Sindicato dos Médicos do meu Mato Grosso. Quero saudar todos

os médicos e todas as médicas do meu Estado de Mato Grosso.

Quero aqui, Sr. Presidente, falar dos profissionais da área da educação. Sexta-feira passada, Sr. Presidente, Sr. Senador Valdir Raupp, celebramos o Dia do Professor, data a que eu não poderia deixar de fazer alusão desta tribuna, por eu ser professora – só estou Senadora. Sou professora – 26 anos de sala de aula – na Universidade Federal do meu Estado de Mato Grosso.

Quero cumprimentar todos e todas que trabalham ou que trabalharam pelo ensino em nosso País. Dia 15 é o dia nacional dos professores. Eu, como já disse, que trabalhei por 26 seis anos em sala de aula, sei muito bem da importância dos profissionais da educação para a construção do Brasil que queremos.

Cumprimento, desta tribuna, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), professor Gilmar Soares Ferreira, e todos os presidentes das subsedes de todos os Municípios mato-grossenses.

Ao parabenizar o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, o Sintep, levamos nossas congratulações a todos os trabalhadores da educação, todos que trabalham pela formação da nossa população e pela preparação dos nossos jovens.

O Sintep/MT é um orgulho para nós, que militamos pela educação; uma referência na luta pela qualidade do ensino em nosso País. É um exemplo de organização sindical que defende os interesses dos trabalhadores. Mas não é só isso: busca a melhoria do ensino, envolvendo outros assuntos em suas pautas de reivindicações, para impactar no desenvolvimento e na melhoria da qualidade do ensino em nosso País.

Como exemplo da nossa luta como professores e professoras do nosso País – e da minha, como professora –, quero registrar a entrega do dossiê sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), documento que foi protocolizado no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, no Ministério da Educação e no Supremo Tribunal Federal, no dia 16 de setembro.

Essa iniciativa marcou a mobilização nacional, encampada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e entidades filiadas. O objetivo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é demonstrar o não cumprimento da Lei do Piso salarial nacional, realidade essa em parte significativa dos nossos Estados, como ressaltou o Presidente do Sintep de Mato Grosso.

A entrega do dossiê é uma forma de pressionar o Supremo Tribunal Federal para agilizar a votação do mérito da Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Nacional. O grande problema é que, com a demora, os

gestores públicos estão ficando isentos de cumprir a legislação, resultando em pisos rebaixados em todo o País. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, confirmou-nos que aguarda apenas o Ministro-Relator, Joaquim Barbosa, pedir a inclusão na pauta para ser votada.

Aliado a esse seu trabalho pela valorização do profissional, posso registrar sua atuação, no último dia 1º de outubro, na reunião do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir), quando foram discutidas ações para promoção da igualdade racial; e o sindicato apresentou suas propostas para reduzir o preconceito e a discriminação no ambiente escolar.

Reconheço, senhoras e senhores, que, apesar de a educação no Brasil ter se desenvolvido muito nos últimos anos, com a ampliação dos investimentos para a melhoria da infraestrutura das escolas, capacitação dos profissionais, melhoria da alimentação escolar, transporte, material didático – enfim, são inúmeros pontos que, somados, garantem clara elevação da qualidade de ensino –, ainda falta.

Estamos construindo o alicerce para, finalmente, termos no Brasil uma educação pública de qualidade. Por isso, preciso destacar o que nosso Governo fez nos últimos anos para garantir melhorias significativas na educação pública nacional.

A criação do Fundeb – nós a aprovamos aqui, e os Srs. Senadores estão bem lembrados –, que demonstra a preocupação do Governo em tratar a educação básica de modo integral e integrado pelo Governo Lula. Não há mais a visão de foco centrado apenas no Ensino Fundamental, mas desde a educação infantil até o ensino médio.

O Fundeb atende alunos da Educação Infantil – de quatro a seis anos –, do Ensino Fundamental e Médio e da Educação de Jovens e Adultos.

A emenda constitucional foi encaminhada ao Congresso Nacional em junho de 2005. A duração prevista do fundo é de 14 anos – de 2007 a 2020 –, com implantação gradativa em quatro anos.

Temos a previsão de que, no próximo ano, o Fundeb atenderá 47,2 milhões de alunos, com investimentos públicos anuais de R\$50,4 bilhões, dos quais R\$4,3 bilhões provenientes da União.

Com relação à formação de professores, busca-se a capacitação de 75 mil docentes, através da rede nacional de formação continuada de professores.

O fortalecimento do programa Escola de Gestores – Qualificação de diretores de escolas e democratização da gestão escolar.

A ampliação da oferta de 17 mil vagas em cursos de graduação à distância, para suprir a carência

de professores na área de Ciências (Física, Química, Biologia e Matemática).

Esses compromissos foram desenvolvidos até 2008. Já em 2009, o Presidente Lula assinou decreto que institui a Política Nacional de Formação de Professores, cuja finalidade é organizar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para a educação básica, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Os cursos de atualização e especialização de professores ficarão a cargo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica.

Na formação dos professores, a modalidade principal de ensino é presencial, reconhecendo-se a importância dos sistemas semipresencial e a distância.

O espírito desse decreto é o reconhecimento de que formação docente para todas as etapas da educação básica é compromisso público de Estado. Há necessidade de articulação entre formações inicial e continuada, bem como entre diferentes níveis de modalidades de ensino. O decreto enfatiza, também, a promoção da equalização nacional das oportunidades para os profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior.

Outros temas abordados no documento dizem respeito à educação inclusiva, educação no campo, educação de jovens e adultos, bem como o apoio a programas de formação em regiões e comunidades com necessidades específicas, como quilombolas e indígenas.

Enfim, muitos foram os avanços, em especial para os professores, que foram foco de grande atenção do Governo. Lula mudou o retrato da educação pública brasileira, se destacamos apenas os investimentos, que passaram de R\$19 bilhões, em 2003, para R\$59 bilhões, em 2010.

O Plano de Desenvolvimento da Educação, o PAC da Educação, colocou 60 milhões de estudantes no foco da política pública, que passa desde a melhoria das escolas de ensino básico até a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Além disso, a oferta de vagas em cursos superiores dobrou, além da criação de 13 novas universidades públicas, distribuídas em todo o País, descentralizando a educação superior.

Aqui não estou nem citando – já falei do Reuni – o ProUni. São 700 mil estudantes no ProUni hoje. Estudantes que não poderiam, ou que dificilmente conseguiriam entrar numa universidade federal, porque trabalham durante o dia, porque não têm condições para aquela disputa tão forte que existe dentro

das universidades federais, hoje são estudantes que estão em universidades particulares, mas gratuitamente, sem pagamento. É o ProUni. Realmente, são 700 mil alunos que, hoje, fazem um curso superior e que, dificilmente, estariam sentados no banco de uma universidade particular. E, hoje, lá estão.

Houve aumento de acesso aos cursos superiores. Dobraram-se as vagas nas universidades e o Governo Lula criou 13 novas universidades públicas, em diversas regiões, e 124 novos **campi**.

Até 2010, havia 140 centros federais de educação tecnológica, os Cefets, como eram chamadas as escolas técnicas. No Governo Lula, foram criadas 214 novas escolas, que agora foram agrupadas em 38 Institutos Federais de Ensino Tecnológico, com estrutura que permite, cada vez mais, a expansão do ensino tecnológico.

O Deputado que nos auxiliou com essas informações salientou ainda que, além da expansão do ensino superior e do ensino técnico, houve, no PDE, o Programa Universidade para Todos, do qual falei aqui, o ProUni, que atende, hoje, em torno de 700 mil alunos com bolsas de estudo.

Essas ações de capacitação dos professores estão de acordo com os dados da Unesco ao apontarem que, até 2015, 99 países vão precisar de mais 1,9 milhão de professores em sala de aula para conseguirem universalizar só a educação básica. Mais da metade desses profissionais precisarão se contratados apenas na África Subsaariana. Essa estimativa, repito, é da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que criou o Dia Mundial do Professor, que foi comemorado no dia 5 de outubro, para lembrar a importância desse profissional.

O tema das comemorações deste ano é “A Reconstrução Começa pelos Professores”. A intenção é destacar o papel crucial que os educadores desempenham em áreas que estão em situação de emergência, em momentos pós-conflitos e de crise social, econômica ou humanitária.

Além da África Subsaariana, a Unesco alerta que países de outras regiões deverão enfrentar um déficit de professores em função do aumento do número de estudantes. Entre elas, estão a Europa Oriental, a América do Norte, as regiões sul e oriental da Ásia e os Estados árabes.

A Unesco vai realizar diversos eventos em todo o mundo para lembrar a data. Um deles é uma exposição virtual em homenagem aos professores, que está disponível no *site* da entidade em três línguas.

Podemos comemorar esses avanços, mas ainda precisamos lutar por mais e mais investimentos, por mudanças mais profundas no sistema educacional bra-

sileiro. Chegamos ao ponto em que apenas investimento não surtirá efeito suficiente. É preciso, também, modificar toda a estrutura e incentivar novas iniciativas.

Para finalizar, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, quero destacar que a educação se faz com professores capacitados e estimulados. Para isso, é preciso condições de ensino, material didático disponível, boas instalações físicas, garantias de atividades extraclasse, boa relação com os gestores, alunos bem alimentados e também estimulados para estudarem.

Nesse aspecto, temos de parabenizar o Governo Federal e cobrar do futuro Governo mais e mais empenho na estruturação da educação no Brasil.

Eu desejo, como já fiz na semana passada, um feliz Dia dos Professores, um feliz dia para todos nós, professores e professoras deste imenso Brasil e do nosso planeta. Dia 5 de outubro foi o Dia Mundial dos Professores. Pelo levantamento da Unesco, temos necessidade, nos próximos anos, de praticamente dois milhões de professores. Dois milhões de professores!

Se o futuro da Nação depende de nossos jovens, está nas nossas mãos garanti-lo, educando, hoje, os nossos jovens para serem cidadãos e cidadãs capazes amanhã.

Eu costume dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, que os nossos jovens precisam estar estimulados. O estímulo depende de uma série de fatores, mas a educação é um dos importantes fatores – a educação para a transformação; não a educação, simplesmente, do concordar com tudo que está posto. Não. É a educação que leve à pesquisa, que leve, realmente, ao entendimento da sociedade, porque só o aluno que conhece o seu entorno, que conhece o porquê de as coisas estarem acontecendo de uma determinada forma e não de outra, na sociedade, só quem conhece compreende, e só quem compreende é capaz de transformar. Porque quem diz que um mais um são dois, ou que dois mais dois são quatro, pura e simplesmente, dificilmente contribuirá para a transformação da sociedade. Agora quem sabe e entende por que, para que e a favor de quem e contra quem estão – só um exemplo – a soma, a subtração, a multiplicação e a divisão na nossa sociedade...

Então, senhoras e senhoras, é muito importante. O preparo dos nossos profissionais da educação é fundamental. Preparo continuado, educação continuada de qualidade, educação com condições de trabalho, porque os nossos profissionais precisam ser preparados, mas precisam de condições de trabalho, precisam de salários dignos.

Eu mesma aponte aqui, no início da minha fala, que em vários Estados brasileiros ainda não está implantado o piso salarial nacional dos profissionais da

educação. Isso está dependendo de decisão da nossa Suprema Corte, porque o papel do Congresso Nacional, o papel do nosso Senado da República já foi feito. Em muitos Estados, é óbvio – façamos justiça –, o piso salarial nacional está implantado, mas em outros ainda não. E eu diria que mesmo o piso salarial nacional já implantado ainda é baixo, ainda é pequeno. É preciso mais.

Precisamos valorizar os nossos profissionais, sejam eles do grau de ensino que for, da pré-escola, da escola infantil aos cursos inferiores e à pós-graduação. A valorização significa formação continuada, condições de trabalho e salários dignos. Aí, com certeza, nós teremos profissionais com condições de fazer educação de qualidade para as nossas crianças e para os nossos jovens. E esses jovens, bem preparados, terão expectativa de vida, sim. Mas precisam de mais, de outros setores também. Os jovens, para que realmente se dediquem aos estudos, com o afinho devido, merecido e necessário, é preciso que tenham expectativa de vida. Expectativa de vida é o jovem saber que sua família tem trabalho, tem moradia, tem saúde, tem condições dignas de vida, porque aí esse jovem vai se dedicar a se preparar, vai estudar para valer, porque sabe que está garantido um espaço para ele na sociedade, de emprego, de moradia, de saúde, de educação para seus filhos. E só quem tem expectativa de vida realmente vai trilhar o caminho do bem, senão, pode se desvirtuar, e isso é ruim para a sociedade, é ruim para todos nós.

Sou mãe de quatro filhos e avó de cinco netos – a coisa mais linda do mundo, Sr. Presidente, porque a coruja é assim, acha que os seus são os mais lindos –, e realmente é o futuro deles que nós precisamos assegurar, precisamos garantir, para que eles tenham perspectivas e expectativa de vida.

Sr. Presidente, é muito rápido. Vou fazer uma fala muito rápida, mais um instantinho só.

Na semana passada, eu abordei as diferenças entre o programa Luz no Campo, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e o programa Luz para Todos, do Presidente Lula. Recebi diversas manifestações, sempre positivas, afirmando que essa deveria ser a melhor forma de pautar as discussões políticas nesse segundo turno. A maioria do povo está contra essa verdadeira guerra santa em muito incentivada – não sei por quem, mas incentivada.

Não vamos por esse caminho, senhoras candidatas! Não vamos por esse caminho! Nós precisamos é mostrar diferenças e propostas. É isso que a população quer ouvir.

Ainda esta semana, pretendo aprofundar-me num assunto que também julgo da maior relevância

e de interesse efetivo do povo brasileiro. Quero tratar da nossa grande Petrobras, que Lula e Dilma fortaleceram e que hoje é uma das mais sólidas companhias petrolíferas do mundo.

Chamou atenção a manifestação do Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli, em resposta ao ex-presidente da ANP no período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002. Gabrielli afirma que, nesse período, a intenção da Presidência da República era, sim, privatizar a Petrobras. Eu concordo. E lembro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que até tentaram modificar o nome da estatal para o tal de Petrobrax e assim ficar mais palatável aos grupos estrangeiros.

Em entrevista à **Folha de S.Paulo**, “O Presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse que o modelo de gestão da empresa no governo tucano reduzia a exploração petrolífera, desmembrava a área de refino, inibia investimentos e deixava o custo para a empresa e o lucro para o setor privado”.

Nós estamos tratando deste assunto com tanta veemência exatamente pelas recentes declarações do Sr. David Zylbersztajn, ex-genro de Fernando Henrique Cardoso e assessor de Serra no setor de energia, em um seminário no Rio de Janeiro. O ex-presidente da ANP, Zylbertszajn, aconselhou Serra que defendesse o modelo de concessões rejeitado pelo PT.

Dilma tem lado nessa questão e defende a Petrobras. Quando se fala que o modelo de concessões é melhor, como defendeu Zylbersztajn, isso vira uma coisa muito complicada. Para nós, “o marco regulatório do pré-sal teve um embate muito claro durante a votação da capitalização da Petrobras e do modelo de partilha”. Nós temos clareza de que nós queremos a Petrobras como ela é hoje: cada vez maior, e não menor ou privatizada.

Quero afirmar e reafirmar: temos diferenças nessa questão da Petrobras e soa falso virem à televisão dizer que não.

Nossa preocupação aumenta ainda mais porque essa defesa do principal assessor do candidato Serra para esses assuntos tem, com certeza, como mira as riquezas do pré-sal, e por isso o povo brasileiro precisa prestar atenção.

Meu companheiro, o Ministro Marco Aurélio Garcia, trata das privatizações de FHC e Serra num artigo muito esclarecedor, que pode ser acessado no *site* do PT e foi publicado originalmente no jornal **Folha de S.Paulo**.

Diz Marco Aurélio:

Por que o tema das privatizações incomoda tanto Serra? A sede de privatizar era tanta que não por acaso usou-se na propa-

ganda a favor das privatizações a imagem de um elefante em um local fechado. As estatais não passavam de um trambolho que impedia [aparentemente] o desenvolvimento do país.

No altar dessas crenças foram sacrificadas importantes empresas nacionais. Os cerca de US\$100 bilhões conseguidos no processo de privatização [...] se esfumaram. O País aumentou consideravelmente sua dívida interna e se tornou muito mais vulnerável internacionalmente, como ficou claro quando as crises mexicana, asiática e russa levaram o Brasil sucessivamente à beira do abismo.

Perversidade maior desse processo foi o uso de vultosos recursos do BNDES para financiar as empresas estrangeiras que entraram nas privatizações. Resumindo a originalidade brasileira: privatizou-se com dinheiro do Estado brasileiro.

Por tudo isso é que precisamos alertar o povo brasileiro. Nessa questão existem diferenças, sim, profundas, e a história não nos deixa enganar.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko. Parabéns por seu discurso!

Quero fazer um registro de curiosidade, Senadora. Hoje é Dia do Médico. O Dia do Professor, que V. Ex^a homenageou hoje, foi dia 15. E a sessão não deliberativa registrada no painel é a 166^a, ou seja, sessão 166. E 166 é exatamente o meu registro no Conselho Regional de Medicina. Então, que coincidência, não é?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp e repasso o comando dos trabalhos à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, que sai neste momento da Presidência, Senador Papaléo Paes, médico renomado do Estado do Amapá, esta Casa vai sentir muito a falta de V. Ex^a a partir do ano que vem, principalmente na defesa das questões ligadas à saúde pública do Brasil e no Estado do Amapá. Mas tenha a certeza de que vamos continuar aqui, lutando e defendendo uma saúde de melhor qualidade. Aliás, Senadora Serys, que reassume neste momento a Presidência – V. Ex^a está como Presidente em função da licença do nosso querido Presidente José Sarney –, são alguns pontos do Governo Lula. Eu defendo o Governo do Presidente Lula, o meu Partido é da Base Aliada, está aí na disputa eleitoral, na Vice-

Presidência da Ministra Dilma. Estamos trabalhando e torcendo para que a Ministra Dilma realmente vença esta eleição, pelos avanços que o Presidente Lula fez com o Brasil. Mas há algumas áreas, temos que admitir, Senador Papaléo, que precisam avançar muito ainda. A saúde é uma das primeiras, bem como a segurança pública. No próximo Governo – espero que seja da Ministra Dilma e do Michel Temer –, precisamos atacar de frente a saúde pública, para melhorar, dar uma saúde de melhor qualidade para a nossa população, assim como a segurança pública, que também padece. Tem aí a PEC 300, dos funcionários, o Fundo Nacional de Segurança Pública e a Emenda 29, da saúde, que precisa ser aprovada também. Então, nessas duas áreas precisamos avançar, já que o Brasil está indo muito bem, com crescimento do PIB acima de 7% neste ano, e que tudo indica que os cenários futuros serão positivos. Devemos crescer, durante cinco ou seis anos, acima de 5%. Isso é um crescimento extraordinário. Então, não vejo por que não avançarmos nessas questões de saúde pública e de segurança pública, por que não melhorar a educação e continuar melhorando a infraestrutura do País. Eu vejo, com muito otimismo, que podemos, sim, mas é preciso, acima de tudo, ter vontade política. V. Ex^a, Senador Papaléo, foi um dos que mais defenderam, como médico, uma saúde de boa qualidade para os nossos brasileiros e para o povo do seu Estado, o Estado do Amapá.

Aproveito também para parabenizar V. Ex^a e todos os médicos do Brasil, especialmente do meu Estado, o Estado de Rondônia, na pessoa da Dr^a Inês Motta de Moraes, que é Presidente do Conselho Regional de Medicina do meu Estado; do Conselheiro Federal Dr. Hiran Gallo, que já foi Presidente também do Conselho Regional, médico renomado do meu Estado e que hoje ocupa uma cadeira no Conselho Federal de Medicina; do Dr. Ricardo Amaral, que é Presidente da Associação Médica do Estado de Rondônia. Parabéns a todos os médicos do meu Estado, em nome também do nosso candidato a Governador Confúcio Moura, que já foi Deputado Federal por três mandatos. V. Ex^a o conhece muito bem. Se não me falha a memória, o CRM de V. Ex^a é 166 e o do Confúcio é 17. Ele foi um dos primeiros médicos que chegaram a Rondônia. Então, ele é um médico renomado. Sua esposa, Dr^a Alice, também é uma médica muito eficiente e atua até hoje, na saúde de Rondônia. Então, parabéns, em nome dessas pessoas e do Dr. Confúcio Moura, que tudo indica que vai ser eleito Governador, porque está com 62% nas pesquisas contra 29% do outro candidato. Ele já foi vitorioso no primeiro turno com 44% dos votos.

Como Juscelino Kubitschek foi um grande Presidente da República e era médico, eu acredito em

Confúcio Moura, como médico renomado, como Deputado por três mandatos, como Prefeito da terceira cidade de Rondônia, que é Ariquemes, por duas vezes, eleito e reeleito com 74% dos votos, tendo já sido experimentado, testado e aprovado em todos os cargos. Ele foi Secretário Estadual de Saúde, tendo implantado o SUS no Estado de Rondônia naquela época e construído inúmeras unidades de saúde espalhadas por todo o Estado de Rondônia. Com a experiência de Deputado Federal e de Prefeito por dois mandatos, ele vai ser, com certeza, um grande Governador. Eu não tenho nenhuma dúvida disto: Confúcio Moura será um grande Governador.

Então, na pessoa desses médicos, quero parabenizar todos os médicos do meu Estado e de todo o Brasil.

Parabenizo também os professores. No último dia 15, foi comemorado o Dia do Professor. Eu quero parabenizar todos os bravos professores de Rondônia, que têm feito um esforço muito grande, apesar das dificuldades do Governo. Espero também que Confúcio Moura, que está tendo o apoio de 80% ou 90%, no mínimo, dos médicos, dos professores, dos policiais civis e militares – e por que não dizer de todas as categorias de Rondônia? –, possa melhorar a educação do nosso Estado e dar uma atenção especial aos nossos professores e aos nossos trabalhadores da área da saúde.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria falar um pouco também – já que hoje o tempo está bem elástico aqui, dá para usar um pouco mais de tempo, devido à disputa ainda, em muitos Estados, no segundo turno e ao fato de os Senadores ainda estarem envolvidos na campanha, inclusive eu, no meu Estado – dos investimentos no Brasil e em Rondônia. Como fala o nosso querido Presidente Lula – e eu estava acessando a **Folha de S. Paulo** e os índices de aprovação chegaram a 81% –, nunca na história deste País um Presidente teve índice de aceitação tão alto, chegando a 81% de aprovação direta, dada a atenção aos investimentos que o Presidente Lula fez em todo o Brasil durante esses oito anos.

Eu não posso aqui falar de todo o Brasil, até porque eu não tenho percorrido todo o País, mas posso falar do meu Estado, o Estado de Rondônia. Nunca na história do Estado de Rondônia houve tantos investimentos como agora. Só em duas obras são mais de trinta bilhões, só em duas obras, nas usinas de Jirau e Santo Antônio, que empregam hoje 29 mil trabalhadores diretos, mais uns 40, 50 mil indiretos, porque várias indústrias estão chegando a Rondônia, atraídas pelas usinas do rio Madeira. Cito aqui uma delas: a fábrica de cimento da Votorantin. Rondônia nem sonhava com

uma fábrica de cimentos e hoje temos lá uma grande indústria de cimento, empregando mais de 500 funcionários, e foi atraída pelas usinas do rio Madeira. Há uma metalúrgica em Rondônia, Alstom e Bardella, implantada também em Porto Velho, empregando mais de 400 funcionários. Um **shopping center** foi construído às pressas, muito rápido, devido ao crescimento. O Makro e o Carrefour, todas as grandes redes estão entrando em Porto Velho, porque o movimento hoje é muito intenso, é muito grande.

Então, a economia de Rondônia está em ritmo acelerado, talvez um pouco mais que a economia brasileira, que deve crescer acima de 7% do PIB este ano, um crescimento quase igual ao da China. Podemos também dizer que é um milagre, um sonho, o que está acontecendo no Brasil. E Rondônia deve crescer em torno de 9% ao ano, acima da média nacional. Aí, sim, é o crescimento da China.

Se tivermos um crescimento desses, sustentado por mais uns cinco ou seis anos, vamos ver o Brasil num ritmo de crescimento igual ao da China. Isso é muito importante para nós. E quem sabe aí vamos ter a oportunidade de continuar diminuindo a pobreza no Brasil; continuar o trabalho de recuperação da saúde, da educação, da segurança pública, como já falei aqui no início. Então, estou muito otimista quanto ao crescimento do País.

Quero agradecer ao Presidente da República, Presidente Lula, e à ex-ministra Dilma. Quando Ministra de Minas e Energia, Dilma iniciou esse trabalho das usinas do rio Madeira; quando Ministra Chefe da Casa Civil também autorizou inúmeras obras, investimentos, no meu Estado e em todo o Brasil. Quero aqui fazer esse agradecimento em público ao Presidente Lula, à Ministra Dilma e a todos os outros Ministros da República que também passaram por Rondônia.

Nunca, também, num período tão curto, passaram tantos ministros. Se formos somar todos os governos anteriores, talvez não tenham passado tantos ministros. E o próprio Presidente Lula esteve três vezes em Rondônia nesses últimos sete anos. Então, os investimentos realmente são vultosos.

Na quarta-feira mesmo, SRA. Presidente, o Ministro dos Transportes irá pela terceira vez a Rondônia para inaugurar trechos de obras e visitar outras obras em andamento. Cito aqui uma delas: a duplicação da ponte do rio Machado, que foi um recurso pedido por mim e pela Deputada Marinha Raupp, mais de R\$20 milhões. A obra está sendo concluída, uma obra maravilhosa, magnífica, que vai melhorar a vida das pessoas de Ji-Paraná e de todo o Estado de Rondônia. Era um gargalo que passava por uma ponte estreita, de mão dupla, que não estava comportando o trânsito do Esta-

do de Rondônia e de todo o Brasil, que vai a Manaus, ao Acre, e daqui a uns dias à Rodovia do Pacífico, que vai ser inaugurada agora em novembro,

que é uma outra obra importantíssima, ligando os dois oceanos, o oceano Atlântico ao oceano Pacífico. Eu pude fazer esse trecho umas duas vezes, em caravana, e agora vamos fazer via asfalto, de Rondônia, Acre, até os portos do Peru e do Chile. Isso também era um sonho muito antigo de Rondônia, que se tornou realidade no Governo do Presidente Lula. E o Brasil ajudou não só a construir o lado brasileiro, como o lado peruano também. E, como eu falava, a ponte de Ji-Paraná vai servir para todo esse trânsito que vai passar por Rondônia.

O Ministro visitará essa ponte e inaugurará o primeiro trecho da rodovia 429, uma obra de mais de 300 quilômetros, que já tem duas frentes de obra, dará ordem de serviço para mais duas frentes – são quatro frentes de obra –, que vão de Presidente Médici... Vai inaugurar Alvorada, na quarta-feira, mas já está ficando pronta até São Miguel do Guaporé, já tem obras iniciadas até Seringueiras, já tem um terceiro lote iniciando em São Francisco do Guaporé e um outro trecho, que começou, em Costa Marques, sentido São Francisco. E Costa Marques já é a fronteira do Brasil com a Bolívia. Portanto, uma obra extraordinária, tirando do isolamento milhares e milhares de pessoas que, no período das chuvas, ficavam isoladas, sem condições de saírem para um tratamento médico, sem condições de transportarem combustível para atender os postos e as empresas dessa região e que, agora, daqui a um ano e meio, dois anos, no máximo, terão essa obra totalmente pavimentada, as pontes construídas, como disse, tirando do isolamento mais de 150 mil pessoas daquela região isolada do vale do Guaporé.

Estão em obras também a ponte que liga Porto Velho a Manaus, com a restauração da BR-319, já em vários trechos, e a ponte do rio Madeira, em frente à cidade de Porto Velho, que vai dar passagem para Humaitá, no Estado do Amazonas, e também para Manaus. Uma outra obra grandiosa, em que já estão duas empresas de grande porte trabalhando nessa ponte.

Infelizmente, a ponte do Abunã, que nós chamamos ponte do Abunã, mas está no rio Madeira também, na 364, que também dá acesso à rodovia do Pacífico, teve um problema de licitação, foi cancelada e será relicitada novamente essa obra tão importante, que vai sair também.

Outra ponte que deve acontecer é a ponte binacional de Guajará-Mirim a Guaiará-mirim, uma determinação do Presidente Lula à equipe dos transportes, para que fizesse o projeto executivo e que licitasse a obra. E espero que, em breve, esteja licitando também

a ponte de integração Rondônia-Bolívia, Brasil-Bolívia, via Guajará-Mirim/Guaiará-Mirim.

Ainda posso falar aqui da restauração da BR-364, outro projeto grandioso. A BR-364 foi construída ainda no Governo Figueiredo, já no início do Presidente Sarney, um trecho dela também, Rondônia-Acre, mas Mato Grosso-Rondônia ainda no Governo do Presidente Figueiredo. Essa rodovia está precisando de restauração. E já existe um projeto, também autorizado no PAC, para restaurar de Vilhena, na divisa do Estado de Rondônia com o Mato Grosso, até o Estado do Acre. Uma obra de mais de R\$400 milhões, que vai mudar a estrutura da BR-364, que V. Ex^a conhece e que passa pelo Mato Grosso também. Pelo menos no Estado de Rondônia – não sei como está no Estado de Mato Grosso, deve estar em obras também – vai ser totalmente restaurada, da divisa do Mato Grosso até o Estado do Acre. Serão feitas terceiras faixas nas subidas, acostamento digno, que hoje não tem, será recapeada com asfalto usinado, haverá travessias urbanas em todas as cidades, o que vai diminuir o número de acidentes, enfim, vai ser totalmente modificada a BR-364.

Poderia aqui ficar falando de inúmeras outras obras. O PAC saneamento. Só Porto Velho, a nossa capital, Senador Papaléo, Senador Pedro Simon, tinha apenas 2% de esgoto – 2% de rede de esgoto em Porto Velho. Agora, com R\$1 bilhão de investimentos, mais ou menos, e já está em obras há mais de seis meses, vamos chegar, talvez, a uns 70%, 80% de rede de esgoto e 100% de água tratada. E assim está acontecendo em Porto Velho, em Ji-Paraná, em Ariquemes, em Jaru, e tem protejo para Vilhena, para Rolim de Moura, Outro Preto, Guajará-Mirim, grandes, pequenas e médias cidades que estão com a Funasa, mas as grandes cidades estão no PAC para investimentos pesados na área de saneamento.

Então, encerro aqui essa parte de obras do momento, de investimentos do momento. E são muitos também na área da saúde, na área da educação. As escolas técnicas federais, SRA. Presidente, foram mais de meia dúzia de institutos e sociedades de educação inaugurados e construídos, alguns ainda em fase de construção, como em Vilhena e Porto Velho, que serão inaugurados em breve, os já inaugurados em Cacoal, Ariquemes e Ji-Paraná, e o que já havia sido instalado em Colorado do Oeste. A rede de escolas técnicas federais, hoje chamados Institutos Federais de Ensino Científico e Tecnológico, está avançando muito no meu Estado. Sei que avançou muito no Brasil, mas está avançando muito em meu Estado.

E falaria agora, para encerrar, SRA. Presidente, das obras futuras. Eu sonhei muito, e me reelei como o Senador mais votado da história do Estado de Rondônia,

defendendo os investimentos para o meu Estado. Graças a Deus, deu certo. Vou continuar falando aqui nesta tribuna, defendendo nas comissões, defendendo no Orçamento investimentos para o Estado de Rondônia, que, é verdade, sofreu muito no passado, com o abandono. Mas neste Governo o Estado de Rondônia pisou forte no acelerador e sua economia está com um crescimento, como já disse aqui, de 9% do PIB ao ano, acima da média nacional.

Vou continuar gritando, brigando, nesta tribuna, porque o povo de Rondônia quer. Eu falava em meus programas de rádio e de televisão que Rondônia já havia avançado bastante, mas que queria mais, e que eu faria muito mais por Rondônia e pelo povo de Rondônia. E o povo de Rondônia me consagrou o Senador mais votado da história do Estado até este momento.

E eu queria aqui já fazer apelos para outros projetos. Precisamos, agora, da Ferrovia Transcontinental. É a ferrovia que vai até o Mato Grosso, que já vai até Lucas do Rio Verde, até Vilhena, na divisa do Estado de Rondônia. Fui o Relator do Plano Ferroviário Nacional, no ano passado, e estendi essa ferrovia até Porto Velho, até Rio Branco, até Cruzeiro do Sul, até a divisa do País com o Peru. Foi um pedido do então Ministro dos Transportes do Peru, para interligar, futuramente, essa ferrovia às ferrovias peruanas. Assim como vamos ter uma rodovia inaugurada agora em novembro, a binacional, Transoceânica, queremos também uma ferrovia. É um transporte mais barato, pela distância, por via férrea, por trem, do que o transporte por rodas, por caminhões. Então, vamos querer, futuramente, essa ferrovia chegando, em primeiro lugar, a Porto Velho, ao porto de Porto Velho, e depois, até à divisa com o Peru.

Podemos também pedir aqui o gasoduto Urucu/Porto Velho. É uma outra obra que continuo defendendo e que não saiu ainda em função das usinas do rio Madeira. Espero que com o polo industrial, que vai acontecer em Porto Velho, possamos também ter o gasoduto.

Vamos continuar brigando pelas pontes de integração, algumas ainda para acontecer. Estavam também no meu plano de trabalho no Senado Federal. Assim como vamos defender os polos industriais, as Zonas de Processamento de Exportação.

Então, Rondônia quer acompanhar ou, talvez, ir até um pouco além do ritmo do Brasil. Enquanto o Brasil cresce 6%, 7%, queremos crescer 8%, 9%, 10% ao ano. E, assim, vamos melhorando a qualidade de vida da nossa população.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu acho interessante, Senador, que V. Ex^a vem com toda a máquina, porque já apresentou a proposta para os próximos oito anos do seu mandato e os próximos governos. Se já cresce a nível da China o percentual e mais essas obras que V. Ex^a já está propondo de saída, é porque V. Ex^a quer ir longe no seu Estado. Meus cumprimentos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado. Nós temos que sonhar alto, não é, Senador Pedro Simon? O Rio Grande do Sul é um grande Estado também, já um Estado desenvolvido, com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano do País. E eu parablenizo V. Ex^a também pela batalha que tem travado em defesa do Rio Grande. O senhor larga tudo quando... Até as divergências políticas. Tenho visto, nesta Casa, o senhor abrir mão até das divergências políticas, quando se trata dos interesses do Estado do Rio Grande do Sul. Lá moram minha mãe, alguns irmãos, tios, muitos parentes. Acho bom quando V. Ex^a briga aqui, e tenho ajudado também, quando posso, a defender os interesses do Rio Grande do Sul.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Raupp, mais uma vez, quero parabenizar V. Ex^a por ter sido reeleito e por honrar esta Casa com a sua permanência aqui. Mas o que me chamou a atenção no pronunciamento de V. Ex^a foi justamente essa expectativa de cobertura na área de saneamento básico com o esgoto sanitário. Ou seja, V. Ex^a chega a anunciar que Rondônia ficará com uma cobertura de 80%.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não, a capital, Porto velho. No interior há duas cidades, uma com 80 e outra com 90, que são Cacoal e Alvorada. Elas eram gerenciadas pela Sesp, antiga Sesp, hoje Funasa, que avançou muito em duas cidades que estavam sob o comando da Sesp: a cidade de Cacoal e a de Alvorada. Agora, quanto às demais cidades do interior, a maioria tem índice zero de saneamento. Porto Velho começou a avançar agora, e há projetos também para outras cidades do interior do Estado.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Mas, para V. Ex^a saber o por que da minha admiração – meus parabéns a Rondônia! – é exatamente porque, comparando-o com o Estado do Amapá, nós temos uma rede de esgoto, de esgoto sanitário, que remonta a décadas passadas e que corresponde a 3% à rede da capital – 3%. Os outros municípios não têm cobertura nenhuma. A minha residência, por exemplo, que fica a um quilômetro da principal avenida do centro, tem fossa sanitária. A maioria das casas são servidas com fossa. E quero parabenizar, então, o Estado de Rondônia, por alcançar esses índices, que, para o sistema geral

do Brasil, são elevadíssimos, e dizer que lamentamos profundamente que o meu Estado, o Amapá, que foi ex-território, como foi o Estado de Ex^a, não tenha alcançado os resultados que já deveria ter alcançado na área de saneamento básico, que, como sabemos, é o principal meio preventivo contra a maioria das doenças que atingem, principalmente, as nossas crianças. Então, parabéns a V. Ex^a. E referendo as palavras do nosso Senador Pedro Simon. Tudo que ele falou é exatamente em consequência do elã de V. Ex^a, que veio, hoje, para a tribuna, para realmente descascar o abacaxi, ou seja, trazer as coisas boas de Rondônia para o povo brasileiro conhecer. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Mas repito o que falei no início aqui: O Governo Lula avançou em algumas áreas, mas o País precisa avançar, seja qual for o Presidente, e espero que seja a Dilma. Está lá o nosso companheiro Michel Temer, que é o Presidente Nacional do nosso Partido, e eu sou o vice-Presidente Nacional. Estou trabalhando muito e torcendo, para que dê certo a eleição da Dilma e do Temer. Nós vamos precisar avançar muito em algumas áreas. A área da saúde é uma delas, a segurança é outra, a educação precisa avançar muito ainda. Não é porque o País cresceu em algumas áreas que não está precisando avançar mais. Precisa muito mais.

É o que eu falava de Rondônia. Rondônia avançou, mas precisa de muito mais. E nós vamos ter de fazer muito mais, vamos ter de brigar muito para as coisas acontecerem daqui para frente.

Queria parabenizar – é para encerrar; já estou encerrando mesmo, SRA. Presidente – a Dilma e o Michel Temer, por estarem hoje com 54% das intenções... Eu estava puxando, aqui, na Internet, o Datafolha, ainda há pouco: 54% a 46%. Isso dá uma diferença de mais de seis ou sete milhões de votos. Como o tempo está curto, acredito que essa vantagem possa até ser ampliada.

Queria parabenizar também o nosso candidato, lá em Rondônia, Confúcio Moura, e o Airton, seu Vice, porque estão com 62% a 29%, quase 30%, uma diferença de mais de 30 pontos percentuais.

Então, desejo sucesso à Ministra Dilma e ao Michel Temer. Podem contar comigo, aqui no Senado Federal, para continuarem avançando nas conquistas para o nosso País e para o meu Estado. E parablenizo o Confúcio e o Airton pelo desempenho na campanha, no segundo turno.

Muito obrigado, SRA. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da Presi-

dência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra, pela inscrição, ao nosso grande e ímpar Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – SRA. Presidente, Senadora Serys Shlessarenko, estou com sorte: terminei a semana, falando no momento em que a senhora atua como Presidente, e início esta semana, com a senhora como Presidente. Aliás, V. Exª, ao que sei, com a licença do Presidente e do 1º Vice-Presidente, é a primeira Senadora que ocupa efetivamente a Presidência do Senado. Meus cumprimentos! Eu vinha chegando a esta Casa, ouvi o pronunciamento de V. Exª pelo rádio. Mais uma vez, lamento que V. Exª não fique conosco, pela sua garra, pela sua competência, pela luta que desenvolveu, com muita capacidade, neste Senado.

V. Exª está na Presidência, eu, na tribuna, e o assunto é o mesmo da semana passada. Pode parecer estranho, mas minha consciência me diz que tenho a obrigação de voltar a esta tribuna. Todo o Brasil esperava que o Supremo Tribunal Federal (STF) tivesse tomado a decisão na semana passada, na quarta-feira ou na quinta-feira, mas não a tomou. A rigor, resta esta semana, porque a semana que vem é a semana eleitoral, e domingo será o dia da eleição. Não acredito que o Supremo vá tomar uma decisão sobre o Ficha Limpa quatro ou cinco dias antes das eleições. Então, resta amanhã, quarta-feira ou quinta-feira.

Volto a esta tribuna, para, com o maior respeito, com o maior sentimento de expectativa, dirigir-me ao STF. Nesses dias que sucederam meu pronunciamento aqui, bateu o recorde a remessa que recebi de mensagens. E acho importantes os telefonemas, as conversas pessoais, aquelas que tive com as entidades que representam o mundo social, o mundo jurídico e o mundo político no nosso País.

A expectativa é generalizada. A esperança de que o STF tome posição anima a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), as entidades de jovens. Alguns estão até falando: “Mas será que ainda é possível fazer uma manifestação em Brasília, uma visita ou uma ida a Brasília, para ficar na frente do Tribunal?”. Aos que me consultaram, aconselhei “não”, porque achei que, na véspera da eleição, num momento como este, isso não seria apropriado. A hora é tão importante, a decisão é tão significativa, que não pode passar pela nossa cabeça querer exercer qualquer tipo de influência

sobre o Supremo Tribunal, primeiro, porque isso não resolveria – é claro –, absolutamente não resolveria; segundo, porque isso não pegaria bem; terceiro, porque a hora é séria demais, e o que importa é o Supremo tomar a decisão.

Eu disse e repito: na minha opinião, foi um verdadeiro milagre o que aconteceu no Congresso Nacional. V. Exª, como eu, como todos nós, sabe que não passava pela nossa cabeça que votaríamos o Ficha Limpa nesse espaço de tempo. O processo já estava praticamente arquivado na Câmara dos Deputados. A imprensa praticamente tinha tirado a matéria da Ordem do Dia. As manifestações, as lideranças eram todas neste sentido: “É complexo demais. Não há chance de se votar agora”. As reuniões, as lideranças caminhavam no mesmo sentido. No entanto, surpreendentemente, quando a comissão especializada praticamente encerrava o assunto, deixando-o para o ano que vem, a matéria vai ao plenário, e, surpreendendo a tudo e a todos, há quórum, o quorum permanece até o fim, a matéria é votada e aprovada pela imensa maioria, muito maior do que a necessária. A matéria foi aprovada, com aplausos generalizados, como uma realização das mais importantes da história do Parlamento.

Mas é claro que ficava no ar uma expectativa, e já era tarde. A matéria ainda tinha de vir para o Senado Federal. Seria fácil que uma matéria dessa natureza recebesse muitas emendas, até, talvez, substitutivo. Primeiro, era muito difícil votá-la no Senado; segundo, era impossível, se voltasse à Câmara, a matéria ser votada na Câmara novamente. E a matéria veio para o Senado. Foi publicada a matéria, aprovada na Câmara. Foram escutadas as Lideranças e todos os Parlamentares, entre os quais estava eu, inclusive. Houve unanimidade, alegria e aprovação do texto geral, mas houve desconformidade com vários itens que estavam ali. Aquele não era o projeto que passaria pela unanimidade do Senado, que seria aprovado. Era bom, era muito bom, mas era preciso mudar muitas coisas. E as emendas foram apresentadas. Eu mesmo apresentei uma série de emendas, para que o processo se adaptasse, inclusive, àquele que, de iniciativa minha, esta Casa já aprovou e está na gaveta da Câmara dos Deputados, sei eu lá há quanto tempo.

E aí mesmo se comentou: “Não, não passa. Com todas essas emendas, com toda essa confusão, não há chance de passar”. E olha que as próprias lideranças, principalmente as dos Partidos do Governo e até as de oposição, não eram muito simpáticas. E, mais uma vez, aconteceu um milagre: o projeto passou por unanimidade, por unanimidade!

Não sei se fui eu – tenho quase certeza de que não fui eu –, mas um Senador muito compreensivo e

competente chamou a atenção da Casa: “Meus irmãos, esse projeto não é perfeito. Há várias questões a serem alteradas, mas entendam que é esse, ou é nada. Esse é um passo inicial para começarmos a caminhada do fim da impunidade no Brasil. Não votar esse projeto significa terra arrasada e, no ano que vem, começar tudo de novo”. Como foi interessante a forma como os Senadores, com as mais diversas opiniões, dos Partidos mais diferentes, do Governo e da Oposição, entenderam essa tese! Eu, inclusive, entendi: “É verdade. Não é o projeto que quero. Eu já consegui mais, pois o Senado aprovou, quase por unanimidade – não me lembro agora – ou, talvez, por unanimidade, um projeto que está na Câmara, melhor do que esse. Como vão aprovar esse agora?”.

Mas me convenci. “É, o Senador tem razão. É esse ou nada. Se emendarmos, volta para a Câmara e, aí, sim, na Câmara, não teria mais prazo real nenhum de ser votado”.

Esse foi o pensamento de todos. A unanimidade do Senado, a série de emendas, as dezenas de emendas sobre a matéria foram sobrepostas. O projeto foi votado, por unanimidade, sem emendas, com muitos Senadores, inclusive eu, dizendo: “O fato de eu estar votando a favor, o fato de eu estar deixando de lado as emendas não significa que eu não ache que esse projeto tenha de ser alterado no futuro. Mas, hoje é o ideal, é o que temos de melhor. Vamos aprová-lo.”

Tinha surgido uma interrogação. O Senador Dornelles, Líder do PP, entrou com uma emenda em que se discutiu um tempo do verbo, aqui ou acolá. Cá entre nós, o Senador Demóstenes, reeleito por uma maioria esmagadora em Goiás, ex-Procurador-Geral de Goiás, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pessoa que eu olho com muito admiração – não é do meu partido, mas, reconheço, é um jurista apaixonado, está tocando aquela Comissão, a reforma dos Códigos; é um homem de uma cultura jurídica de primeira grandeza, que foi o relator –, ao relatar a emenda do Senador Dornelles, disse: “Uma emenda de redação não altera, não modifica coisa nenhuma”.

O que é emenda de redação num projeto? Emenda de redação num projeto é uma emenda que não altera o projeto, não modifica em nada o projeto, que pode ser aprovado, portanto, sem se dizer que o projeto foi modificado. Porque quando o projeto é modificado, é alterado, tem que voltar para a outra Casa; se nós o alterássemos, ele teria que voltar para a Câmara. Mas, reparem, havia unanimidade da Casa não querendo modificações. Não foi aprovada nenhuma modificação; a única foi a do Senador Dornelles, que o Rela-

tor considerou emenda de redação. O que é emenda de redação? É uma emenda de aperfeiçoamento do conjunto da matéria, que não altera em nada o princípio da matéria.

Reparem: unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, unanimidade no plenário, aprovando, sem emenda, a não ser uma emenda de redação que não significa nada.

Agora, claro, cabe a nós respeitar as decisões da Justiça, principalmente as do Supremo, principalmente as do Supremo, pelo qual temos respeito, admiração, orgulho, pela sua seriedade, pela sua integridade, porque seus membros honram a família brasileira.

Um ilustre membro do Supremo, o seu Presidente, discordar de todo o Senado e dizer que nós alteramos o projeto, que nós o modificamos e que ele tinha de voltar à Câmara? Claro que o Presidente pode falar o que acha que deve falar, nós temos de respeitar, mas soa como interferência, soa como se o Senado todo estivesse sendo chamado de incompetente, de irresponsável – não vou usar um termo forte, chulo –, até meio burro.

Por unanimidade, decidimos não emendar para que não voltasse à Câmara, mas apresentamos uma emenda e deixamos voltar à Câmara! O que é isso? Será que o Senador Demóstenes nos deu uma ras-teira? Será que houve uma ignorância generalizada nossa de não ver o que estávamos votando? Não, nós votamos com consciência. Eu não sou jurista, sou advogado, há anos leciono numa universidade. Eu votei com muita tranquilidade, e todas as pessoas que consultei, antes como depois da decisão do Supremo, me responderam: é emenda de redação, não tinha de voltar à Câmara.

Cinco a cinco, e se marcou para outra data. A primeira tese foi esperar o Presidente da República designar o 11º membro, cuja vaga está aberta desde a aposentadoria do seu titular. Quer dizer, de repente, o Supremo abre mão de tomar a decisão e deixa o Presidente da República decidir. Numa matéria dessa natureza, dessa importância, o Supremo capitula e diz: “Não, não, quando o Presidente quiser mandar, manda e, quando ele mandar, nós completamos, aí nós vamos julgar”.

Sabe o Supremo e sabemos nós – talvez seja algo a ser discutido no futuro – que o Presidente da República não tem prazo para mandar; pode levar um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, um ano. Nada o obriga, ele não está sujeito a um tempo determinado para enviar a sua indicação. Aliás, muitas pessoas com as quais conversei

entendem que o Presidente nem deve enviar. Primeiro porque, se ele envia, está sujeito à rejeição do Senado, o que pode deixar o cidadão que ele indicar numa posição muito ruim, muito delicada. Como é que o indicado vai votar essa matéria? Ele vai antecipar para nós, na Comissão de Constituição e Justiça, como é que vai ser o seu voto? Então, está certo o Presidente da República não querer indicar antes de ser decidida essa matéria.

Todas as pessoas com quem eu falei, entre elas alguns juristas, inclusive ex-membros do Supremo Tribunal Federal, chamaram atenção para um detalhe: a última decisão antes dessa foi do Tribunal Superior Eleitoral, que, por imensa maioria – dois votos de um lado, o resto todo do outro –, aprovou a matéria. Quem é o Superior Tribunal Eleitoral que votou essa matéria? O Superior Tribunal Eleitoral é o órgão máximo da Justiça Eleitoral em nosso País. O Supremo é o órgão máximo geral, dá a última palavra sobre tudo. Tecnicamente, porém, quem dá a última palavra sobre Justiça Eleitoral é o Superior Tribunal Eleitoral, que existe só para isso.

Muita gente acha que o TSE não deveria existir. Não há justiça eleitoral nos Estados Unidos, não há na Europa, pelo mundo afora não há. Nós tivemos a precaução de estabelecer um Tribunal Superior Eleitoral para julgar exclusivamente as questões eleitorais, e ele julgou, julgou analisando.

A decisão do Supremo, que foi tumultuada, foi transmitida pela TV. Aliás, que lindo foi ver essa transmissão pela TV Justiça, parecíamos até uma democracia perfeita! Eu não me lembro de um outro lugar do mundo transmitir pela televisão, ao vivo, uma decisão dessa natureza do Poder Judiciário supremo. Nós vimos essa decisão acontecer, e foi uma sessão, cá entre nós, de muito ego, de muitas questões pessoais etc. e tal. Foi ali que decidiram.

O Superior Tribunal Eleitoral se debruçou sobre a questão, debateu, analisou, levou tempo discutindo a matéria, porque essa é a sua especialidade. E decidiu: vale a ficha limpa.

As pessoas com quem eu falei disseram que, tendo terminado empatado o julgamento no Supremo, deveria valer a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, deveria ser aceita a decisão do Tribunal Superior Eleitoral tomada por uma imensa maioria, só dois contra. Esse poderia ter sido um caminho. Outros invocaram o passado, quando o Presidente da Suprema Corte, em decisão importantíssima, na hora de votar – se ele votasse de um lado, daria empate e ficaria tumultuada a decisão –, votou contra o que pensava e a favor

de quem estava ganhando de 5 a 4. Ficou 6 a 4, e ele achou melhor agir assim do que tumultuar a questão.

Quem sou eu para aqui especular o que se passa na cabeça dos Srs. Ministros do Supremo? Alguns eu conheço bem, outros, conheço bem menos, mas posso dizer que, de certa forma, tive oportunidade de travar conhecimento com todos. Para mim, foi importante e para eles foi importante, porque foi no momento em que os Ministros foram à Comissão de Constituição e Justiça para debater, responder as nossas perguntas, esclarecer as nossas dúvidas e esperar o nosso voto.

Vou fazer 32 anos nesta Casa, e muitos em quem votei já se aposentaram no Supremo Tribunal Federal. Dos que estão lá, todos passaram por esta Casa enquanto eu era membro da Comissão de Justiça; todos. Eu estava lá na Comissão e votei favoravelmente à indicação de todos.

Não sou daqueles que normalmente dão voto *en passant*. Estudo e penso sempre em cumprir minha responsabilidade. Isso dá fundo às matérias em que tenho de votar. Digo isso com toda a sinceridade, e isso é especialmente verdadeiro quando se trata de analisar as indicações para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu sempre ficava naquela angústia...

Existem muitas teses. O mandato do Ministro do Supremo deve ser vitalício ou deve ser por tempo determinado? Sou pelo mandato vitalício. Acho que tempo determinado é algo que, sinceramente... Não sei! Devem ser os membros do Supremo indicação direta do Presidente, que indica quem quer?

Os últimos três, por exemplo, foram indicados. Eram advogados do PT, ou advogados do PSDB. Foram Advogados-Gerais da União, quer dizer, homens da confiança direta do Presidente, e, de lá, foram para o Supremo.

Deve continuar assim? Ou deve haver um percentual, em que os juízes vão subindo, vão subindo e saem dos tribunais superiores para o Supremo; saem dos tribunais inferiores para chegarem ao Supremo, cabendo um ser indicado pela OAB; outro, pela Procuradoria-Geral da República, pelos promotores; e outro pelo Judiciário?

Diante da tese atual, que é a lei, cabe ao Presidente indicar. Sou daqueles que sempre levaram para a casa, que sempre pediram investigação. “O Ministro do Supremo veio de Minas Gerais?” “Veio de Minas Gerais”.

Eu me lembro da Ministra que lá está hoje. Mulher fantástica, na minha opinião. As informações que recebi foram cada uma melhor do que a outra, de todos os lados, Governo e oposição. Cada uma mais

espetacular do que a outra. Mas pedi informações, embora já soubesse. Essa era daquelas que eu já sabia da sua credibilidade, da sua respeitabilidade. E, na comissão, também fazia perguntas. Até, às vezes, os colegas ficavam assim, porque geralmente deixo para o final da sessão; e, às vezes, temos duas horas ou duas horas e meia para fazer um lanchezinho e continuar a sessão. E eu era daqueles que queriam fazer perguntas, porque eu estava inscrito para fazer as perguntas e não abria mão disso. Fiz as perguntas, e ela respondeu. Às vezes, algumas perguntas iam além do conteúdo jurídico. “Eu queria saber como V. Exª vota, como V. Exª vê”. Entre a lei e o conhecimento, entre a aplicação fria da lei e o problema da realidade, eu me aprofundei em saber.

Tenho impressão muito positiva dos Ministros do Supremo. Muito, muito positiva. Lembro-me de que teve Ministro que foi duro; adotou posição contrária à que a gente defendia, mas se via que era gente correta, digna, de bem, que não fazia concessões, mas que dizia aquilo que pensava.

Conheço e conheço bem o Supremo. Tenho orgulho do Supremo. Um dos Ministros de quem tenho mais orgulho foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, um dos líderes da ficha limpa. Hoje, é Vice-Presidente do tribunal. De repente, apareceu, sei lá, um genro seu, como advogado de uma das partes, querendo enquadrá-lo, e ele saiu com uma dignidade espetacular. Seu voto foi para o lado que ele queria, seu genro fez alterações no seu erro, e ele ficou com o respeito dos seus pares e da Nação inteira.

Confio no Supremo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me, Senador Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Pedro Simon, quero parabenizá-lo porque V. Exª está mantendo um tema que é extremamente importante e que traz para o Brasil uma expectativa muito grande. Na questão da ficha limpa, V. Exª foi perfeito; aliás, em todos os seus detalhes. Mas foi perfeito quando falou que abriu até mão do andamento de um projeto seu, que está na Câmara, para que pudéssemos aprovar não aquele já trabalhado, o projeto que está lá, mas um que seria, para aquele momento, o mais correto, dada a pressa que tínhamos para fazer valer para esta eleição ainda. Foi aprovado por unanimidade. Muito bem! V. Exª, mais uma vez, mostrou sua grandeza e evitou até as emendas, para que não voltasse para a Câmara, impedindo nosso objetivo. De repente, esperáva-

mos que esse projeto viesse a entrar em vigor nestas eleições. Mas, pelo efeito jurídico, que culminou com o julgamento pelo Supremo, ficamos numa situação extremamente difícil. Por que digo “difícil”? Assisti, como V. Exª, ao julgamento. Realmente, fiquei um pouco decepcionado com a maneira como foi discutida aquela matéria. Não sei, a coincidência fez com que ficasse empatada, 5 a 5, e, no bojo da discussão, quando o Supremo estava julgando uma causa gerada por um recurso do Senador Roriz, mas que ia atingir todos aqueles que estavam envolvidos na ficha limpa, ele decidiu, entre os dez votos, de acordo com a maioria, que a lei é constitucional, o que é a principal ação do Supremo, julgar se é constitucional ou inconstitucional. Mas quando chegou na questão da vigência da Lei da Ficha Limpa, eles ficaram no 5 a 5. Agora, veja a situação que causou essa não decisão antes da eleição: primeiro, àqueles cidadãos que são impedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral de se registrar, foi permitido concorrer. Então, esses cidadãos ficaram mantendo sua campanha. Ali, envolveram questões materiais, que é a manutenção financeira da campanha; envolveram questões emocionais, que é exatamente a lida numa campanha política; envolveram um aparato que, realmente, impõe a esse candidato uma sobrecarga emocional e financeira. Deixaram concorrer. De repente, nove milhões de pessoas votam nesses cidadãos, e esses nove milhões de eleitores ficam subordinados a quê? A uma decisão, que já deveria ter sido tomada e não foi, de 10 ou de 11 pessoas anularem nove milhões de votos. Isso é uma questão. E a outra questão, que V. Exª também abordou com muita sabedoria, foi o fato de terem jogado para o Presidente da República a responsabilidade. Quem vai indicar o novo ministro é o Presidente da República; um Ministro que não participou daquele ambiente de discussão. Ele vai chegar naquela Casa com a responsabilidade de decidir. Não é justo que façam isso com esse futuro Ministro. Não é justo! Se eu fosse Presidente da República, eu não o indicaria, porque isso colocaria em situação difícil essa pessoa e vai colocar o Presidente da República sob suspeita, porque quem sabe não vão comentar: “O Presidente é que orientou esse voto, negociou com o cidadão, deixando o cidadão em dúvida”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Complicada a escolha dele na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Vai complicar aqui dentro. Então, Exª, muitos erros, muitas falhas que deveriam ter sido resolvidas antes das eleições. Quero ressaltar, em relação àquela discussão, a pre-

sença firme, determinada, muito bem sustentada do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele, realmente, defendeu com grandeza a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, e quero dizer que aquele julgamento foi o que mais me impressionou, ou melhor, o que me consolou no julgamento daquela causa foi exatamente a participação do Presidente do TSE, que foi brilhante, defendendo o que aquela Casa de juristas manteve, ou seja, a implantação, a validade do Ficha Limpa para essas eleições. Então, eu quero parabenizar V. Exª e dizer que, lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal deixou os candidatos em situação difícil para concorrer nestas eleições e deixou nove milhões de votos – nove milhões de votos! – nas mãos de um cidadão para decidir, que seria o Ministro a ser indicado pelo Presidente Lula. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a oportuna manifestação de V. Exª, que fez uma análise completa de toda a questão, com a qual eu concordo totalmente.

Eu digo apenas o seguinte: estamos no final da campanha. Graças a Deus, o clima é da mais absoluta tranquilidade. No debate de ontem, por exemplo, ambos os candidatos procuraram fugir das teses que envolvessem indignidade ou coisa parecida, ficando nas teses da educação, saúde, trabalho e segurança, e não envolvendo as brigas e as picuinhas. Deus ajude o povo brasileiro a fazer a melhor seleção, mas o ambiente é da mais absoluta tranquilidade.

Se o Supremo decidir aceitar o Ficha Limpa, nós estaremos dando um passo monumental rumo ao fim da impunidade neste Brasil. Estaremos dando o maior passo, o passo mais importante dos últimos 50 anos. Estaremos mudando o rumo, seguindo o caminho de uma reta mais real e mais concreta, no sentido da ética, da moral e da dignidade.

Se o Supremo aprovar o Ficha Limpa, estará abrindo a etapa da reforma política, da reforma necessária eleitoral que será feita no próximo Congresso. Se o Supremo não fizer nada, matar, estará voltando atrás. Estará deixando o Brasil como está e numa profunda desilusão, num profundo sentimento de frustração: “Pô, mas estava tão perto! Nós tínhamos chegado lá e o Supremo voltou atrás?”.

Eu entendo. É claro que o Ministro do Supremo, um jurista brilhante, com obras publicadas, tem as suas ideias, os seus princípios, a sua orientação, a sua determinação, e isso é muito importante, mas que seu ego não seja superior ao bem da Nação, ao que é melhor para a Nação.

Eu, quando falo assim, de certa forma, estou-me violentando. Eu, na minha vida, nunca daria para ser promotor, nem juiz. Advogado e advogado de defesa. Não sei condenar, não sei acusar, não está em mim. Sempre digo: tem tanta gente para fazer esse papel! Atuei no júri pela vida inteira, nunca fiz uma assistência de acusação. Mas acho que temos de decidir sobre o Ficha Limpa, porque não estamos analisando questões pessoais de “a”, de “b”, de “c” ou de “d”. Estamos analisando a realidade do nosso País, que não pode continuar como o País da falta de respeito, o País onde a impunidade é uma realidade, o País onde roubar não importa.

Não roube pouco, não roube pouco! Não roube galinha, não roube coisinha pequena, porque você vai parar na cadeia. Roubar pouco, ser pobre, ser negro, aí é cadeia certa, mas roubo grande, com apaniguado político, com dinheiro, com advogado de grife, aí é diferente. Aí, é impunidade na certa, como vemos por aí: políticos que estão há 40, 50 anos com 100 processos. Foram condenados uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, cinco vezes, mas nunca em caráter definitivo. Quando chegava um novo recurso, ele prescrevia, quer dizer, morreu. Ele continua porque passou o tempo, passaram-se os anos.

No Supremo, alguns ilustres falam nos direitos individuais. Que bom que eles falem assim!

Eu vim, aqui, de um passado em que eu soube o que é ter a polícia contra, o Governo contra, a máquina contra, com um General Presidente nomeado, com o Governador nomeado, com cassação, prisão, tortura, violência! Eu sei o que enfrentei, desde 1964 até pouco tempo atrás, na política de oposição. Eu sei!

Com todo o respeito que tenho aos membros do Supremo, nenhum deles vai-me ensinar o respeito aos direitos individuais, às garantias, ao direito de defesa e tudo mais. Eu enfrentei isso. Muitas vezes, não adiantava nem advogado. Não adiantava, porque a causa não era nem recebida no tribunal. Tinha de ir lá.

Uma vez, tivemos de ir ao Dom Vicente Scherer, de madrugada, e, com Dom Vicente Scherer, acordar o Coronel Peracchi, o Governador, para o Coronel Peracchi determinar que nós fôssemos recebidos na polícia. A informação que nós tínhamos era a de que, naquela madrugada – e dou o nome –, o cidadão Índio Vargas ia ser morto na prisão. E nós o salvamos: Dom Vicente Scherer, na hora em que determinou, e o Coronel Peracchi, que aceitou, e nós, que fomos lá por determinação do Coronel Peracchi, aceitando a solicitação de Dom Vicente. Mostraram-nos – nós, do lado de fora – Índio Vargas nu, mas inteiro, e nos ga-

rantiram que não iria acontecer nada. E ele não morreu naquela noite.

Eu sei, senhores membros do Supremo, da luta que tivemos. Não agora – lá, onde estão V. Ex^{as}, na tranquilidade de um regime democrático –, mas em época difícil, quando até colegas seus abandonaram a toga e renunciaram, em solidariedade a colegas seus que foram cassados como Ministros do Supremo Tribunal Federal. Hoje, é tranqüilo; hoje, é fácil: um Presidente democrata, um progressista, um popular, como o Presidente Lula. Hoje, é bonito defender os direitos humanos, o direito à liberdade, o direito à defesa, quando cada um tem o direito de se defender e não pode ser condenado até prova em contrário. Mas vamos olhar para a sociedade. Eu estou fazendo isso. Eu não estou voltando atrás, eu sou o mesmo Pedro Simon – 40, 50 anos mais velho, mas o mesmo que estava lá quando começou, com as mesmas ideias. As minhas ideias, eu não mudei! Eu sou o mesmo. O que mudou foi o Brasil.

Essa corrupção impune de hoje pode ter muitos responsáveis. É responsável o Governo? É! É responsável o Congresso? É! Mas está lá o Supremo. Quando nós votamos a lei de que, para processar Deputado e Senador, o Supremo não precisava mais pedir licença para nós, nunca mais foi preciso. Nunca mais foi preciso. E muitos procuradores entraram com ação! Mas ficaram na gaveta do Supremo. De modo geral, ou absolviam ou nem absolviam nem condenavam; estão lá na gaveta.

Esses dez membros do Supremo – me perdoem, quem sou eu para falar ou fazer algo qualquer que possa insinuar qualquer tipo de desconfiança ou ameaça –, mas eles estarão tomando uma posição que a história vai marcar. E, se até o dia 31 não decidirem, e se não responderem a essa matéria, e se matarem essa questão da ficha limpa, se for preciso começar tudo de novo no ano que vem – e, quando eu digo começar tudo de novo no ano que vem, pode ser que, do ano que vem até vir um novo projeto a ser votado, se levem 6, 7, 10, 100 ou sei lá quantos anos –, alguém vai ser culpado. Aí, nós vamos olhar os nomes, e vamos nos lembrar dos que, lá no Supremo, tomaram a decisão.

Peço a Deus que ilumine os membros do Supremo. Posso falar com muita paixão, mas não sou dono da verdade. Que Deus os ilumine e que eles tomem a decisão que o Brasil espera esta semana!

Obrigado, querida Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Pedro Simon. Pa-

rabéns pela sua coragem, determinação e seu compromisso político com este País! Parabéns! O Brasil inteiro vê isso, sabe disso e o admira, por onde a gente anda. Parabéns!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – SRA. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – SRA. Presidente, por não serem permitidos dois apartes, eu quero aqui, com o encerramento do pronunciamento do Senador Pedro Simon, parabenizá-lo mais uma vez e dizer que o discurso, o pronunciamento, a causa que está abraçando, ele o está fazendo com muita sabedoria, com muita competência e olhando, principalmente, para uma questão de ordem na política nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Papaléo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Sr. Alvaro Dias enviou discurso à Mesa para que seja publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Sigilo fiscal da filha de Serra foi violado com procuração falsa”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 02 de setembro de 2010.

A matéria destaca que a Receita Federal quebrou o sigilo fiscal da filha do candidato tucano José Serra com base em uma procuração com seis adulterações grosseiras. Verônica Serra não foi a autora do pedido de consulta e é falsa a assinatura a ela atribuída no documento.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sigilo fiscal da filha de Serra foi violado com procuração falsa

ESCÂNDALO DA RECEITA Documento tem ao menos seis adulterações: PT representa "lado do crime", acusa tucano

Folha de S.Paulo 02/09/2010

A Receita quebrou o sigilo fiscal da filha do candidato tucano José Serra com base em uma procuração com seis adulterações grosseiras. Veronica Serra não foi a autora do pedido de consulta e é falsa a assinatura a ela atribuída no documento.

O secretário do fisco, Otacílio Cartaxo, admitiu a falsidade, mas isentou de culpa a servidora responsável pelo acesso, Lúcia Milan, da agência de Santo André.

José Serra acusou o PT e a candidatura de Dilma Rousseff de representar o "lado da calúnia, da fraude e do crime que se está cometendo contra a Constituição".

O PSDB vai levar o assunto ao horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Dilma negou participação, chamou a acusação de leviana e se declarou vítima de calúnia. O presidente Lula disse confiar na seriedade da Receita. **Págs. A4 e A10**

O Globo 02/09/2010

CONHEÇA O DOCUMENTO FALSIFICADO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SOLICITAÇÃO DE CÓPIA DE DOCUMENTOS

Nome / Nome Empresarial: **VERONICA ALLENDE SERRA**

CPF/CNPJ/MATR. CEI: **000.000.000-00** São PAULO U.F. SP

Telefone: **11 1111-1111** E-Mail: **VERONICA.ALLENDE@RECEITA.FAZ.PR**

Declarações

1) Códigos de Arrecadação: **DIRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física)** **2006 A 2008** **2007 A 2009**

2) Códigos de Arrecadação: **DIRPJ/DIP (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)**

Eu, **VERONICA ALLENDE SERRA**, solicito a cópia(s) do(s) documento(s) acima discriminado(s) e autorizo o Sr (a) **ANTONIO CARLOS ATELLA FERREIRA** a representá-la(s).

Data: **29/09/09** Local: **São Paulo**

Assinatura do contribuinte ou procurador

ATENÇÃO

1) Caso não seja o próprio contribuinte ou seu procurador que compareça à unidade da arrecadação da firma do contribuinte/procurador é obrigatório.
2) Caso o requerente não autorize terceiro a retirar a cópia solicitada, deverá inutilizar os carnos.

Data: **29/09/09** Nome: **ANTONIO CARLOS ATELLA FERREIRA** (assinatura postada)

Assinatura do interessado: **VERONICA ALLENDE SERRA**

Protocolo do Contribuinte

Solicitação de Cópia ou 2a via de

Interessado

CPF / CNPJ / MATR. CEI

CARTÃO DO 16º TABELÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - CAPITAL
Rua Augusta, 1638/1642 Capital - SP
Faltou Tabela - Tabela

RECONHECIMENTO POR SEBELINÇA AO FIM(S)
VERONICA ALLENDE SERRA

SÃO PAULO 19 DE SETEMBRO DE 2009

COD. REG. 1162939042334149/5103-0542
VALIDO QUANTO COM SELO DE AUTENTICIDADE
FIM(S) DE NOTAS DE 16º TABELÃO DE NOTAS DE 16º TABELÃO

Veronica Allende Serra diz que sua assinatura foi grosseiramente falsificada. Ela não possui sequer cartão de assinatura no Cartório do 16º Tabelão de Notas de São Paulo.

O termo de reconhecimento de firma tem divergências em relação ao normalmente usado pelo Cartório do 16º Tabelão de Notas. O nome do tabelão foi escrito errado: é "Bisognin" e não "Bisognin". Além disso, faltou o número de cartão da pessoa cuja assinatura seria reconhecida. Por fim, o código de segurança usado no documento não é reconhecido pelo sistema informatizado do cartório.

A assinatura no termo de reconhecimento de firma não se assemelha com a da escrevente autorizada pelo cartório.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 3 minutos.)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
à Receita e de
Renúncia da Receita
AO
PROJETO DE LEI
N.º 59/2010-CN**

Ementa: “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.”

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0059/2010 - LOA

Data: 13/10/2010

Hora: 14:43

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE RECEITA

EMENDA À RECEITA		
NÚMERO EMENDA		VALOR DA ALTERAÇÃO
1	Reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010	1.500.000.000
2	Reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010	500.000.000
3	Reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010	1.000.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	3
Emendas Renúncia de Receita	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

3630 - Alberto Fraga

Autor: 

Chave de Segurança: 28799

Credenciado: 

Lote:

3495

183494

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 1 de 14

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

3630 - Alberto Fraga

36300001

EMENTA

Reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010

MODALIDADE DA EMENDA

ESFERA

Deputado Federal

2 Orçamento da Seguridade Social

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOUREIRO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

98000 Receita do Tesouro da União

NATUREZA DA RECEITA

12100101 COFINS

TIPO DE ALTERAÇÃO

VALOR

Acréscimo

1.500.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece medida de compensação financeira com o objetivo de combater a pobreza e a marginalização advinda do tratamento tributário não isonômico entre os contribuintes reconhecidamente pobres e os demais.

O aumento da arrecadação decorre dos motivos expostos pelo autor do Projeto, Deputado Paulo Bornhausen: "cabe notar que o projeto de lei redistribui renda para a parcela da população com maior propensão ao consumo, provocando o aumento do consumo das famílias e, pelo efeito multiplicador, resultando no crescimento da demanda agregada. Por outro lado, a oferta agregada ajusta-se pelo aumento da produção, causado pela elevação da taxa de investimento. Este efeito multiplica-se na economia e garante ritmo sustentável de crescimento do PIB". Nesse sentido, considerando-se o modelo econométrico baseado na função de produção de Solow, a proposição deverá gerar um acréscimo de arrecadação estimado em R\$ 3,0 bilhões. Com efeito, a vigência da proposição concorrerá para o aumento da arrecadação dos seguintes tributos federais, no montante de R\$ 3,0 bilhões, assim distribuídos: IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (aumento de R\$ 1,0 bilhão), da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (aumento de R\$ 500 milhões) e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (aumento de R\$ 1,5 bilhão).

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Hora: 18:33

Página: 2 de 14

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****3630 - Alberto Fraga****EMENDA****36300002****EMENTA**

Reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

ESFERA

2 Orçamento da Seguridade Social

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 Receita do Tesouro da União

NATUREZA DA RECEITA 12103801 CSLL

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR

500.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, que "Estabelece medida de compensação financeira com o objetivo de combater a pobreza e a marginalização advinda do tratamento tributário não isonômico entre os contribuintes reconhecidamente pobres e os demais".

O aumento da arrecadação decorre dos motivos expostos pelo autor do Projeto, Deputado Paulo Bornhausen: "cabe notar que o projeto de lei redistribui renda para a parcela da população com maior propensão ao consumo, provocando o aumento do consumo das famílias e, pelo efeito multiplicador, resultando no crescimento da demanda agregada. Por outro lado, a oferta agregada ajusta-se pelo aumento da produção, causado pela elevação da taxa de investimento. Este efeito multiplica-se na economia e garante ritmo sustentável de crescimento do PIB". Nesse sentido, considerando-se o modelo econométrico baseado na função de produção de Solow, a proposição deverá gerar um acréscimo de arrecadação estimado em R\$ 3,0 bilhões.

Com efeito, a vigência da proposição concorrerá para o aumento da arrecadação dos seguintes tributos federais, no montante de R\$ 3,0 bilhões, assim distribuídos: IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (aumento de R\$ 1,0 bilhão), da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (aumento de R\$ 500 milhões) e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (aumento de R\$ 1,5 bilhão).

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA**

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 3 de 14

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA**

3630 - Alberto Fraga

EMENDA

36300003

EMENTA

Reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

ESFERA

I Orçamento Fiscal

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOUREIRO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	98900 Receita do Tesouro da União
NATUREZA DA RECEITA	11120421 Pessoa Jurídica-Líquida de Inc

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR

1.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa reestimar a arrecadação de tributos federais em razão dos efeitos da vigência do Projeto de Lei nº 7.535/2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, que "Estabelece medida de compensação financeira com o objetivo de combater a pobreza e a marginalização advinda do tratamento tributário não isonômico entre os contribuintes reconhecidamente pobres e os demais." O aumento da arrecadação decorre dos motivos expostos pelo autor do Projeto, Deputado Paulo Bornhausen: "cabe notar que o projeto de lei redistribui renda para a parcela da população com maior propensão ao consumo, provocando o aumento do consumo das famílias e, pelo efeito multiplicador, resultando no crescimento da demanda agregada. Por outro lado, a oferta agregada ajusta-se pelo aumento da produção, causado pela elevação da taxa de investimento. Este efeito multiplica-se na economia e garante ritmo sustentável de crescimento do PIB". Nesse sentido, considerando-se o modelo econométrico baseado na função de produção de Solow, a proposição deverá gerar um acréscimo de arrecadação estimado em R\$ 3,0 bilhões. Com efeito, a vigência da proposição concorrerá para o aumento da arrecadação dos seguintes tributos federais, no montante de R\$ 3,0 bilhões, assim distribuídos: IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (aumento de R\$ 1,0 bilhão), da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (aumento de R\$ 500 milhões) e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (aumento de R\$ 1,5 bilhão).

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0059/2010 - LOA

Data: 14/10/2010

Hora: 14:06

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE RECEITA

EMENDA À RECEITA		
NÚMERO EMENDA		VALOR DA ALTERAÇÃO
1	Ampliar a previsão de arrecadação da Agência Nacional de Água - ANA	20.000.000
2	Ampliar a previsão de arrecadação da taxa de fiscalização ambiental - Ibama	83.000.000
3	Ampliar a previsão de arrecadação de multas danos ao Meio Ambiente - IBAMA	15.000.000
4	Ampliar a previsão de arrecadação da alienação de imóveis urbanos-DNOCS	10.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	4
Emendas Renúncia de Receita.....	0
Total	4

AUTOR DA EMENDA

2357 - Inácio Arruda

Autor:

Credenciado:

Chave de Segurança: 71367

Lote:

3496

218628

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 4 de 14

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2357 - Inácio Arruda****EMENDA****23570001****EMENTA****Ampliar a previsão de arrecadação da Agência Nacional de Água - ANA****MODALIDADE DA EMENDA****Senador****ESFERA****I Orçamento Fiscal****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	96000 Receita do Tesouro da União
NATUREZA DA RECEITA	13400200 Utilização Rec Hídricas Demais

TIPO DE ALTERAÇÃO**Acréscimo****VALOR****20.000.000****JUSTIFICATIVA**

Os recursos da fonte 116 são arrecadados pela Agência Nacional de Águas, por meio de cobrança aos usuários de recursos hídricos nas bacias hidrográficas de domínio da União.

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 5 de 14

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA**ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA****AUTOR DA EMENDA****2357 - Inácio Arruda****EMENDA****23570002****EMENTA****Ampliar a previsão de arrecadação da taxa de fiscalização ambiental - Ibama****MODALIDADE DA EMENDA****Senador****ESFERA****I Orçamento Fiscal****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	96000 Receita do Tesouro da União
NATUREZA DA RECEITA	11212100 Taxa de Fisc. Ambiental

TIPO DE ALTERAÇÃO**Acréscimo****VALOR****13.000.000****JUSTIFICATIVA**

Com base na evolução dos anos anteriores, que foi superior a 15 % ao ano. O valor proposto para o ano de 2011 é significativamente inferior ao arrecadado no ano de 2009, portanto, a receita está subestimada.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059 / 2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 6 de 14

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA**

2357 - Inácio Arruda

EMENDA

23570003

EMENTA

Ampliar a previsão de arrecadação de multas danos ao Meio Ambiente - IBAMA

MODALIDADE DA EMENDA

Senador

ESFERA

3 Orçamento Investimento

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	98000 Receita do Tesouro da União
NATUREZA DA RECEITA	19193500 Multas Danos ao Meio Ambiente

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR

15.000.000

JUSTIFICATIVA

Com base na média dos anos anteriores, que girou em torno de 50 milhões ao ano, o valor proposto para o ano de 2011 é significativamente inferior ao arrecadado no ano de 2009, portanto, a receita está subestimada.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059 / 2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 7 de 14

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA**

2357 - Inácio Arruda

EMENDA

23570004

EMENTA

Ampliar a previsão de arrecadação da alienação de imóveis urbanos-DNOCS

MODALIDADE DA EMENDA

Senador

ESFERA

1 Orçamento Fiscal

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	98000 Receita do Tesouro da União
NATUREZA DA RECEITA	22250000 Ali. Imóv. Urbanos

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR

10.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa adequar a reestimativa da receita oriundo da alienação dos imóveis urbanos de posse do Departamento de Obras Contra a Seca - DNOCS.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 10:10

Página: 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE RECEITA

EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA		
NÚMERO EMENDA		VALOR DA RENÚNCIA
1	PL 2472/2003 - Isenção de Imposto de Importação para Cadeiras de Rodas	135.304
2	PL 2614 07 - Isenção de IPI para automóveis de fiscais tributários	186.200.000
3	PL 634/2007 - Dedução de despesas com planos de saúde no IRPF	84.000.000
4	PL 842 2007 - Reduz Taxa de Fiscalização Anvisa	29.209.653

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	4
Total	4

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

Autor: Credenciado: 

Chave de Segurança: 30390

Lote:

3498


15/10/2010

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 8 de 14

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410001

EMENTA

PL 2472/2003 - Isenção de Imposto de Importação para Cadeiras de Rodas

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 2472/2003
 AUTOR: POMPEO DE MATTOS

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1. Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11110101 Imposto de Importação	135.304

COMPENSAÇÃO DA DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO SUBTÍTULO	VALOR
008388	99.999.0999.90F5.0101	Reserva de Contingência Fiscal - Prioritária / Fiscal	135.304

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA SUPRIR EXIGÊNCIA DO ART. 14 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL QUE EXIGE NEUTRALIDADE FISCAL OU COMPENSAÇÃO TÓPICA, OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA.

O PL 2.472/2003 PROPÕE INTRODUIR DOIS INCISOS NO ART. 3º, DA LEI Nº 10.754, DE 31 DE OUTUBRO DE 2003, A FIM DE QUE APARELHOS AUDITIVOS E CADEIRAS DE RODAS ADQUIRIDOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA GOZEM DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) E DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO, COMO PODE SER VERIFICADO A SEGUIR, ONDE TRANSCREVEMOS A PROPOSIÇÃO E SUA JUSTIFICAÇÃO NO INTUITO DE ESCLARECER ACERCA DE SEU MÉRITO. ESTA EMENDA VISA TORNAR NEUTRA A RENÚNCIA DE RECEITA, QUE DEVERÁ SER CONSIDERADA JÁ NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2010.

A MEMÓRIA DE CÁLCULO DE SEU IMPACTO FOI REALIZADA PELA COORDENAÇÃO GERAL DE PREVISÃO E ANÁLISE - COPAN, NOTA COPAN Nº 018/2008, PARA OS EXERCÍCIOS 2010, SENDO ESTIMADA PARA 2011 E 2012.

A PROPOSIÇÃO TEVE A SEGUINTE DISTRIBUIÇÃO Despacho: 21/11/2003 - Às Comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54 RICD) - Art. 24II O PL foi aprovado em 31.01.2007 em seu mérito pela Comissão de Seguridade Social e Família. Assim, foram supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN.

O REDUZIDO IMPACTO É JUSTIFICADO PELA RECEITA FEDERAL EM RAZÃO DAS CADEIRAS DE RODAS E APARELHOS AUDITIVOS HOJE JÁ SEREM TRIBUTADOS NO IPI, COM ALÍQUOTA ZERO, BEM COMO OS APARELHOS AUDITIVOS SÃO TRIBUTADOS PELA ALÍQUOTA ZERO QUANTO AO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.

INSTAMOS NOSSO PARES A INAUGURAREM ESSE NOVO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMA RESPONSÁVEL.

Projeto de Lei Nº 2472 de 2003
 (Dep. Pompeo de Mattos)

Acrescenta incisos I e II, ao art. 3º, da Lei Federal nº 10.754, de 31 de outubro 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 10.754, de 31 de outubro de 2003, fica acrescido de incisos I e II, com a seguinte redação:

Art. 3º

I - os aparelhos auditivos;

II - as cadeiras de rodas com dispositivo de propulsão elétrico ou eletrônico ou manual.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 9 de 14

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410002

EMENTA

PL 2614 07 - Isenção de IPI para automóveis de fiscais tributários

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: PL NÚMERO: 2614/2007
 AUTOR: DEPUTADO JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	95000 Receita do Tesouro da União	11130103 IPI-Automóveis	186.200.000

**COMPENSAÇÃO DA
DESPESA**

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	VALOR
008388	99.999.0999.00P5.0101	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Fiscal	186.200.000

JUSTIFICATIVA

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos adquiridos por fiscais de administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais. A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em sua Nota COGET/COEST nº 044/2009, de 22.07.2009, estimou o impacto em R\$ 186,20 milhões. A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CFT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário-financeiro e mérito. Supridas as exigências do art. 32 da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. As razões sociais e humanitárias, que originaram a isenção do IPI, hoje em vigor para os veículos utilizados por taxistas e por pessoas portadoras de deficiência, têm suporte no caráter de extrafiscalidade deste imposto. Também neste caso buscamos igual apoio, com vistas a invocar razões de investimento profissional, ao estender a isenção do IPI para os veículos de uso de fiscais, das diversas esferas de governo, no exercício de suas atividades profissionais. Má conservação das vias públicas, insegurança no trânsito, desgastes acelerados dos veículos e remunerações insuficientes são algumas das dificuldades que enfrentam os fiscais na defesa do erário público, do correto cumprimento da legislação trabalhista, das adequadas condições sanitárias da produção agropecuária e, portanto, na defesa de toda a Sociedade. Os sucessivos cortes orçamentários infringidos aos órgãos públicos, nas diversas esferas de atuação, promoveram a perda de veículos de serviço, o que, com exceção dos procedimentos externos de fiscalização, têm levado funcionários a utilizarem seus próprios veículos no exercício de tarefas oficiais. A melhoria das condições de trabalho de tais funcionários trará, com certeza, melhores resultados nas arrecadações dos tributos, refletindo nas receitas orçamentárias federais, estaduais e municipais. Ademais, tal como ocorre com os taxistas, o veículo, nestas circunstâncias, representa instrumento básico de trabalho.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 10 de 14

ESELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410003

EMENTA

PL 634/2007 - Dedução de despesas com planos de saúde no IRPF

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados

TIPO: PL

NÚMERO: 634/2007

AUTOR: JOÃO DADO

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
Orçamento Fiscal	96000 - Receita do Tesouro da União	11120410 - Pessoa Física	R\$ 84.900.000

COMPENSAÇÃO DA
DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	VALOR
008388	99.999.0999.00F5.0101	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Fiscal	R\$ 84.000.000

JUSTIFICATIVA

A proposição conta com estimativa de impacto orçamentário-financeiro da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise, que em seu MEMO RFB/GAB/Nº 307/2009 de 28.04.2009 estimou o impacto anualizado em R\$ 84 milhões. A proposição teve sua distribuição para exame de mérito restrita à CFT, onde se encontra para parecer de adequação orçamentário financeiro e mérito. Súperdas as exigências do art. 3º da Resolução nº 1/2006-CN, a seguir são apresentados excertos da justificação do projeto. A proposta que apresentamos caminha no sentido de amenizar a falta de atuação do Estado, no cumprimento de seu dever Constitucional de fornecer tratamento de saúde de qualidade ao cidadão. Com efeito, o art. 196 da Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos, é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Porém, como podemos facilmente constatar, o serviço público de saúde mostra-se não só incapaz, mas também inadequado para atender toda a demanda da população brasileira. Apesar de o cidadão destinar parcela cada vez maior de seus salários para engordar a receita tributária da União, a verba destinada aos investimentos em saúde é cada vez mais insuficiente. Em razão disso, o trabalhador assalariado é impelido a procurar serviços privados, apelando à contratação de planos de saúde, a fim de garantir o seu bem-estar e de seus familiares. Reconhecendo sua omissão, o Estado permite a dedução desse valor da base de cálculo do imposto de renda pessoa física. De sorte que é ressarcida apenas parte da quantia gasta pelo contribuinte, de acordo com a alíquota efetiva que incidirá sobre seus rendimentos. Ademais, além de não reaver tudo o que gastou consigo e seus dependentes, muitas vezes o contribuinte paga despesas de planos de saúde de pessoas que, embora estejam sob seu auxílio, não lhe dão direito à dedução. Ocorre que devido ao alto índice de desemprego do país, muitas pessoas, mesmo não sendo consideradas dependentes, têm seus planos de saúde pagos por familiares. Porém, não é permitido a estes deduzir essa despesa na declaração do imposto. Assim, o beneficiário deixa de descontar o valor pago na sua declaração, pois, obviamente, não tem renda a declarar, e quem efetivamente pagou é impedido de realizar a dedução. Não consideramos justa essa situação, já que, se fossem seguidas as normas constitucionais, o valor dos tributos pagos pela população deveria proporcionar saúde pública de qualidade a todos. Nossa intenção, portanto, é apenas minorar esse fardo injustamente imposto ao contribuinte, possibilitando-lhe que recupere ao menos parte do montante que gastou em razão de o

ESELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410003

Estado não cumprir suas obrigações. Dessa forma, tendo em vista a justiça e elevado interesse social da medida, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059 / 2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 12 de 14

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

9041 - João Dado

EMENDA

90410004

EMENTA

PL 842 2007 - Reduz Taxa de Fiscalização Anvisa

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

RENÚNCIA DE RECEITA DE OUTRAS FONTES

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados TIPO: 842 NÚMERO: PL/2007
 AUTOR: DEPUTADO LUCIO VALE

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2. Orçamento da Seguridade So	36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária	11211700 Tx Fiac. Vigilância Sanitária	29.209.653

COMPENSAÇÃO DA DESPESA

SEQUENCIAL	FUNCCIONAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	VALOR
008388	99.999.0099.00F5.0101	Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Fiscal	29.209.653

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei tem por objetivo ajustar o valor das Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária incidentes sobre as farmácias e drogarias, especialmente, as microempresas e as empresas de pequeno porte. A redução do valor dessa taxa que é cobrada para a autorização de funcionamento dessas empresas torna-se necessária a fim de assegurar tratamento semelhante ao concedido às médias e às grandes empresas quando da edição da Medida Provisória nº 2.134-26, de 26 de janeiro 2001. A partir dessa Medida Provisória e suas posteriores reedições, o valor da taxa de autorização que era de cinco mil reais para as empresas de grande porte podendo chegar a quinhentos reais para microempresas e empresas de pequeno porte a partir do critério de redução gradativo instituído pela Lei nº 9.782, de 1999 em razão do faturamento das empresas e passou a ser de quinhentos reais para todas as farmácias e drogarias, independentemente do respectivo porte ou faturamento. Assim, as médias e grandes empresas foram beneficiadas com um desconto de até noventa por cento sobre o valor originalmente estabelecido pela Lei nº 9.782, de 1999, ao passo que as pequenas e microempresas não tiveram nenhuma alteração com relação ao valor do tributo devido, razão pela qual propomos o presente ajuste. Outro aspecto que convém esclarecer, é que a publicação da Medida Provisória mencionada gerou um desconhecimento entre o valor previsto para a taxa de autorização de funcionamento com relação ao valor previsto para a taxa de alteração dessa autorização, podendo este superar o montante devido com relação a aquele. Na prática, a modificação estabelecida pela citada Medida Provisória permitiu que, em alguns casos, o valor da taxa de alteração da autorização de funcionamento superasse o valor da taxa da própria autorização. Ao fixar o valor da taxa de autorização de funcionamento em quinhentos reais para todas as farmácias e drogarias, independentemente do porte, modificando o item 3.1.5 da Tabela que constitui o Anexo II da Lei nº 9.782, de 1999, a Medida Provisória em questão deixou de ajustar o valor correspondente, no sentido de reduzir o valor das taxas de alteração para compatibilizá-las com o valor das taxas de autorização. Assim é que as alterações da Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001, que ora apresentamos reduzem o valor da taxa de autorização de funcionamento para cinquenta reais no caso de farmácias e drogarias enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, mantendo o valor de quinhentos reais para as demais empresas, já beneficiadas pela redução implementada à época pela Medida Provisória nº 2.134-26, de 1999. Além disso, as alterações compatibilizam o valor das taxas de alteração da autorização de funcionamento com o valor das taxas de autorização de funcionamento, reduzindo o montante

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 13 de 14

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

9041 - João Dado

90410004

correspondente para quarenta reais, no caso de farmácias e drogarias enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, e para quatrocentos reais, no caso das demais empresas. Neste contexto, a redução das taxas de autorização de funcionamento de farmácias e drogarias consideradas como microempresas e de pequeno porte, contribuirá significativamente para desonerar esse segmento que, seguramente, é o que mais concorre no sentido de garantir o acesso aos medicamentos nas mais distantes regiões do País. Assim, tendo em vista a relevância deste Projeto de Lei para a sociedade brasileira como um todo e em especial para os pequenos empreendedores da área farmacêutica, esperamos contar com o apoio de nossos Pares nesta Casa para a célere aprovação da proposta que ora apresentamos.

Data: 15/10/2010

Hora: 09:48

Página: 1 de 1

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0059/2010 - LOA

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE RECEITA

EMENDA À RECEITA		
NÚMERO EMENDA		VALOR DA ALTERAÇÃO
1	1 - Isenção de Impostos para Importação de Motocicletas para Competição	130.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	1
Emendas Renúncia de Receita.....	0
Total	1

AUTOR DA EMENDA

2048 - Valdir Raunio

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 14625

Lote: 3497

211466

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0059/2010 - LOA

Data: 15/10/2010

Hora: 18:33

Página: 14 de 14

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480001****EMENTA****1 - Isenção de Impostos para Importação de Motocicletas para Competição****MODALIDADE DA EMENDA****Senador****ESFERA****I Orçamento Fiscal****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA****98008 Receita do Tesouro da União****NATUREZA DA RECEITA****12100101 COFINS****TIPO DE ALTERAÇÃO****Acréscimo****VALOR****130.000.000****JUSTIFICATIVA**

A presente emenda dispõe sobre a isenção de imposto para a importação de motocicletas destinadas exclusivamente a treinamento e competições desportivas. Atualmente no Brasil temos aproximadamente doze mil pilotos, dentre amadores e profissionais nas diversas áreas do motociclismo, sendo crescente a adesão de praticantes do esporte.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-PSDB - Núria Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo prorrogado: 02/09/2010

Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,19)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34,36)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
36. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do quinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Arthur Virgílio (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾	
Senadora Fátima Cleide (PT)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
Senador Romeu Tuma	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro
signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO
SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações
Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

**9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS
DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
PRAZOS¹**

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
Senador Romeu Tuma	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹**

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,104)	4. VAGO ^(36,107,113,121)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,109)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,120)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,108,115)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,119)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Níura Demarchi (PSDB) ^(52,106,111,114)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,110,116)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
106. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
112. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
120. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. VAGO (31,32,108,113,120)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,93,101)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,102,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,94,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,107,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,109,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Flexa Ribeiro (PSDB) (20,66,100,105,106)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (31,71,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,34,116)
Eduardo Suplicy (PT) (31)	3. Marcelo Crivella (PRB) (39)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,30,75)
VAGO (31,111,113,120)	5. César Borges (PR) (32,44)
Tião Viana (PT) (36,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,35,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (58,67)
Almeida Lima (PMDB) (57,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (59,66,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (61,68,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (56,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,68)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,69,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (3,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (45,60,63)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,65,102,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,68,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (50)	1. Efraim Morais (DEM) (42)
Demóstenes Torres (DEM) (47)	2. Adelmir Santana (DEM) (41)
Jayme Campos (DEM) (43,82,85,97,98)	3. Níura Demarchi (PSDB) (51,110,117,118)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,52,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (48)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,49)
Alvaro Dias (PSDB) (28,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (27)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (24,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (40)	1. Gim Argello (46,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
36. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
40. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
48. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 52/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	
Tasso Jereissati (PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM)	

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) ^(92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(31,81,89,93,94)	1. VAGO ^(1,36,109)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(31,126)	2. Gim Argello (PTB) ^(37,96,100)
Fátima Cleide (PT) ⁽³¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,34)
Paulo Paim (PT) ^(31,47,66)	4. José Nery (PSOL) ⁽³³⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(30,67,94,95)
VAGO ^(38,76,78,80,96,116,120,132)	6. João Ribeiro (PR) ^(30,71)
VAGO ^(35,85,86,87,98,101,108)	7. Marina Silva (PV) ^(30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁶⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Mauro Fecury (PMDB) ^(8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) ^(55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) ^(54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
VAGO ^(64,107,127,129)	4. Neuto De Conto (PMDB) ^(58,125,131)
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
VAGO ^(5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,63,118)
VAGO ^(53,65)	7. VAGO ^(59,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) ^(4,50,115,119,121)	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(48,113,114,128,130)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁰⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) ^(46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴²⁾	4. Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵²⁾
João Faustino (PSDB) ^(13,49,117,122,123,124)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁵⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,39)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Cícero Lucena (PSDB) ^(29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) ^(22,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ^(28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁷⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁵⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,51)	1. João Vicente Claudino ⁽⁵¹⁾
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁵¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
108. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
109. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
119. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
130. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
131. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,16,23,25)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁹⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,20)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽²²⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁵⁾	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,13)
Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ^(5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽⁹⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,11)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,12)	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).

5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(4,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 17. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **, Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).

13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

- Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).
 - Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.
- **. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,102)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,101,103,104,105)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 105/2010).
103. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽¹¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,2)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
VAGO (18,90,92,98)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,57,68,70)	1. VAGO (43,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,46)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (44)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,71)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
71. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (19)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,71)
VAGO (18,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,20)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (17,25,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (23,60,61,62,65)
César Borges (PR) (22,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (40,45)
Neuto De Conto (PMDB) (34,43,86,90)	2. Valdir Raupp (PMDB) (36,38)
Gerson Camata (PMDB) (39,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,41)
Valter Pereira (PMDB) (37,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (42,48,81,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29,77,79,88,89)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,32)
José Bezerra (DEM) (30,80,84)	2. Heráclito Fortes (DEM) (26)
Kátia Abreu (DEM) (31)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,27,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (24,82)
João Faustino (PSDB) (16,53,55,64,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) (15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (12,56)	6. João Tenório (PSDB) (13)
Marisa Serrano (PSDB) (13)	7. Marconi Perillo (PSDB) (14)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,33)	1. Sérgio Zambiasi (33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).

84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 111/2010).

86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.

89. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

90. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).

9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).

12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	
Jayne Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. Romeu Tuma

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (63,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,70,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 30/2010-GLDBAG).
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO (15)		2. Ideli Salvatti (PT-SC) (16,19)	
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (18)		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO (14)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)	
VAGO (17)		4. VAGO (5)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)			
VAGO (9)		1. VAGO (6)	
VAGO (12)		2. VAGO (10)	
VAGO (11)		3. VAGO (8)	
VAGO (7)		4. VAGO (7)	
VAGO (7)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

Atualização: 06/10/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) ¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIER SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 05.08.2010)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/Inº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

¹⁶ O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

¹⁷ O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 718 páginas

OS: 2010/14955